



NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

REFLEXIONES SOBRE LA DINÁMICA RECIENTE DEL MERCADO DE LA TIERRA EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE
Sergio Gómez Echenique

LUTAS CAMPONESAS NA ESCALA INTERNACIONAL: UM ESTUDO SOBRE A VIA CAMPESINA
Flávia Braga Vieira

A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ESTADO E MST NA CONSTITUIÇÃO DE UM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA
Sérgio Botton Barcellos

**A TERRA PROMETIDA AINDA É PROMESSA...
DESAPROPRIAÇÃO DA FAZENDA NOVA ALEGRIA PELO DESCUMPRIMENTO DO CÓDIGO FLORESTAL:
CONFLITO, IMPUNIDADE E IMBRÓGLIO JURÍDICO**
Paulo Roberto Cunha e Neli Aparecida de Mello-Théry

**OS SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA E SOCIAL AOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA:
UMA ANÁLISE QUALITATIVA DAS AÇÕES DO PROJETO LUMIAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**
César Augusto Da Ros e Marcos Botton Piccin

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS IDEOLÓGICAS NA CONSTITUIÇÃO DO MST
Nadir Lara Júnior

**LUTA PELA TERRA E DISPUTAS TERRITORIAIS NA REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA:
O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO CONQUISTA DO CAIBOATÉ EM SÃO GABRIEL - RS**
Anderson Luiz Machado dos Santos e César De David

**ANÁLISE QUALITATIVA DO USO E OCUPAÇÃO DA TERRA NO ASSENTAMENTO ALVORADA,
JÚLIO DE CASTILHOS - RIO GRANDE DO SUL**
Viviane Capoane e Danilo Rheinheimer dos Santos

RESENHA: O PARTIDO DA TERRA: COMO OS POLÍTICOS CONQUISTAM O TERRITÓRIO BRASILEIRO
Camila Ferracini Origuéla

Jan./Jun.

2012



Revista NERA nº. 20

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera>

Editores

Djoni Roos

Eduardo Paulon Girardi

Camila Ferracini Origuéla

Bernardo Mançano Fernandes

NERA

**Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Jan.-jun./2012**

Revista NERA

Editores Responsáveis

Djoni Roos
Eduardo Paulon Girardi
Camila Ferracini Origuéla
Bernardo Mançano Fernandes

Coordenação de publicação

Anderson Antônio da Silva	Janaina Francisca de Souza Campos
Carlos Alberto Feliciano	José Sobreiro Filho
Clifford Andrew Welch	Leandro Nieves Ribeiro
Djoni Roos	Rafael de Oliveira Coelho dos Santos
Estevan Leopoldo de Freitas Coca	Rodrigo Simão Camacho
Herivelto Fernandes Rocha	Tiago Egídio Avanço Cubas

Conselho Científico

Anderson Antônio da Silva – FATEC (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Antonio Thomaz Júnior – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ariovaldo Umbelino de Oliveira – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Ciro de Oliveira Bezerra – UFAL (Maceió, AL, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Emília de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Matuzalem Bezerra Cavalcante – INEC (Rio Branco, AC, Brasil)
Marta Inez Medeiros Marques – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Nelson Rodrigo Pedon – UNESP (Ourinhos, SP, Brasil)
Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
Paulo Roberto Alentejano – UERJ (São Gonçalo, RJ, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Sam Moyo – African Institute for Agrarian Studies (Harare, Zimbábue)
Sívio Simone da Silva – UFAC (Rio Branco, AC, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Endereço

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552

Site: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera> - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Distribuída por



Indexada por



Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, nº. 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, nº. 4
2004 – ano 7, nº. 5
2005 – ano 8, nº. 6
2005 – ano 8, nº. 7
2006 – ano 9, nº. 8
2006 – ano 9, nº. 9
2007 – ano 10, nº. 10

2007 – ano 10, nº. 11
2008 – ano 11, nº. 12
2008 – ano 11, nº. 13
2009 – ano 12, nº. 14
2009 – ano 12, nº. 15
2010 – ano 13, nº. 16
2010 – ano 13, nº. 17
2011 – ano 14, nº. 18
2011 – ano 14, nº. 19
2012 – ano 15, nº. 20
Semestral
ISSN 1806-6755

Sumário

REFLEXIONES SOBRE LA DINÁMICA RECIENTE DEL MERCADO DE LA TIERRA EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE

08

REFLEXÕES SOBRE A DINÂMICA RECENTE DO MERCADO DE TERRAS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

REFLECTIONS OF THE RECENT DYNAMICS OF LAND MARKET IN LATIN AMERICAN AND CARIBE

Sergio Gómez Echenique

LUTAS CAMPONESAS NA ESCALA INTERNACIONAL: UM ESTUDO SOBRE A VIA CAMPESINA

58

LUCHAS CAMPESINAS EM ÂMBITO INTERNACIONAL: UN ESTUDIO SOBRE LA VÍA CAMPESINA

PEASANT STRUGGLES AT INTERNATIONAL SCALE: A STUDY OF VIA CAMPESINA

Flávia Braga Vieira

A INTERDEPENDÊNCIA ENTRE ESTADO E MST NA CONSTITUIÇÃO DE UM ASSENTAMENTO DE REFORMA AGRÁRIA

83

LA INTERDEPENDENCIA ENTRE ESTADO Y MST EN LA CONSTITUCIÓN DE UN ASENTAMIENTO DE REFORMA AGRARIA

THE INTERDEPENDENCE BETWEEN STATE AND THE MST IN CONSTITUTION A LAND REFORM SETTLEMENT

Sérgio Botton Barcellos

A TERRA PROMETIDA AINDA É PROMESSA... DESAPROPRIAÇÃO DA FAZENDA NOVA ALEGRIA PELO DESCUMPRIMENTO DO CÓDIGO FLORESTAL: CONFLITO, IMPUNIDADE E IMBRÓGLIO JURÍDICO

99

LA TIERRA PROMETIDA AUN ES UNA PROMESSA... EXPROPRIACIÓN DE LA HACIENDA NOVA ALEGRIA POR EL NO CUMPLIMIENTO DEL CODIGO FLORESTAL: CONFLICTO, IMPUNIDAD Y EMBROLLO JURÍDICO

THE PROMISED LAND IS STILL A PROMISE... DISPOSSESSION OF NOVA ALEGRIA FARM DUE TO NON COMPLIANCE WITH THE BRAZILIAN FOREST ACT: CONFLICT, IMPUNITY AND LAW IMBROGLIO

Paulo Roberto Cunha e Neli Aparecida de Mello-Théry

131

OS SERVIÇOS DE ASSESSORIA TÉCNICA E SOCIAL AOS ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA: UMA ANÁLISE QUALITATIVA DAS AÇÕES DO PROJETO LUMIAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LOS SERVICIOS DE ASESORAMIENTO TÉCNICO Y SOCIAL A LA REFORMA AGRARIA: UN ANALISIS CUALITATIVO DE LAS ACCIONES DEL PROYECTO LUMIAR EN EL ESTADO DE RIO DE JANEIRO

THE THECNICAL ADVISORY SERVICES AND SOCIAL ASSISTANCE TO AGRARIAN REFORM: A QUALITATIVE ANALYSIS OF PROJECT ACTIONS LUMIAR IN THE STATE OF RIO DE JANEIRO

César Augusto Da Ros e Marcos Botton Piccin

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS INFLUÊNCIAS IDEOLÓGICAS NA CONSTITUIÇÃO DO MST

156

ANÁLISIS DE LAS PRINCIPALES INFLUENCIAS IDEOLÓGICAS EN LA CONSTITUCIÓN DEL MST

ANALYSIS OF THE MAIN IDEOLOGICAL INFLUENCES IN THE CONSTITUTION OF THE MST

Nadir Lara Júnior

LUTA PELA TERRA E DISPUTAS TERRITORIAIS NA REGIÃO DA CAMPANHA GAÚCHA: O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO CONQUISTA DO CAIBOATÉ EM SÃO GABRIEL – RS

175

LUCHA POR LA TIERRA Y LAS DISPUTAS TERRITORIALES EN LA REGIÓN DE LA CAMPAÑA GAÚCHA: EL PROCESO DE FORMACIÓN DE LO ASENTAMIENTO CONQUISTA DO CAIBOATÉ EN SÃO GABRIEL – RS

STRUGGLE FOR LAND AND TERRITORIAL DISPUTES IN THE REGION OF THE CAMPANHA GAÚCHA: THE PROCESS OF FORMATION OF THE SETTLEMENT CONQUISTA DO CAIBOATÉ IN SÃO GABRIEL – RS

Anderson Luiz Machado dos Santos e Cesar De David

ANÁLISE QUALITATIVA DO USO E OCUPAÇÃO DA TERRA NO ASSENTAMENTO ALVORADA, JÚLIO DE CASTILHOS – RIO GRANDE DO SUL

193

ANÁLISIS CUALITATIVO DEL USO Y OCUPACIÓN DEL SUELO EN EL ASENTAMIENTO ALVORADA, JÚLIO DE CASTILHOS – RIO GRANDE DO SUL

QUALITATIVE ANALYSIS OF THE USE AND OCCUPATION OF LAND IN THE ALVORADA SETTLEMENT, JÚLIO DE CASTILHOS – RIO GRANDE DO SUL

Viviane Capoane e Danilo Rheinheimer dos Santos

RESENHA: O PARTIDO DA TERRA: COMO OS POLÍTICOS CONQUISTAM O TERRITÓRIO BRASILEIRO

206

EL PARTIDO DE LA TIERRA: COMO LOS POLÍTICOS CONQUISTAM EL TERRITORIO BRASILEÑO

THE PARTY OF THE LAND: AS POLITICIANS CONQUER THE BRAZILIAN
TERRITORY

Camila Ferracini Origuéla

APRESENTAÇÃO

O Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária tem a satisfação de publicar o 20º número da Revista NERA – RNERA. Fruto de uma construção coletiva e voluntária, a RNERA objetiva construir no meio acadêmico um espaço de diálogo e discussões focado no caráter científico e político do conhecimento geográfico, desempenhando a articulação da reflexão entre professores, alunos, movimentos socioterritoriais, sociedade em geral, enfim todos aqueles envolvidos em pensar a complexidade espacial/territorial do campo brasileiro e mundial. Mas a RNERA é feita, sobretudo, pelo seu conteúdo. Nesta edição trazemos oito artigos e uma resenha a partir de uma perspectiva crítica sobre a Geografia Agrária. Cada um, do seu jeito, explicam o rural do mundo e as transformações que ocorrem e as que não ocorrem.

O texto de autoria de Sergio Gómez Echenique “Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe” apresenta uma síntese dos estudos realizados sobre a concentração e a globalização do uso da terra em dezessete países da América Latina. Expondo informações gerais sobre o projeto realizado recentemente no Escritório Regional da FAO e a questão da propriedade da terra e concentração em uma perspectiva histórica, o texto fornece uma visão de conjunto sobre as características mais importantes que afetam o funcionamento do mercado de terras na América Latina e Caribe. O texto analisa ainda, as dimensões da concentração/estrangeirização, a percepção de diferentes atores sobre o assunto, a presença de “Estados intervencionistas”, os processos de concentração, as regras para a expansão regional das cadeias de valor e os estímulos/obstáculos à concentração/estrangeirização.

Na sequência temos o artigo “Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina” que analisa o processo atual de articulação popular internacional. Flávia Braga Vieira compreende a Via Campesina como uma experiência que apresenta características das formas contemporâneas de articulação internacional, mas que, por outro lado, reivindica aspectos da tradição internacionalista da esquerda. Segundo o texto, é através da reformulação do conceito de campesinato, da elaboração de pautas que unem trabalhadores rurais dos mais diferentes tipos, da constituição de uma cultura política e uma identidade própria, que esta articulação ganhou centralidade nas lutas antiglobalização. Outro elemento elencado no entendimento desta centralidade é que, para além das questões específicas da agricultura, as organizações membro da Via Campesina vêm constituindo um projeto alternativo de sociedade, o qual, questiona o modelo capitalista de produção, em especial, no meio rural.

O artigo de Sérgio Botton Barcellos problematiza as relações de interdependência entre os movimentos sociais e o Estado na constituição dos assentamentos rurais. Analisando o assentamento Santa Rosa, no Rio Grande do Sul, o autor debate as inter-relações contidas entre o Estado e a coordenação política do MST. A partir de suas análises o autor acredita que as características do assentamento analisado podem ser consideradas como um dos indicadores de quais os rumos, sentidos e desdobramentos das relações de entrelaçamento entre o Estado e o MST no processo de constituição dos assentamentos rurais.

“A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglia jurídica” é uma análise qualificada sobre a função social da propriedade da terra, tendo como enfoque o descumprimento da legislação ambiental. Paulo Roberto Cunha e Neli Aparecida de Mello-Théry visam compreender os aspectos legais que fundamentam a relação entre a legislação ambiental e a função social da terra. No artigo os autores analisam a desapropriação da Fazenda Nova Alegria, situada no município de Felizburgo/MG, entendendo a importância da luta pela terra nesse contexto e identificando os motivos pelos quais esse procedimento se encontra emperrado num imbróglia jurídica que vem ameaçando o sonho da terra prometida.

César Augusto Da Ros e Marcos Botton Piccin analisam qualitativamente as ações de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária executadas no âmbito do projeto Lumiar, tendo por base a experiência desenvolvida no estado do Rio de Janeiro. Ao longo do artigo, os autores procuraram confrontar os objetivos, concepções e a estrutura organizacional presentes no documento oficial do Lumiar com as ações postas em prática nos assentamentos rurais.

No texto: “Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST”, Nadir Lara Júnior, objetiva destacar que o MST, para se constituir como movimento social usou basicamente conteúdos discursivos vindos da política, religiosidade popular e religião para convocar seus participantes a construir um laço social e assim delimitar fronteiras políticas necessárias para sua constituição. Para isso, o autor destacou os elementos religiosos e políticos (Teologia da Libertação, Religiosidade Popular, Teologia Pentecostal e o Marxismo) que se apresentam no MST.

Dando prosseguimento aos artigos, contamos com uma reflexão de Anderson Luiz Machado dos Santos e Cesar De David, na qual, os autores buscam revelar como a luta pela terra se configura num agente capaz de realizar transformações espaciais através das disputas territoriais, sobretudo, mediante o protagonismo de movimentos sociais como o MST. Para tal feito, os autores estabeleceram como recorte espaço-temporal, o processo de formação, no período de 2003 a 2009 do assentamento Conquista do Caiboaté no município de São Gabriel, localizado no Rio Grande do Sul.

O artigo “Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul” faz uma análise qualitativa do uso e ocupação da terra a partir de mapas temáticos de dois períodos distintos: anterior à implantação do assentamento e 12 anos após. Para Viviane Capoane e Danilo Rheinheimer dos Santos, as principais alterações observadas referem-se à alteração demográfica e a conversão de áreas de campo nativo em áreas agrícolas. Ponderam ainda, que as práticas de uso e manejo do solo utilizadas, na maioria das propriedades, são inadequadas e tem intensificado o surgimento de processos erosivos, assoreamento dos canais de drenagem, perda de qualidade da água e da diversidade das espécies florestais.

Fechando este número temos a resenha, elaborada por Camila Ferracini Origuéla, do livro: “O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro”. A resenha traz uma detalhada e didática análise do livro, apresentando pontos cruciais da relação dos políticos com o domínio da terra no Brasil. Por fim, a autora reproduz uma passagem do livro onde é levantada a tese de que não existe apenas uma bancada ruralista no Brasil, mas, sim, um sistema político ruralista que controla parte do território nacional, formado por clãs familiares e financiado pelo agronegócio.

Aproveitamos para agradecer aqueles que colaboram com esse projeto: aos avaliadores, pelas leituras e sugestões, aos autores que apresentaram seus artigos e a toda a comissão editorial que encampa e se dedica neste propósito.

Esperamos que façam uma boa leitura e nos enviem críticas e sugestões sobre a Revista NERA. O Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária está aberto a todos aqueles que querem construir uma Geografia para além dos muros que nos cercam cada vez mais.

Tenha, assim, uma boa leitura!

Djoni Roos
Editor

Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe

Sergio Gómez Echenique

Sociólogo PUC Santiago de Chile, MA Sociology Universidad de Essex GB y Doctor en Sociología USP. Director Magíster en Planificación Territorial Rural: Enfoques y Métodos, en la Universidad Academia de Humanismo Cristiano de Chile. Consultor de la Oficina Regional de FAO para América Latina y el Caribe, coordinador del Proyecto sobre Dinámicas del Mercado de Trabajo.
e-mail: sergiogomez@gmail.com

Resumen

El artículo presenta una síntesis de los estudios realizados sobre concentración y globalización de la tenencia de la tierra en 17 países de la Región y las principales dinámicas observadas. La presentación comienza entregando antecedentes generales sobre el Proyecto realizado recientemente en la Oficina Regional de la FAO. En la segunda parte, se entrega el marco conceptual utilizado en el trabajo donde se ubica el tema de la tenencia de la tierra y la concentración en una perspectiva histórica. En tercer lugar - la parte medular del artículo - se ofrece una visión de conjunto sobre el análisis de los antecedentes que se encuentran en los informes de cada país, resaltando las características más significativas que tiene el funcionamiento del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe. Luego se analizan los siguientes temas: (i) las dimensiones de la concentración/extranjerización; (ii) la percepción de diferentes actores sobre el tema; (iii) la presencia de "Estados intervencionistas", *Land Grabbing* / acaparamiento de tierras en la Región; (iv) los casos de concentración con la finalidad de conservar los recursos naturales; (v) las modalidades de expansión Regional de las cadenas de valor; y (vi) y los estímulos/obstáculos para la concentración/extranjerización. Finalmente, se formulan algunas interrogantes sobre estos temas analizados.

Palabras-clave: tenencia de la tierra, cadenas de valor, concentración, acaparamiento y extranjerización de la tierra.

Resumo

Reflexões sobre a dinâmica recente do mercado de terras na América Latina e Caribe

O artigo apresenta uma síntese dos estudos sobre a concentração e globalização do uso da terra em 17 países da América Latina e as principais dinâmicas observadas. A apresentação começa com informações gerais sobre o projeto realizado recentemente no Escritório Regional da FAO. Na segunda parte, expõe-se a estrutura conceitual utilizada no trabalho e a questão da propriedade da terra e concentração em uma perspectiva histórica. Em terceiro lugar – a parte central do artigo – fornece uma visão de conjunto sobre as análises dos antecedentes que se encontram nos relatórios de cada país, destacando as características mais importantes que afetam o funcionamento do mercado de terras na América Latina e Caribe. Em seguida, analisam-se as seguintes questões: (i) as dimensões da concentração/estrangeirização, (ii) a percepção de diferentes atores sobre o assunto, (iii) a presença de "Estados intervencionistas", estrangeirização de terras na região, (iv) os processos de concentração, a fim de preservar os recursos naturais, (v) as regras para a expansão regional das cadeias de valor, e (vi) os estímulos/obstáculos à

concentração/estrangeirização. Por fim, alguns questionamentos são formulados sobre os temas discutidos.

Palavras-chave: posse da terra, cadeias de valor, concentração, estrangeirização da terra.

Abstract

Reflections of the recent dynamics of land market in Latin American and Caribe

The article presents a synthesis of studies on land concentration and globalization in 17 countries of the region and the main dynamics observed. The presentation begins with general information about the recent project completed by FAO Regional Office. In the second part, we observe the conceptual framework used in the project and the land ownership and concentration in a historical perspective. Third - the core of the article - it provides an overview on the background analysis found in the country reports, highlighting the most significant characteristics affecting the operation of the land market in Latin America and the Caribbean. Then we analyze the following issues: (i) the dimensions of concentration/land grabbing, (ii) the perception of different people on the subject, (iii) the presence of "interventionist states," land grabbing in the region, (iv) merger cases in order to conserve natural resources, (v) the ruler and arrangements for regional value expansion, and (vi) and stimulus/obstacles to concentration/land grabbing. Finally, we ask some questions about these issues discussed.

Keywords: land ownership, value chains, concentration, land grabbing.

Introducción

En el año 2009, en el contexto de la crisis alimentaria global, la FAO, IFAD e IIED publicaron un estudio sobre el avance del fenómeno de *Land Grabbing* o Acaparamiento de Tierras en África.¹ En este contexto, la Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe (RLC), tomó la iniciativa de buscar antecedentes que permitieran verificar si el fenómeno de *Land Grabbing* se estaba manifestando y en qué medida en América Latina y el Caribe.

Con ese objetivo, la FAO-RLC solicitó en el año 2010, la elaboración de estudios nacionales en diecisiete (17) países los que debían contemplar la dinámica de concentración de tierras desde el 2004, años que coinciden con el período considerado para el estudio de FAO, IFAD e IIED en África. Los trabajos se realizaron en el transcurso de 2010 y en enero de 2011 se llevó a cabo, con la participación de los consultores que elaboraron los estudios nacionales, un seminario en donde éstos se presentaron, analizaron y discutieron.

Se verificó que la presencia de *Land Grabbing* es incipiente y está restringida a dos países de la región. Sin embargo, se pudo encontrar un fuerte dinamismo en la tenencia de la tierra en la mayoría de los países, con intensos procesos de concentración y globalización. Éstos son sólo un reflejo de los mismos fenómenos que ocurren en las cadenas de valor, en los cuales la tenencia de la tierra es parte de estas cadenas.

El conjunto de antecedentes recogidos muestra una situación completamente diferente a la que se observaba en los últimos estudios llevados a cabo por la FAO en los años 60 y 70, época desde la cual el tema no había sido nuevamente abordado por la FAO.

¹ Lorenzo Cotula et al. (2009) **Land grab or development opportunity? Agricultural investment and international land deals in Africa**, International Institute for the Environment and Development (IIED), la FAO y el International Fund for Agriculture and Development (IFAD) referido a cinco países africanos (Ethiopia, Ghana, Madagascar, Mali y Sudán). <http://www.iied.org/pubs/display.php?o=12561IIED>

Por lo tanto, el objetivo del Proyecto fue recoger y analizar antecedentes que muestran la dinámica del mercado de la tierra en la Región y que conduce, en determinados casos, a procesos de concentración, de globalización (extranjerización) de la tierra, e, identificar situaciones que pueden ser consideradas como una manifestación del fenómeno de *Land Grabbing*.

Este es un tema prioritario para la Oficina Regional de la FAO para América Latina y el Caribe, ya que se trata de una Región donde los niveles de desigualdad son mayores a los que se observan en los otros continentes. A su vez, este tema tiene continuidad con una reflexión sistemática e integral que ha realizado la Oficina Regional y que pretende identificar el comportamiento de variables claves, que puedan servir como insumo para la elaboración de políticas públicas que apunten a superar la pobreza rural y contribuir a mejorar la seguridad alimentaria de la población.

Este trabajo se inscribe dentro del mandato que estableció la FAO para el seguimiento de la Conferencia Internacional de Reforma Agraria y Desarrollo Rural (CIRADR). Hay que recordar que en marzo de 2006, 1.400 participantes incluyendo unas 450 ONG observadoras, delegaciones de 96 países miembros de la FAO, expertos internacionales y representantes de más de 130 organizaciones de campesinos y de la sociedad civil, se reunieron en Porto Alegre, Brasil. Allí se debatió sobre las experiencias de diferentes reformas agrarias en el mundo, se evaluaron los roles de los diferentes actores involucrados y se discutieron propuestas para el futuro. Al final de la Conferencia, se formuló una declaración, invitando a todos los Gobiernos a adoptar políticas que promuevan la reforma agraria y el desarrollo rural, en beneficio de los sectores más pobres y marginados.

Los Gobiernos se comprometieron a desarrollar mecanismos de diálogo y de cooperación para fortalecer los procesos de reforma agraria y desarrollo rural, tanto en el ámbito nacional como en el internacional, y establecer mecanismos para la evaluación progresiva en dichas áreas. Reafirmaron que “el acceso más amplio, seguro y sostenible a la tierra, el agua y demás recursos naturales relacionados con los medios de vida de las poblaciones rurales, son fundamentales para la erradicación del hambre y de la pobreza, contribuyen al desarrollo sostenible y debería por ello ser parte integral de las políticas nacionales.” También se reiteró el compromiso en alcanzar los Objetivos de Desarrollo del Milenio² y reconocieron que “la inseguridad alimentaria, el hambre y la pobreza rural son generalmente el resultado del desequilibrio que caracteriza el actual proceso de desarrollo que impide un acceso más amplio a la tierra, al agua y demás recursos naturales y otros bienes, de manera sostenible.”³

Además, el Proyecto se planteó como continuidad de una reciente actividad regional que se realizó en torno al tema de la tenencia de la tierra, como fue la Reunión de una Consulta Regional sobre las “Directrices Voluntarias sobre Gobernanza Responsable de la Tenencia de la Tierra y otros Recursos Naturales”, realizada en Brasilia, los días 20 y 21 de Mayo de 2010⁴. En la ocasión, representantes de los Gobiernos de América del Sur, de México y de la sociedad civil, discutieron posibles normativas sobre el mercado de tierras y de los otros recursos naturales. Este evento constituyó un eslabón dentro de un conjunto de Consultas que FAO ha realizado en los diferentes continentes para discutir posibles alternativas de regulación sobre la dinámica de los mercados de la tierra y de otros recursos naturales.

Como se verá más adelante, con la crisis alimentaria del 2008, a raíz del aumento de los precios agrícolas y de la volatilidad de los mismos, aparece una preocupación adicional por el acaparamiento de tierras.

² Naciones Unidas. **Objetivos de desarrollo del milenio. Una mirada desde América Latina y el Caribe**. Santiago, agosto 2005.

³ Ver: Informe Final. “**Consulta de Expertos en la Ejecución de Programas de Reformas Agrarias en América del Sur**”, Santiago, diciembre 2006

⁴ Ver: Informe preliminar. **Consulta Regional Latinoamérica de la FAO sobre Directrices Voluntarias para una Gobernanza Responsable en la Tenencia de la Tierra y otros Recursos Naturales**. Santiago, Junio de 2010.

El proyecto ha pretendido observar el dinamismo que tiene en la actualidad el mercado de tierras, establecer sus dimensiones y las tendencias, intentando visualizar el proceso de concentración y globalización de la tenencia y propiedad de la tierra, cuantificando con la precisión que sea posible, a través del manejo de información válida y confiable de los datos disponibles. El objetivo específico ha sido recopilar y sistematizar información, de modo de permitir un diálogo sobre el tipo de políticas públicas que pudieran resultar pertinentes para esta nueva realidad.

Para cumplir con el objetivo se encargaron monografías para cada uno de los países considerados, en unos casos, y a grupos de países en otros, donde se buscó información sobre estos temas. Los académicos responsables de las monografías son expertos con una vasta trayectoria como estudiosos de temáticas vinculadas a la ruralidad en cada uno de los países.

Los países considerados son: en América del Norte: México; en Centro América: Costa Rica, Guatemala, Nicaragua y Panamá; en América del Sur: Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Perú y Uruguay. Además, dentro del Caribe, se incluyeron los casos donde estos fenómenos fueron considerados relevantes por la Oficina Sub Regional de la FAO: República Dominicana, Trinidad y Tobago y Guyana.

Hay que insistir en que el trabajo consideró como insumos la información existente y dispersa en diversas fuentes y avanzó en extremar sus condiciones de confiabilidad y de su validez, y que no se ha pretendido levantar información original ni que se encuentre avalada por representatividad estadística, sino que sistematizar aquella que se encontraba disponible. La exhaustiva descripción de las fuentes gubernamentales, académicas y privadas que fueron consultadas, tuvo como objetivo rescatar las transacciones más importantes, las que normalmente quedan registradas en este tipo de fuentes.

Junto con reiterar que se trata de un estudio inicial y exploratorio sobre la dinámica del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe, entre 2004 y 2010, que no generó información primaria, sino que sistematizó la que se encontraba disponible, resulta necesario definir con precisión cuál es el foco que guió la búsqueda de la información. En otras palabras, se trata de explicitar el marco de referencia que guió la búsqueda de la información de los trabajos realizados en los países.

Por lo tanto, plantear un marco conceptual implica definir un conjunto de conceptos y establecer relaciones de causalidad entre ellos. En este caso, significaría entrar en la discusión sobre los “Estados como inversores” en tierras, *Land Grabbing*, tema que surgió en el contexto de la crisis de precios de los alimentos de 2007–2008, cuando se denuncian compras emblemáticas que involucran a Estados y a empresas mundialmente conocidas. En un comienzo el fenómeno se limita a las transacciones de tierras que cumplen las siguientes condiciones:

- Grandes extensiones.
- Destinadas a la producción de alimentos.
- Dentro de los agentes/actores que intervienen hay por lo menos, un Gobierno extranjero.

Posteriormente, se habían ampliado hacia la compra de grandes extensiones de tierras, sin restricciones sobre el destino productivo de ellas ni de quienes fueran los compradores. Entre estos últimos además de empresas, se incluyeron los fondos de inversión.

Finalmente, el tema se ha centrado en establecer “códigos de conductas” o “buenas prácticas” a fin de mitigar externalidades negativas en los países donde se transan las tierras y en las poblaciones locales. Los trabajos que se desarrollan en esta línea, buscan que el impacto de este fenómeno, se traduzca en una fórmula que considere beneficios mutuos (“win-win”). A su vez, dentro de los sectores progresistas se plantean alternativas

que consideran la necesidad de avanzar sobre una plataforma que reivindica una “soberanía de la tierra.” Esta situación es planteada por Saturnino Borrás (2010), cuando escribe⁵:

“El término ‘acaparamiento mundial de tierras’ se ha convertido en una especie de comodín para describir el fenómeno de explosión de operaciones comerciales (trans) nacionales de tierras (y especulación con tierras) que se está produciendo en los últimos años en torno a la producción, la venta y la exportación de alimentos y biocombustibles. El acento sobre el acaparamiento de tierras se basa en las viejas y conocidas imágenes del pasado de las empresas y gobiernos (del Norte) que cercaban el patrimonio común, despojando de él a campesinos y pueblos indígenas, y echando a perder el medio ambiente (en el Sur). También llama pertinentemente la atención sobre la posibilidad, real y potencial, de que los actuales acuerdos sobre las tierras propicien un nuevo ciclo de cercos y expulsiones y, por tanto, sobre la apremiante necesidad de luchar contra ellos. Sin embargo, al igual que todos los términos ‘comodín’ para enmarcar y motivar la acción política, éste también padece, lamentablemente, de limitaciones y puntos débiles que lo han hecho vulnerable a su apropiación por parte de las agendas de elites no democráticas”.

En este contexto, surge un reciente documento que puede ayudar a orientar este debate. Por su importancia y por la pertinencia que tiene para este trabajo, se estima necesario entregar antecedentes sobre el contexto en que surge; la institucionalidad que lo respalda; y sobre su contenido. Se trata del Informe del Panel de Expertos de Alto Nivel del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial (CFS) sobre Tenencia de la Tierra y las Inversiones Internacionales en la Agricultura de Julio 2011⁶.

El trabajo es una reciente publicación del Grupo de Alto Nivel de Expertos en Seguridad Alimentaria y Nutrición que se creó como parte de la reforma de la gobernanza mundial de la Seguridad Alimentaria y la Nutrición, a fin de servir como una rama especializada y científica del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial (CFS).

Esta iniciativa, marca una inflexión en la forma en que se ha tratado el tema hasta ahora y que permitirá avanzar en la comprensión de este fenómeno y colaborar en la definición de políticas, por las siguientes razones:

- Pasa de la simple denuncia del “*land grabbing*” y reconoce potencialidades en las inversiones extranjeras en tierras.
- No sólo propone buenas prácticas, sino que desde una institucionalidad con amplia legitimidad, será base para la propuesta de políticas públicas.
- Legitima una ampliación del ámbito que debe considerar el fenómeno.

En consecuencia, este Proyecto pretende servir como un insumo a este esfuerzo, en la medida que se trata de un trabajo inicial y exploratorio sobre la dinámica del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe. La unidad de análisis que considera este trabajo comprende identificar y caracterizar, dentro de la dinámica del mercado de la tierra en la Región, los casos de concentración y la nacionalidad de sus propietarios.

Por ello, se planteó que la unidad de análisis debería considerar todos los casos en que se observaran procesos de concentración de tierra en la Región, distinguiendo de acuerdo a tipos de compradores y al uso de la tierra concentrada⁷. En el Anexo N°1 (ver Reflexiones finales), se señalan los criterios de clasificación empleados.

⁵ Saturnino M. Borrás Jr. y Jennifer Franco. **La política del acaparamiento mundial de tierras Replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistencia.** ICAS Working Paper Series No. 001, TNI, LDPI e ICAS, Mayo de 2010.

⁶ Ver: HLPE, 2011. **Land tenure and international investments in agriculture.** A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome 2011.

⁷ Nos basamos en: Michele Merlet y Clara Jamart. Et al. **Presiones comerciales sobre la tierra en el mundo. Problemática y marco conceptual para el estudio de la Coalición Internacional para el acceso a la tierra.** International Land Coalition Abril 2009. En el caso de la Región, hemos

En resumen, el proyecto ha pretendido establecer dimensiones y tendencias intentando cuantificar, con la precisión que sea posible, a través del manejo de información válida y confiable.

Evolución del enfoque sobre la dinámica de la tenencia de la tierra

En este apartado se trata la forma en que se analizó el tema de la concentración de la tierra que prevaleció entre los años 60 y 70 del siglo pasado y cómo este fenómeno es tratado en la actualidad; los principales debates que se desarrollan sobre el tema; y la unidad de análisis que se utilizó en el Proyecto.

En primer lugar se analiza la evolución que ha tenido el tema de la tenencia de la tierra⁸ y su concentración desde la década de los años 60 del siglo anterior hasta la situación actual.

En aquella época, la concentración de la tierra era considerada un escollo para la modernización de la agricultura, mientras que en la actualidad se estima que se ha convertido en un requisito indispensable para su modernización y crecimiento.

En efecto, en los años 60s y 70s uno de los principales argumentos en que se basó la Alianza para el Progreso, como fundamento para recomendar la reforma agraria en el continente, fue considerar que el sistema de tenencia de la tierra basado en la concentración de la propiedad, actuaba como un obstáculo para la modernización de la agricultura.

En aquel momento, la realidad sobre la tenencia de la tierra quedó plasmada en los estudios realizados por el Comité Interamericano de Desarrollo Agrícola (CIDA)⁹, que contó con el auspicio de la FAO, además de la OEA, el BID, y la CEPAL. Ello se traduce en un amplio esfuerzo de investigación y que alcanza a muchos países de la Región. A mediados de los 60 se publicaron los informes correspondientes a siete países: Argentina (1965), Brasil (1966), Colombia (1966), Chile (1966), Ecuador (1965), Guatemala (1965) y Perú (1966), seguidos posteriormente por otros informes. Se puede afirmar que desde este esfuerzo de reflexión colectiva, no se ha realizado en la Región una investigación de esta envergadura relacionada con la tierra.

Para intentar establecer una comparación entre la situación que prevalecía en aquel período con el actual, en términos de la concentración de la tierra, se reseñarán las principales razones que justificaron la necesidad de realizar reformas agrarias en América Latina. Básicamente se destacaron los siguientes elementos: (i) la estructura bimodal; (ii) la inequidad derivada de ella; y (iii) su ineficacia.

Un buen resumen del diagnóstico basado en los Informes CIDA y sobre las reformas agrarias de la época, se encuentra en una certera síntesis¹⁰ que analiza cada uno de los temas ya señalados.

Lo característico de la estructura agraria bimodal (latifundio-minifundio) de América Latina era su condición de inequitativa e ineficiente, y con consecuencias sociales y políticas negativas. Se afirmaba que la solución a esta realidad pasaba por una reforma agraria – que

agregado dos que parecen relevantes: frutas y verduras destinadas al mercado externo; vinos y conservación.

⁸ De acuerdo a FAO, la tenencia de la tierra se refiere a la relación, definida en forma jurídica o consuetudinaria, entre personas, en cuanto individuos o grupos, con respecto a la tierra. La tenencia de la tierra es una institución, es decir, un conjunto de normas inventadas por las sociedades para regular el comportamiento. Las reglas sobre la tenencia definen de qué manera pueden asignarse dentro de las sociedades los derechos de propiedad de la tierra. Definen cómo se otorga el acceso a los derechos de utilizar, controlar y transferir la tierra, así como las pertinentes responsabilidades y limitaciones.

⁹ Ver: Solon Barraclough y Juan Carlos Collarte. **El Hombre y la Tierra en América Latina. Síntesis de de los Informes CIDA sobre tenencia de la tierra en Argentina, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, Guatemala, Perú.** Editorial Universitaria, Santiago de Chile 1971.

¹⁰ Cristobal Kay. **América Latina. Mirando hacia atrás: el tiempo de las reformas agrarias.** Revista Envío, Universidad Centroamericana, Número 208, Managua, Julio 1999.

al modificar la desigual distribución del ingreso- ampliaría el mercado interno para los productos industriales, fortalecería el esfuerzo de industrialización mediante el aumento del aporte de productos agrícolas y contribuiría a la integración social del campesinado, grupo social hasta entonces marginado.

América Latina tenía una de las estructuras agrarias más inequitativas del mundo. En un extremo se encontraban los minifundistas, los propietarios de pequeñas parcelas de tierra; y en el otro estaban los latifundistas, con grandes extensiones en la forma de plantaciones, haciendas y estancias. Para 1960, los latifundios constituían más o menos el 5% de las unidades agrícolas, pero acumulaban cuatro quintas partes de la tierra, mientras que los minifundios constituían cuatro quintas partes de las unidades agrícolas pero sólo disponían del 5% de la tierra. Estos son datos globales y promedio y en la misma región existían diferentes distribuciones, ubicándose Argentina y Perú entre los dos extremos, con Argentina exhibiendo un mayor porcentaje de explotaciones de tamaño medio, responsables de la mayor proporción de la producción.

Si bien es clara la diversidad que los estudios del CIDA ponen en manifiesto, se había generado un consenso en la necesidad de una reforma agraria para superar el alto grado de concentración de tierra que llevaba a un empleo ineficiente de los recursos en muchos países de la Región. Las grandes fincas explotaban grandes extensiones de tierra, lo que reducía su productividad, permaneciendo buena parte de ella sin cultivar. El monocultivo generalmente adoptado en zonas dedicadas a la agricultura de exportación, producía efectos ambientales nocivos. La explotación de grandes extensiones de tierras limitó también las oportunidades de empleo y contribuyó a que la productividad de la mano de obra fuera baja. La relativa abundancia de trabajadores agrícolas y el alto grado de concentración de tierras, significaba que los terratenientes podían seguir pagando salarios bajos incluso en los lugares donde la productividad de la mano de obra había aumentado con inversiones. También se afirmaba que la concentración de las tierras impedía la adopción de tecnología moderna, puesto que los terratenientes -por la gran extensión de sus tierras- podían obtener ingresos altos sin intensificar la producción. Además, para los terratenientes, sus propiedades eran un seguro útil contra la inflación. Por último, tener extensas propiedades significaba no sólo tener poder económico, además otorgaba un reconocido estatus social.

Por el contrario, en la actualidad el fenómeno de la concentración de la tierra es visualizado, en gran medida, como un requisito para lograr escala y organización de la producción en el proceso de modernización de la agricultura, junto con el planteamiento de una preocupación por las consecuencias que pueda tener esta concentración sobre el manejo y la conservación de los recursos naturales.

En definitiva, la concentración y globalización (“extranjerización”) de la tenencia de la tierra son parte del proceso de modernización de la agricultura y del sistema alimentario, el que a su vez, es la expresión de la lógica del modelo de desarrollo vigente.

En la actualidad, el proceso de concentración y de globalización de la tenencia de la tierra es un reflejo de estos mismos fenómenos que ocurren en las cadenas de valor, en las cuales aquella forma parte. En otras palabras, estos fenómenos de concentración y de globalización ocurren en la totalidad de los eslabones que componen las cadenas, siendo uno de ellos, el de la tenencia de la tierra. A su vez, la concentración se puede observar en la propiedad de la tierra y en el uso de la tierra.

En los últimos años, la dinámica del mercado de la tierra se encuentra subordinada a la situación que tienen las cadenas de valor y sus modalidades de organización de la producción a nivel local y/o global. Por ello, resulta un tema fundamental considerar los cambios que ocurren en la organización de la producción, para poder explicar, por ejemplo, las diferencias que tienen diversos fenómenos como la producción de soja en Argentina y en Brasil. En la misma cadena, en el caso de Argentina, no se observa una concentración de la propiedad sino que en su uso; en Brasil, en cambio, se observa la concentración de ambas, propiedad y uso.

Los principales debates alrededor de la dinámica de la tierra

El proceso de concentración y globalización de la tenencia de la tierra ha generado debates que reflejan diversos tipos de preocupaciones, que podrían ser agrupados en cuatro grandes líneas de argumentación.

La primera tiene que ver con la “modernización de la agricultura y el funcionamiento del mercado de tierras”. Se plantea que un mercado que no cuenta con un marco legal eficaz, que no brinda seguridad a la inversión y que no brinda garantías inmobiliarias seguras, resulta un impedimento para tener acceso al crédito.

Frente a esta preocupación, se plantea la necesidad de desarrollar acciones como las siguientes:

- Desarrollo de catastros y/o otros mecanismos para regularizar el registro de propiedad de las tierras.
- Propuestas de Leyes que formalicen los arrendamientos de tierras.
- Implementar fondos financieros para facilitar el acceso de productores a la tierra, como por ejemplo, la implementación de programas de reformas agrarias que se realizan a través del mercado.

La segunda se refiere a los efectos de la concentración de la tierra y “el modelo de desarrollo agrario”. Es un hecho que la concentración tiene un carácter excluyente, en la medida que obstaculiza el acceso de una parte importante de la población a un medio de producción como es la tierra, que resulta fundamental para la generación y distribución de los ingresos.

Este tipo de preocupaciones genera debates donde se plantean:

- Reivindicaciones de movimientos sociales que representan los intereses de campesinos sin tierra y/o agricultores familiares.
- Legislación para una mejor distribución de la tierra.
- Reivindicación y legislación para recuperar tierras que se encontraban en propiedad de comunidades indígenas.

La tercera tiene que ver con la concentración de la tierra “y soberanía de los Estados”. Se plantea que la concentración de la propiedad de la tierra y su acaparamiento, genera dificultades para que los Estados puedan ejercer la soberanía en su territorio y una adecuada gobernanza de los recursos naturales, preferentemente la tierra.

Frente a esta preocupación surgen discusiones donde se denuncian situaciones como:

- El acaparamiento de tierras (“*land grabbing*”) para la producción de alimentos destinados a otros mercados (Brasil, Argentina).
- La concentración de tierra en manos de extranjeros en zonas de frontera (Bolivia, Paraguay, Uruguay, Argentina).

Por último, se plantea el tema de la relación entre la concentración de la “tierra y el manejo de recursos naturales”. La concentración de la propiedad de la tierra lleva al control de recursos naturales especialmente sensibles para los gobiernos, como son las zonas de reservas de la Biosfera (La Amazonía), recursos de agua dulce, turismo, energía, minerales y otros. Las consecuencias de grandes extensiones de monocultivos con semillas intervenidas, que generan protestas de grupos ambientalistas.

Frente a este tipo de preocupación, surgen temas donde se plantean situaciones sobre los efectos que pueden tener en el manejo de los recursos naturales, hechos como los siguientes:

- Las compras de tierras por extranjeros con fines conservacionistas (Chile y Argentina).
- Legislación sobre propiedad y manejo de la tierra en regiones con situaciones ambientales particulares, como la Amazonía.
- Las compras de tierras en la Sierra y Selva del Perú, como un medio para controlar recursos mineros.

En resumen, se trata de debates simultáneos – todos en torno a los efectos de la concentración de la tenencia de la tierra- en los que participan diferentes actores, que son afectados directamente por el dinamismo que ha adquirido el fenómeno.

Condicionantes de la actual dinámica de tierras

El fenómeno de la dinámica del funcionamiento del mercado de la tenencia de la tierra tiene una serie de condicionantes que explican su actual desarrollo.

Dentro de las variables más estructurales se deben considerar las exigencias que provienen desde las cadenas de valor y particularmente de la tecnología disponible y de la organización de los procesos que cubren todos los eslabones de la cadena. Conceptualmente en esta nueva modalidad se destacan tres elementos:

- a) El papel relativo que tiene la propiedad de la tierra dentro del proceso productivo.
- b) El papel central que juegan: (i) los modelos de organización y de gestión; (ii) el uso de sofisticadas tecnologías modernas de información.
- c) La integración de un amplio espectro de eslabones dentro de la cadena productiva, donde la fase de producción primaria es una más, sometida a otros que incluyen la fabricación de los propios insumos; el financiamiento; los paquetes tecnológicos (equipos, maquinarias, programas computacionales); fases de procesamiento; el transporte; y la distribución.

Es necesario reiterar que el papel que jugó la propiedad de la tierra dentro de la producción silvoagropecuaria ha variado a lo largo del tiempo, de acuerdo a las distintas coyunturas bajo las que se encuentre.

Por lo tanto, el rol de la propiedad de la tierra en los niveles de concentración es un factor variable. Por ejemplo, en el caso de inversiones de mediano y largo plazo, como es la producción forestal, la propiedad de la tierra pasa a ser fundamental. No ocurre lo mismo en el caso de ciclos de producción de corto plazo, como pueden ser algunos cultivos anuales, como es el caso de la soya en Argentina.

También es necesario considerar que la mayoría de las tecnologías modernas que se usan en la producción de *commodities*, tienden a privilegiar grandes volúmenes de productos, sea en la fase de la producción primaria o en otras fases de la cadena de valor (procesamiento, transporte, etc.).

Por su parte, el modelo de desarrollo es otra variable estructural que se debe tomar en cuenta. El que predomina en la actualidad, con economías abiertas, ha llevado a que la agricultura de la Región se encuentre directamente vinculada a amplios mercados externos. Esto marca una diferencia fundamental con respecto al modelo de desarrollo “hacia adentro”, que básicamente privilegiaba los mercados nacionales. Ahora la posibilidad de participar en mercados externos relativamente complejos, obliga llegar a ellos con volúmenes de producción importantes y a precios competitivos.

El último aspecto dentro de la variable estructural que explica el fenómeno de la concentración, y que ocurre en el mercado internacional, se refiere a:

- Creciente demanda generada por el aumento de la población y de los ingresos.
- Alta demanda de biocombustibles y otros productos, solicitados por países consumidores relevantes.
- Desplazamientos de la producción de *commodities* a granel, hacia países que tienen tierra y costos de producción más bajos.

Por último está la condicionante que se refiere a variables que se ubican en el ámbito de la política. Ellas tienen que ver con:

El marco legal de la tenencia de la tierra

Considerando el marco legal, se puede encontrar una gradiente de legislaciones y reglamentos que van desde situaciones con explícitas y estrictas limitaciones al tamaño que

puede tener la propiedad; pasando por situaciones intermedias donde se buscan límites al tamaño de la propiedad y a la nacionalidad de los propietarios; hasta situaciones donde no existen restricciones de ningún tipo en cuanto al tamaño ni a las características de los propietarios. Vale recordar, que en la Región, la sola existencia de marcos legales no asegura su cumplimiento.

A la luz de estas consideraciones se pueden explicar las diferentes dinámicas que exhiben cadenas de valor muy similares, como pueden ser los casos del desarrollo de la fruticultura en Chile y en México. Mientras en este último país, producto de una legislación restrictiva y de una fuerte tradición cultural histórica en legislación sobre tenencia de la tierra, la concentración de la cadena de valor excluye la concentración de la propiedad de la tierra mientras opera una fuerte concentración de la cadena. En cambio, en Chile, una legislación permisiva, explica que la concentración de la cadena de valor, incluya grados importantes de la concentración de la propiedad de la tierra.

Marco de las políticas públicas

Sobre el particular, se pueden encontrar situaciones donde existen países en que los Gobiernos establecen políticas públicas específicas que plantean incentivos económicos para fomentar determinadas actividades productivas que, en definitiva, significan una transferencia de recursos públicos a terceros. Estas políticas significan ventajas adicionales a las que operan en el mercado.

Ejemplos de este tipo de políticas públicas que favorecen la concentración, pueden ser inversiones en riego: como es el caso de Perú, la Ley de fomento del riego en Chile; incentivos fiscales para el desarrollo forestal en Chile y Uruguay; fomento a las exportaciones silvoagropecuarias que existen en varios países; incentivos para fomentar cultivos ligados a la energía renovable, como la caña de azúcar y otros; etc.

Finalmente, existen políticas públicas ligadas a la tenencia de la tierra y que tienen relación con el manejo de otros recursos naturales que no se encuentran en el ámbito de la producción silvoagropecuaria. Se trata leyes y medidas administrativas que se refieren al acceso a recursos naturales estratégicos, como puede ser el agua para el funcionamiento de empresas mineras, proyectos hidroeléctricos; manejo de zonas costeras vinculadas a empresas acuícolas; a servicios turísticos; etc.

Síntesis del contexto de los países estudiados y tipología

A continuación se reseñan algunos aspectos sobresalientes de los procesos de concentración/ extranjerización de los países analizados y se presenta una tipología que los agrupa y distingue.

De partida, hay que afirmar que los niveles de concentración y extranjerización de la tierra y de los recursos que se observa en la actualidad, ha aumentado en forma notable con respecto a la realidad que se observaba en la década de los años 60 del siglo pasado, cuando se justificaba la necesidad de realizar reformas agrarias en forma generalizada en la Región. Además, estos procesos, no tienen la forma de enclave que tuvieron en el pasado, de no tener relaciones con el entorno, sino que, al contrario, formalmente realizan actividades para integrarse en los niveles local, regional y nacional, donde se encuentran ubicados. Por su parte, el fenómeno del *Land Grabbing* se encuentra en una fase de indicios del inicio y restringidas sólo en dos grandes países: Argentina y Brasil.

Sólo se señalan algunas situaciones que reflejan lo que se observa en cada uno de los países analizados, desde el punto de vista de los temas centrales.

Argentina

En este país se encontró una importante expansión en el tamaño de los establecimientos agropecuarios y casos notorios de compra de tierras por parte de grandes empresarios extranjeros. En cuanto a casos de *Land Grabbing*, se han detectado varias negociaciones entre estados extranjeros (Arabia Saudita, Corea del Sur, China y Qatar) y provincias argentinas para realizar acuerdos que, si bien no involucran la compra de tierra, comprometen los productos de la misma, que de concretarse los acuerdos, podrían considerarse dentro del marco conceptual de este fenómeno.

Es importante señalar que Argentina es un país de gran extensión y diversidad de regiones fitogeográficas y productivas, por lo cual, no es sorprendente que se haya encontrado que los diversos fenómenos bajo estudio se dan en diferentes regiones y condiciones.

En las últimas dos décadas, se ha dado un proceso de concentración de la tenencia de la tierra mediante la expansión en superficie de grandes empresas que arriendan tierra y, en menor proporción y diferentes grados, son propietarias. La “concentración” se da por la escala de los establecimientos y por el nivel de capital invertido por hectárea. No es posible establecer el grado de concentración de la propiedad en el país y existen diferentes teorías contradictorias y muy disputadas al respecto, aunque sí coinciden en que las propiedades más pequeñas disminuyen en número.

Las grandes empresas arrendatarias productoras son llamadas “*pooles*” por los arreglos contractuales y de financiamiento que caracteriza a muchas de ellas, pero entre ellas hay también empresas familiares que no se ajustan a esta definición. Estas empresas arrendatarias son en su gran mayoría de origen argentino, y se dedican principalmente a la agricultura y a la producción de cereales y oleaginosas (*commodities*, como soja, trigo, maíz, entre otros) en las zonas tradicionales pampeanas, aunque ha habido una expansión de la agricultura hacia el oeste y norte en las que han sido importantes protagonistas. Las más grandes también se han expandido a países limítrofes, en particular Brasil, Uruguay y Paraguay. Asimismo, las más grandes, al llegar a una cierta escala, y en general recientemente, se han asociado o capitalizado con fondos extranjeros.

Los casos de compra de propiedad por parte de extranjeros son dignos de ser destacados, por la escala de los mismos (en el rango de cientos de miles de hectáreas) y el hecho de que se trata de grandes fortunas internacionales. No obstante, estas inversiones no se dan en las zonas de alto valor productivo, sino generalmente en zonas cordilleranas donde los valores son más bien paisajísticos y de conservación, si bien la propiedad de los hermanos Benetton se destaca como una inversión productiva (ovino ganadera) moderna y capitalizada. Existen otras empresas extranjeras productivas en zonas extra-pampeanas, dedicadas a la caña y producción de azúcar, al tabaco y su procesamiento y a la forestación y producción de madera.

Bolivia

En este país se observa una concentración y extranjerización de la propiedad de la tierra básicamente en tres rubros: la soja y otras oleaginosas y sus cultivos de rotación como trigo, maíz, arroz; la ganadería y la actividad forestal. Ésta se concentra en la Región Oriental, particularmente en el Departamento de Santa Cruz de la Sierra. Entre los compradores extranjeros predominan los de nacionalidad Brasileña y los de Argentina.

Como ejemplo, se puede señalar que los tres mayores productores de soja son extranjeros y entre ellos cosechan 180 mil toneladas de soja, lo que supondría (a un rendimiento promedio de 3 toneladas por hectárea) que cada uno posee por lo menos 20 mil hectáreas. Otro ejemplo es el del Grupo Mónica de Brasil con 50.000 ha de soja.

La cantidad de grandes empresarios que cultivan más de 1.000 ha no supera los 300, de los cuales la mayoría son brasileños, con un núcleo poderoso no mayor de 100 productores, quienes poseerían predios de entre 3.500 a 8.000 hectáreas.

Bolivia, históricamente contó con la presencia de agricultores venidos del extranjero en la Región: Santa Cruz de la Sierra. Ahora los principales compradores son brasileños y argentinos y en menor medida, colombianos. En los años 50 fueron colonos Japoneses y en

los años 60 corresponden a Colonias de Menonitas, aunque estas últimas continúan en expansión.

Brasil

En este caso, el proceso de concentración/extranjerización de la tierra es alto. En este país se observa un proceso de *Land Grabbing* a través de compras de tierra de Arabia Saudita, China y Corea del Sur. La concentración se observa en empresas que cubren los rubros de soja, la caña de azúcar, las carnes blancas, sector forestal, ganado y frutales.

Algunos ejemplos de concentración en el caso de la soja, muestran situaciones que reflejan los niveles existentes. Se menciona el caso de un productor de soja conocido como O Rey da Soja, que en 2010 llegó a plantar 168 mil ha, las que sumadas a las 223.000 ha que plantó su hermano, totalizan entre ambos más de 390.000 ha.

Es usual encontrar capitales extranjeros con grandes extensiones de tierra, tales como una empresa del Japón con 100.000 ha de Soja o una empresa de Alemania con 42.000 ha para producir leche, carne, caña, etc. Existen capitales regionales en Brasil, como son los casos de los “*pooles*” agrícolas de Argentina y de empresas forestales de Chile, que serán analizadas más adelante.

A su vez, empresarios de Brasil invierten en tierras en Bolivia, Colombia, Paraguay y Uruguay.

Finalmente, se pueden señalar otros aspectos relevantes en el caso de Brasil: el 70% de la producción de caña es realizada directamente por las industrias; la presencia de otros capitales regionales, como el de Chile en el sector forestal; presencia de transnacionales tradicionales y las dimensiones de algunas empresas como la Mitsui de Japón que tiene 100.000 ha de Soja.

Chile

Las principales empresas que muestran mayores niveles de concentración de tierra corresponden al rubro forestal, con una fuerte expansión en la Región y con altos niveles de integración, donde logran producir sus propios insumos y llegan al consumidor con los productos finales. Empresas forestales: en la forma de “*translatinas*” manejan superficies superiores a 1.000.000 ha con cadenas de valor completas. En el caso de las viñas, a pesar de existir un alto número de ellas, el grueso de la producción se concentra en tres empresas con expansión vecinal hacia Argentina.

En el caso de las frutas de exportación, existe una concentración en empresas familiares como puede ser el caso de algunas empresas familiares grandes: (SOFRUCO 2.153 ha con especies frutícolas y 500 ha de viñas, Corpora: 1.000 ha frutales; 1.800 ha de vid); empresas transnacionales: como Dole; Unifrutti y Del Monte; y últimamente se han constituido exportadoras de tamaño grande y medio conformadas por grandes productores de frutas.

En cuanto a las semillas destinadas principalmente al mercado externo, importantes empresas transnacionales totalizan una superficie de 35.000–40.000 ha, distribuidas entre medianos productores que trabajan para estas empresas.

Asimismo, y al igual que en el caso de Argentina, se observa concentración de tierras destinadas a la conservación de los recursos en la Patagonia, con presencia de extranjeros (caso de Tompkins que controla sobre 300.000 ha). En el caso de aves y cerdos, predominan dos empresas familiares. Una de ellas, además, presenta situaciones de concentración en otros rubros, como salmones, frutas y vinos.

En general, en Chile los grupos económicos tradicionales, que son multisectoriales y de larga trayectoria, concentran tierras para garantizar el suministro adecuado de materias primas.

Colombia

En este caso se destacan los procesos de concentración y de extranjerización de tierras destinadas a la producción de materias primas para la elaboración de bio combustibles. Especialmente, se trata de la palma africana (concentrada en 4 empresas con 22.000 ha c/u), remolacha, caña de azúcar (predios entre 3.000 y 11.000 ha) y yuca. Se repite el fenómeno en la soya, el arroz, maíz y el sector forestal. Las principales transacciones sobre tierras se realizan por parte de grandes grupos económicos del país y recientemente por empresas extranjeras favorecidas por políticas que incentivan la inversión extranjera, estímulos e incentivos a las plantaciones a gran escala y reformas a la legislación agraria para levantar las restricciones a la compra de grandes extensiones de tierras, principalmente en la región de la Altillanura orinoquense –al nororiente del país-, en donde se planea implementar el modelo del “Cerrado Brasileño” y promover extensas plantaciones de cacao, maíz, soya, caucho, forestales y palma, así como grandes proyectos de avicultura, porcicultura y ganadería.

También se pueden encontrar empresas de diferentes rubros vinculadas entre sí, que extienden sus actividades a otros países de la Región.

De igual forma, se puede señalar presencia de transnacionales en el agro, cuyo origen es EE. UU., Japón, Israel, Chile y España. La presencia de capitales colombianos se constata a través de inversiones que realizan en Bolivia y Perú.

El incremento en la concentración de la propiedad de la tierra y de su uso también se relaciona, al igual que en Perú, con el estímulo a la explotación de recursos mineros y de hidrocarburos por parte de empresas transnacionales.

La presencia de situaciones de violencia política altera el funcionamiento del mercado de la tierra, ya que importantes áreas no se encuentran incorporadas a él o se encuentran pendientes de cumplir con el compromiso gubernamental de restituir las tierras a la población desplazada por la violencia. Se estima que la violencia es causa del desplazamiento de más de 5,1 millones de personas, de las cuales el 98% provienen del campo, que abandonaron o fueron despojadas de entre 6,6 millones de hectáreas a más de 8 millones de hectáreas (37% del área con vocación agropecuaria).

Ecuador

En este país, la concentración ocurre básicamente en las plantaciones de banano (sobresalen tres grupos nacionales con 40.400 ha); en el caso de la caña de azúcar se destacan seis grupos que controlan superficies que van desde 68.250 ha la mayor, a 25.000 ha la menor); en la palma africana sobresalen cuatro grupos que van desde las 45.000 ha la mayor, hasta 14.800 ha la menor; en el sector forestal se encuentran predios que controlan entre 25.000 ha a 40.000 ha, donde destaca la inversión de capitales japoneses y chilenos.

La inversión extranjera es relativamente débil en flores, industria conservera, ganadería y lácteos, a pesar de ser actividades de relativa importancia económica para el país.

Dos razones pueden estar moderando estos procesos de concentración/ extranjerización en este país. Una puede ser el hecho de que en este momento se está realizando un proceso de reforma agraria. El otro, son las dimensiones relativamente limitadas de la agricultura dentro del conjunto del país.

Paraguay

En el caso de Paraguay, los procesos de concentración se dan en la soja, maíz y el trigo, con fuerte presencia de empresarios provenientes de Argentina y Brasil en las regiones fronterizas de estos países. La soja se ubica en los Departamentos de Alto Paraná y Canindeyú, donde los predios mayores a 1.000 ha son en un 55% y 60% respectivamente, de propiedad mayoritaria-mente de Brasileños nacionalizados: Brasiguayos. También se observa concentración y extranjerización en la cría de ganado ovino, con una importante presencia de empresarios brasileños y uruguayos y de ex Colonos Menonitas, ampliamente integrados al mercado y a la modernidad con predios entre 60.000 ha y 70.000 ha en la Región del Chaco.

En el caso del trigo, el 61% de la superficie sembrada es de extranjeros, y la mitad de las explotaciones tiene superficies mayores a 500 ha.

Además, se observa la presencia del mismo fenómeno de los “*Pooles*” de agricultura de Argentina.

Las empresas extranjeras que se insertan en la estructura agraria paraguaya, en el período más reciente, están vinculadas a cadenas de agronegocios, lideradas por empresas transnacionales.

Perú

En este caso se observan fuertes procesos de concentración, fundamentalmente en los rubros ligados a la exportación de frutas y verduras (6 predios mayores de 1.000 ha, desde una superficie de 1.240 ha a 8.458 ha, propiedad de un importante grupo económico y de diversos capitales); caña de azúcar (compra de ex cooperativas azucareras: dos grupos nacionales (10.000 ha y 16.000 ha) y una de Colombia (9.100 ha); palma africana destinada a la producción de etanol; 3 predios con superficies mayores a 20.000 ha (entre 22.000 ha y 52.400 ha).

Estos procesos se centran en las regiones de la costa y en la selva. También se observan importantes procesos de concentración y de extranjerización en torno a las importantes inversiones destinadas a la actividad minera.

En las diferentes zonas del país, la concentración de la tierra tiene particularidades: en la Costa, se trata del desarrollo de cultivos para la exportación y de azúcar para la producción de etanol; en la Selva hay concentración de tierras para el desarrollo de la palma africana para biocombustibles y para concesiones petroleras; en la Sierra, la concentración de tierras, principalmente de comunidades campesinas o ganaderas, se registra exclusivamente para el desarrollo de explotaciones mineras.

Los principales compradores son los grandes grupos económicos del país y algunas empresas transnacionales de Dinamarca, España, Reino Unido, EE. UU., Colombia, incipiente de Chile, entre otros.

Entre los factores que favorecen la concentración habría que mencionar el impacto de subsidios de obras de riego y la demanda internacional, y un montaje institucional a la concentración de tierras en el Estado y su privatización.

Los niveles de concentración actuales son muy superiores a los que existían con anterioridad a la reforma agraria que se implementó en los años 60 del siglo pasado.

Uruguay

Durante la década del 90 se crean las condiciones institucionales que facilitan el proceso de concentración y extranjerización posterior. En la última década, la tierra aumenta en promedio seis veces su valor y se transa un tercio de la superficie agropecuaria del país.

Los rubros en los cuales se observan niveles de concentración relativamente altos son: en la actividad forestal, con predios de hasta 230.000 ha en manos de europeos y chilenos; en la soja, se observa un predominio de argentinos, el mayor de los cuales posee en propiedad o arriendo 130.000 ha; a su vez en el caso de la lechería, se detecta un emprendimiento de origen neozelandés (actualmente controlado por una multinacional del agronegocio con base en Singapur) con 35.000 ha; en el caso del arroz y la ganadería, además de grandes propiedades de uruguayos también hay propiedad de brasileros. La industria arrocera y los frigoríficos, son de propiedad extranjera con una fuerte presencia de brasileros. Estos se encuentran mayoritariamente en las regiones ubicadas en el sur este del país.

Entre los compradores extranjeros de las tierras predominan empresarios de: Brasil, Argentina, a través de los “*Pooles*” agropecuarios; suecos, finlandeses y chilenos en el sector forestal.

México

El caso de México resulta paradójico, ya que dada su ubicación geográfica y las dimensiones de su agricultura, se podría esperar un alto nivel de concentración y de extranjerización de la tierra. Sin embargo, el peso cultural del conocido “agrarismo mexicano” y la larga tradición de la reforma agraria que se realizó por más de 80 años, se traducen en una legislación vigente restrictiva hacia el funcionamiento del mercado de la tierra.

Ello explica la baja concentración de la propiedad de la tierra y una muy fuerte concentración y extranjerización de las cadenas de valor de los productos agropecuarios. Ejemplo de éstos son el maíz, caña de azúcar, frutas, hortalizas, café, cebada, tequila, leche, minería etc., con fuerte presencia de capitales y empresas de EE. UU. y Europa.

También ello ayuda a explicar algunas dinámicas de tierras que se asemejan al *Land Grabbing* observada a través de la presencia de una importante empresa de México en Nicaragua, con una activa participación gubernamental en la gestación del emprendimiento.

Costa Rica

En este país se observa un nivel medio de concentración de la tierra: En el rubro del café, los pequeños productores constituyen sobre el 90% de los propietarios y sin embargo aportan el 41% de la producción.

En el caso de la caña de azúcar, el nivel de concentración también es bajo. Sin embargo, en los rubros de banano, piña y palma aceitera, se detecta un mayor grado de concentración y extranjerización de la tierra, en especial en el ámbito de la comercialización. En el caso del banano y de la piña, las empresas transnacionales Chiquita, Dole y Fresh del Monte controlan más del 50% de las plantaciones y son fuertes en la esfera de la comercialización. Por su parte, en la palma aceitera se observa un amplio predominio de extranjeros (60% de la superficie).

Guatemala

En este país se observa una relativa concentración de la tierra en los rubros de la caña de azúcar, cuatro empresas concentran tres cuartas partes de una superficie total de 220.000 ha plantadas con caña; la palma africana (de una superficie total de 100.000 ha, 2 empresas concentran 65%), la actividad forestal (de un total 533.000 ha, 4 empresas concentran 50%).

Estos se centran en las regiones ubicadas en la costa sur y en las áreas del norte del país, especialmente forestal y palma africana y con mucho menor extensión caña de azúcar, y los compradores son básicamente productores nacionales.

Las regiones donde se observa concentración es en la Costa Sur; los compradores son básicamente productores nacionales y existen inversiones de este país en Nicaragua.

Nicaragua

El proceso de concentración y extranjerización de la tierra ocurre con capitales regionales provenientes de México, Costa Rica y Guatemala, sin que se manifiesten en una magnitud significativa (las mayores cifras se sitúan en las 15.000 ha).

Los rubros más concentrados se ubican en los sectores: forestal donde el mayor predio tiene 10.000 ha, ganadero con 13.000 ha; arroz, palma africana con 14.000 ha, caña de azúcar, cítricos y turismo (15.000 ha).

En este país se pudo observar una situación de llegada de capitales provenientes de México para el engorde y faenamiento de ganado, que es analizado más adelante con algún detalle.

La concentración y extranjerización se manifiesta con capitales regionales de México, Costa Rica Honduras y Guatemala y también reporta intereses de Canadá y Noruega.

Panamá

La alta concentración de la tierra en este país es una constante histórica en los rubros del banano y del café. Con respecto al primero, un ejemplo es la empresa Bocas Fruit subsidiaria de Chiquita Brand, que tiene 5.151 ha (44% del total de plantaciones de banano). En el caso del café, también se observa un proceso de concentración y de extranjerización en las mejores tierras, salvo en algunas regiones como Santa Fe de Veraguas, donde el papel de los pequeños productores es predominante.

Se pueden observar nuevas situaciones de concentración en los casos del arroz y en la palma africana.

También se observan situaciones significativas de extranjerización de la propiedad de la tierra con fines turísticos, como por ejemplo, el caso del turismo de costa en manos de empresarios de los Estados Unidos de América.

República Dominicana

Se observan interesantes procesos de concentración y de extranjerización de la tierra vía los consorcios tradicionales, básicamente a través del cultivo de la caña de azúcar y el banano. Las dimensiones de los predios son considerables (del orden de 80.000 ha) con capitales de origen norteamericano, español, francés y venezolano y cubanos radicados en Estados Unidos.

También se han constituido consorcios no tradicionales vinculados a frutas y vegetales para el mercado externo (mango, cítricos, aguacates, cacao, pimientos, con dimensiones de 10.000 ha) y caña de azúcar para fabricar etanol (23.000 ha) con capitales del Gobierno de República Dominicana y de empresas que provienen de Suecia, Brasil, Guatemala y Colombia.

Guyana

Parte muy importante de la propiedad de la tierra, aproximadamente el 80%, se encuentra en manos del Estado. La mayoría de las tierras privadas se encuentran en cesión o arriendo manejadas por agencias gubernamentales, por plazos de 25 años, para la producción agrícola, el sector forestal y la minería.

La concentración se identifica en la zona costera donde predomina la caña de azúcar, ganado, arroz, piña y sector forestal.

Existen algunas propiedades en manos de extranjeros: América del Norte (Estados Unidos y Canadá) y capitales regionales (Brasil).

Trinidad y Tobago

Las grandes propiedades también se encuentran en manos del Estado, estas empresas están dedicadas a la elaboración de azúcar y de cacao. En el sector privado, se encuentran algunas grandes empresas originalmente dedicadas al azúcar, que se han diversificado produciendo granos, frutas tropicales y anís.

Existe una política de incentivos para vender tierras a extranjeros (“mega farms”), pero en dimensiones muy menores (entre 100 y 1.201 acres) para la producción de granos, vegetales y ganado).

Vale la pena reiterar, como ya fue planteado, que sólo se han señalado algunos ejemplos que reflejan el tipo de situación que se observa en cada uno de los países analizados y que no se trata de una presentación pormenorizada.

Tipología

Sin la pretensión de entregar afirmaciones validadas con respaldo de antecedentes estadísticos, los antecedentes de los estudios nacionales analizados, permiten proponer una aproximación para ordenar los diferentes casos, de acuerdo a los grados en que los fenómenos analizados se encuentran presentes y las principales tendencias que se han detectado.

Para establecer un orden relativo de ubicación en que se encuentran los países, desde la mayor hasta la menor presencia de concentración/extranjerización de la tierra, y reiterando que los parámetros que se utilizan no resultan los más rigurosos, se propone la siguiente aproximación.

1. Nivel de concentración: de acuerdo a la cantidad de rubros que se presentan, el fenómeno de la concentración en su dinámica productiva y económica. Los indicadores que se han utilizado son:
 - a) Alto: cinco rubros y más.
 - b) Medio: entre dos y cuatro.
 - c) Bajo: menos de 2.

2. Nivel de presencia de capital extranjero en los rubros concentrados. Los indicadores para las diferentes categorías son:
 - a) Alto: tres y más países inversionistas.
 - b) Medio: uno a dos.
 - c) Bajo: ninguno.

3. Presencia o no de empresas/empresarios del país analizado en otros países de la Región. Esta variable refleja una especie de “rebalse” de concentración en el propio país y, por lo tanto, refleja la necesidad de expansión hacia países vecinos.

4. Presencia o no del fenómeno de acaparamiento de tierras por parte de Estados “inversionistas”.

Sobre este punto, hay que insistir en que este fenómeno se encuentra en una fase de “indicios del inicio”, vale decir, que no se encuentra definitivamente establecida ni menos consolidada.

Tomando en cuenta estos indicadores, con todas las debilidades que se han señalado, resulta claro que los casos extremos son los que corresponden a los Tipos I y V, en la medida que resultan relativamente fáciles de diferenciar, debido a que se trata de situaciones extremas. En el caso de Argentina y Brasil (Tipo I), se trata de países de grandes dimensiones, con niveles de concentración y de extranjerización evidentes, inclusive con Estados “inversionistas” en sus fronteras, y con empresas/empresarios de sus países de origen, con fuerte presencia en otros países vecinos.

Por el contrario, en el otro extremo, los casos de Guyana y Trinidad Tobago (Tipo V), se trata de países relativamente pequeños; con limitados procesos de concentración y extranjerización y sin que sus empresas ni sus empresarios tengan presencia más allá de la frontera de sus respectivos países.

Luego se entra en los países donde se encuentran situaciones intermedias, que son los incluidos en el Tipo III, comparten situaciones intermedias entre las dos situaciones extremas ya descritas. Los países incluidos en el Tipo II, son países de dimensiones medianas, con interesantes procesos de concentración/extranjerización y con altos niveles de porosidad de inversiones en el sector silvoagropecuario intrarregional. Aquellos que se ubican en el Tipo IV, son países más pequeños, en los que se observan procesos de concentración y extranjerización más tradicionales y otros más recientes, con medianos procesos de porosidad de inversiones interregionales.

Junto con apreciar una ordenación de presencia de los fenómenos, vale la pena relativizar la validez que tienen los indicadores utilizados, especialmente en los casos de niveles de concentración, donde se utiliza la cantidad de rubros afectados y en presencia del

capital extranjero, donde se utilizó el número de países inversionistas. Estos son los datos disponibles en los trabajos de los países. Pero, no cabe duda que un indicador más sensible para captar este tema sería tomar valores relativos en función de las dimensiones de cada uno de los países. En el caso de la presencia del capital extranjero sería interesante verificar el grado de dominación que ejerce el capital extranjero sobre las principales cadenas de valor. En futuros análisis, se debería avanzar en obtener informaciones en esta dirección.

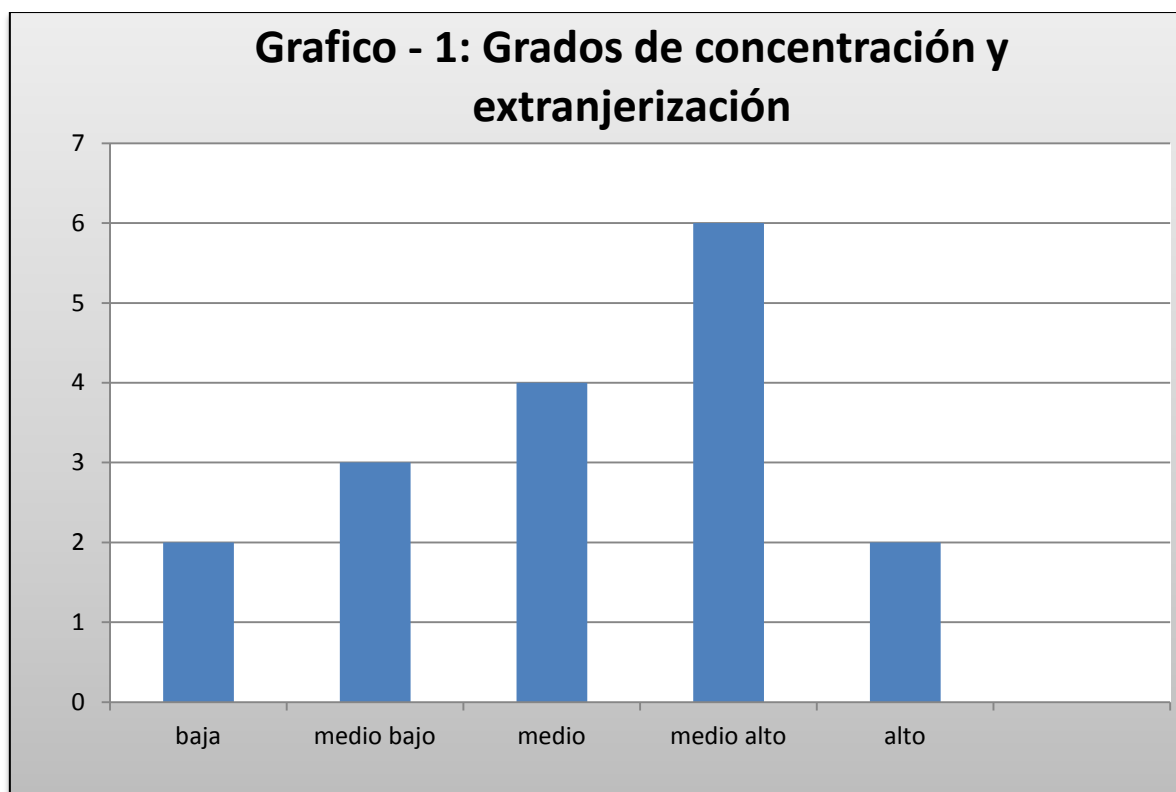
I.- Concentración y Extranjerización Alta. Tienen puntajes altos en niveles de concentración y extranjerización y presencia de los dos fenómenos considerados. Países grandes: Argentina y Brasil (2).

II.- Concentración y Extranjerización Media Alta. Tienen puntajes altos en niveles de concentración y extranjerización y la mitad tiene inversiones en la Región. México, Chile, Colombia, Nicaragua, República Dominicana y Uruguay (6).

III.- Concentración y Extranjerización Media. No obstante de tener altos puntajes en niveles de concentración y extranjerización, no sobresalen por el número de rubros y no registran inversiones en otros países de la Región. Bolivia, Ecuador, Paraguay y Perú (4).

IV.- Concentración y Extranjerización Media Baja. Países de Centro América: Costa Rica, Guatemala y Panamá (3).

V.- Concentración y Extranjerización Baja. A pesar de tener algunos valores altos en niveles de concentración y extranjerización, el funcionamiento del mercado de la tierra no es fluido. Corresponden al Caribe anglófono e incluye a los países de Guyana y Trinidad & Tobago (2).



Cuadro 1. Resumen de valores por país

País	Nivel de concentración: número de rubros	Presencia de inversión extranjera	Nivel de presencia en otros países	Presencia de <i>Land Grabbing</i>
Argentina	Alta	Alta	Si	Si
Bolivia	Media	Alta	No	No
Brasil	Alta	Alta	Si	Si
Chile	Alta	Alta	Si	No
Colombia	Alta	Alta	Si	No
Ecuador	Media	Alta	No	No
Paraguay	Media	Alta	No	No
Perú	Media	Alta	No	No
Uruguay	Alta	Alta	Si	No
México	Alta	Alta	Si	No, pero
Costa Rica	Media	Media	Si	No
Guatemala	Media	Media	Si	No
Nicaragua	Alta	Alta	No	No
Panamá	Alta	Media	No	No
Republica Dominicana	Alta	Alta	No	No
Guyana	Alta	Alta	No	No
Trinidad & Tobago	Media	Baja	No	No

Ver: Anexo: Rubros concentrados por país.

Finalmente, vale la pena reiterar que el objetivo central de este trabajo es captar la dinámica que muestra el mercado de la tierra y los principales procesos ligados a él en la Región, y que el intento por acercarnos a una ordenación cuantitativa de los fenómenos forman parte del contexto de lo que se trata a continuación.

Por ello, es interesante señalar la nueva forma en la que se van materializando estos fenómenos que parecen transformarse para adecuarse a nuevos contextos y épocas. Para analizarlos se torna necesario abrir la óptica del análisis. De acuerdo a ello, esto emerge claramente en el caso de Argentina. Por ejemplo, los países protagonistas de *Land Grabbing* en África, buscan ahora arreglos contractuales en los que no se hacen de la propiedad de la tierra sino de sus productos; por otro lado, buscan destinos con experiencias de producción existentes que pueden satisfacer sus demandas sin grandes cambios en cultura productiva. Desde la visión de la propiedad de la tierra nacional como valor central esto podría parecer ser más aceptable, pero por otro lado: ¿es verdaderamente menos preocupante para la seguridad alimentaria comprometer el producto de la tierra? Otro ejemplo de fenómenos nuevos que nos permitimos ver si abrimos la óptica del análisis, es la constitución de grandes operaciones agrícolas mediante concentración de la tenencia temporaria de la tierra (arrendamiento y contratos), no de la propiedad.

Por la sensibilidad de los temas de concentración y extranjerización de la tierra y a la luz de los resultados obtenidos de los distintos análisis, es que consideramos este estudio Regional como una bisagra para el entendimiento de los fenómenos, para lo cual se torna necesario ampliar la óptica del análisis, a raíz de los cuales se abren una serie de campos para un mayor estudio, basado en ángulos nuevos para identificar y analizar transformaciones del sector y en algunos casos, nuevas formas de viejos fenómenos.

Análisis de algunos temas relevantes

Como ya se ha señalado, con los antecedentes presentados se avanza hacia una descripción del panorama regional en el ámbito del estudio al ofrecer una visión sistemática sobre diversos temas, que surgen de los antecedentes de los estudios de caso y que, de alguna manera, señalan algunas tendencias.

- Las dimensiones de la concentración/ extranjerización.
- La percepción de diferentes actores sobre el tema.
- La presencia de “Estados inversionistas” *Land Grabbing/* acaparamiento de tierras en la Región.
- Modalidades de expansión regional de las cadenas de valor.
- Los estímulos/obstáculos para la concentración/extranjerización.

Dimensiones del fenómeno

Los antecedentes presentados sugieren que los niveles de concentración y extranjerización de la propiedad de la tierra son substancialmente mayores a los que existían con anterioridad y que las características de ella son diferentes a las observadas en el pasado.

Como se ha planteado, para intentar establecer las dimensiones del fenómeno, parece útil recurrir a una comparación que pueda definir un parámetro como referencia. En este sentido, la comparación con la misma realidad, pero en otro período de tiempo, resulta una buena opción. Además, si se valora el hecho de encontrar un momento en el tiempo donde se disponga de una información confiable y amplia para la mayoría de los países de América Latina, la situación de comienzos de la década de los 60 del siglo pasado, parece la más adecuada, sobre todo porque la información se refiere a las mismas variables.

Si comparamos la realidad de entonces, en cuanto al proceso de concentración/ extranjerización con la situación actual, se puede afirmar que es “mayor y distinta” a la que se denunciaba en aquella época.

Para argumentar que es mayor, se presentan antecedentes sobre varios países entre ellos, Argentina, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, Guatemala y Perú.¹¹

En Argentina, de acuerdo a los datos del Informe CIDA, el tamaño promedio de las propiedades multifamiliares grandes (PMG)¹² era de 9.639 ha para el conjunto del país. Las variaciones de los promedios van desde los 3.269 ha en la Región del Chaco; 9.102 ha en la Pampa; hasta 32.388 en la Patagonia. En Brasil, se muestra un proceso de mayor concentración cuando se comparan los antecedentes del tamaño promedio de los predios de más de 5.000 ha que en 1950 era de 15.115 ha y que sube a 16.695 ha en 1960. En Colombia, la superficie promedio de las PMG el año 1960 era de 10.908 ha mientras que en Chile era de 2.178 ha. Por su parte en Ecuador, las propiedades mayores de 1.000 ha era de 7.313 ha, y las PMG 1.977 ha; en Guatemala era de 896 ha y finalmente en Perú de 13.995 ha.

Si bien las diferencias regionales son importantes, las dimensiones que tenía la concentración de la tierra hace 60 años, las cifras de los Estudios del CIDA, tienen poco que ver con los antecedentes que se encuentran en los estudios de caso de los países presentados. Si uno recurre a unos pocos ejemplos sobre las dimensiones de las propiedades en la actualidad, como pueden ser:

- Los cientos de miles de ha que manejan los principales cinco grandes *pooles* de siembra en Argentina.
- Las dimensiones de los predios dedicados a la caña de azúcar, soja y otros granos, y la magnitud de las inversiones de extranjeros en tierras en Brasil.
- Las tierras destinadas a la palma africana y caña de azúcar para la fabricación de agro diesel en Colombia.
- El número de ha y la magnitud de las instalaciones industriales de las empresas forestales en sus versiones translatinas, las extensiones de las grandes viñas, y, en general, la concentración de la tierra en Chile.

¹¹ Son los países contemplados en el texto de los Informes CIDA ya señalado.

¹² En todos los casos corresponden a la definición de: “Predios multifamiliares de gran tamaño, cuyas tierras son suficientes para proporcionar empleo permanente a un grupo de trabajadores (equivalente a más de 12 hombres) mucho más numeroso que el conjunto de los miembros de la familia del propietario, y que requiere división del trabajo y el establecimiento de una jerarquía administrativa”.

- Los cultivos que tradicionalmente se han dado en grandes propiedades, como sucede, por ejemplo, con las plantaciones de banano, de caña de azúcar y palma africana en Ecuador.
- Las dimensiones de los predios dedicados a la producción de caña de azúcar, palma africana, soja, ganadería y los destinados a la producción forestal en Guatemala.
- La concentración impulsada por la privatización de las tierras del Estado, a través del desarrollo de grandes proyectos de irrigación en Perú y las dimensiones que tienen las propiedades agrícolas de los principales grupos económicos de este país.
- En el caso mexicano, no incluido en el informe CIDA, a finales del reparto de tierras, se tenía, de acuerdo al Censo Agrícola Ganadero de 1990, 10.870 propietarios privados con predios mayores a 1.000 ha, 0,8% del total y poseían 36 millones 932 mil hectáreas, 51,6% de toda la propiedad privada, con un promedio de 3.400 ha por propietario.

En el caso de Perú, donde la reforma agraria de 1968 afectó la mayor parte de estas grandes propiedades, el volumen de tierras implicado en los procesos recientes de concentración, ya realizadas o en trámite, equivale prácticamente a las adjudicaciones realizadas en la costa durante ese proceso. Si bien las tierras no son siempre las mismas, las más de 120.000 ha que habían sido de haciendas cañeras de la costa, que fueron afectadas por reforma agraria y convertidas en cooperativas, se encuentran hoy en manos de grandes empresas privadas.

Esta evidencia muestra que los niveles de concentración de la tenencia de la tierra han crecido notablemente en la Región, si se compara con la situación que prevalecía hace 60 años.

La concentración/extranjerización actual se inserta en la perspectiva de una modernización productiva de la economía rural de América Latina. Se reconoce un uso más eficiente de los recursos productivos, aun cuando se plantean críticas en cuanto a procesos de exclusión social y a no considerar adecuadamente los temas ambientales.

Además, a diferencia de los antiguos enclaves, básicamente las plantaciones ubicadas en climas tropicales, estas nuevas formas intentan crecientes grados de integración en las sociedades nacionales y regionales, lo que se manifiesta en la formalización de programas de Responsabilidad Social Empresarial (RSE) que se encuentran en la agenda la mayoría de estas empresas¹³. También es cierto que el grado de aplicación de estos programas es diferente en las distintas empresas, pero es un tema que se encuentra en la agenda de ellas.

Otro aspecto que marca una diferencia importante entre la concentración de la tierra que ocurrió en el pasado, como respecto a la que se observa en la actualidad, dice relación con las características de los grupos propietarios de la tierra. Mientras en el pasado tenían un marcado sello sectorial, vale decir su actividad económica fundamental se centraba en la producción agropecuaria, en la actualidad los propietarios de las grandes propiedades rurales tienen una base multisectorial. En otras palabras, los principales grupos económicos de los países tienen intereses en el conjunto de las actividades productivas de los sectores más dinámicos de la economía, entre otros en la actividad silvoagropecuaria. Sin embargo, no es menos cierto que en cinco países de la región (Brasil, Argentina, Paraguay, Bolivia y Uruguay) la concentración y extranjerización de la tierra gira principalmente en torno al cultivo de las oleaginosas, especialmente la soja.

Se puede concluir, con todas las restricciones que tiene la comparación de datos que no son homogéneos, que la concentración y extranjerización de la tierra es substancialmente mayor y distinta a la que tradicionalmente existió en la Región.

¹³ La RSE busca definir estrategias para consolidar empresas que basan su competitividad en la diversidad, en la ética, el respeto al medio ambiente, un clima laboral adecuado, una armónica relación con las comunidades donde se encuentran y una relación virtuosa con los proveedores y transparente con el mercado.

Percepción de los principales actores

La percepción que tienen los diferentes actores sociales relevantes sobre estos temas es diversa. Se puede plantear que ella es mayoritariamente negativa, con la excepción de algunos sectores que priorizan el crecimiento económico de la actividad, la modernización del sector y su aporte a la actividad exportadora.

Como se ha señalado, la percepción se refiere al sentido que diversos grupos y actores le atribuyen a la concentración y extranjerización de la tierra, vale decir, la forma como un actor social selecciona e interpreta una realidad de acuerdo a su propia experiencia y al contexto en que se encuentra. Se presentan las percepciones por tipos de actores y luego algunos aspectos relevantes propios de determinados países.

Los actores

Gobiernos. Se observa una creciente preocupación por la llegada indiscriminada de inversiones extranjeras sobre la tierra. La iniciativa del Gobierno de Brasil, ha tenido impacto en varios países de la región, particularmente Argentina y Uruguay. También hay iniciativas en países andinos como Bolivia. En Colombia, la Contraloría General de la República instó al Gobierno Nacional a tramitar una ley “que prohíba la venta de tierras a potencias extranjeras, en especial en el Amazonas colombiano”, para impedir los efectos de una especie de “colonización agrícola”, que atenta contra la soberanía, pone en peligro la seguridad alimentaria, genera consecuencias ambientales y agudiza la pobreza de las comunidades del campo. Por el contrario, en países como Perú, el Estado alienta las inversiones extranjeras sobre la tierra; el intento de dar seguridades de propiedad a concesiones forestales en la Amazonía peruana, fue cortado por un levantamiento indígena a costa de decenas de muertos. En junio de 2011, una normativa que permite, contra la norma constitucional, inversiones extranjeras en minería en zona de frontera, ha sido detenida por campesinos indígenas de la región de Puno.

Organizaciones empresariales. En general las organizaciones empresariales visualizan positivamente este fenómeno, asociándolo a una expresión de modernización y a la positiva participación de la actividad en mercados internacionales. Expresan reparos, cuando ven amenazados sus intereses, como puede ser el caso de la Federación Agraria Argentina (FAA) y de la Confederación de Agricultura y Pecuaria de Brasil, por lo que estiman que cierta normativa legal resulta necesaria. Respecto a la FAA, hay diversas posiciones en su interior, algunas de ellas críticas a este fenómeno.

Organizaciones campesinas. Por su parte, los planteamientos de estas organizaciones y de los trabajadores en general, son unánimes en cuanto a criticar el proceso de extranjerización. Para ello, cuentan, en muchos casos, con el respaldo técnico de las ONG que las apoyan.

ONG. Con respecto a las ONG que se han especializado en temas ambientales, no obstante que hay opiniones en contra de fenómenos asociados como uso masivo de transgénicos, pesticidas, etc., que están asociados a la agricultura extensiva que ocupan economías a escala, se puede constatar que algunas de ellas tienen una visión positiva de los procesos de concentración/ extranjerización cuando se trata de grandes predios, muchas veces en manos extranjeras dedicados a la conservación.

En algunos países, como Brasil, Colombia Paraguay y otros, donde instituciones eclesiales tienen un fuerte compromiso con los habitantes rurales y con los pueblos (y comunidades afrocolombianas), la percepción sobre estos fenómenos es fuertemente negativa.

Algunos países

Argentina

Con referencia a los “*Pooles* de siembras”, la percepción no es uniforme. En primer lugar no existe una visión única sobre qué es un “*pool* de siembra”. La Federación Agraria tiene un discurso en el que diferencia los “*pools*” de los pequeños y medianos productores tradicionales que se ven desplazados por el mayor poder de mercado de éstos, tanto en términos de competencia como por el acceso a la tierra (precio de los arriendos).

Las organizaciones que representan cadenas agrícolas y de siembra directa, así como aquellas que congregan a productores más capitalizados y modernos, manifiestan otra visión respecto a esta forma de hacer agricultura de gran escala, es diametralmente opuesta. Ven en los “*pools* de siembra” y grandes empresas del agro, la oportunidad para que Argentina sea una economía líder mundialmente en los agroalimentos, la agroindustria y los biocombustibles, ante un contexto de demanda creciente. Otra defensa de los “*pools*” en términos de desplazamiento de pequeños productores, es que el modelo de arrendamiento a gran escala permite que el pequeño propietario le pueda rentar su tierra a un *pool* y obtener así capital de trabajo para encarar otra actividad. Además, sostienen, subsisten en el mercado “*pools*” de todo tamaño.

Bolivia

Hay dos tipos de reacciones de los productores agropecuarios nacionales. Algunos se sienten desplazados por los inversionistas brasileiros, que vienen con capital y conocimientos tecnológicos. Expresan recelo por las grandes extensiones de tierras compradas y por los altos rendimientos y utilidades que éstos obtienen. Por otro lado en Santa Cruz, en general, se tiene el criterio de que toda inversión extranjera es buena ya que trae capital y conocimientos, tan necesarios para poner en producción los abundantes recursos naturales de la región. Todos coinciden en que son los brasileiros los que más han aportado al crecimiento vertiginoso de los cultivos de soya y de las industrias transformadoras de aceite y otros derivados. Los pueblos indígenas movilizadas en torno a la titulación de sus territorios, no aprecian la presencia de extranjeros.

Brasil

Se observa un rechazo bastante generalizado a la compra de tierras por extranjeros, Gobierno, Organizaciones campesinas, Iglesia Católica, ONG, incluyendo organizaciones empresariales con algunas excepciones, como las organizaciones de productores especializados (soja) y de agro negocios.

Colombia

Los gremios y sectores empresariales nacionales apoyan indirectamente este proceso de concentración. En este sentido, los pronunciamientos se refieren al potencial del país para la siembra de materias primas para la producción de agrocombustibles y alimentos para la exportación. Concretamente, el presidente de la Federación Colombiana de Ganaderos (FEDEGAN) ha planteado que por lo menos 10 millones de la superficie destinada a la ganadería, debe reorientarse a atender las señales de los mercados externos, entre ellos el agotamiento del petróleo y el abastecimiento de alimentos a países como China e India. En similar sentido se ha pronunciado la Sociedad de Agricultores y Ganaderos de Colombia, en representación de las 16 asociaciones gremiales que la integran.

De otra parte, organizaciones ambientalistas y de derechos humanos se refieren a los efectos ambientales y ecológicos y al aumento de los riesgos de desastres de los monocultivos a gran escala.

En el Congreso de la República, las opiniones están divididas. Mientras que amplios sectores votaron a favor de los artículos del Plan Nacional de Desarrollo que incentivan la inversión extranjera y nacional y la concentración de la propiedad de la tierra y de su uso, la bancada del Polo se ha opuesto argumentando sus efectos en el desconocimiento de los derechos de los pobladores del campo y de las víctimas del desplazamiento y el despojo de tierras, y la real capacidad de la agroindustria y la minería en la generación de empleo y en revertir la inequidad en la concentración de la tierras y los ingresos.

Costa Rica

La percepción en general de los actores sociales y políticos, no destaca los fenómenos de concentración y extranjerización de tierras como factores a considerar en la agenda agropecuaria, salvo los casos de organizaciones que tienen una propuesta política crítica al modelo económico social.

Chile

No existe una preocupación fundamental sobre el tema concentración de tierras, con la excepción de algunas organizaciones campesinas que periódicamente hacen alusión a la pérdida de las tierras de sus asociados como producto de las compras de los grandes grupos económicos. También en zonas indígenas, donde se produce una reivindicación permanente de sus derechos ancestrales sobre tierras que hoy día pertenecen a empresas forestales y agricultores en general. Recientemente se han reactivado las reivindicaciones por tierras por parte de los pueblos originarios de la Isla de Pascua, obligando al gobierno a negociar. Paradojalmente, el aspecto más cuestionado a nivel nacional acerca de la compra de tierras, se refiere a los parques privados destinados a la conservación del bosque nativo y la biodiversidad. Se han generado polémicas en especial en los sectores políticos, pero también en las fuerzas armadas que cuestionan la cesión de grandes espacios territoriales a extranjeros. Sin embargo, las organizaciones medioambientales y las ONGs ecologistas han defendido estas iniciativas por su carácter protector de los recursos naturales.

Uruguay

Dentro del sistema de partidos políticos, el espectro de opinión sobre el proceso de concentración y extranjerización abarca perspectivas disímiles. En el caso del Frente Amplio, el tema se configura con relativa centralidad dentro de su agenda política, y plantea la necesidad de establecer restricciones frente a dicho proceso, pero en la medida que el mismo atente sobre las posibilidades de consolidación de un modelo de desarrollo productivo sustentable. Los Partido Nacional y Colorado, presentan una posición favorable respecto a las condiciones actuales que atraviesa el agro uruguayo, enmarcando al fenómeno de concentración y extranjerización de la tierra dentro de un proceso de liberalización que permitió generar mayores márgenes de rentabilidad para la actividad agropecuaria. Una opinión similar es sustentada por las organizaciones representativas de empresarios agropecuarios.

La opinión de organizaciones que nuclea a productores familiares y de las organizaciones de trabajadores y de ONG que los apoyan, es radicalmente crítica ante el mismo. Se percibe el proceso actual que atraviesa el agro uruguayo impulsado por la expansión del agronegocio, como incompatible con un modelo de desarrollo sustentable a partir de la agricultura familiar. Por tanto, el fenómeno de la concentración y extranjerización de la tierra es entendido a partir de dichos procesos que han transformado la estructura productiva y social del agro uruguayo, vulnerando nuestra soberanía y atentando sobre el carácter eminentemente social que, en su concepción, debe tener el usufructo de la tierra.

Presencia de “Estados inversionistas” (*Land Grabbing*)

El fenómeno del *Land Grabbing* se encuentra, al parecer, en sus fases iniciales y restringidas sólo a los países grandes de la Región. Conviene recordar la definición más ortodoxa de *land grabbing*, que considera:

- Transacciones de extensiones considerables de tierras
- Participación de un gobierno distinto al del país donde se efectúa la transacción.
- Destino de la transacción: producción de alimentos de consumo masivo.

La definición estricta sobre este fenómeno, en los términos planteados, da cuenta de un fenómeno importante, aunque incipiente, que se expresa en diversos niveles de formalización y que se encuentra presente en dos de los países más grandes de América Latina: Argentina y Brasil.

En Argentina se detectaron intensiones asimilables al *Land Grabbing* pero no se ha concretado ningún caso. Se identificaron varias negociaciones para arreglos contractuales que no involucraban la compra y por lo tanto no se enmarcarían estrictamente dentro de esta definición del fenómeno. No obstante, el fin de los arreglos era asimilable al propósito conceptual de lo que se busca en los casos de *Land Grabbing*. Se encontraron negociaciones en curso en cuatro casos donde intervenían: Arabia Saudita, Corea del Sur, China y Qatar. En Brasil, se encontraron antecedentes sobre transacciones donde participan, también entidades de Arabia Saudita y China, además de una empresa de Corea del Sur. También se reseña una negociación ente México y Guatemala. Estas negociaciones son las que más se acercan a la definición estricta ya señalada y se reseñan a continuación.

Argentina

Arabia Saudita

Se trata de una negociación donde participa el Ministro de Agricultura de Arabia Saudita que persigue llegar a una explotación conjunta de 221.000 ha que actualmente son propiedad del Estado en la Provincia de El Chaco. Estaría a cargo de las operaciones el Grupo Al-Khorayef, la empresa no petrolera más importante de Arabia Saudita que tiene la empresa Aisco, especializada en equipos de riego y proyectos de desarrollo agrícola.

En las negociaciones participó el Gobernador del Chaco, quién plantea que busca establecer un programa de inversión para garantizar el abastecimiento de productos como trigo, carne ovina, sorgo, y en ese contexto les pareció muy buena la propuesta del Chaco. El objetivo fundamental de las negociaciones no es la compraventa de tierras sino buscar la explotación conjunta.

China

En agosto de 2011 la mayor productora de alimentos China, Heilongjiang Beidahuang State Farms Business Trade Group, anunció una inversión por USD 1.500 millones para cultivar 330 mil hectáreas en la Patagonia de Argentina. Esto ocurre en el marco de un acuerdo de cooperación con el Gobierno de la Provincia de Río Negro, para el desarrollo de un proyecto agroalimentario¹⁴.

Lo interesante de esta negociación es que la propiedad de la tierra permanecerá en manos de los agricultores de Argentina, quienes venderán su producción a la empresa de China a precios de referencia de mercados durante los próximos 20 años. La empresa China financiará la generación de energía, las obras de regadío, construirá una fábrica de aceite y una inversión en un puerto local.

¹⁴ Ver Economía y Negocios de El Mercurio, 26 de agosto de 2011.

<http://www.lapoliticaonline.com/noticias/val/75972-0/escandalo-una-conferencia-de-miguel-saiz-en-capital-termino-a-las-trompadas.html>;

http://www.lavoz901.com.ar/despachos.asp?cod_des=133065&ID_Seccion=7

Dos observaciones. La primera, se refiere a que no se interviene en el ámbito de la propiedad de la tierra, y por lo tanto, no hay problemas con la iniciativa de la Presidenta de la República de limitar la compra de tierras por parte de extranjeros. La segunda, es el clima de conflicto en el que se desarrollan las negociaciones. La conferencia de prensa en la que se anuncia el acuerdo en Río Negro es interrumpida por representantes de una entidad llamada “Grupo de Reflexión Rural”, quienes se oponen al acuerdo, situación que es recogida por la prensa.

Entre los productos que se cultivarían se encuentran el maíz, trigo, cebada, soja, cebollas, papas, frutas secas y vides.

Corea del Sur

Las negociaciones con Corea del Sur, se realizan entre entes privados. Por un lado, participa un Consorcio de Inversión Coreano, que incluye capitales privados y públicos, por el otro, la representación en la Provincia de Córdoba de una organización gremial de productores agrícolas afiliada a la Federación Agraria Argentina (FAA). Se plantea la integración de capitales de Corea del Sur y de Argentina para el procesamiento de materias primas agropecuarias y la integración de tecnologías de Corea. La FAA agrupa a productores medios y familiares, y hay diversas opiniones dentro del gremio sobre este tipo de transacciones.

Se plantea transformar producciones extensivas en intensivas en la soja (harina micronizada y leche en polvo de soja), papa (harinas y almidones), zapallo, hortalizas de hoja, tuna y otros productos. Este proyecto no involucra la compra de tierras, sino la participación de productores locales en las cadenas productivas para participar en el valor agregado a las producciones primarias.

Qatar

En este caso, participa en las negociaciones el Director del Programa Nacional de Seguridad Alimentaria del Gobierno de Qatar, donde se busca llegar a acuerdos para la compra de tierras destinadas a la producción de trigo, maíz, soja, azúcar y ganado. La entidad de Qatar es el Fondo Hassad Food, cuyo objetivo es comprar tierras para abastecer de alimentos a su población. No se ha implementado la compra de tierras, ni existen antecedentes sobre su posible ubicación dentro de Argentina.

En general, se puede señalar que Argentina ofrece ventajas para estos inversores, entre ellas, las dimensiones de su agricultura, la tradicional fertilidad de la tierra, su nivel tecnológico y altos rendimientos en su producción.

Brasil

En el caso de Brasil, se observaron negociaciones con Arabia Saudita, China, y con la empresa de Corea del Sur, Hyundai.

Arabia Saudita

La empresa de inversiones agrícolas de Arabia Saudita, Saudi Group Agro Invest (International Agriculture and Food Investment Company), compuesta por capitales públicos y privados busca invertir hasta USD500 millones en empresas avícolas y de granos en Brasil, con la intención de exportar sus productos al Medio Oriente. Esta empresa se creó en 2009 por iniciativa del Gobierno Árabe para lograr seguridad de contar con alimentos y ayudar a estabilizar los precios en su mercado. Las actividades en Brasil deberían comenzar en 2011, buscando oportunidades agropecuarias en el país para una alianza de largo plazo.

Además de Brasil, las empresas de este grupo están buscando oportunidades en África, Asia y Europa.

Las principales áreas de interés para Agro Invest son: pollo, trigo, maíz y soya. La empresa avícola del grupo, (Al-Wadi Poultry Farms), tiene cinco granjas en Arabia Saudita con una capacidad de procesar más de 35 millones de pollos por año, quiere establecer un “*joint venture*” con una empresa brasileña para ofrecer más pollo al mercado saudita.

China

Por su parte, una empresa estatal de desarrollo agrícola, ha establecido negociaciones en seis estados del país: Bahía, Goiás, Santa Catarina, Río Grande do Sul, Tocantins y Mato Grosso. Las empresas chinas habían comenzado a comprar tierras en Brasil para producir soja en colaboración con los agricultores locales. Una ley reciente, que pone cortapisas a dichas adquisiciones de tierras por parte de no brasileños, ha hecho que China busque otras formas de estar presente igualmente en la producción de soja.

La empresa Zhejiang Fu Di creó una subsidiaria brasileña -la Sol Agrícola- y adquirió, en 2007, 16.000 hectáreas en Tocantins y otras 1.000 hectáreas en Río Grande do Sul. Una de las empresas estatales que ya actúan en Brasil es la Chongqing Grain, en Bahía. Considerado en China como el proyecto de soja más importante en el exterior, prevé inversiones de 4.000 millones de reales para beneficiar a una fábrica de soja, a un puerto seco y al almacenaje de grano. Igualmente en Goiás, la estatal China Sanhe Hopefull se plantea invertir 12.000 millones de reales los próximos años en agricultura e infraestructuras del Estado para garantizar la compra directa de 6 millones de toneladas de soja al año.

Es el principal acuerdo con cooperativas de productores sojeros por parte de la empresa estatal china Sanhe Hopefull, que pretende invertir 7.500 millones de USD en el estado de Goiás para garantizar la compra directa de 6 millones de toneladas soja anual, el equivalente a toda la producción local actual.

La empresa estatal China, Chongqing Grain, anunció la inversión de 2.500 millones de USD en el interior de Bahía en una fábrica para producir derivados de soja, un puerto seco y un sistema de silos para almacenar los granos.

No está de más recordar que China es el principal socio comercial de Brasil desde 2009, año en el que desplazó de ese lugar a Estados Unidos. El objetivo de China es disminuir la vulnerabilidad a las fluctuaciones internacionales del precio de la soja.

Corea del Sur

A su vez, la empresa automotriz surcoreana Hyundai negocia la compra diez mil hectáreas de tierras cultivables en Brasil para exportar soja hacia Corea del Sur, con autoridades de diversos Estados. Esta iniciativa de una fabricante de automóviles que ahora invierte en alimentos para el consumo de su país, se suma a la estrategia de grupos económicos chinos, tres de ellos estatales, para comprar tierras cultivables para soja en los Estados Piauí, Bahía y Maranhão, en el nordeste brasileño, con menor precio que otras regiones.

Como se puede comprobar, la presencia de *Land Grabbing* en la Región es incipiente y circunscrita a Argentina y a Brasil.

Concentración con fines de conservación

Se trata de la concentración de la propiedad de la tierra, que no se destina a la producción silvoagropecuaria, como es aquella destinada a fines turísticos y a la dirigida a la conservación del medio ambiente. La propiedad de la tierra concentrada con fines turísticos, coincide con regiones con clima tropical, con turismo de playa y muchas veces se encuentra en manos de inversionistas extranjeros. Los principales casos se encuentran en Centro América y el Caribe.

Argentina

En los últimos años, extranjeros han adquirido en grandes propiedades principalmente en zonas de frontera en el área Cordillerana. En Argentina el fenómeno tiene las siguientes características:

- a. El gran tamaño de los establecimientos.
- b. La propiedad se encuentra en manos de extranjeros y estos inversores representan fortunas que se destacan a escala mundial.

A continuación se entregan antecedentes sobre los casos más emblemáticos. Se trata de Benetton Group S.A., es una marca de ropa italiana, fundada en Ponzano, Veneto. La historia de este grupo comenzó en 1955 y su negocio principal es la ropa con la línea casual "United Colors of Benetton".

Los hermanos Benetton están entre los terratenientes más grandes del país, con unas 930.000 ha en total en tres provincias del Sur (Río Negro, Chubut y Santa Cruz), produciendo lana para su negocio de indumentaria. Como ya señalamos, las unidades compradas por Benetton, tienen un fuerte objetivo productivo, principalmente la producción de lana, con una operación de primer nivel en términos internacionales. El procesamiento en Argentina es mínimo, ocurre en la primera etapa de la cadena, y se trata del lavado de lanas para parte de la producción; otras lanas se exportan sin lavar; todas a la propia empresa de indumentaria. Se trata entonces de un caso de integración vertical, aunque la producción primaria propia no parece ser un eslabón importante en el negocio.

También hay que mencionar a Douglas Tompkins, empresario anteriormente ligado a la industria de vestuario (marcas como Esprit, The North Face, etc.) que tiene **bajo su dominio unas 350.000 hectáreas** distribuidas en Corrientes, Santa Cruz, Neuquén y Tierra del Fuego que compra tierras para dedicarlas a la conservación de la naturaleza.

A diferencia de estos dos casos, no es claro el uso que se le da a la tierra en el caso de los demás propietarios mencionados. Si bien un número de ellos desarrollan actividades turísticas y con visitantes en sus propiedades, tienen en común el ser extranjeros, famosos, personas de fortuna y el hecho que sus propiedades se encuentran en zonas cordilleranas (aunque no exclusivamente).

A los anteriores habría que agregar a Joseph Lewis, tiene 14.000 ha en Río Negro; Joe Turner, Ted Turner, fundador de la CNN, tiene 55.000 ha en Neuquén y Tierra del Fuego; Ward Lay nació en 1945 y es el hijo de Herman Lay, el fundador de la empresa de snacks del grupo PepsiCo compró 80.000 hectáreas en Rancho Alicurá, entre las provincias de Neuquén y de Río Negro, para erigir allí un coto para la caza y la pesca con mosca.

A excepción de uno (Benetton), "no existe un fin productivo evidente" en estas compras.

Chile

Existen en el país grandes proyectos privados cuyo objetivo declarado es la conservación del bosque nativo y del resto de los recursos naturales, aunque también comparten su uso en ecoturismo, en parte fundamentado como una forma para autofinanciar el mantenimiento de estos territorios protegidos. Entre estos proyectos, por su magnitud, se destacan cuatro por sus dimensiones.

Pumalín es el más importante, de propiedad de Douglas Tompkins, ya mencionado como propietario en la Patagonia Argentina. Se trata de un parque privado en la Provincia de Palena, Región de Los Lagos, que se inicia con la compra de 17 mil ha del Fundo Reñihue en 1991, para proteger el bosque nativo templado lluvioso de la zona. Se fueron agregando a éste, múltiples compras de tierras a colonos y agricultores de la vecindad, surgiendo el parque privado más grande conocido, con 300 mil ha.

El acuerdo entre Tompkins y el Estado chileno consiste en que el parque será donado a futuro para su administración y desarrollo como Parque Nacional con gestión privada. Se encuentra abierto al ecoturismo, para lo cual dispone de cabañas, guías, senderos de *treking* y otras facilidades coherentes con el propósito de conservación.

Otro proyecto es la Estancia Valle Chacabuco, en la Región de Aysén, que se dedicaba a la cría de ovejas hasta el 2004, fue comprada por Conservación Patagónica, institución con sede en California, también vinculada a Douglas Tompkins. Esta posee 186.000 ha entre Chile y Argentina, postulando crear a futuro el Parque Nacional de la Patagonia.

El Parque Tantauco, se encuentra en el extremo austral de la Isla Grande de Chiloé, Región de Los Lagos. Fue adquirido en el 2005 por la Fundación Futuro (de Sebastián Piñera), con el fin de preservar los ecosistemas y especies presentes. La Fundación planea un proyecto turístico sustentable y la creación de un Centro de Investigación Ecológica, con fines educativos. Su extensión es de 118.000 ha.

La empresa Trillium es una forestal de capital estadounidense, comprada en 1993 al Ministerio de Bienes Nacionales y a particulares, con una extensión total de 275.000 ha para la explotación de lenga, en la Isla Tierra del Fuego, Magallanes. En paralelo, la misma empresa conocida como Lenga Patagónica S.A., compra con el mismo fin en Argentina 75.000 ha.

A esta realidad se puede agregar la concentración/extranjerización de tierras destinadas a turismo de playa.

En cuanto a las inversiones en tierras con un objetivo de “conservación”, cabe puntualizar que lo interesante de registrar, es la declaración formal y específica que se hace sobre el particular: el objetivo declarado es la conservación de los recursos. Sin embargo, ello no se puede asimilar a una actividad de filantropía. Por un lado, habría que indagar en su posible conexión con negocios medioambientales presentes (por ejemplo, mercado de bonos de carbono) y futuros (por ejemplo, el tema de la escasez planetaria de agua dulce). Por el otro, las actividades de eco turismo que se realizan en este tipo de predios, moviliza recursos económicos importantes, en la medida que quienes practican este tipo de actividad, corresponden a sectores de altos ingresos. También se puede contemplar la posibilidad de que se trate de inversiones especulativas, invirtiendo en la compra de tierras, un bien que siempre se valoriza. Además protege el valor de la inversión en momentos de alta inestabilidad financiera en los mercados financieros.

Modalidades de expansión regional de las cadenas de valor

Una característica interesante de resaltar en el proceso de concentración/extranjerización son las vías a través de las cuales se observa una “porosidad” en la expansión de la tenencia de la tierra dentro de los países de la Región.

Se han encontrado tres vías de expansión intrarregional, de acuerdo a los recursos que son movilizados. En todos los casos se moviliza una experiencia acumulada en el país de origen que alcanza a un cierto techo.

a. Vía empresas “Translatinas”, donde se moviliza:

- capital y tecnología;
- sólo algunos ejecutivos;
- las ventajas específicas, en el caso que se analiza (empresas forestales de Chile) son las franquicias tributarias; pueden adquirir extensiones significativas de tierras, y garantía de ausencia de conflictos sociales (caso de poblaciones indígenas en el sur de Chile).

b. Vía combinación de propiedad y arrendamiento de tierras (la modalidad “*pools*” agrícolas en el caso de Argentina) donde se moviliza:

- modelos de organización, gestión y programas computacionales complejos;
- financiamiento y tecnología;
- buscan alianzas con grupos locales;
- las ventajas específicas se refieren a proteger a los productores de las retenciones que les impone el Gobierno;

- finalmente generan una forma de “seguro agrícola” ya que diversifican los riesgos climáticos al comprar o arrendar tierras en varios países.

c. Vía migraciones (El caso de Brasil en Bolivia y Paraguay) se moviliza:

- recursos para la compra de tierras;
- capital de explotación;
- capacidad empresarial;
- ventajas específicas: con el precio de venta de la tierra en el país de origen pueden doblar la superficie comprada y pueden mantener vinculaciones con el país de origen, inclusive con redes tecnológicas.

a) **Vía translatinas**

De acuerdo a la CEPAL, las grandes empresas de América Latina han incrementado sus procesos de internacionalización, especialmente a partir de la década del los años noventa, motivadas por diversos factores como las reformas económicas, mercados locales saturados, oportunidades en países vecinos y la necesidad de diversificar el riesgo.¹⁵

Este tipo de empresas también se ubican en el sector silvoagropecuario. Veamos algunos ejemplos. En el caso de Chile, las grandes empresas forestales son las más concentradas y con expansión dentro de la Región.

Por un lado se encuentra Forestal Arauco (CELCO), empresa formada por el estado chileno a fines de los años 60, con más de 40 años de trayectoria y comprada por el empresario Anacleto Angelini como filial de la Compañía de Petróleos de Chile (COPEC), uno de los 3 grupos económicos más grandes del país, sociedad anónima de capitales nacionales y controlada por el grupo señalado.

La Forestal Arauco tuvo ventas en el 2010 por 3.788 millones de USD y sus utilidades a 694 millones de USD. Sus inversiones en el 2009 totalizaron 670 millones de USD, entre los cuales sobresalen la compra de TAFISA en Brasil, para producir tableros y la formación de un *joint venture* con la escandinava Stora Ensa, para compra de tierras en Uruguay.

Sin embargo, para tener una idea más precisa sobre las dimensiones de las propiedades controladas por estas empresas, es necesario profundizar en los antecedentes para llegar a sus dimensiones reales. En el caso de esta empresa en Uruguay, a las propiedades que tiene directamente bajo su dominio, hay que agregar unas 138.000 ha que posee en una sociedad conformada por la propia empresa Arauco junto a la finlandesa Stora Ensa, que crearon la empresa Montes del Plata. Ésta resulta ser una empresa nacional de Uruguay que se originó de las tierras que esta empresa chilena compró al grupo de España ENCE. Por lo tanto, a las 126.786 ha que figuran en el cuadro en Uruguay, habría que sumar las 138.000 que aporta Stora Ensa a Montes del Plata.

Sus activos en tierras ascienden a 1,6 millón de ha con la siguiente distribución geográfica:

Cuadro 2: Superficie de tierras y plantaciones de CELCO

	Superficie de tierras (ha)	Superficie de plantaciones forestales (ha)
Chile	1.099.846	736.000
Argentina	257.722	129.000
Brasil	126.616	67.000
Uruguay	126.786	63.000
Suma	1.610.970	995.000

Fuente: Memoria CELCO 2009.

⁵CEPAL. La inversión extranjera directa en América Latina y el Caribe 2009. Unidad de Inversiones y estrategias empresariales de la División de desarrollo productivo y empresarial de la CEPAL. LC/G. 0000-P, Mayo, 2010

Por su parte, el otro grupo forestal chileno CMPC, fue creado en Chile por una familia tradicional hace 90 años que aún lo controla. La compañía tuvo ventas el 2010 por 4.219 millones de USD de sus productos derivados de la madera.

A través de su filial la Forestal Mininco, garantiza el abastecimiento de materia prima de las plantaciones propias, repartidas en Chile, Argentina y Brasil; países donde posee el patrimonio en tierras que se presenta a continuación:

Cuadro 3: Superficie de tierras y plantaciones de MININCO

	Superficie total propiedades (ha)	Superficie plantaciones forestales (ha)	Superficie por plantar (ha)	Superficie otros usos (ha)
Chile	716.590	498.000	33.326	185.264
Argentina	94.283	65.164	2.724	26.395
Brasil	213.592	94.806	31.160	87.626
Suma	1.024.465	657.970	67.210	299.289

Fuente: Memoria CMPC, 2009.

Mininco cosechó 17.800 ha de plantaciones el 2009 entre Chile y Argentina, plantando en paralelo 27.000 ha. A partir de 1991 la CMPC inició sus compras e inversiones industriales en Argentina, continuó en Uruguay en 1994, se amplió en Argentina con 3 plantas nuevas entre 1994 y 1996, se expandió a Perú en 1996, a México el 2006, a Colombia el 2007 y a Brasil y Ecuador el 2009.

b) Vía combinación de propiedad y arrendamiento de tierras (el caso de los “pools” agrícolas de Argentina)

En esta sección se tratará sólo el tema de la expansión de las empresas que operan bajo esta novedosa modalidad y más adelante se analizará el papel de la propiedad de la tierra en el proceso de concentración en la actualidad.

Se denomina “pool” de siembra en Argentina, a un sistema de producción agropecuaria que se caracteriza por el rol fundamental que juega el capital financiero y la organización de un sistema empresarial que asume el control de la producción agropecuaria, mediante el arrendamiento de grandes extensiones de tierra en el país de origen y en países vecinos, y la contratación de equipos de siembra, fumigación, cosecha y transporte, con el fin de generar economías de escala y altos rendimientos. Al finalizar la cosecha y realizarse el producto, las ganancias son distribuidas entre el pool que realiza la siembra y el propietario de la tierra.

En la expansión de este tipo de inversiones se puede ver cómo los arreglos, originalmente basados en el funcionamiento de redes de productores, van siendo ampliados con la integración financiera y comercial nacionales e internacionales, unidas a la compra y arrendamiento de tierra en países limítrofes como Brasil, Paraguay, Bolivia y Uruguay.

A continuación, se presentarán antecedentes¹⁶ de la expansión sobre algunas de las principales empresas que se han desarrollado bajo esta modalidad de Pool de siembras o grandes empresas arrendatarias: MSU, Grobo, El Tejar, CRESUD y Adecoagro con el objetivo de mostrar las dimensiones que han logrado este tipo de empresas.

MSU: Empresa familiar con actividades en el campo desde 1860. Llegó a tener 15.000 ha propias y 6.500 cabezas de ganado Hata que en 1985 se organiza como pool de siembra. Desde entonces se dedica al arrendamiento y siembra de tierras en Argentina (20.000 ha propias, 140.000 arrendadas), Uruguay (25.000 arrendadas), Paraguay (10.000 ha arrendadas) y Brasil, comenzaron con 5.000 ha). Cuenta con 1.000 contratistas, un personal técnico estable de 260 personas.

GROBO: Empresa familiar con larga tradición en la agricultura, en los años 90 son pioneros en el modelo de pools de siembras y llegan a cultivar 250.000 ha; en Argentina

¹⁶ Las cifras que se entregan son las que se encuentran disponibles en informaciones de las propias empresas en la WEB. Ellas no han sido verificadas y sólo pretenden señalar dimensiones.

(90.000 ha) Paraguay (16.000 ha), Uruguay (89.000 ha) y Brasil (55.000 ha). La empresa no sólo maneja la producción agrícola (básicamente trigo y soja) sino que provee de insumos, maneja granos y ofrece servicios logísticos. Primero se expandieron con soja a Uruguay, luego a Paraguay y después a Brasil.

EL TEJAR: surgió en 1987 como una asociación de productores vinculados con la ganadería en la Cuenca del Salado. Actualmente cuentan con 1,1 millón de ha entre campos arrendados y propios. Siembran soja, trigo, maíz, cebada, arroz y girasol en Argentina, Bolivia, Brasil, Paraguay, Uruguay, recientemente han ingresado a Colombia, y hacen ganadería en Argentina y Uruguay. Los ingresos de la compañía se generan por partes iguales en Argentina y las que se realizan en el extranjero.

CRESUD: Empresa formada en 1936 como subsidiaria de una empresa financiera de Bélgica. Durante los años 90, George Soros fue uno de sus principales accionistas, retirándose en el año 2000. Sus acciones se cotizan en la Bolsa de Comercio de Buenos Aires y de Nueva York. Produce cereales y oleaginosas (trigo, maíz, soja y girasol) y producción de ganado vacuno, producción de leche, adquisición y venta de tierras. Controla más de 900.000 ha en Argentina, Brasil (Brasil Agro), Paraguay y Bolivia.

ADECOAGRO: Empresa creada en 2002, dedicada a la producción de alimentos y energía renovable de Sudamérica. Con presencia en Argentina, Brasil y Uruguay, las actividades a las que se dedica incluyen la producción de cereales, oleaginosas, lácteos, azúcar, etanol, café y algodón y carne bovina, para lo cual destina una superficie total de más de 307.500 hectáreas, de las cuales, 260.000 son propias y el resto arrendadas.

Como se puede apreciar, se trata de empresas de envergadura, con fuerte presencia de empresas familiares, aunque no exclusivamente, con una experiencia acumulada inicialmente en el propio país, que luego se expanden hacia los países vecinos implementando una estrategia ya probada. El fuerte crecimiento del paquete tecnológico de siembra directa -soja transgénica- en Argentina y la creciente demanda desde Asia, también resultan factores importantes que explican su expansión más allá de sus fronteras.

Los “pools” de siembra constituyen relaciones novedosas para combinar tierra, capital y recursos humanos; arrendamiento (u otros arreglos contractuales de acceso a la tierra) y/o propiedad aportada en fideicomisos:

- i. Un paquete tecnológico basado en maquinaria moderna.
- ii. Un uso intensivo de biotecnología e insumos agroquímicos.
- iii. Complejo sistema computacional y personal especializado en la selección de campos, producción, gestión y comercialización.

Estas combinaciones permiten alcanzar los tamaños demandados para optimizar el nuevo paquete tecnológico, especialmente basados en el arrendamiento u otras formas de contratación de tierras, combinadas o no con la propiedad. Asimismo, permite la utilización de parcelas que, sin la combinación con otras, no serían rentables debido a las nuevas demandas de inversión por hectárea. A la vez, frente a las situaciones de desplazamiento, el sistema permitió a una parte de los pequeños y medianos propietarios, mantener la propiedad de sus campos, como rentistas.

La gran escala no es una característica necesaria de los “pools”, pero los nuevos paquetes tecnológicos intensivos en capital, las ventajas para obtener mejores precios en insumos, comercialización y financiamiento, la capacidad para diversificar riesgo climático, entre otros factores, favorecieron el crecimiento de grandes empresas agropecuarias. En este sentido, no todas las grandes empresas son “pools”, ya que hay empresas familiares, comercializadores y empresas proveedoras de insumos que también se consolidaron entre los más grandes productores del mercado y no siempre funcionan mediante la organización ni los arreglos financieros arriba descritos. Si bien es así, la gran mayoría funciona con arreglos que parcialmente se asemejan a las combinaciones de los “pools”. Se puede hablar de una agricultura por contrato, que excede la contratación o arrendamiento de tierras. Estos productores forman parte de redes en las que, a través de asociaciones estables entre partes de un mismo eslabón y de distintos eslabones de la cadena de valor, se benefician alcanzando mayores escalas, menores costos en general, menores costos de transacción en particular y mayor poder de mercado, siendo la capacidad de gestión, coordinación y

negociación una característica distintiva de su competitividad, más allá de las capacidades técnicas y tecnológicas de producción.

Esta modalidad corresponde a una forma de una agricultura por contrato. Los productores forman parte de redes en las que a través de la integración vertical y/o contratos estables entre partes de la cadena de valor se benefician alcanzando mayores escalas, menores costos en general, menores costos de transacción en particular y mayor poder de mercado, siendo la capacidad de gestión, coordinación y negociación una característica distintiva de su competitividad, más allá de las capacidades técnicas y tecnológicas de producción.

Estas empresas, dedicadas a cereales, granos y a veces a la ganadería, que se han expandido arrendando más que a través de la compra de tierra y que a medida que crecieron, concentraron su capital, aumentaron las compras en el país y se expandieron comprando o arrendando en países vecinos.

Agroindustrias en México

En este país la vía para concentrar tierras no ha sido por medio del mercado de tierras, sino mediante el control de los procesos productivos. Así vemos que las agroindustrias prefieren rentar la tierra o aplicar otros esquemas de control de la producción –proporcionan semillas e insumos, habilitan al productor y comprometen la cosecha– para generar economías de escala.

En los últimos treinta años se está dando un proceso de concentración de tierras, vía la agroindustria asociado a uno de polarización: por un lado, las agro-empresas concentran grandes volúmenes de producción, procesan y comercializan, especialmente para el mercado internacional. Por otro lado, vemos una gran cantidad de medianos y pequeños productores que surten de materias primas a estas empresas.

Cada día son menos las empresas que participan de la globalización. Ahora encontramos menos empresas, que por lo general se encuentran ligadas al capital norteamericano. La forma más común de crecimiento y concentración es la compra de empresas o marcas regionales establecidas y la desaparición, poco a poco, de empresas de mediana escala o familiares. Los datos que reflejan la concentración de empresas son: en la compra e industrialización de maíz sobresalen seis empresas; en caña de azúcar, 12 grupos industriales; hortalizas, 22; frutas, seis; café, cinco; cebada, dos; tequila, cuatro; tabaco, tres; producción avícola, tres, y leche, cinco empresas. Además, varias de estas empresas participan en distintos sectores, por ejemplo, la Nestlé tiene una participación importante en leche, café, hortalizas y frutas; Cargill en granos, producción de aves y hortalizas; Herdez en frutas y hortalizas, por mencionar algunas empresas.

Estas agroindustrias tienen el control productivo de una superficie de 3,9 millones de ha, sin considerar la superficie de granos básicos y la superficie asociada a la ganadería. Estimaciones conservadoras hablan que estas empresas controlan un 25% de las mejores tierras del país y más del 80% de la producción agropecuaria.

Producción de semillas para el mercado externo (Chile)

También se puede señalar el caso de la producción semillas para el mercado externo en Chile, donde participan las grandes empresas como por ejemplo KWS – Alemania; South Pacific Seed y Southern Seeds – Australia; Monsanto, Pioneer y Tracy – EE.UU.; Limagrain y Semameris – Francia, y que no disponen de tierras propias ni arrendadas. En conjunto, se siembran 35 a 40 mil ha/año, a través de productores medianos, los que trabajan bajo contrato con alguna de estas empresas transnacionales.

Ventajas como el aislamiento natural, por la protección de la cordillera y del Océano, el clima caluroso y seco del verano, y la disponibilidad de fuerza de trabajo relativamente barata además de las ventajas sanitarias, han atraído a las principales empresas internacionales, no para invertir en la propiedad de las tierras sino que en determinados eslabones de la cadena de valor que resultan claves en la agregación de valor y de la

apropiación de los excedentes. Así por ejemplo, la empresa Pioneer en lugar de adquirir tierras, ha instalado en Chile una de las mayores plantas seleccionadoras y procesadoras de maíz en el mundo. Así, no sólo se abastece de los productores locales, sino que además participa en la elaboración del producto final que luego comercializa globalmente¹⁷.

Producción de carnes blancas (Brasil)

Otro tanto se puede plantear con la producción aves y cerdos en Brasil. Brasil Foods, resultante de la fusión entre Perdigão y Sadia. Esta empresa, entre las más grandes del mundo, sólo se hace cargo de algunos eslabones de la cadena de valor.

Esta cadena también pasó por una serie de etapas bien diferenciadas¹⁸. En una primera etapa, la actividad ocupaba un rol auxiliar en la explotación agrícola-ganadera, mantenía una escala de producción pequeña y se encontraba escasamente tecnificada. Con el aumento de la demanda, comenzaron a surgir empresas específicamente dedicadas a la explotación avícola, muchas de ellas integradas verticalmente. Este proceso comienza con las empresas Perdigão y Sadia, antes de su fusión en los años 70s y 80s. Fruto de la creciente disponibilidad de granos, el sector cobra un nuevo impulso. Paralelamente, se impone un nuevo esquema organizativo, a través de contratos, centrado en la figura de la industria principal. El criador se hace cargo de la crianza hasta que es retirado para ser llevado al frigorífico. La industria principal le garantiza al criador la compra del producto, los insumos (alimento balanceado), la asistencia veterinaria y, en algunos casos, le financia la construcción de instalaciones. Por un lado, el criador no sólo gana en escala sino que también obtiene un premio por calidad, entrega a tiempo y cumplimiento de los estándares.

c) Vía Expansión Vecinal: Brasil en Paraguay y Bolivia

La tercera vía es la expansión de la actividad empresarial que muestra Brasil, acompañada por la migración de los empresarios a los países vecinos de Paraguay y Bolivia.

Paraguay

Como Brasiguayos llaman en Paraguay a los agricultores brasileños y sus descendientes que, desde fines de la década del 60, se encuentran localizados en la Región Oriental, en los Departamentos de Alto Paraná, Canindeyú, Amambay y Caaguazú, que comparten frontera seca con los Estados brasileños de Paraná, Santa Catarina y Mato Grosso do Sul. Una alta proporción de aquellos primeros migrantes logró instalar explotaciones agrícolas pequeñas y medianas, dedicadas a la producción de la soja, preferentemente, y del trigo y maíz, en menor proporción. Muchos agricultores *brasileños* aprovecharon la oportunidad, dada la diferencia en el precio de la tierra de vender sus *tierras en Brasil y comprar el doble, o más, en Paraguay*. Esta primera fase de intensiva incorporación de los agricultores y empresarios duró hasta mediados de la década del ochenta.

¹⁷ Junto con la producción de estas semillas con la modalidad de que no requiere de la propiedad de la tierra, este tipo de actividad se liga a la fuerte discusión que se ha desarrollado en torno a la adhesión de Chile a la Unión Internacional para la Protección de Obtenciones Vegetales (UPOV) en su acta de 1991, medida que actualiza el acta de 1978, de la cual Chile ya era miembro. Su eventual adhesión significaría el pago de royalty por la reproducción de semillas y la introducción de los cultivos transgénicos.

¹⁸ Ver: Leonardo E. Stanley. La inserción de América Latina en las Cadenas Globales de Valor: impactos en el comercio, la inversión extranjera directa y el dualismo estructural. La cadena de valor alimenticia en los países de América del Sur. Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES), Argentina. Documento de Trabajo N° 5-2010.

Desde ese momento y hasta fines de la década del 90, se verificó una segunda fase. En esos años, el proceso consistió en la difusión de la mediana y gran empresa agropecuaria. Además de los rubros agrícolas, comenzó, simultáneamente, a recurrirse a la producción del ganado bovino. El afianzamiento de empresas de mayor envergadura se concretó a través de dos vías. Una consistió en que una proporción de los iniciales brasiguayos pudo acrecentar sus recursos, estrategia que se tradujo en la compra de las tierras pertenecientes a los pequeños agricultores brasileños, ante las crecientes limitaciones que éstos encontraban en reproducir sus unidades productivas, en un contexto de fuerte modernización agraria capitalista. Debido a ello, estos brasiguayos excluidos regresaron a su país de origen. La otra vía, radicó en la inserción de nuevos empresarios brasileiros, que, en una creciente proporción, empezaron a gestionar la instalación y la puesta en funcionamiento de explotaciones desde Brasil, sin radicarse en Paraguay. Estos empresarios no sólo continuaron apelando a la compra de tierras de los brasiguayos empobrecidos, sino también a la adquisición de tierras que eran propiedad de latifundistas e inclusive de campesinos paraguayos, en las zonas de alta concentración de la tierra, generándose, en no pocos casos, tensiones y conflictos por la tenencia de la misma.

Y, finalmente, una tercera fase, comenzó a verificarse desde los primeros años de la última década pasada, y que, por un lado, se está manifestando en la mayor difusión de la gran empresa agropecuaria, tanto en los Departamentos fronterizos nombrados previamente como en otros localizados en áreas más al interior de la Región Oriental (Departamentos de San Pedro y Caazapá). Por otro lado, la nueva modalidad de inserción del gran empresario brasileiro consiste en la compra de grandes extensiones de tierra en la Región Occidental (Chaco), en el Departamento de Alto Paraguay, fronterizo con Bolivia y Brasil, dedicadas exclusivamente a la producción ganadera. Uno de los incentivos, para la localización de estas inversiones, es el bajo precio de la tierra.

Dados los mencionados procesos, resulta comprensible que los empresarios rurales brasileiros ocupen el primer lugar, dentro de los propietarios extranjeros, tanto por la cantidad de tierra de la que son propietarios, como por la variedad de regiones donde han invertido. Después de ellos, en proporciones menores, se hallan los empresarios argentinos y uruguayos.

En los procesos de concentración y extranjerización de la tierra rural en el país, entre los Estados extranjeros, la intervención más activa y estratégica correspondería al Gobierno de Brasil. La Embajada de este país en Paraguay contaría con mecanismos para el seguimiento de las inversiones de los empresarios agropecuarios. Además, una vez realizada la compra de la tierra, o en determinados casos el alquiler, éstos contarían con la asesoría técnica de entidades Estatales de Brasil, en el manejo de los rubros productivos a los que se dedican, ya sea en el ámbito agrícola como en el ganadero.

Bolivia

Brasil y Bolivia comparten dos mil kilómetros de frontera común, de las cuales la mitad se encuentra en el departamento de Santa Cruz. Se pueden distinguir tres etapas en la expansión de los agricultores desde Brasil.

La primera etapa de inmigración brasileira tuvo lugar durante los años 80 y fue relativamente reducida si se le compara con las que se desarrollan más adelante. Desde entonces se comenzó a experimentar con la soya y otras oleaginosas en tierras alquiladas o en asociación con algunos productores bolivianos; los menonitas ya antes habían logrado experiencia y resultados satisfactorios con este cultivo y continúan haciéndolo hasta ahora.

La segunda etapa de inmigración brasileira va desde el año 1993 aproximadamente, hasta el 1999 en la región del Este de Santa Cruz. Sin embargo, a los pocos años del inicio de esta migración se produjeron tres años continuos de condiciones climáticas adversas que hicieron que muchos inversionistas nacionales y extranjeros abandonaran el negocio. Muchos empresarios bolivianos para servir sus créditos vendieron muy baratas sus tierras, situación que fue aprovechada por los extranjeros con mayor disponibilidad de capital propio. Los brasileiros exitosos que se quedaron en Santa Cruz y los que llegaron poco

después accedieron gradualmente a las mejores tierras hasta controlar la mayor superficie destinada al negocio sojero.

La tercera etapa comienza en el año 2005, con una nueva oleada de inversionistas brasileros, pero esta vez además en busca de tierras de uso ganadero. El cultivo de la soja en Bolivia no se habría desarrollado a los niveles actuales, sin la presencia de agricultores inversionistas brasileros y de otros extranjeros que compraron tierras en Santa Cruz y trajeron recursos, conocimientos y tecnología. Se encontraron con un margen de utilidades significativamente mayor que el que obtenían en Brasil por el bajo precio de la tierra, el bajo precio del dólar como moneda de transacción corriente y de libre convertibilidad, los casi inexistentes impuestos que se pagan y el subsidio del 50% del precio del diesel. Además, estos empresarios de Brasil se incorporaron a los círculos de la clase media cruceña, no solamente las organizaciones corporativas sino también en ámbitos de clubes sociales cruceños.

Resumiendo, se puede agrupar la presencia de las diferentes modalidades de expansión regional de las cadenas de valor:

- Empresas translatinas.
- Combinación de propiedad y arrendamiento de tierras.
- Migraciones de empresarios.

Estímulos y obstáculos

Para que opere el proceso de concentración existen elementos que lo estimulan los que, a su vez, lo limitan. El análisis comienza por estos últimos.

En primer lugar, hay países donde existen marcos legales que limitan la propiedad de la tierra, estableciendo tamaños o disposiciones referidas a la compra por parte de extranjeros. En el próximo punto se tratarán limitaciones administrativas que se refieren a dificultades para la fusión de empresas.

Argentina

En abril de 2011, se anunció un nuevo proyecto de ley, impulsado por la Presidencia, que limita la propiedad en manos de extranjeros a un 20% del total de tierras rurales y establece una limitación de compra, a partir de la ley, de mil hectáreas como máximo. Proyectos anteriores habían sido presentados por otros partidos y organizaciones.

La Presidenta Cristina Fernández denunció la situación de un déficit de información que existe actualmente sobre el estado nominal de las tierras rurales y la necesidad de elaborar con urgencia "un cuadro actual de la situación". Los registros de la propiedad en Argentina son provinciales, lo que impide saber exactamente qué porcentaje de la tierra en el conjunto del país está ya en manos de extranjeros.

Paradójicamente, el proyecto de 2011, aparece al mismo tiempo que se negocian acuerdos de posible *land grabbing*, que cubren cientos de miles de hectáreas.

La presencia del sistema de arrendamiento, por parte de grandes, medianos y pequeños, nacionales y extranjeros, y el impulso del precio de las *commodities* ha contribuido a aumentar el precio de los terrenos rurales, que, según la Federación Agraria, viene experimentando una subida continuada en los últimos años. Los precios en las zonas agrícolas más ricas, por ejemplo, en la Pampa húmeda, cerraron 2010 con un aumento del 20,5%.

Esta iniciativa ha tenido una amplia difusión y repercusión en toda la Región.

Por otra parte, existía una ley nacional que limita la propiedad extranjera de la tierra, para la adjudicación de tierras fiscales en zonas de frontera a ciudadanos del país limítrofe a la zona de adjudicación.

La Ley 15.385 de Creación de Zonas de Seguridad (modificada por la Ley 23.554 en 1988) hace referencia indirectamente a una limitación de la propiedad extranjera declarando

de conveniencia nacional que los bienes ubicados en las zonas de seguridad pertenezcan a ciudadanos argentinos nativos. Establece una franja máxima de seguridad de 150 km en las fronteras terrestres y 50 km en las marítimas.

Sin embargo, estas disposiciones preexistentes han sufrido una generalizada falta de aplicación.

Brasil¹⁹

La Constitución de 1988 en su artículo 171, estableció la distinción entre persona jurídica de capital nacional y de capital extranjero. Tomando en cuenta esta disposición, el organismo que corresponde al Consejo de Defensa del Estado²⁰, en 1994 afirmó la validez de una ley federal de 1971 que estableció restricciones cuantitativas para el acceso a la tierra por parte de extranjeros y exigía un registro de esas adquisiciones junto al Instituto de Reforma Agraria (INCRA). Se establece que un extranjero, ya sea persona física o jurídica puede:

- i. Adquirir libremente un área de hasta 3 módulos de explotación indefinida (MEI)²¹, en el caso de una primera adquisición.
- ii. Adquirir de 3 hasta 20 MEI con autorización y sin proyecto.
- iii. Adquirir de 21-50 MEI con autorización y con proyecto de explotación.
- iv. Adquirir sobre 50 MEI (persona física) con la autorización especial del Congreso Nacional.
- v. Adquirir sobre 100 MEI (persona jurídica) con la autorización especial del Congreso Nacional.
- vi. En cualquier municipio, un extranjero no puede adquirir más del 25% del área total y extranjeros de la misma nacionalidad no pueden adquirir más del 40% de ese 25%. No importa si el modulo es contiguo o no.

Desde entonces, según fuentes del Gobierno, los extranjeros han burlado esas restricciones por medio de compras o de fusiones con empresas brasileras detentoras de propiedades rurales. Para impedir esa práctica la AGU instruyó al Ministerio de Desenvolvimiento, Industria e Comercio para enviar a las juntas comerciales una orden de no autorizar más tales operaciones. Esa medida se encuentra en vigor aunque sin efecto retroactivo.

Las restricciones han provocado lobbies por parte de empresas e intereses extranjeros y un estudio contratado por la Asociación de Marketing Rural y la Sociedad Rural Brasileiro concluye que se habían dejado de invertir USD15 mil millones en la agricultura, (sobre todo en caña de azúcar y plantaciones forestales), como consecuencia de las restricciones. El estudio calcula que Brasil precisa invertir R\$93,5 mil millones en los próximos 10 años para mantener el ritmo de crecimiento de sus agro negocios. Se argumenta que las restricciones afectan también al crédito agrícola donde la participación de capital extranjero es muy importante, (se calcula que financia 60% de la cosecha brasiler de soja), porque ahora los productores no pueden ofrecer sus tierras como garantía. El Ministro de Agricultura, informó que el Gobierno está explorando cambios a la Ley de 1971 para estimular inversiones productivas. La idea es distinguir entre las inversiones productivas de las especulativas y explorar alternativas, como el arrendamiento en lugar de la adquisición de la tierra.

Por otro lado, se están tramitando en el Congreso seis proyectos de Ley, como una propuesta de enmienda de la Constitución, con el objetivo de restringir la posibilidad de compra de tierras por extranjeros.

¹⁹ Comunicación personal de John Wilkinson. Situação Atual da Legislação Brasileira em relação a aquisição de terras por parte de estrangeiros. Mayo 2011.

²⁰ En Brasil corresponde a Advocacia Geral da União (AGU).

²¹ El Módulo de Explotación Indefinida es una unidad de medida, a partir del concepto de módulo rural. La dimensión varía entre 5 y 150 ha de acuerdo al municipio donde se ubique la propiedad.

Bolivia

La Asamblea Constituyente - iniciada el año 2006 - elaboró un nuevo texto constitucional que fue aprobado mediante referéndum en Enero del 2009 con el 64% de aprobación. Al mismo tiempo en que se aprobó la nueva Constitución, se le pidió a la población que definiera los límites máximos que en el futuro debería tener la propiedad de la tierra entre dos opciones: 5 mil o 10 mil hectáreas. El resultado fue que más del 80% fuera a favor de las 5 mil hectáreas. Sin embargo, en otros artículos de la Constitución se especifica que las empresas agropecuarias podrán constituirse a futuro con un número ilimitado de socios, cada uno con 5 mil hectáreas.

En la nueva Constitución, el latifundio se vincula al uso que se le da a la tierra, es decir: a la tenencia improductiva, al incumplimiento de la Función Económica Social (FES) y a las relaciones laborales servidumbrales, aspectos que estaban contenidos en la Ley de Reconducción Comunitaria de la Reforma Agraria (2006) y que ahora forman parte de la nueva Constitución. Estos conceptos son independientes al tamaño de la propiedad, por ello latifundista no sólo es aquel gran propietario que acapara tierras, también puede ser el mediano o gran propietario que incumple con la FES, situación que podrá ser verificada cada dos años a iniciativa del INRA. Este último aspecto –la verificación del cumplimiento de la FES cada dos años- es el más combatido y rechazado de la nueva Constitución por parte de grupos empresariales del oriente.

Perú

El ejecutivo propone desarrollar un artículo de la Constitución Política, referido a la posibilidad de que extranjeros puedan adquirir o poseer (excepcionalmente) minas, tierras, bosques, aguas, combustibles o fuentes de energía, dentro de los 50 kilómetros de frontera.

Señala, que la declaración de necesidad pública del proyecto como requisito para que los extranjeros puedan adquirir o poseer bienes en la frontera, deberá estar sustentada en información presentada por el solicitante, y tendrá que tomar en cuenta el nivel de inversión propuesto, la garantía para asegurar la ejecución del proyecto, el impacto socio-ambiental del proyecto y un análisis de costo beneficio para el país.

La declaración de necesidad pública se materializará a través de un decreto supremo aprobado por el Consejo de Ministros, luego de la opinión favorable del Ministerio de Defensa y del Ministerio de Relaciones Exteriores.

En Julio de 2010 se discutió una iniciativa legal en el Congreso que fija la extensión máxima de 50 mil hectáreas. También existe un proyecto de ley, presentado por el congresista Alfredo Cenzano del Partido Aprista Peruano, que propuso limitar el tamaño de la propiedad de la tierra en la costa peruana, fijando un límite máximo de 40,000 ha.

Uruguay

Durante el año 2011, el Frente Amplio impulsaría frenos legales para la compra de tierras por parte de extranjeros, así como a las exenciones tributarias.

De acuerdo a la Dirección de Estadísticas Agropecuarias del Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca, en los últimos diez años se realizaron operaciones que involucran a unos 5,5 millones de hectáreas, un 30% de las tierras productivas de Uruguay, y en el parlamento se planteó que en ese fenómeno “hubo una alta concentración” de las tierras ya que “el grueso” de los negocios involucró a sociedades anónimas a través de grupos empresariales.

Estos hechos han generado preocupación y se buscan medidas legislativas o políticas del Ejecutivo para encontrar alternativas para el pequeño productor que sigue marginado. Se han planteado posibles dos herramientas para atacar el tema: “o poner límite para la posesión de tierra que no existen o condicionar que aquellos que compren tengan que ser ciudadanos legales o naturales o afincados en el país”. Recientemente el Presidente

de la República ha planteado aumentar el impuesto al patrimonio para las explotaciones de más de 1.000 ha como una forma de desalentar la concentración de la tierra.

Paraguay

En octubre de 2008, el Gobierno de Paraguay prohibió venta de tierras rurales destinada a la reforma agraria a extranjeros. Tras la muerte de un campesino durante un choque con policías durante el desalojo de invasores de una finca de soja, propiedad de un colono brasileiro, el gobierno paraguayo dispuso que ningún extranjero pueda comprar terreno destinado a la reforma agraria para la agricultura. Un informe del Instituto de Desarrollo Rural y la Tierra (Indert) "prohíbe la suscripción de trámites administrativos para la compra de tierras a sujetos no beneficiarios de la Reforma Agraria".

México

La tradición y el peso de los conflictos rurales y de la reforma agraria se mantienen hasta hoy. En efecto, el tamaño de la propiedad de la tierra no se ha modificado desde la Ley Federal de Reforma Agraria y tampoco se modificó con las reformas al artículo 27 constitucional.

En el artículo 117, se establece como cabida máxima a la llamada "pequeña propiedad agrícola" que corresponde a la superficie de tierras agrícolas de riego o humedad de primera, que no exceda los siguientes límites o sus equivalentes en otras clases de tierras:

- a) 100 hectáreas si se destina a cultivos, salvo los que se señalan a continuación;
- b) 150 hectáreas si se destina al cultivo de algodón;
- c) 300 hectáreas si se destina al cultivo de plátano, caña de azúcar, café, henequén, hule, palma, vid, olivo, quina, vainilla, cacao, agave, nopal o árboles frutales.

Otras formas de pequeña propiedad:

- a) La forestal, que se refiere a la superficie de tierras forestales de cualquier clase que no exceda de 800 hectáreas.
- b) La ganadera, que de acuerdo con el coeficiente de agostadero ponderado de la región de que se trate, no exceda de la necesaria para mantener hasta quinientas cabezas de ganado mayor o su equivalente en ganado menor, conforme a las equivalencias que determine y publique la Secretaría de Agricultura y Recursos Hidráulicos.

Analizando las diversas iniciativas legales recientes que se han discutido sobre una nueva Ley Agraria, ninguna trata el tema del tamaño de la propiedad o restricciones específicas a ésta, diferentes a las establecidas.

La persistencia de este tipo de medidas administrativas y legales, explican, entre otros factores, la debilidad del proceso de concentración de la tierra en México y la presencia de este país en la Región, como por ejemplo, en Nicaragua.²² En mayo de 2011, una delegación de México encabezada por el Secretario de Agricultura, Ganadería, Desarrollo Rural, Pesca y Alimentación y el presidente del Grupo Ganadero SuKarne²³, visitó Nicaragua para inaugurar un proyecto ganadero que tiene una inversión de más de 100 millones de USD.

Para resaltar la participación del Estado, se puede señalar que en la delegación participaron tres diputados federales que forman parte de una comisión relacionada con el sector pecuario en México y en la inauguración del evento participó el Presidente de Nicaragua, Daniel Ortega.

La inversión contempla una planta de engorda para 50 mil cabezas de ganado y la producción de 20 mil manzanas²⁴ en maíz amarillo, sorgo, forrajes, pastos, entre otros

²² Comunicación personal con Eduardo Baumeister, Mayo 2011.

²³ Esta empresa es la primera marca de carne de res en México con una experiencia de 40 años.

²⁴ Una manzana equivale a 0,7 ha.

productos, que permitirán desarrollar el ganado de engorda. Se destacó que el proyecto creará mil puestos de trabajo. La empresa mexicana ha comprado tierras a particulares y la agencia estatal Pronicaragua le da el status de empresa de "maquila" con lo cual obtiene beneficios tributarios.

Esta carne será exportada a mercados donde la empresa mexicana ya tiene presencia, como Rusia, Japón y Corea.

Colombia

En el caso de este país, existe una continuidad histórica de fomento a la inversión extranjera. Desde principios del siglo pasado se establecieron estímulos y exenciones de impuestos para la inversión extranjera. Dentro de esta tendencia se adjudicaron terrenos baldíos a la United Fruit Company, compañía que adquirió grandes extensiones de tierras para implementar el cultivo de banano. También es notoria la presencia de extranjeros que se radicaron en Colombia en la implantación inicial de la caña de azúcar y de la palma.

Algunas de las acciones estatales para promover la inversión extranjera directa, principalmente en los sectores de explotación de hidrocarburos, minería y gas; telecomunicaciones; turismo y agricultura, se refieren a la suscripción de acuerdos de Protección a la Inversión Extranjera²⁵, y la negociación de acuerdos de libre comercio con diferentes países, entre ellos los tratados de libre comercio con Chile, Canadá y Estados Unidos – en discusión en el Congreso de ese país. Asimismo, se contempla la igualdad de derechos entre nacionales y extranjeros, lo que les permite invertir sin autorización previa en casi todos los sectores de la economía, ingresar capitales, maquinaria y tecnologías, y acceder a beneficios (líneas especiales de crédito, subsidios, incentivos, exenciones fiscales y contratos de estabilidad jurídica y zonas francas). De igual forma, en el marco de la Unión de Naciones Suramericanas (UNASUR), se promueve la inversión extranjera para la implementación de proyectos de agrocombustibles y la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Sudamericana (IIRSA)²⁶.

Con el fin de propiciar la adquisición de grandes extensiones de tierra y de dar seguridad jurídica a los inversionistas nacionales y extranjeros sobre los predios que adquieren, se han introducido reformas normativas dirigidas a levantar la única restricción en la materia, consistente en la prohibición de adquirir terrenos adjudicados por el Estado que superen la Unidad Agrícola Familiar (UAF), -la máxima UAF en promedio es de 1.000 hectáreas-; la flexibilización para la constitución de zonas de desarrollo empresarial en tierras del Estado (baldíos) sin límites sobre su tamaño; la introducción de figuras como los contratos de derecho de superficie y de vuelo forestal, y la realización de programas masivos de formalización de la tenencia de la tierra.

Chile

En este país hubo estímulos para atraer la inversión extranjera. Los Capítulos XVIII y XIX del Banco Central permiten a extranjeros interesados en invertir en Chile, comprar títulos de deuda en el mercado secundario y transarlos privadamente con el deudor nacional de estos títulos. Los pesos así recibidos pueden ser asignados a inversiones específicas, previamente autorizadas por el Banco Central. Este mecanismo de conversión de la deuda

²⁵ Entre ellos: The Overseas Private Investment Corporation (OPIC), the Multilateral Foreign Investment Guarantee Agency (MIGA) and the Convention on Settlement of Investment Disputes (ICSID).

²⁶ Ver, entre otros documentos la Declaración de Ayacucho 2004, la Declaración Presidencial y Agenda Prioritaria de la Primera Reunión de Jefes de Estado de la Comunidad Sudamericana de Naciones Brasilia, 30 de setiembre de 2005 y el Documento final de la Comisión Estratégica de Reflexión: "Un Nuevo Modelo de Integración de América del Sur Hacia la Unión Sudamericana de Naciones.

externa estuvo asociada a la privatización de empresas públicas y otras empresas que se encontraban bajo control del Gobierno, incluyendo actividades silvoagropecuarias.

También habría que mencionar el Decreto Ley 600 de 1974 que establece los términos y condiciones que serán acordados en los contratos de inversión extranjera, los cuales garantizarán un tratamiento igualitario para los inversionistas extranjeros y locales.

Finalmente, la legislación que creó el subsidio forestal (DL 701 de 1974, que ha tenido modificaciones con el tiempo), resulta un factor clave para entender los niveles de concentración que se pueden observar en el sector forestal en Chile. Además de un financiamiento directo por parte del Estado, equivalente hasta el 75% de la inversión para aquellos propietarios que se acogen a sus beneficios, contiene una serie de incentivos tributarios. Esta política explica de una manera importante la expansión y concentración de la actividad forestal.

También se debe recordar que hay un conjunto de países de la Región que se encuentran desarrollando procesos de reformas agrarias, como son los casos de Bolivia, Brasil, Paraguay, Ecuador y Venezuela.

En general, en Centro América y el Caribe, no se encuentran leyes restrictivas efectivas²⁷ sobre el tamaño de las propiedades rurales ni tampoco respecto a la nacionalidad de los propietarios.

Por otro lado, existen incentivos a través de políticas públicas que otorgan beneficios económicos para la inversión en el sector, como pueden ser al sector forestal, para el regadío, fomento a las exportaciones, cultivos ligados a la energía.

Finalmente hay estímulos que operan directamente a través del mercado, entre ellos se deben destacar dos:

- a) Muchas de las tecnologías modernas tienden a privilegiar grandes volúmenes de productos, sea en la fase de la producción primaria o en otras fases de la cadena de valor (procesamiento, transporte, etc.).
- b) El modelo de desarrollo que predomina en la actualidad, con economías abiertas, ha llevado a que la agricultura de la Región se posicione en amplios mercados externos. Esto marca una diferencia fundamental con respecto al modelo de desarrollo “hacia adentro”, que básicamente privilegiaba los mercados nacionales. Ahora la posibilidad de participar en mercados externos relativamente complejos, obliga llegar a ellos con volúmenes de producción importantes y a precios competitivos.

En resumen, la propia dinámica que han generado los factores que facilitan la concentración/ extranjerización de la tierra han impulsado las restricciones administrativas y legales que se han reseñado.

Obstáculos para la fusión de empresas

A propósito del análisis del rol de la propiedad de la tierra en la cadena de valor, se puede retomar el tema de los obstáculos administrativos y legales al proceso de concentración/ extranjerización. En este caso, se puede ejemplificar con la reciente fusión entre Perdigão y Sadia que resultó en Brasil Foods. El 9 de mayo de 2011, la Procuraduría General del Consejo Administrativo de Defensa Económica (CADE) emitió una declaración donde recomienda restricciones para la realización de esta fusión, que incluye la venta de una de las marcas de sus productos o la reprobación del negocio. A juicio de la autoridad, la nueva empresa, no logra demostrar que la fusión ha resultado beneficiosa para los intereses de los consumidores. Sin embargo, semanas después se informa un acuerdo entre la CADE y la empresa fusionada se obliga a suspender el uso de la popular marca Perdigão por

²⁷ En Costa Rica existe una ley de 1973 que limita un máximo de 300 ha y en Panamá la ley de reforma agraria limitó a 200 ha como máximo, en la práctica la dinámica del mercado de la tierra ha rebasado estos límites.

algunos años, junto con la prohibición para la empresa de crear una marca que la reemplace. El acuerdo también prevé la venta de fábricas y centros de distribución²⁸.

Otro tanto se pudo observar, en el caso de Chile, cuando otro organismo gubernamental similar al anterior, como es la Fiscalía Nacional Económica (FNE), en Marzo de 2011 luego de realizar una investigación, manifestó ante el Tribunal de la Libre Competencia, su oposición a la fusión entre dos grandes industrias lácteas, las empresas Soprole y Nestlé, pues consideró que la operación puede restringir la libre competencia en el mercado de los lácteos.

En un comunicado, la FNE informó que "de consolidarse el *joint venture* los consumidores podrían terminar pagando más por dichos productos (lácteos) que lo que pagan en la actualidad".

Además, plantea los problemas que enfrentarían los productores de leche: "Esta Fiscalía es del parecer que la operación consultada implica la creación de un agente económico dotado de una posición dominante en la industria láctea, capaz de obstaculizar el mantenimiento de una competencia efectiva en los mercados en que opera, y obrar, en buena medida, de forma independiente con respecto a sus competidores, proveedores y, en último término, de los consumidores." En este caso, los productores de leche se movilizaron activamente en contra de la fusión.

Al final, se frustró la fusión cuando intervino el Gobierno a través del Ministerio de Agricultura y el Parlamento a través de todos los parlamentarios de las zonas productoras de leche, de todas las tendencias.

Como se puede apreciar, el propio proceso de concentración termina generando sus propios anticuerpos que terminan frenando su propio desarrollo. Sin embargo, no hay que olvidar la existencia, al mismo tiempo, de políticas públicas que son incentivos a los procesos de concentración, como son las ventajas tributarias, las legislaciones que fomentan determinadas actividades como son los subsidios forestales, al riego, etc.

Hasta aquí se han analizado las principales tendencias que surgen de los antecedentes presentados en los casos estudiados. Antes de terminar, se formulan algunas preguntas que requieren de nuevos y mayores estudios para que se puedan elaborar respuestas.

Algunas preguntas

Los antecedentes presentados muestran que los niveles de concentración y de extranjerización de la tenencia de la tierra y de los recursos en general, en la actualidad ha aumentado en forma notable, con importantes variaciones subregionales y temporales, con respecto a la realidad que se observaba en la década de los años 60 del Siglo pasado, cuando se justificaba la necesidad de realizar reformas agrarias en forma generalizada en la Región.

También se han entregado elementos que permiten ponderar la importancia relativa que tiene la propiedad de la tierra en los procesos de concentración, donde la concentración de las cadenas de valor no siempre es un requisito tener el control de la propiedad de la tierra.

Además, estos procesos, no se presentan en la forma de "enclave" que tuvieron en el pasado, en el sentido de no tener relaciones con el entorno donde ellos funcionan, sino que, al contrario, formalmente realizan diversas actividades para integrarse en los niveles local, regional y nacional, donde se encuentran ubicados. En este sentido, los modelos de aislamiento con respecto al entorno local, que caracterizaban a las plantaciones tropicales en el pasado, ya no se encuentran vigentes.

²⁸http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,sada-e-perdgao-fecham-acordo-comcade,not_75737,0.htm; <http://www.americaeconomia.com/negocios-industrias/brasil-foods-logra-acuerdo-con-entidad-antimonopolios-por-fusion>

Por su parte, el fenómeno del *Land Grabbing* se encuentra en sus fases iniciales y restringidas sólo a dos grandes países de la Región, como lo son Argentina y Brasil.

Como ya se ha planteado, en la actualidad, el proceso de concentración y de globalización de la tenencia de la tierra es un reflejo de estos mismos fenómenos que ocurren en las cadenas de valor en las cuales aquella forma parte. En otras palabras, estos fenómenos de concentración y de globalización ocurren en la totalidad de los eslabones que componen las cadenas, siendo uno de ellos, el de la tenencia de la tierra.

El tema de las diferentes vías que llevan a procesos de concentración sugiere que se realicen observaciones más sistemáticas en cuanto al funcionamiento de cada una de ellas, así como los efectos que ellas tienen sobre la producción de alimentos y el impacto sobre la agricultura familiar campesina.

También es necesario insistir en la vigencia de situaciones que muchas veces por el hecho de ser tan obvias, hay que reiterar que se mantienen y que hay que tomarlas en cuenta.

Repetir que la situación de la agricultura de la Región es muy heterogénea, por más que suene a un lugar común, es necesario considerarla.

No sólo hay diferencias evidentes entre los países: por sus tamaños, tipo de recursos, niveles de desarrollo, etc. También, hay significativas diferencias regionales entre los países. Si hay una constante en la agricultura de los países de la Región, es su marcada diferenciación regional. Esta situación llega a tal punto que se puede sostener que los promedios nacionales son sólo números estadísticos que no llevan a una adecuada referencia con la realidad.

Las preguntas que se formulan a continuación, además de expresar dudas sobre la realidad analizada, deben ser consideradas como una agenda que expresa los principales aspectos sobre los cuáles se debería enfocar los próximos estudios.

1 – La relación entre los procesos analizados de concentración/extranjerización y la realidad de que América Latina sea el continente de mayor desigualdad en el mundo. En general, no se registran discusiones públicas sobre la eficiencia con que se manejan estos recursos concentrados. Sin embargo, su rol en cuanto a disminuir la brecha de la desigualdad, es ampliamente discutido.

La búsqueda de la relación entre estructuras de tenencia y procesos productivos debe tomar en cuenta el papel del agro en el desarrollo de las fuerzas productivas y del destino de la riqueza producida en los países, algo imperativo para la Región.

¿Cómo se extienden los procesos estudiados en la cadena de valor? ¿Existen también en el procesamiento de productos agrícolas? ¿Están vinculadas las mismas empresas?

¿Cuál es el camino crítico de empresas nacionales que se expanden? ¿Necesitan en algún momento de capitales extranjeros y por qué? ¿Qué las impulsa a expandirse geográficamente? ¿Cuál es su relación con los medianos-pequeños y hasta qué nivel son proveedores/clientes? ¿Qué externalidades son generadas y cómo son manejadas en los países?

¿Hasta dónde se da el modelo de la economía institucional de redes de negocios estables a través de la cadena de valor que incorporan empresas de distinta escala? (Por ejemplo, en el caso de Argentina). ¿Cuáles son las características de las pequeñas y medianas que participan en este modelo, de existir?

Por otra parte, ¿cuál es la motivación que se encuentra detrás de las iniciativas administrativas y legales para limitar la concentración de la tierra y la compra de ésta por parte de propietarios del extranjero?

También sería interesante hacer un seguimiento sobre la forma en que se perfilan estas restricciones al funcionamiento del mercado de la tierra y el grado de aplicación que efectivamente tiene de este tipo de normativa.

Otro tema que parece relevante de profundizar, es la línea que marca el límite entre lo que correspondería a la extranjerización dentro de la vía de expansión transnacional de carácter regional a través de migraciones hacia países vecinos y aquella que puede ser

considerada como parte de un proceso de colonización. Se debe establecer la diferencia entre los clásicos procesos de colonización que se han realizado a lo largo de la historia en América Latina (colonización de Alemanes, Italianos, Japoneses, Menonitas, etc.) de estos procesos que más bien corresponden a lo que se ha denominado como proceso de extranjerización.

Parece razonable recomendar la posibilidad de ahondar en el conocimiento de este tipo de situaciones para comprender mejor la dinámica que tiene esta vía de expansión transnacional de carácter regional.

2 – La relación de los procesos analizados de concentración/extranjerización con el funcionamiento de la agricultura campesina y cómo afecta a la producción de alimentos básicos.

¿Cuánto de la tierra que se concentra proviene de la agricultura campesina?

¿En qué medida se deben diferenciar distintos estratos de agricultura familiar para analizar el impacto que han tenido los fenómenos bajo estudio? ¿Hay estratos que han incorporado elementos de cambio tecnológico y aumento de la productividad? ¿Son aquellos que ya eran más capitalizados? ¿Cómo afectan los fenómenos descritos a los menos capitalizados y qué chances hay y qué políticas deben promulgarse para que estos diferentes actores se incorporen en cadenas de valor o de otra forma disminuyan su pobreza?

¿Cuánto de esas tierras antes se dedicaban a la producción de alimentos y en la actualidad se ocupan con otros fines, entre otros, aquellos dedicados a: producción de materias primas con fines energéticos, actividades forestales, conservación de los recursos naturales y actividades vinculadas al turismo?

¿Cuál fue el destino de la población rural que habitaba y/o trabajaba en los predios antes de que se materializara el proceso de concentración de la propiedad de la tierra?

¿Cuáles son las diferencias que se podrían establecer con respecto al fenómeno antes señalado entre las vías de expansión transnacional regional (translatinas, cadenas de valor y migraciones) que fueron señaladas?

En el caso de la vía de expansión que corresponde a migraciones, sería importante conocer la actividad anterior del jefe de familia en el país de origen, con el objeto de verificar si se trata de una expansión de una experiencia anterior que topa un techo en el país de origen y que pasa a ser el piso en el país de destino. O, si por el contrario, se trata de un migrante más tradicional que inicia una nueva actividad en el lugar de destino.

¿Cuál es el rol que ha jugado y que podría adoptar el Estado para proteger a la agricultura familiar de estos fenómenos, y de paso, aportar a la seguridad alimentaria de los países frente a estos fenómenos?

3.- ¿Su relación con los temas ambientales?

Sobre el particular, se encuentran situaciones extremas que van desde grandes proyectos de concentración/extranjerización que explícitamente buscan la conservación de los recursos naturales, hasta otros que son acusados de abierta y directa depredación.

En este sentido, se podrían tomar casos representativos y ahondar en estos fenómenos: Cuáles son las prácticas de cultivo y manejo ganadero de las grandes explotaciones; qué nivel de sustentabilidad tienen; qué diferencias hay entre grandes y medianos; qué diferencia hay en prácticas y en impactos la zona pampeana vs en zonas marginales de expansión; en qué se diferencian según los distintos cultivos; qué determina el ejercicio de buenas vs deficientes prácticas.

Asimismo, convendría estudiar la superficie potencial proyectada para la expansión de la agricultura, que se dice muy extensa en Latinoamérica y en particular en Argentina, y su relación con áreas protegidas, con valor de conservación, corredores ecológicos o zonas con limitación de uso, por ejemplo por la Ley de Bosques Nativos (caso de Argentina). ¿Existe una superposición en superficies? ¿Contemplan las proyecciones la incorporación de las mencionadas áreas con valor ecológico o se excluyen? ¿Cómo pueden manejarse las

presiones sobre áreas naturales a nivel de políticas y ordenamiento territorial, en forma diferenciada según región fitogeográfica y realidad socioproductiva?

Por otro lado, se pueden explorar en las motivaciones del propietario de los predios destinados a la conservación; en qué consisten las prácticas de intervención que se realizan en ellas. Se puede explorar la pregunta de si es pertinente o no la nacionalidad a nivel del aporte a la conservación de recursos y sustentabilidad y cuál debería ser la normativa correspondiente.

Se puede estudiar la titularidad de la tierra en áreas de recursos estratégicos (por ejemplo, zonas de frontera, cabeceras de cuenca) jerarquizando su importancia en términos de servicios ecosistémicos y recursos existentes; analizar la existencia o no de tutela y prácticas de conservación por parte de privados y el nivel de control por parte del Estado: el que se ejerce y el que corresponde. Asimismo, se podría considerar la importancia de que los mismos estén en manos de extranjeros y cómo se deberían manejar o legislar estos casos.

Se puede analizar cómo contribuye la irregularidad en la tenencia de la tierra o ausencia de títulos en el manejo de recursos, inversiones y conservación; y en el nivel de vulnerabilidad de pequeños ante la presión de inversores de gran escala, cuando tienen o no tienen regularizada la tenencia.

4.- ¿Su relación con el empleo?

Se debería hacer una comparación entre la situación del empleo en los predios antes de su nueva condición y la que existe en la actualidad, en términos de cantidad y calidad del empleo.

¿Cuáles son las condiciones de empleo de los ocupados en estas explotaciones y cómo ha influido su presencia en el funcionamiento de los mercados de trabajo locales?

Finalmente, el conjunto de preguntas que se han presentado, se deberían ubicar en el contexto del impacto de estos procesos en términos de identificar cuáles son los sectores que se han beneficiado de ellos y cuáles han sido los que han resultado perjudicados por los

Sin lugar a dudas, no hay una sola respuesta para estas preguntas y valdría la pena buscar información sistemática de modo de generar una base con respaldo real que pueda dar origen a políticas públicas que resulten pertinentes a cada realidad nacional.

Anexo N° 1 – Criterios de clasificación de predios concentrados.

De acuerdo al tipo de compradores:

A.- Actores privados

- **Nacionales**, cuando se trata de situaciones de concentración que es llevada a cabo por un ciudadano del mismo país (con alguna calificación, como por ejemplo, ligados a la banca, a la agricultura, a la industria, al sector forestal, etc.) El carácter de nacional ocurre cuando la empresa matriz se encuentra en el mismo país.
- **Extranjeros**, con alguna calificación como país de origen, sector económico, etc. Si una empresa regional compra en otro país de donde se encuentra la matriz, cabe en esta categoría. Se debe ampliar a producciones como caña de azúcar y palma para biocombustibles, soja, ganadería, forestal, etc., especificando en los casos que corresponda.

En el caso de este tipo de inversionista, se busca maximizar las utilidades y remunerar a sus accionistas. En otras palabras se trata de “hacer negocios” produciendo o desarrollando proyectos de acuerdo a las mejores opciones disponibles y accediendo al control de la tierra cuando resulta necesario.

B.- Estados” inversionistas”

Corresponde a la definición restringida ya comentada y que incluye las siguientes condiciones: las transacciones de tierras mayores de 1.000 ha o la cifra que resulte relevante según el país que se trate; que participe el gobierno de una de las partes; el comprador debe ser extranjero; y que su destino sea la producción de alimentos básicos.

En este caso, la motivación que se explicita es buscar la seguridad alimentaria de sus propias poblaciones a través de la producción en el extranjero de los alimentos y/o productos agrícolas básicos para sus fincas ganaderas y/o para mejorar su autosuficiencia energética.

De acuerdo al uso de la tierra: Los bienes que se busca producir en las tierras que se concentran pueden ser destinadas para:

- **Bio combustibles**. Se trata de cultivos que son insumos sustitutorios a la energía fósil. Su demanda y precio depende en gran medida de políticas públicas en que ciertos Estados han establecido como obligatoria, la inclusión de un porcentaje de estos productos en el combustible.
- **Alimentos de primera necesidad**. Los principales productos alimentarios básicos aumentaron de manera drástica desde 2007 por distintas razones, incluyendo el crecimiento de los bio combustibles, los problemas climáticos en años anteriores, la reducción en los inventarios, y un aumento en la demanda algunos países emergentes.
- **Recursos forestales**. De acuerdo a la ILC se debe distinguir entre dos tipos de bienes de distintas naturalezas: (1) madera y productos forestales no maderables, cuya demanda ha aumentado con el crecimiento de los países emergentes; y (2) servicios ambientales, con el establecimiento de mercados de derechos de polución, créditos por carbono, que hacen posible la obtención de recursos a cambio de sembrar árboles o a través de mecanismos que hasta el momento son voluntarios, basados en las promesas de no cortar los bosques (mecanismos [REDD] Reducción de Emisiones por Deforestación y Degradación de Bosques).
- **Turismo**. El desarrollo del turismo ya ha generado un creciente interés en las zonas costeras y otras áreas de interés particular debido a la belleza del paisaje, la riqueza de la flora y la fauna, y/o la posibilidad de participar en actividades de diversión que muestran una alta demanda.

- Recursos mineros y energéticos. Este no es un fenómeno nuevo, pero el fuerte aumento en la demanda de los países emergentes ha aumentado la presión sobre las regiones y países que tienen riqueza en forma de minerales o petróleo y que presionan sobre tierras agropecuarias.
- Frutas, verduras y vinos. A los productos tradicionales que exportaban países de la Región, básicamente tropicales (banano, piña, azúcar), se han agregado rubros que se han denominado como “no tradicionales” que consisten en la producción de rubros que son propios de clima templado y que tienen demanda de contra estación climática en el hemisferio Norte.
- Conservación. Existen inversiones en tierras con un objetivo declarado de “conservación”. Cabe puntualizar que junto con registrar, la declaración formal y específica que se hace sobre el particular: el objetivo declarado es la conservación de los recursos, ello no se puede asimilar automáticamente a una actividad de filantropía. Habría que indagar en su posible conexión con negocios medioambientales presentes (por ejemplo, mercado de bonos de carbono) y futuros (por ejemplo, el tema de la escasez planetaria de agua dulce).

Estas son las categorías en cuanto a tipos de compradores y al uso de la tierra con las cuales se analiza la información que ha sido sistematizada.

Anexo N° 2 – Rubros concentrados por país

Argentina: Soja, trigo, ganado, caña de azúcar, tabaco, frutales y conservación.

Bolivia: Soja, ganadería y forestal.

Brasil: Soja, la caña de azúcar, carnes blancas, sector forestal, ganado y frutales.

Chile: Forestal, frutas, lácteos, vinos, semillas, carnes blancas y conservación.

Colombia: Palma africana, remolacha, caña de azúcar, soja, arroz, maíz y sector forestal.

Ecuador: Banano, caña de azúcar, palma africana, sector forestal.

Paraguay: Soja, maíz, trigo y ganado.

Perú: Frutas, verduras, caña de azúcar y palma africana.

Uruguay: Forestal, soja, lechería, trigo, arroz y frigoríficos (ganado).

México: Cadenas de valor del maíz, caña de azúcar, frutas, hortalizas, café, cebada, tequila.

Costa Rica: Banano, piña y palma africana.

Guatemala: Caña de azúcar, palma africana, sector forestal.

Nicaragua: Forestal, ganadero, arroz, palma africana, caña de azúcar, cítricos y turismo.

Panamá: Banano, café, del arroz y en la palma africana.

República Dominicana: Caña de azúcar, banano, fruta, verduras y caña de azúcar.

Guyana: Caña de azúcar, ganado, arroz, piña y forestal.

Trinidad y Tobago: Caña de azúcar, cacao y frutas.

Fuente: Estudios por países, presentaciones en Power Point Seminario Enero 2011 y Reunión Grupo de Trabajo de Tierras, XV REAF, Asunción 2011.

Referencias bibliográficas²⁹

BARRACLOUGH, S.; COLLARTE, J. C. **El Hombre y la Tierra en América Latina:** Síntesis de de los informes CIDA sobre tenencia de la tierra en Argentina, Brasil, Colombia, Chile, Ecuador, Guatemala, Perú. Editorial Universitaria, Santiago de Chile, 1971.

BORRAS JR., S. M.; MCMICHAEL, P.; SCOONES, I. The politics of biofuels, land and agrarian change: editors introduction, **Journal of Peasant Studies**, 37: 4, 575 – 592, 2010.

BORRAS JR., S. M.; FRANCO, J. **La política del acaparamiento mundial de tierras.** Replanteando las cuestiones de tierras, redefiniendo la resistencia. Mayo de 2010, ICAS Working Paper Series No. 001, 2010.

CASTAÑEDA, P. J. **Límites a la propiedad de la tierra:** antecedentes. CEPES, Lima: 2010.

CASTILLO C. P. **El Derecho a la Tierra y los Acuerdos Internacionales.** CEPES y ILC, Lima, 2009.

CEPES. La Gran Propiedad vuelve al Campo. **La Revista Agraria**, Año 10, N° 107, Lima mayo 2009.

Committee on World Food Security. **Committee on World Food Security.** Thirty-Sixth Session. Rome, 11-14 and 16 Octubre, 2010.

²⁹ Se presenta la bibliografía que corresponde al diseño del Proyecto.

Conferencia de las Naciones Unidas Sobre Comercio y Desarrollo. **Informe Sobre Las Inversiones En El Mundo:** Empresas transnacionales, producción agrícola y desarrollo. Panorama Regional 2009. Naciones Unidas, Nueva York y Ginebra, 2009.

COTULA, L. et al. **Land grab or development opportunity?** Agricultural investment and international land deals in Africa, International Institute for the Environment and Development (IIED), la FAO y el International Fund for Agriculture and Development (IFAD) referido a cinco países Africanos (Ethiopia, Ghana, Madagascar, Malí y Sudán). <http://www.iied.org/pubs/display.php?o=12561IIED>. 2009.

DEININGER, K. Land grabbing: International Community Responses, **Presentación expuesta en la reunión de expertos de la Development Policy Review Network DPRN o Red de Revisión de Políticas en Desarrollo.** 8 de julio de 2009 en Utrecht, <http://www.landcoalition.org/>, También se puede consultar la publicación electrónica de un seminario previo del Banco Mundial: "Large Scale Investments in Land: Déjà vu or New Development Opportunity?", Washington DC, 2 de marzo de 2009: mms://wbmswebcast1.worldbank.org/ARD/10680250/ARD_Week_3.wmv.

DIOUF, J. ¿Pacto neocolonial contra la crisis alimentaria? En: **Terramérica.** Medio Ambiente y Desarrollo. 4 de Agosto 2009. <http://www.tierramerica.info/nota.php?lang=esp&idnews=3015>. 2009.

FAO. **Del acaparamiento de tierras al ganar-ganar.** Aprovechando las oportunidades que brindan las inversiones internacionales en agricultura. En: Perspectivas Económicas y Sociales – Informes de Política No. 4 © FAO 2009.

FERNANDES, B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. Agrofuel policies in Brazil: paradigmatic and territorial disputes, **Journal of Peasant Studies**, 37: 4, 793 — 819, 2010.

ILC y AGTER. Presiones comerciales sobre la tierra en el mundo. Problemática y marco conceptual, Abril. www.landcoalition.org/.../ilc_commercial_pressures_on_land_spa.pdf. 2009.

Government of Germany. Federal Ministry for Economic Cooperation and Development. **Development Policy Stance on the Topic of Land Grabbing** – the Purchase and Leasing of Large Areas of Land in Developing Countries. Discourse 015 . Agosto 2009, 2009.

GRAIN. **Se adueñan de la tierra! El proceso de acaparamiento agrario por seguridad alimentaria y de negocios en 2008.** Documentos de Análisis, octubre de 2008: <http://www.grain.org/briefings/?id=214>. 2008.

HLPE. **Land tenure and international investments in agriculture.** A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security, Rome, 2011.

KUGELMAN, M. S.; LEVENSTEIN, S. L. Ed. **Land Grab? The Race for the World's Farmland,** Woodrow Wilson International Center for Scholars, Asia Program, Washington.

LILIAN F, S. **Propiedad de la tierra e el MERCOSUR.** Exploraciones Desarrollo Rural N° 7. Instituto para el desarrollo rural de Sudamérica. Argentina, junio de 2011. www.sudamericarural.com.

LILIAN F., S. **La tierra en Sudamérica. Exploraciones Desarrollo Rural**, Nº 8. Instituto para el desarrollo rural de Sudamérica. Argentina, enero de 2011. www.sudamericarural.com.

MERLET, M.; JAMART, C.; et al. **Presiones comerciales sobre la tierra en el mundo.** Problemática y marco conceptual para el estudio de la Coalición Internacional para el acceso a la tierra. International Land Coalition Abril 2009.

PYE, O. The biofuel connection - transnational activism and the palm oil boom, **Journal of Peasant Studies**, 37: 4, 851 — 874, 2010.

VON BRAUN, J.; MEINZEN-DICK, R. S. **Land grabbing by Foreign Investors in Developing Countries: Risks and Opportunities**, IFPRI Policy Brief 13, International Food Policy Research Institute, Washington DC, Abril de 2009: <http://www.ifpri.org/>.

WHITE, B.; DASGUPTA, A. Agrofuels capitalism: a view from political economy, **Journal of Peasant Studies**, 37: 4, 593 — 607, 2010.

WILLIAMS, A. N. Editor. **Land in the Caribbean Issues of Policy, Administration and Management in the Englishspeaking Caribbean.** Caribbean Land Policy Network, Manuscript was prepared from digitised copy at the Land Tenure Center, University of Wisconsin-Madison, USA, for publication, October 2003.

WORLD BANK. **Rising Global Interest in Farmland.** Can It Yield Sustainable and Equitable Benefits? Washington, September 2010.

ZOOMERS, A. Globalisation and the foreignisation of space: seven processes driving the current global land grab. **Journal of Peasant Studies**, Vol. 37, No. 2, April 2010, pags. 429–447, 2010.

Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina

Flávia Braga Vieira

Professora de Sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ

e-mail: flaviabv@gmail.com

Resumo

Este trabalho analisa um processo atual, particular, de articulação internacional popular. A Via Campesina é compreendida aqui como uma experiência que apresenta características das formas contemporâneas de articulação internacional, mas que, por outro lado, reivindica aspectos da tradição internacionalista da esquerda. Seu surgimento e desenvolvimento ocorrem em contraponto ao avanço das formas de produção capitalista para a agricultura em nível mundial, nas últimas décadas. Através da reformulação do conceito de campesinato, da elaboração de pautas que unem trabalhadores rurais dos mais diferentes tipos, da constituição de uma cultura política e uma identidade própria, esta articulação ganhou centralidade nas lutas antiglobalização. Muitos analistas identificam a Via Campesina como a organização que representa o novo sujeito histórico na luta capital/trabalho, isto é, o campesinato mundial. Esta centralidade foi alcançada, pois, para além das questões específicas da agricultura, as organizações membro da Via Campesina vêm constituindo um projeto alternativo de sociedade que questiona o modelo capitalista de produção, em especial, no meio rural.

Palavras-chave: capitalismo mundial, articulações internacionais, movimentos sociais, campesinato, soberania alimentar.

Resumen

Luchas campesinas en ámbito internacional: un estudio sobre la Vía Campesina

Este trabajo analiza un proceso particular y actual de red internacional popular. La Vía Campesina se entiende aquí como una experiencia que tiene características de las formas contemporáneas de la articulación internacional, pero también de la tradición internacionalista de la izquierda. Su aparición y desarrollo se ha producido como contrapunto al avance de las formas capitalistas de producción para la agricultura en todo el mundo en las últimas décadas. Reformulando el concepto de campesinato, elaborando agendas que unen a los trabajadores rurales de muchos tipos, formulando una cultura política y identidad propia, esta red se convirtió central en las luchas contra la globalización. Muchos analistas ven La Vía Campesina como la organización que representa el nuevo sujeto histórico en la lucha capital/trabajo, es decir, el campesinato mundial. Esta centralidad se logra, pues más allá de las cuestiones específicas de la agricultura, las organizaciones miembros de Vía Campesina, han constituido un proyecto alternativo de sociedad que cuestiona el modelo de producción capitalista, especialmente en las zonas rurales.

Palabras-clave: capitalismo mundial, articulaciones internacionales, movimientos sociales, campesinato, soberanía alimentaria.

Abstract

Peasant struggles at international scale: a study of Via Campesina

This paper analyzes a current and particular process of popular international networking. Via Campesina is understood here as an experience that has characteristics of contemporary forms of international networking, but also presents aspects of the leftist internationalism tradition. Its emergence and development occur as a counterpoint to the advance of capitalist forms of production for agriculture worldwide in recent decades. By reformulating the concept of peasantry, developing agendas that unite rural workers of many different types, creating a political culture and its own identity, this network became central in the anti-globalization struggles. Many analysts see Via Campesina as the organization that represents the new historical actor in the struggle capital/labor, that is, the world peasantry. This centrality was achieved, because, beyond the specific issues of agriculture, the member organizations of Via Campesina have been constituting an alternative project of society that questions the capitalist model of production, particularly in rural areas.

Keywords: world capitalism, international networking, social movements, peasantry, food sovereignty.

Introdução: antecedentes e surgimento¹

Boa parte das teorias sobre a questão agrária nos séculos XIX e XX, em especial o debate marxista clássico, esteve focada na tentativa de explicar os processos de transformação da sociedade feudal/agrária para a sociedade capitalista/industrial. Estas análises afirmavam que necessariamente esta transformação ocorreria e que, por isso, haveria o desaparecimento dos modelos anteriores de produção na agricultura e sua substituição por padrões industriais de produção também no meio rural. A consequência direta seria o desaparecimento também do campesinato.

Ao longo do século XX, entretanto, as transformações no meio rural não levaram necessariamente ao desaparecimento do campesinato, nem tampouco geraram uma industrialização completa de todas as regiões do mundo. Esta afirmação é mais evidente se observados os países da periferia do capitalismo, que permanecem com suas economias fortemente calcadas na agricultura. Mesmo nos países centrais, ao invés do modelo industrial de produção agrícola, o capitalismo avançou na agricultura de formas as mais diversas, que vão desde a plantação tipicamente industrial até a multiplicação de farmers fortemente tecnificados e integrados ao mercado. O capitalismo, de todos os modos e através de caminhos diferenciados, foi paulatinamente incorporando e subordinando o mundo todo à sua lógica, o que inclui a agricultura e os trabalhadores que nela atuam².

Segundo Moyo e Yeros (2005), a globalização da agricultura se iniciou, ainda no século XIX, com o crescimento da agro-exportação das colônias para as metrópoles com o objetivo de abastecer o consumo alimentar de massas e a própria expansão industrial (através de matérias primas como algodão, café, borracha e madeira)³. Uma breve interrupção deste processo ocorreu no período entre as duas grandes guerras, com o colapso do regime de livre mercado. Após a II Guerra Mundial, entretanto, houve um retorno ao processo de globalização da agricultura sob a liderança das empresas norte-americanas. Este sistema se caracterizou pela concentração empresarial e uma forte divisão internacional do trabalho na agricultura.

¹ Este trabalho apresenta algumas questões e conclusões desenvolvidas na Tese *Dos proletários unidos à globalização da esperança: um estudo sobre articulações internacionais de trabalhadores*. Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2008.

² A análise sobre as transformações capitalistas na agricultura durante o século XX está especialmente baseada em Moyo e Yeros, 2005.

³ Na realidade, este processo remonta ao século XVI, com a produção, para exportação, do açúcar.

Em um primeiro momento, sob os auspícios do Plano Marshall, Estados Unidos e Europa Ocidental dividiram a produção, permitindo que os primeiros produzissem para o mercado internacional e os segundos para seu consumo interno. As características da produção eram muito semelhantes: industrialização/mecanização do campo, concentração empresarial, produtivismo e super-produção⁴.

Nos países da periferia, neste período, desenvolveu-se o sistema de dumping, isto é, a venda de produtos por preços menores dos que os da produção nacional (e mesmo abaixo do preço de custo) o que garantia um mercado consumidor e aniquilava a produção local. Além destes efeitos produtivo-comerciais de dependência, o processo gerou também a inserção de novos produtos nos países da periferia alterando a dieta alimentar das populações. A chamada “revolução verde”, a partir dos anos 1960, foi o passo seguinte, com a subordinação dos países da periferia às empresas norte-americanas através da alta-tecnologia de sementes, insumos químicos e equipamento agrícola.

A revolução verde gerou em alguns países da periferia o desenvolvimento de complexos agro-industriais competitivos internacionalmente, mas, mesmo nestes casos, as promessas de auto-suficiência alimentar e de resolução dos problemas agrários não foram obtidas. Países como Brasil e Índia, por exemplo, continuaram com altos índices de pobreza e de desnutrição, além de terem enfrentado a partir de então crescimento dos conflitos rurais em função da concentração e expropriação de terras, migrações em massa, aumento da criminalidade urbana e do desemprego.

Os anos 1970 foram marcados por uma forte crise capitalista que também teve reflexos na agricultura. Neste contexto foi iniciada, em 1986, a Rodada do Uruguai do General Agreement on Tariffs and Trade (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT) que instaurou um novo momento no comércio internacional, especialmente no comércio de produtos agrícolas.

O GATT foi estabelecido em 1947, no âmbito da criação das instituições de Bretton Woods, e durante mais de quatro décadas foi o principal mecanismo de regulação internacional do comércio. No Ato Final da Rodada do Uruguai, em 1994, foram estabelecidas novas regras para o comércio internacional, incluindo a discussão sobre o comércio de produtos agrícolas, direitos de propriedade intelectual, inovação científica, recursos genéticos, entre outros. Além disso, após a Rodada do Uruguai foi criada a Organização Mundial do Comércio que passou a implementar os acordos do GATT com maior poder em função de suas atribuições também de fiscalização e punição. Vários autores identificam este momento como aquele em que se inaugura uma política agrária neoliberal.

Os objetivos do acordo [sobre agricultura da OMC] são três: aumentar o acesso ao mercado através da redução de tarifas e da imposição de importação de alimentos para consumo nacional; aumentar o acesso ao mercado através da redução de subsídios para exportação; e reduzir os apoios governamentais diretos e indiretos. A inclusão da agricultura nos Programas de Ajuste Estrutural, nos acordos regionais de comércio, e na OMC claramente demonstram uma mudança ao tratar a agricultura e os alimentos de forma indiferenciada em relação a outras indústrias. (DESMARAI, 2007, p. 49).

Para Rosset (2006), as políticas que começaram a ser implementadas por governos nacionais, sob a pressão dos programas de ajuste estrutural gestados nas instituições

⁴ As formas através das quais o capitalismo vem se impondo e dominando a produção agrícola, são, contudo, bastante diversificadas. Na França, por exemplo, no imediato pós-guerra, a maioria da população era rural. Somente nos anos 1950 houve um processo acelerado de “modernização agrícola”, impondo a proletarização de parcelas crescentes de agricultores franceses e integração dos sobreviventes. Até hoje, entretanto, na viticultura, sobrevive uma forma quase artesanal de agricultura, com forte integração mercantil.

econômicas multilaterais como o Banco Mundial, o FMI e a OMC, levaram para a agricultura as características do capitalismo neoliberal. Segundo o autor:

Essas políticas incluíram a liberalização do comércio e a subsequente inundação de mercados locais com importação de alimentos baratos subfaturados, com os quais os agricultores locais dificilmente conseguem competir; o corte da sustentação de preços e dos subsídios para produtores de alimentos; a privatização do crédito, da comercialização e da assistência técnica; a promoção excessiva da exportação; patenteamento de recursos genéticos de cultivares; e um favorecimento da pesquisa agrícola em prol de tecnologias caras como a engenharia genética. (ROSSET, 2006, p. 316-317).

Além disso, houve uma concentração tanto dos insumos (sementes, fertilizantes, agrotóxicos, etc.) quanto dos produtos da agricultura (comércio mundial de grãos, de frutas, de matérias primas para a produção industrial, de carnes, etc.) nas mãos de poucas corporações multinacionais. Esta concentração, em função da condição de quase monopólio, permite que as empresas multinacionais fixem os preços de toda a cadeia produtiva na agricultura do mundo inteiro.

Este processo é completado, ainda, pela indução à privatização massiva das terras através da titularidade individual (em especial na África e nas terras indígenas da América Latina e Ásia, historicamente comunais), e o incentivo à integração dos pequenos agricultores à agro-indústria através de programas de financiamento privados. Além disso, pressiona os Estados, através de um modelo conhecido como reforma agrária de mercado e propugnado pelas instituições econômicas multilaterais, a basearem os critérios de aquisição de terras para reforma agrária nos preços de mercado. Segundo Borrás, estas políticas “(...) buscam homogeneizar os direitos de propriedade em todo o mundo, isto é, os direitos privados e individuais, com o objetivo de impulsionar a acumulação de capital privado na economia rural” (BORRAS, 2004, p. 9).

A Via Campesina surge no momento de consolidação de um sistema que vinha se delineando desde o pós-II Guerra Mundial, o qual inclui a produção intensiva e mecanizada, a padronização dos produtos em escala mundial, a concentração da cadeia produtiva nas mãos de grandes empresas multinacionais. A esta industrialização da agricultura somaram-se outras características do capitalismo do final do século XX: a financeirização global da atividade agrícola, a privatização e concentração de bens historicamente considerados públicos ou comunais como a terra, a água e o patrimônio genético. Por fim, o surgimento da Via Campesina se dá no contexto da eclosão de expressivos protestos que questionam exatamente os novos formatos do capitalismo mundial.

[...] Via Campesina se revelou como um ator principal nas lutas populares internacionais contra o neoliberalismo que, entre outras coisas, exigem responsabilidades das agências inter-governamentais, enfrentam e se opõem ao controle corporativo sobre os recursos naturais e a tecnologia, e defendem a soberania alimentar. Além disso, desempenhou um papel destacado em campanhas de grande polêmica política como, por exemplo, as dirigidas contra a OMC, contra os gigantes corporativos mundiais como o McDonalds, e contra os organismos geneticamente modificados (OGM) e as multinacionais que os fomentam, como a Monsanto. (BORRAS, 2004, p. 3 - Grifo no original).

Os movimentos sociais que compõem a Via Campesina também identificam o acirramento de formas agressivas de apropriação do mundo rural pelo grande capital transnacional como o ponto de partida para o aparecimento de movimentos rurais que acabaram por construir essa articulação internacional. A passagem abaixo do brasileiro João Pedro Stédile, dirigente do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), é bastante elucidativa da percepção que têm os próprios movimentos da Via Campesina sobre o processo de globalização da agricultura.

[...] nós pegamos esse novo ciclo de uma maior intensidade do processo de internacionalização da agricultura. Lembro que lá no Rio Grande do Sul, durante toda a década de 1970, nós fomos bombardeados pela avalanche da soja e todos os agricultores tinham que escutar a rádio Guaíba para saber a cotação da Bolsa de Chicago, coisa que nunca tinha aparecido antes na vida do camponês... Imagina: saber onde fica Chicago, quem é que decidia o preço, quem comprava?! Então, os elementos da internacionalização do capital foram se transformando como parte do cotidiano da vida do camponês. A própria entrada de mais empresas multinacionais começa com a presença física, não é? Em todos os ramos: no leite, na uva, nos frigoríficos. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

Segundo a chilena Francisca Rodríguez, dirigente da Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas (ANAMURI), e Ramiro Maradiaga, assessor da Via Campesina Centroamérica, o próprio nome Via Campesina é uma tentativa de construir uma alternativa ao modelo dominante na agricultura. A percepção coletiva, por parte das diferentes organizações que se reuniram na Via Campesina, de que havia um modelo em curso, e de que este modelo era nocivo aos interesses dos trabalhadores rurais, levou à construção de uma proposta alternativa, de uma via, de um caminho diferenciado.

A gente se colocou um grande desafio de constituir, de gerar uma via alternativa ao modelo neoliberal. E é por isso que se chama Via Campesina, não é a confederação, não é a união internacional, é esse processo em que nós estamos levando a cabo a construção de uma via alternativa, a partir dos camponeses, frente às políticas neoliberais. (entrevista com Francisca Rodríguez em 19/03/07).

Um dos grandes desafios da Via Campesina é fundamentalmente lutar contra o modelo neoliberal. [...] Via Campesina está lutando por uma agricultura ecológica, por uma política, por um desenvolvimento diferente. É como uma via, um caminho, uma rota contrária à rota, ao caminho que segue o modelo neoliberal. (entrevista com Ramiro Maradiaga em 07/09/07).

Mas não é apenas a contraposição ao modelo neoliberal de agricultura que surge na fala dos dirigentes. Há também um resgate das próprias lutas camponesas e da esquerda. Os dirigentes da Via Campesina da América Latina identificam uma continuidade entre as lutas dos anos 1960, 1970, 1980 e o processo de criação da Via Campesina. Em geral, observa-se que as lutas contra as ditaduras, o papel da igreja progressista na América Latina, as lutas contra a implantação do capitalismo na agricultura e a experiência de militantes que se formaram nestes processos estão relacionados. A perspectiva de alguns é, entretanto, de que estas experiências de esquerda apareceram na Via de forma reelaborada.

[...] alguns dirigentes que começaram a falar de Via Campesina vinham de partidos de esquerda, mas não acho que foi uma esquerda tradicional a que se instalou no modelo de organização e condução da Via Campesina. [...] Evidentemente há uma influência destes dirigentes. Recordemo-nos que muitos destes dirigentes, a maioria, teve formação política e ideológica nas décadas de 1960 e 1970. (entrevista com Ramiro Maradiaga em 07/09/07).

Indica-se também uma forte influência das lutas revolucionárias no período, com particular destaque para a Revolução Sandinista na Nicarágua, e as relações com a experiência cubana. Segundo os dirigentes, paralelamente à decomposição do bloco soviético na Europa Oriental, a América Latina, neste mesmo período, vivia a eclosão de muitos movimentos que reivindicavam o caráter socialista e que influenciaram os processos de formação da Via Campesina.

Minha primeira viagem foi em 1987, para a Nicarágua. Nós sempre trabalhamos, desde antes do movimento ser movimento [MST], muito nessas reuniões. A gente tinha muito contato, principalmente na época da Revolução Sandinista e tinha uma mística das lutas na América Central na nossa região. E no nosso primeiro congresso foi trazida muita gente que fez parte desta articulação depois. Então foi criando todo um clima, uma mística em relação à questão internacional. [...] Nós vivemos dois períodos, e eu acho que isso é importante. O ascenso das lutas revolucionárias nos anos 1980: as lutas de independência na África, as lutas guerrilheiras na América Central, a Revolução Sandinista, etc. E depois a queda do socialismo, da União Soviética, do Leste Europeu, essa crise política e ideológica de ofensiva do neoliberalismo. [...] Nós somos meio que a síntese dessas duas etapas, não é? (entrevista com Egídio Brunetto, do MST, em 23/03/07).

Há um grande destaque para o processo de articulação das próprias organizações camponesas da América Latina durante os anos 1980. Neste processo, a Campanha “500 anos de Resistência Indígena, Negra e Popular” foi o centro articulador de organizações que há algum tempo mantinham relações e que, neste momento consolidam experiências de luta conjunta. A Campanha se desenvolveu entre os anos 1989 e 1992 como parte da reflexão sobre os 500 anos da chegada de Colombo à América.

Eu creio que a Campanha dos 500 anos foi uma tábua de salvação muito importante para os camponeses da América Latina. [...] A Campanha dos 500 anos é a raiz da gestação de movimentos sociais na América Latina. Mas, além disso, está na raiz da concreção da Via Campesina no mundo. Eu creio que estes cinco anos de campanha, enquanto se baixavam as bandeiras do mundo, enquanto caía o socialismo, enquanto caía Nicarágua – porque foi um golpe muito forte – nós nos nucleamos para colocar na mesa a resistência do nosso povo. E o reconhecer de nossas capacidades, o reconhecer dessa resistência, é que permitiu ao movimento camponês da América Latina não perder sua consciência de classe. Prevaleceu e pode ser rearticulado em um novo. Creio que vivemos a Campanha intensamente. (entrevista com Francisca Rodríguez em 19/03/07).

As articulações crescentes em função da Campanha dos 500 anos levaram a um encontro das organizações camponesas latino-americanas dois meses antes da Rio-92⁵. Neste encontro, em Vitória (Brasil), além dos debates e reflexões que pudessem capacitar os movimentos sociais para intervir no processo da Cúpula do Rio, foi decidida a criação de uma organização de camponeses em nível continental. Dois anos depois, em 1994, foi criada a Coordenadora Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC).

Terminamos a Campanha dos 500 anos e veio outro evento importante que foi a Cúpula da Terra, em 1992, no Rio de Janeiro. Nesta Cúpula da Terra nós formamos a CLOC. [...] nesta reunião que fizemos para os camponeses em Vitória, [...] discutimos muito a sede, discutimos porque a CLOC era a “coordenadora de organizaciones del campo” e não de “organizaciones campesinas”. [...]. (entrevista com Francisca Rodríguez em 19/03/07).

[...] tu vê que não é articulação, não é federação, é uma coordenadora [...]. E “do campo” foi a forma genérica que nós chegamos para fugir do camponês, porque aí os assalariados, os povos indígenas se sentiam excluídos e também para não cair num nome de dois quilômetros. Então a síntese da CLOC, que é o reflexo também de uma linha política, foi decidida nessa reunião que nós fizemos em abril de 1992, em Vitória. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

⁵ Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada em junho de 1992, no Rio de Janeiro, onde foi consagrado o conceito de desenvolvimento sustentável.

No mesmo período, ocorriam também contatos internacionais e articulações regionais entre os movimentos camponeses na Europa e na América do Norte. Segundo Edelman (2003), a crise econômica dos anos 1980 nos Estados Unidos propiciou o surgimento ou fortalecimento de organizações que combinavam nos seus quadros dirigentes vertentes de direita e de esquerda. A mais emblemática destas organizações era a US Farmers Association (Associações de Agricultores Norte-americanos - USFA), a qual incluía membros que, acusados de comunismo, haviam sido expulsos das organizações mais proeminentes de agricultores norte-americanos. Estas organizações mais progressistas denunciavam desde os anos 1970 a crise na agricultura e a problemática do endividamento entre os pequenos agricultores. No Canadá, o National Farmers Union (União Nacional de Agricultores – NFU) também denunciava a crise na agricultura e buscava apoios internacionais desde os anos 1970.

Em 1983 foi criada, então, a North American Farm Alliance (Aliança dos Agricultores da América do Norte - NAFA) que desde a sua criação denunciava a agricultura intensiva e defendia uma produção mais adaptada a preservação do meio ambiente. Edelman (2003) afirma que, apesar de seu caráter progressista inicial, a NAFA acabou por adotar políticas protecionistas e perdeu seu papel articulador regional ao longo dos anos 1980. A partir do princípio dos anos 1990, contudo, em função das negociações governamentais da North American Free Trade Area (Área de Livre Comércio da América do Norte - NAFTA), novas articulações começaram a ser feitas. Agricultores dos Estados Unidos, Canadá e México passaram a ter contatos regulares e a organizarem eventos e protestos em conjunto.

Segundo Edelman (2003) e Desmarais (2007), a história de contatos internacionais entre os camponeses na Europa é ainda mais antiga. Desde o acordo de 1957 que lançou as bases da União Européia, e em especial após a criação da Política Agrícola Comum nos anos 1960, muitas foram as trocas e tentativas de organização de movimentos de camponeses e agricultores em nível continental. Segundo Desmarais (2007), o peso de agricultores na política nacional de alguns países, como a França e a Holanda, contribuiu para a formação de um expressivo número de dirigentes que articulavam reflexões e formulações políticas bastante elaboradas a respeito da política agrária de seus países e da União Européia.

Preocupações com a questão ambiental, com as formas capitalistas de produção na agricultura, entre outras, começavam a aparecer já nos últimos anos da década de 1970. Em 1981, agricultores da Áustria, França, Alemanha, Holanda e Suíça organizaram o primeiro dos encontros anuais que levou, em 1985, à criação da Coordenação Camponesa Européia (CPE), que posteriormente viria a ser uma das principais organizações na construção da Via Campesina.

A ideia de uma organização mundial de camponeses surge, contudo, apenas em abril de 1992 em Manágua (Nicarágua), dois anos depois da derrota eleitoral dos Sandinistas, quando vários líderes camponeses da América Central, América do Norte e Europa foram convidados para o congresso da Unión Nacional de Agricultores y Ganaderos (UNAG). Alguns dirigentes identificam que este foi o ponto de partida para a criação da Via Campesina.

Nós, na Europa, já tínhamos há alguns anos relações com variadas organizações européias porque era claro que deveríamos defender nossos valores e interesses frente às políticas de nossos países e também da União Européia. Entendíamos que as políticas agrárias vinham de dinâmicas muito mais globais. E partindo disso, percebíamos que fazia falta uma voz camponesa. [...] No ano de 1992, houve na América Central, na Nicarágua, um congresso com convite para diferentes organizações camponesas européias e americanas. Então, a Coordenação Camponesa Européia levou a esse encontro a idéia sobre a necessidade de uma voz camponesa global. (entrevista com Paul Nicholson, da CPE, em 17/05/07).

A Via Campesina começou a ser gestada na Nicarágua, no âmbito de um congresso de UNAG [...] para o qual são convidados dirigentes camponeses

da Europa e da América Latina. Foi aí que começamos a nos dar conta de que a problemática camponesa passava por fora das fronteiras latino-americanas. (entrevista com Ramiro Maradiaga em 07/09/07).

Os representantes das organizações camponesas presentes ao encontro produziram um documento, a Declaração de Manágua, que sintetizava o desejo de construir um projeto coletivo no qual pudessem desenvolver alternativas ao neoliberalismo. A Declaração de Manágua condenava a inclusão da agricultura nas negociações do GATT e o impacto das dívidas externas nos países pobres, demandando uma participação direta na Cúpula da Terra, que seria realizada dois meses depois, no Rio de Janeiro.

Estas primeiras articulações se consolidaram quando a Fundação Paulo Freire, ONG holandesa que trabalhava sobre a temática agrária, organizou, em maio de 1993 em Mons (Bélgica), um encontro de 55 organizações de camponeses de 36 países. A Fundação, que estivera presente ao encontro da UNAG na Nicarágua, havia ficado encarregada de dar suporte e facilitar os contatos entre as organizações signatárias da Declaração de Manágua. A entidade anfitriã não havia planejado, contudo, que o encontro fosse posteriormente considerado a conferência de fundação de um movimento político como a Via Campesina.

[...] nos encontramos lá porque eles pagaram a passagem de todo mundo. [...] os europeus tinham uma visão mais estratégica. Eles sacaram que era importante ter uma articulação internacional [...], sacaram que nós tínhamos que manter o princípio da autonomia e independência como classe. E, portanto, era muito perigoso fundar uma coisa que ia estar sob as asas de uma ONG. Que podiam até ser bem intencionados, não era uma crítica à iniciativa, mas era tentar resgatar esse princípio. [...] Os europeus estavam bem articulados na comissão que eles tinham. E nós já estávamos articulados dentro da CLOC. Aí nós viramos a mesa e a entidade ficou puta da cara porque na verdade ela armou o circo e não pode comemorar. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

Nem todos os dirigentes compartilham a “paternidade/maternidade” da criação da Via Campesina entre europeus e latino-americanos. Francisca Rodríguez afirma que a Via Campesina só se consolidou porque, os movimentos latino-americanos alcançavam então um expressivo enraizamento nas bases e uma profunda articulação regional.

Nos nossos encontros, começaram a participar também os dirigentes da Europa. Os primeiros passos da Via Campesina foram dados na Nicarágua. Mas, te digo: surge pelo ambiente que se criou na América Latina. Eu sempre discuto com o Paul [Nicholson] porque ele me diz: “não te esqueças que eu estive lá”. Então eu digo: “não te esqueças que nós estávamos preparando o solo”. [...] Se não tivesse havido a Campanha dos 500 anos, se não tivéssemos mantido os movimentos, se não tivéssemos mantido a consciência política e de classe do movimento camponês na América Latina, a Via Campesina não existiria. [...] Mesmo que tenha se constituído em Mons, a Via Campesina tem raízes latino-americanas. (entrevista com Francisca Rodríguez em 19/03/07).

Mesmo o nome da Via Campesina, ressalta o seu caráter latino. Em todo o mundo o nome La Vía Campesina não é traduzido. Às vezes usa-se a expressão precedida do artigo, em outras vezes apenas a expressão, mas sempre o nome em espanhol. As versões sobre os motivos desta opção são variadas, mas em geral indica-se que ela reflete a congregação das forças que criaram a Via Campesina em Mons e que, até hoje, são os movimentos mais fortes dentro da articulação, ou seja: latino-americanos e europeus do sul.

Olha, tem um sentido. Na Europa, a maior parte dos movimentos camponeses que estava participando [do encontro de Mons] era latino. Mesmo em espanhol, os italianos entendiam, os franceses também, os espanhóis, claro! E da América Latina todo mundo, inclusive os brasileiros.

[...] Eu não sei se não foi uma demagogiazinha dos europeus para ganhar todos nós. Mas, de qualquer maneira, a hegemonia era latina. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

No encontro de Mons, foi montado um Comitê Coordenador Internacional (CCI) com representantes de cinco regiões: MST pela América do Sul; ASOCODE⁶ pela América Central, Caribe e América do Norte; Peasant Solidarnosc pela Europa Oriental; KMP pela Ásia; e CPE pela Europa Ocidental.

A Via Campesina teve sua primeira aparição pública no espaço internacional durante a Assembléia Global sobre Segurança Alimentar, a qual ocorreu em 1995 na cidade de Quebec (Canadá), como parte das comemorações pelos 50 anos da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO). A NFU do Canadá, membro fundador da Via Campesina, fazia parte do Comitê Organizador do evento e conquistou espaço para que lideranças do movimento camponês pudessem falar e denunciar a situação no meio rural em várias partes do mundo.

Nos eventos de Quebec as vozes dos camponeses e agricultores apareceram altas e claras, pois uma liderança após a outra se dirigiu ao microfone para explicar como as coisas eram de verdade no meio rural. A maioria começou sua intervenção orgulhosamente declarando sua participação na Via Campesina. Pela primeira vez em uma arena internacional dominada por ONGs, lideranças camponesas trabalharam de forma concertada e coletiva para falar sobre suas realidades, em suas próprias vozes e refletindo suas próprias análises. (DESMARIS, 2007, p. 98).

Consolidação

A Via Campesina seguiu se encontrando e ampliando sua influência. De 1993 a 1996 a estrutura da Via Campesina era muito restrita: cada membro do CCI articulava sua região utilizando os recursos de sua própria organização. A CPE, na figura do basco Paul Nicholson, ficou responsável por realizar algumas tarefas de secretaria e comunicação internacional paralelo à coordenação das atividades europeias.

Em 1996, uma Secretaria Operativa Internacional foi estabelecida para tratar do trabalho de articulação em nível internacional que aumentava a cada dia. Por conta de sua experiência de articulação regional anterior, a ASOCODE, com sede em Honduras, assumiu a tarefa e o Secretário Operativo passou a ser o dirigente hondurenho, Rafael Alegria, que desempenhou este papel por mais oito anos.

Em abril de 1996 ocorreu a II Conferência da Via Campesina, em Tlaxcala (México), e estiveram presentes 69 organizações de 37 países. Muitos delegados, especialmente da Ásia e da África faziam parte de organizações que ainda não eram formalmente ligadas à Via Campesina, mas que vinham se aproximando nos três primeiros anos de articulação. Segundo Edelman (2003), o evento foi preparado de forma apressada uma vez que estava previsto para acontecer nas Filipinas. Conflitos entre organizações locais transferiram a sede para o México com alguns meses de antecedência. Apesar dessas dificuldades, a II Conferência teve expressivos desdobramentos. Pela primeira vez, as bases do conceito de “soberania alimentar” foram discutidas. A caracterização feita em Mons a respeito do modelo

⁶ Asociación de Organizaciones Campesinas Centroamericanas para la Cooperación y el Desarrollo. Esta organização existiu entre 1991 e 2001 e foi um das principais espaços de articulação das organizações camponesas da América Central. Atualmente, parte da estrutura e as articulações da ASOCODE estão compreendidas no que vem sendo chamado de Via Campesina Centro-américa (informações recebidas na entrevista com Ramiro Maradiaga em 07/09/07). Para maiores informações sobre ASOCODE e o papel que desempenhou na articulação dos movimentos camponeses da América Central ver: Edelman, 2003.

de agricultura dominante e a proposta alternativa, isto é, o “caminho camponês” foram sendo amadurecidas.

Durante a Conferência chegaram notícias sobre o massacre, em 17 de abril, de 19 militantes do MST em Eldorado do Carajás (Pará-Brasil). O massacre teve ampla repercussão mundial por ter sido registrado ao vivo por equipes de reportagem. A Via Campesina condenou os assassinatos e declarou que, a partir daquele momento, o 17 de abril seria celebrado anualmente em todo o mundo para lembrar as vítimas da luta pela terra e este seria o Dia Internacional da Luta Camponesa.

A III Conferência da Via Campesina foi realizada em Bangalore (Índia), em outubro de 2000. Contou com a participação de mais de 100 delegados de 40 países. Naquele momento, a proposta da soberania alimentar já estava avançada, tendo sido apresentada em vários fóruns internacionais. Os debates se concentraram, então, nos próprios desafios de construção da identidade da Via Campesina. Em Bangalore foi criada a palavra de ordem “globalizemos a luta, globalizemos a esperança!”, que viria a acompanhar a Via Campesina desde então.

A palavra de ordem “globalizemos a luta, globalizemos a esperança!” foi da Conferência da Índia. A gente tinha essa compreensão de que era preciso aumentar a capacidade de luta, no sentido de resistir, não é? Assim, tinha que fazer a luta internacional, mundial. Mas tinha também o outro lado, que era a questão da esperança, a idéia do projeto alternativo. Então combinamos as duas coisas numa frase só. (entrevista com Egidio Brunetto em 23/03/07).

Entre 2000 e 2004 as lutas em escala internacional tomaram novas dimensões. A quantidade de protestos contra as organizações multilaterais, a concepção e realização de várias edições do Fórum Social Mundial, tudo isso colocou a Via Campesina em destaque.

A IV Conferência da Via Campesina ocorreu, em junho de 2004, na cidade de Itaipava (São Paulo - Brasil), reunindo mais de 400 delegados de 76 países. Nos dias imediatamente anteriores à IV Conferência, ocorreram também a II Assembléia Mundial de Mulheres Camponesas e a I Assembléia Mundial de Jovens da Via Campesina.

Na Conferência de Itaipava mais de 40 novas organizações camponesas se incorporaram à Via Campesina, e a África foi incorporada como uma oitava região⁷. Além disso, a Secretaria Operativa Internacional, que desde 1996 estava em Honduras, foi transferida para Jacarta (Indonésia), a cargo do dirigente da Federação dos Sindicatos Camponeses da Indonésia (FSPI), Henry Saragih.

A Conferência de Itaipava estava sob responsabilidade do MST e dos outros movimentos brasileiros da Via Campesina. Participam da Via Campesina as seguintes organizações brasileiras: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, o Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, e o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. A Comissão Pastoral da Terra – CPT e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB, se articulam no que é chamado Via Campesina Brasil, mas como não são organizações de base camponesas, não fazem parte da Via Campesina em nível internacional.

O comitê organizador teve como principal característica a inclusão de linguagens e processos diferenciados de debate. A utilização de “místicas”, a manifestação cultural espontânea, as palavras de ordem em diferentes línguas, músicas, festas e cerimônias variadas deram o tom do evento.

Estas místicas ajudaram a quebrar as barreiras lingüísticas e estabelecer bases comuns, acentuando o significado cultural das sementes e das cerimônias de plantio, a história de opressão e repressão, e a determinação

⁷ Até a IV Conferência a Via Campesina tinha sete regiões (cada região com um coordenador e uma coordenadora): América do Norte, América do Sul, América Central, Caribe, Europa, Sul e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia. A partir de Itaipava foi incluída a África e o CCI passou a ter 16 membros.

em sobreviver apesar das enormes ameaças. [...] Muitos participantes que compareceram a IV Conferência Internacional disseram que nunca antes haviam experimentado tal senso de comunidade em nível internacional. (DESMARAIS, 2007, p. 188).

Após a IV Conferência, a Via Campesina seguiu ampliando sua atuação e realizou em 2008, em Moçambique, a V Conferência Internacional. A tabela a seguir permite perceber a dimensão do crescimento e consolidação da Via Campesina Internacional entre a III e IV Conferências. Entre 2000 e 2004, a Via Campesina cresceu mais de 41% e até 2007 contava com 143 organizações.

Tabela 1: Distribuição regional e crescimento das organizações-membro da Via Campesina

Regiões da Via Campesina	Número de organizações em 2000	Número de organizações que ingressaram em 2004	Número total de organizações
África	1	4	5
Europa	22	1	23
América Central	19	1	20
Caribe	10	1	11
América do Sul	20	10	30
América do Norte	7	4	11
Sul da Ásia	3	17	20
Leste e Sudeste da Ásia	19	4	23
Total	101	42	143

Retirado de: Desmarais, 2007, p. 06.

Via Campesina por dentro

A Via Campesina se define como “um movimento internacional de camponeses e camponesas, pequenos e médios produtores, mulheres rurais, indígenas, sem terras, jovens rurais e trabalhadores agrícolas” (VIA CAMPESINA, 2007), que defende os valores e interesses de seus membros. Atualmente, reúne organizações de 56 países da Ásia, África, Europa e Américas. Ideologicamente, a Via se define como “um movimento autônomo, plural, multicultural, independente, sem nenhuma filiação política, econômica ou de outro tipo”. (VIA CAMPESINA, 2007).

Como visto anteriormente, desde a sua fundação, a Via Campesina ampliou bases geográficas, se estendendo e consolidando ininterruptamente. As principais tarefas a que se propõe são a articulação, comunicação e a coordenação de atividades em comum, quando possível em nível mundial e, mais freqüentemente, em nível regional. Segundo seus documentos, o principal objetivo da Via Campesina é:

Desenvolver a solidariedade e a unidade dentro da diversidade entre as organizações membros, para promover relações econômicas de igualdade, de paridade de gênero, e de justiça social, a preservação e conquista da terra, da água, das sementes e outros recursos naturais, a soberania alimentar, a produção agrícola sustentável e uma igualdade baseada na produção de pequena e média escala. (VIA CAMPESINA, 2007).

No detalhamento de seus objetivos, a Via Campesina afirma querer influenciar os centros de poder e de tomada de decisão dentro dos governos e nas instituições multilaterais para dar um rumo diferente às políticas econômicas e agrárias que afetam a pequena e média produção. Para tanto, se desafia a formular propostas em relação aos seguintes temas: reforma agrária, biodiversidade e recursos genéticos, soberania alimentar, direitos humanos, agricultura camponesa sustentável, migração e trabalhadores rurais,

questão de gênero. Cada um dos temas trabalhados compõe uma Comissão Temática e as organizações membro devem participar de pelo menos uma destas comissões.

A estrutura organizativa da Via Campesina é bastante simples. A Conferência é seu órgão máximo de decisão política e se reúne a cada quatro anos em países diferentes, de forma a cobrir as diferentes regiões do mundo. O Comitê Coordenador Internacional (CCI) é escolhido na Conferência e cada uma das 8 regiões tem um coordenador e uma coordenadora, sendo estes de organizações diferentes de forma a partilhar, entre pelo menos dois movimentos, a responsabilidade de articulação regional. Os escritórios regionais são os espaços responsáveis pelas relações e articulações dentro de cada região e é aí que se realiza a maior parte do trabalho da Via Campesina. A Secretaria Operativa Internacional coordena as comunicações e executa as resoluções das instâncias políticas.

Muitos dirigentes da Via Campesina afirmam que sua estrutura é horizontal, isto é, que as hierarquias internas são evitadas. O entendimento é de que experiências do passado, construídas sobre a base de estruturas verticais, tanto nos movimentos sociais quanto nas articulações internacionais, acabaram fracassando.

Desde o primeiro momento havia características que seguem mantendo-se. Uma é a horizontalidade: queríamos ser um movimento de organizações autônomas e independentes e isso era, então, também a diferença, pois todos os modelos existentes eram verticais. Por outro lado, já no princípio a idéia era construir um movimento de organizações camponesas que tivesse um caráter político e não simplesmente um fórum de debates [...] e que íamos construir uma luta a nível internacional. (entrevista com Paul Nicholson em 17/05/07).

Neste sentido, desde os primeiros momentos afirmou-se que era preciso construir uma articulação que estivesse enraizada nos movimentos de base e evitasse a burocratização de lideranças ou a mesmo a consolidação de grandes estruturas materiais. No entendimento da Via Campesina, as experiências concretas dos movimentos é que devem servir de base para a construção da articulação internacional.

A construção vem a partir do que você aporta de baixo para cima. É a contribuição da luta lá no país, e a compreensão de que temos que sair da luta corporativa local para aquilo que eles fizeram no século retrasado e passado, que são as lutas internacionais. (entrevista com Egídio Brunetto em 23/03/07).

[...] seguimos buscando maneiras de organização e funcionamento diferentes e novas. Temos muito medo dos processos de burocratização. Eu creio que preferimos correr o risco de sermos ineficazes, e por isso mantemos um ritmo e um processo mais lentos, ou seja, entendemos que sendo mais eficazes não vamos ser necessariamente melhores. [...] Não é uma luta de salários ou condições de trabalho, é uma visão mais integral da vida em si. Nós trabalhamos valores e uma identidade também. (entrevista com Paul Nicholson em 17/05/07).

Para uma organização se tornar membro da Via Campesina é preciso, antes de mais nada, que ela esteja engajada nas lutas sociais concretas a respeito da questão agrária, confrontando o modelo dominante. Além disso, é preciso que seja aprovada pelas organizações nacionais ou regionais que já fazem parte da articulação. Assim, uma nova organização brasileira só será aceita se MST, MAB, MPA e MMC aprovem o seu ingresso, inclusive em consulta com as outras organizações da América do Sul. Com isso, pretende-se garantir que não sejam trazidas para dentro da Via Campesina as divergências e disputas locais, nacionais e regionais.

Os próprios dirigentes afirmam que este é um processo complexo. Na medida em que a Via Campesina alcança destaque internacional e desenvolve campanhas e lutas, mais organizações se aproximam. As disputas nacionais ou regionais acabam por comprometer

alguns destes novos ingressos, o que entra em contradição com relações que possam existir entre organizações-candidatas e organizações-membro de outros países ou regiões. Esta é uma das contradições com as quais se confronta a Via Campesina no momento.

Nós temos um problema que não sei se vamos resolver lá em Moçambique por causa da autonomia das organizações nacionais. Uma das normas da Via Campesina é a seguinte: para uma nova entidade de um país entrar, ela tem que ser apoiada pelas organizações do país que já estão na Via. Isto para não criar briga interna. O princípio é razoável. Mas há casos, como o da Índia... a Índia é um mundo, né? Lá tem uma filiada que é de pequenos e médios proprietários, e ser proprietário na Índia é coisa pra caramba! O MST tem relações bilaterais com umas oito, de dalits, de assalariados e a que a gente menos gosta é a que é filiada da Via, só que ela veta a entrada das outras por causa das disputas internas. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

Outro desafio importante da Via Campesina é lidar com sua diversidade interna. Um dos principais elementos desta heterogeneidade é a diferença que existe entre as regiões. Enquanto o continente americano está organizado em quatro regiões diferentes, cada uma delas contando com um número significativo de organizações, a África tem apenas cinco organizações e enfrenta grandes dificuldades para sua articulação interna. A Europa, por outro lado, mesmo sendo uma única região na Via, tem uma coordenação continental que precede historicamente a articulação internacional.

As organizações de camponeses da Europa estão bastante evoluídas e o nível de consciência do problema é maior. Conhecem as políticas, conhecem o Banco Mundial, conhecem a OMC, não é? [...] Então, o nível de formação permite que eles estejam em vantagem nos debates que ocorrem dentro da Via Campesina. E isto não é porque eles pretendem de alguma maneira se impor àquilo que seria a agenda dos países mais pobres, mas simplesmente porque dominam a informação, eles têm mais vantagens de colocar as idéias, de dar mais sugestões que nós. (entrevista com Diamantino Nhampossa em 25/07/2007).

Outro componente da heterogeneidade interna diz respeito às diferenças sócio-culturais e históricas e no tipo de organização que faz parte da Via. Contextos políticos de maior ou menor democratização, segundo alguns dirigentes, podem influenciar na possibilidade de articulação nacional e internacional dos camponeses. Barreiras lingüísticas e culturais também são um desafio para a troca de experiências e para a construção de programas políticos comuns. Além disso, muitos identificam que a diversidade de base social e do formato das organizações conduz a características materiais e infraestruturais muito distintas, interferindo nas condições de atuação e de participação internacional.

Há desde organizações e cooperativas de produtores rurais que tem um nível mais avançado em termos de recursos e estruturas, até os sem terra e outros, por assim dizer, que mal têm condições de sobreviver. [...] Tem também desde grupos que têm vínculos com partidos políticos e outros mais autonomistas, que desdenham o papel do Estado e dos partidos. Enfim, é muito heterogêneo. (entrevista com Geraldo Fontes em 24/09/07).

Analistas e dirigentes da Via Campesina indicam, contudo, que a diversidade interna deve ser trabalhada do ponto de vista da unidade, isto é, as diferenças devem ser entendidas como um elemento de fortalecimento da organização em nível internacional. A heterogeneidade aparece como desafio, como situações a serem minimizadas durante o processo de construção das lutas e políticas comuns. A identidade ideológica e política é o elemento que permite suplantar as diferenças entre as organizações.

A realidade ajudou a gente muito. Temos um inimigo em comum, temos análise em comum. No início teve umas disputazinhas, mas hoje há um consenso grande. [...] O que ajudou muito foi que, lá por 2000, havia essa idéia de que algumas regiões eram muito contestatórias e deveriam ser mais propositivas, etc e tal. Achavam que ainda era possível ter um projeto de desenvolvimento local, aquelas coisas. Pegava uma experiência, um dinheiro de uma ONG, e isto bastaria. Mas isso se derrotou em pouco tempo. Muita gente achava que tinha que democratizar a OMC, mas com o passar do tempo também foi uma idéia derrotada. (entrevista com Egídio Brunetto em 23/03/07).

Desta forma, apesar de sua heterogeneidade interna, ou por causa dela, a Via Campesina se afirmou progressivamente como elemento articulador e organizador de lutas internacionais e vem construindo um sentido de solidariedade internacional bastante forte entre seus militantes. A identidade com a Via Campesina é perceptível entre os dirigentes que circulam nas articulações internacionais. O enraizamento deste sentimento na base dos movimentos é, contudo, mais difícil, sendo identificado por seus dirigentes como um desafio.

Um dos elementos apontados para a difusão da identificação com a Via Campesina entre os militantes de base é a construção, através de ações concretas, das campanhas e do modelo de agricultura da Via. Neste sentido, não seria através de discursos ou seminários que a identidade seria construída, mas através de um processo gradual e prático.

A Via Campesina não é o escritório na Indonésia. Não está na capital. A Via Campesina é a luta que um determinado grupo leva em um território e é também a luta que leva outro grupo de camponeses em outro país. [...] Estamos trabalhando para fazer com que as lutas se conectem. [...] As pessoas fazem resgate das sementes, fazem conservação, e o fazem porque é bom! Então, podem se dar conta de que em outro país fazem o mesmo, que em outro país é uma campanha nacional. [...] Então, agora podem ver mais facilmente que a Via Campesina é os que fazem marcha em Cancun ou Hong Kong, os que estão lutando contra a OMC, as mulheres que estão destruindo plantas de monocultura, mas também estamos descobrindo que Via Campesina é organização, é articulação, é luta, é aliança. Esse é o sentido pelo qual o camponês vê a Via hoje. (entrevista com Ramiro Maradiaga em 07/09/07).

Outro elemento que vem sendo trabalhado para o aprofundamento de uma identidade com a Via Campesina é a construção de símbolos e de uma linguagem própria. Parte significativa da simbologia da Via Campesina é composta por um figurino (bonés, lenços e camisetas verdes com o logotipo colorido da Via), bandeiras e faixas com palavras de ordem que se repetem ao redor do mundo. Segundo Desmarais (2007), a imagem da Via Campesina está muito associada aos movimentos da América Latina e sua simbologia ainda não incorporou elementos culturais de outras partes do mundo.

A imagem prevalecente da Via Campesina reflete vários aspectos da cultura latino-americana: os chapéus verdes, *pañuelos*, slogans e a mística inspirada no MST se tornaram a marca da Via Campesina. Em numerosas ocasiões o espanhol tem sido a língua dominante dos encontros. Consequentemente, as delegações da América do Norte, da Europa e da Ásia frequentemente se juntam aos seus parceiros latino-americanos ao levantar os punhos e em voz alta gritar slogans em espanhol como “*la lucha continúa*” e “*viva la Via Campesina!*” Esta solidariedade não foi, até recentemente, acompanhada de uma reciprocidade com slogans da Via Campesina sendo cantados em tailandês, indonésio ou kannada. [...] A Via Campesina não seria o que é hoje se não fosse a participação significativa da América Latina. (DESMARAI, 2007, pp. 184-185).

Os símbolos visuais contribuíram, então, para a construção da visibilidade externa e da identidade interna do movimento nos últimos anos. Externamente, colocou a Via Campesina em destaque nos fóruns e protestos globais. Nestes espaços caracterizados pela multiplicidade de movimentos e organizações, como os protestos anti-globalização e os Fóruns Sociais Mundiais, um movimento que quase sempre se faz presente em número expressivo e se apresenta visualmente uniformizado, sobressai nos registros de mídia e chama a atenção de todos no seu entorno.

Na gigantesca manifestação que contribuiu para degradingolar as negociações da OMC em Seattle, os militantes da Via Campesina adotaram a prática empregada pelo MST do Brasil e seus aliados [...], através da qual a política simbólica de usar lenços e bandeiras tremulantes construiu uma mística entre os militantes e gerou oportunidades de fotos na mídia. Distribuindo lenços e bonés aos simpatizantes na multidão, os militantes da Via Campesina atraíram a atenção dos outros ativistas e de muitos jornalistas que cobriam os protestos. (EDELMAN, 2003, p. 206).

A troca de experiências que se dá em nível internacional pela circulação de militantes é outro elemento que contribui para a formação da identidade dentro da Via Campesina. Muitos dirigentes apontam que nos eventos regionais e internacionais, nas viagens de troca bilateral entre organizações, enfim, nos contatos presenciais entre os militantes há um processo de aprendizagem importante. Mais do que nas reuniões ou nos momentos formais de tomada de decisão e deliberação, é no reconhecimento da vivência concreta das realidades que vêm sendo construídos os laços mais profundos entre as organizações membro da Via Campesina.

O camponês, como ele tem uma tradição oral da nossa cultura, nossa idiossincrasia, então, em todos os encontros internacionais que há, as noites varam adentro e é conversando, contando histórias, intercâmbio de idéias. O melhor está fora das plenárias, porque aí tu aprende, aí que tu se identifica, não é? (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

A Via Campesina construiu também duas datas para marcar a sua identidade e construir um calendário de lutas comuns. A primeira delas é o dia 17 de abril, Dia Internacional da Luta Camponesa. Esta data foi escolhida, porque, como já mencionado anteriormente, em 17 de abril de 1996, enquanto ocorria a Conferência Internacional de Tlaxcala, no México, 19 militantes do MST foram assassinados, no Brasil, no episódio que ficou conhecido como massacre de Eldorado dos Carajás. A partir de então, a cada ano são realizadas manifestações, ocupações, mobilizações as mais diversas em muitos países, as quais trazem à opinião pública a luta por reforma agrária e denunciam a violência contra os camponeses no mundo todo.

Em 2003, a Via Campesina se juntou à forte mobilização contra a Conferência Ministerial da OMC em Cancun, México, levando aproximadamente 10 mil manifestantes. Um evento marcou esta mobilização: o camponês coreano Lee Kyung Hae se imolou com uma navalha diante das câmeras de televisão de todo o mundo. No momento de seu suicídio ele carregava um cartaz com os dizeres: “a OMC mata os camponeses”. No dia seguinte, organizações da Via Campesina, em vários países do mundo, organizaram manifestações em memória de Lee Kyung Hae. Desde então, todos os anos, a Via Campesina celebra o dia 10 de setembro como Dia Internacional de Luta contra a OMC e o Neoliberalismo, com mobilizações em vários países. Segundo dirigentes e analistas, esta atitude extrema de um militante do movimento trouxe um expressivo sentimento de solidariedade para a Via Campesina.

Os protestos contra a OMC em Cancun foram profundamente marcados pela morte de Lee, e aqueles que estiveram lá falam da transformação após as notícias de que ele tinha morrido, falam de uma experiência coletiva que sacudiu a multidão desorganizada em direção à unidade. [...] A adoção, por

um conjunto de organizações camponesas, do slogan “nós somos Lee”, cantado em inglês, é um sintoma de um novo tipo de globalização rural. [...] Ele foi transformado em um ícone de um novo tipo de solidariedade camponesa. (PATEL, 2004, p. 3).

Veja só como foram surgindo fatos emblemáticos. [...] Uma das marcas desta generosidade, da solidariedade internacional entre os camponeses foi o martírio do Lee. Ele não era qualquer um, eu falei com a filha dele agora no Máli, e fiquei bobo. Era um homem sábio, não era um cara que motivado pela emoção vai ao desespero. Era um quadraço nosso! Era um dirigente e tinha doutorado em agronomia, em arroz. O sacrifício dele eu acho que é o símbolo dessa nova marca da internacionalização, da articulação internacional dos camponeses, ou seja, baseada na solidariedade. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

Via Campesina para fora

Internamente afirma-se uma identidade camponesa com datas, mártires, campanhas e ações em comum. Por outro lado, para reforçar este sentimento de pertencimento, constrói-se o seu “outro”, que compreende, em especial, as instituições financeiras internacionais consideradas elemento chave do neoliberalismo e da destruição da agricultura camponesa. Além deste antagonismo existe, entretanto, um conjunto de outros aspectos que compõem a imagem externa da Via Campesina.

A Via Campesina foi progressivamente se afirmando internacionalmente através de sua participação nos fóruns das organizações multilaterais. Nos órgãos das Nações Unidas, a presença adquire um caráter mais participativo, na medida em que, sempre que possível, os representantes da Via se fazem presentes, juntamente com algumas ONGs, em plenárias e discussões, mesmo que divergindo das políticas de suas parceiras. Este foi o caso de eventos da FAO, como a Assembléia Global sobre Segurança Alimentar, em 1995 no Canadá, anteriormente citada.

Com relação aos organismos financeiros multilaterais como a OMC, o FMI e o Banco Mundial a postura tem sido diferente. Não existe espaço para movimentos sociais e ONGs nas reuniões destes organismos e, tampouco, a Via Campesina busca espaços de diálogo. Nestes casos, a Via Campesina se junta aos chamados movimentos anti-globalização para construir grandes protestos do lado de fora das reuniões.

Com as instituições multilaterais, com as instituições do Banco Mundial, com o Fundo Monetário Internacional não tomamos nem um tostão, nem uma ajuda, não há nenhuma relação. [...] estas instituições são instrumentos do modelo neoliberal e nós não temos nenhuma relação com elas. Não tivemos nenhuma conversa no passado, nunca. Outra coisa são as instituições das Nações Unidas, a FAO, a UNESCO. Aí nós entendemos que a fragilidade política delas é um marco no qual podemos intervir, e podemos buscar uma interlocução e colocar nossas denúncias e propostas na mesa. E fazemos isso cada vez mais. (entrevista com Paul Nicholson em 17/05/07).

Alguns protestos foram determinantes para a imagem externa da Via Campesina. Em 1999, a Via Campesina participou da grande mobilização de Seattle, nos Estados Unidos, e contribuiu decisivamente para o desmantelamento da Conferência Ministerial da OMC. Um mês antes da Batalha de Seattle, um grupo de militantes da Via Campesina se deslocou para os Estados Unidos e percorreu vários estados participando de reuniões com organizações de pequenos e médios fazendeiros que compareceram em peso aos protestos. Além disso, foi um momento importante para a consolidação de relações com ONGs e outras organizações.

Para mim, a primeira visão da manifestação, de alcance simbólico, são cinco camponeses da Via Campesina, entre eles Rafael Alegria, seu secretário geral, e José Bové, com os bonés verdes do movimento camponês, dirigindo a manifestação ao lado de sindicalistas da AFL-CIO, o maior sindicato operário americano. O símbolo é forte. A primeira manifestação mundial com sindicatos e ecologistas tinha camponeses na direção. Isso é importantíssimo para todos os países do sul, onde a população é ainda, majoritariamente, agrícola ou rural. (palavras de François Dufour. In: BOVÉ e DUFOUR, 2001, p. 205).

A Via Campesina também esteve presente nos protestos de Washington e Praga (2000), no de Gênova (2001), e no de Cancun (2003), seguindo em um processo de articulação com outros movimentos sociais e ONGs. A partir destas experiências, a Via Campesina ampliou seu papel em campanhas que compõem o conjunto de ações dos chamados movimentos anti-globalização, como a Campanha pelo Perdão da Dívida Externa (Coalizão Jubileu Sul), e a Campanha contra a OMC.

Além da participação nos protestos de massa e campanhas, a Via Campesina também se incorporou ao terceiro eixo de ação dos movimentos anti-globalização, que são as conferências. Desde os primeiros momentos de articulação do Fórum Social Mundial, a Via Campesina se fez presente. Como os três primeiros Fóruns (2001, 2002 e 2003) foram em Porto Alegre (Brasil), as organizações da Via Campesina da América do Sul jogaram um importante papel. A participação no processo do FSM, segundo alguns dirigentes, foi importante para a consolidação de alianças e parcerias, mas também para ampliar a própria pauta reivindicativa da Via.

A Via Campesina, em 2001, nesse primeiro Fórum Social Mundial, se mostrou ao mundo. Ou seja, antes tinha suas linhas políticas, suas áreas de atuação, mas era mais corporativo: soberania alimentar, reforma agrária, etc. Mas a partir de 2001, quando foi formado esse espaço do Fórum Social Mundial, então a Via Campesina começou a ter uma relevância maior em nível mundial [...] e, não querendo ser arrogante, atualmente é a única articulação em nível mundial de um determinado setor que, além de cuidar das questões corporativas, também participa e promove outras iniciativas. (entrevista com Geraldo Fontes em 24/09/07).

A Via Campesina participou ativamente da organização do FSM, mas a partir do Fórum que se realizou em Mumbai (Índia), em 2004, alguns questionamentos começaram a surgir no interior da Via. Muitos dirigentes passaram a questionar o enorme investimento feito para um encontro anual que, no final das atividades, não tinha deliberação política quase nenhuma. O formato do FSM, concebido para abrigar o maior número e a maior variedade de organizações possíveis, não permite uma declaração final, não permite uma linha política mais clara. Esta característica suscitou um questionamento sobre o formato do Fórum, sobre periodicidade e a estrutura dos encontros. Apesar da Via participar até hoje do FSM, suas críticas acarretaram em algumas alterações, o que demonstra o papel preponderante que ela desempenha.

Em todos estes momentos de articulação internacional – protestos, campanhas e conferências – a Via Campesina se relaciona com ONGs. Estas relações não são, contudo, lineares. Muitos dirigentes afirmam que poucas são as ONGs que podem ser consideradas realmente parceiras, e o caráter das relações vai se dando progressivamente em cada campanha, em cada contato específico.

Com as ONGs eu acho que existe uma leitura caso a caso. Há algumas redes de ONGs que se politizaram e se aproximaram da Via Campesina, tipo os Amigos da Terra, tem também uma de defesa dos bosques e contra o eucalipto, enfim, tem algumas que são nossas amigas. Mas tem outras que, digamos, a turma tampa o nariz, sabe? Tipo o Greenpeace que às vezes a gente faz alguma ação pontual junto, mas eles não gostam de se

articular com movimento de massas. E tem aquelas que são parceiras mesmo, tipo a FIAN e o Focus⁸. Com as ONGs não dá pra tu ter uma política, porque aí tem de tudo, tem que ser mesmo caso a caso. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

Desta forma, não há uma política de alianças clara, mas uma afirmação tanto da necessidade de se relacionar, quanto da busca por garantir autonomia frente às ONGs. Por um lado, valoriza-se a idéia de que a luta pela terra e por uma produção agrícola mais justa deve ultrapassar os camponeses e trabalhadores rurais, afirmando-se a relevância das parcerias na luta contra o neoliberalismo em nível internacional. Por outro lado, o princípio da autonomia com relação às ONGs é fortemente reafirmado em diferentes documentos e atividades da Via Campesina. Há ainda um terceiro elemento, que diz respeito às alianças com outros movimentos sociais, que ainda está em construção dentro da Via, mas que vem sendo debatido como um processo fundamental.

A gente defende autonomia e parceria naquilo que temos em comum. Por exemplo, no Fórum de Mali, para discutir soberania alimentar, havia muitas forças de ambientalistas, da Marcha das Mulheres, de movimentos de consumidores. Foi um encontro muito bom porque selou também alianças. E é nisso que eu queria chegar. Achemos que há uma necessidade urgente da Via Campesina fazer alianças, e aí não é parceria, mas aliança mesmo com outros setores da classe trabalhadora, seja do campo, seja da cidade. Nós, por enquanto, estamos nos aproximando dos pescadores (que estão divididos), dos pastores (que tem muito lá na Ásia). Mas temos outros setores para buscar também, como os assalariados, que é uma incógnita, trabalhadores da agroindústria e outros mais. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

O princípio de autonomia e independência da Via Campesina causa polêmica e divergências com as ONGs, desde o princípio desta relação. Progressivamente estas diferenças foram aparecendo, como na Conferência Mundial sobre Alimentação da ONU (Roma, 1996), onde a Via Campesina se negou a assinar a declaração conjunta das ONGs e, neste momento, trouxe à tona o conceito de soberania alimentar, o qual foi depois incorporado por muitas ONGs e redes internacionais.

A Via Campesina também se distingue em nível internacional de uma outra organização de agricultores, a Federação Internacional de Produtores Agropecuários (IFAP, sigla em inglês). Segundo Borrás (2004) e Niemeyer (2007), a IFAP foi fundada em 1946, reunindo médios e grandes produtores, principalmente dos países desenvolvidos. Esta organização foi sempre hegemônica pelos grandes produtores e, como única organização do setor por décadas, acabou por se firmar como representante dos agricultores frente às organizações inter-governamentais e os circuitos do agro-negócio.

Com o surgimento da Via Campesina e as mudanças no meio rural no final do século XX, a IFAP passou a se aproximar também de pequenos produtores rurais. Segundo Edelman (2003) e Desmarais (2003), a IFAP faz a intermediação de recursos entre grandes empresas multinacionais e os agricultores, o que lhe confere significativo poder no trato com os camponeses. Durante algum tempo, organizações participavam da Via Campesina e também da IFAP, mas progressivamente as duas entidades se tornaram opositoras no cenário internacional. Atualmente, segundo Ramiro Maradiaga, da Via Campesina

⁸ A Food First Information and Action Network (FIAN) é uma ONG com base na Alemanha e escritórios em 18 outros países, que trabalha nas temáticas da reforma agrária, conflitos agrários, violações de direitos humanos e emergências alimentares. A Focus on the Global South é uma ONG com escritórios na Tailândia, Filipinas e Suíça que trabalha principalmente em pesquisa e assessoria aos movimentos sociais nos temas relacionados ao comércio internacional. Ambas têm uma longa história de parceria com a Via Campesina na temática da soberania alimentar, dos organismos geneticamente modificados, na questão das patentes de sementes, e na denúncia e protestos contra a OMC, etc.

Centroamericana, “quem está na IFAP, não pode estar na Via Campesina e quem está na Via Campesina, tampouco pode estar na IFAP”.

O último elemento das relações externas da Via Campesina é sua interação com governos e partidos políticos. Da mesma forma que ocorre na relação com as ONGs, é reafirmado o princípio da autonomia. Segundo documentos e discursos de dirigentes, a Via Campesina como articulação internacional é independente de partidos, governos e Estados nacionais, mas suas organizações-membro têm liberdade para agir na escala nacional e local.

A relação com os partidos políticos é complicada, somos autônomos e independentes dos partidos políticos como Via Campesina, mas não resta dúvida de que existem processos nacionais onde a relação entre as organizações de camponeses e os partidos políticos são muito mais próximas. (entrevista com Paul Nicholson em 17/05/07).

A relação com os governos progressistas é um pouco mais complexa, na medida em que, além da liberdade local e nacional, também a Via Campesina internacional estabelece relação em algumas situações. Assim como no caso das ONGs, as aproximações e parcerias com governos são analisadas e construídas caso a caso.

Existem alguns Estados que são aliados da Via Campesina. O caso de Mali que aceitou o conceito de soberania alimentar na sua política agrícola. Os governos de Cuba e Venezuela, e mais recentemente este da Bolívia com os quais a Via Campesina estabelece alguma relação. Mas isso não significa que esses governos exerçam algum poder sobre a Via Campesina. São aliados que podem apoiar a facilitação de encontros, a divulgação de pautas. São governos populares que surgiram das lutas dos povos e por isso mesmo têm uma gênese ligada aos camponeses, aos trabalhadores pobres. (entrevista com Diamantino Nhampossa em 25/07/2007).

O projeto alternativo: soberania alimentar

As construções da identidade interna e da imagem externa da Via Campesina têm sido marcadas pela noção de soberania alimentar. O conceito, cujas idéias centrais começaram a ser discutidas na II Conferência da Via Campesina, em Tlaxcala (México), foi elaborado e pela primeira vez divulgado na Conferência Mundial sobre Alimentação da ONU (Roma, 1996). Naquele momento, soberania alimentar era definida como “o direito de cada nação de manter e desenvolver sua própria capacidade de produzir alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva” (VIA CAMPESINA, 1996).

Posteriormente o conceito foi ampliado e incluiu-se a idéia de que “os povos têm o direito de definir sua política agrícola e de alimentos” (VIA CAMPESINA, 2000). Assim, a noção deixou de estar referida apenas aos Estados nacionais e construiu-se uma idéia de soberania societária, comunitária ou, como dizem alguns dirigentes, cidadã. Isto não significa dizer que, para a Via Campesina, desaparecem os Estados, mas que, na política agrícola e de alimentos, esta não é a única unidade de medida.

Soberania alimentar não é o nacionalismo do passado. O conceito de soberania alimentar é cidadão, partindo do que comemos, como comemos, quem produz, e quem controla estes alimentos. [...] nossa perspectiva é que a soberania alimentar é uma proposta principalmente dos povos, desde o local, e que, na medida em que conseguimos que governos comecem a compreendê-lo e mudar de lógica, isto teria um impacto muito maior. (entrevista com Paul Nicholson em 17/05/07).

Segundo Desmarais (2007), o conceito de soberania alimentar surgiu em contraposição à idéia de segurança alimentar defendida pela FAO e por ONGs

internacionais, segundo a qual deveria ser produzido em cada país uma quantidade suficiente de alimentos e esta alimentação básica deveria estar à disposição de todos os indivíduos. No conceito de soberania alimentar, igualmente importante é o tipo de alimentação que é produzida, como ela é produzida e em que escala. Assim, o conceito de soberania alimentar é um guarda-chuva que inclui a idéia de segurança alimentar, uma vez que discute também quantidades básicas de alimentos per capita, mas a transcende, pois debate as condições de produção, e as escolhas coletivas com relação à alimentação dos povos. Para a Via Campesina, soberania alimentar significa:

O direito dos povos, comunidades, e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como, aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmos e as suas sociedades. (VIA CAMPESINA, 2002).

A ênfase na alimentação dos povos, o que inclui a prioridade de alimentação da população dentro de cada país, entra em contradição com o mercado internacional de produtos agrícolas. Desta forma, mesmo que a noção de soberania advogada não seja restrita à ideia tradicional de soberania ligada ao Estado-nação, ela coloca em cheque o modelo mundial de agricultura hegemônico na contemporaneidade. Este modelo, como visto anteriormente, centraliza a produção de alimentos e produtos agrícolas nas mãos de algumas empresas multinacionais e divide o mundo em áreas de produção de determinados produtos, homogeneizando a produção em cada parte do globo.

Através do conceito de soberania alimentar, a Via Campesina propõe, então, o contrário do modelo dominante. A Via Campesina defende que a produção seja descentralizada através da produção, por cada população, de seus próprios alimentos, e diversificada, uma vez que os agricultores de cada país vão produzir a totalidade de seus alimentos e produtos agrícolas. Há, assim, uma forte ênfase no combate ao comércio internacional de produtos agrícolas.

Para a Via Campesina, a soberania alimentar passa também por um conceito amplo de reforma agrária que vai além da distribuição de terra, envolvendo uma mudança no sistema agrícola de forma a favorecer a pequena agricultura. Segundo Desmarais (2007), para a Via Campesina, reforma agrária significa retirar a terra e os recursos produtivos do âmbito do mercado e praticar o princípio da propriedade social da terra.

O conceito de reforma agrária advogado pela Via Campesina vem sendo difundido e discutido desde 1999, através de uma campanha em parceria com a FIAN. Segundo Borrás (2004), a Campanha Global pela Reforma Agrária ganhou muito espaço nos seus quase dez anos de existência. Nas várias edições do Fórum Social Mundial, a parceria FIAN/Via Campesina foi responsável por conferências, seminários e produziu inúmeros documentos. Um dos momentos de maior destaque da Campanha foi o Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária, em 2004, na cidade de Valência (Espanha), evento temático do processo Fórum Social Mundial.

O Fórum indicou a existência de busca de um protagonismo baseado no reconhecimento do campesinato como grupo social capaz de colocar questões contemporâneas para uma sociedade que insiste em produzir seu desconhecimento. [...] Assim, o tema da reforma agrária aparece em uma chave bastante distinta da que se colocou há 30 ou 40 anos, quando ela era apresentada como um caminho para vencer o atraso do campo e quebrar o poder do latifúndio. Hoje, a crítica aos princípios organizadores da sociedade que ela embute é muito mais global e profunda. Longe de ser sinal de atraso, ela se apresenta como sinalizadora de valores relacionados ao futuro. (MEDEIROS, 2006, p. 120).

Para a Via Campesina, outro elemento indispensável para a soberania alimentar é o controle democrático dos recursos e do patrimônio genético. Por isso, desde a III Conferência Internacional, em Bangalore (Índia), as organizações da Via Campesina declararam sua total recusa ao patenteamento das formas de vida. Segundo os documentos da Via Campesina, as sementes são um meio de produção básico e até recentemente estiveram nas mãos dos agricultores. As recentes iniciativas de patenteamento de plantas, animais e seus componentes teriam tirado o controle tradicional das mãos dos camponeses e indígenas, significando a imposição de novas formas de controle sobre as nações e os povos.

Neste sentido, como resultado de uma longa elaboração, foi lançada na IV Conferência Internacional, em Itaipava (Brasil), a campanha “Sementes: patrimônio dos povos a serviço da humanidade”. Desde então, a Campanha das Sementes vem tendo ampla divulgação, principalmente através dos coletivos de mulheres da Via Campesina e de suas organizações. Nas comemorações do dia 8 de março, e em todas as suas atividades as mulheres da Via Campesina têm denunciado as corporações mundiais que detêm patentes de sementes e organismos geneticamente modificados, assim como vêm desenvolvendo uma campanha por constituir bancos de “sementes crioulas⁹” em cada país. Segundo dirigentes, as mulheres da Via estão liderando esta campanha¹⁰.

É por isso que para nós a Campanha das Sementes foi tão importante. [...] Nós a tomamos com mais força, porque nos pareceu uma aposta importante que nos identificava muito. Esta identificação é quase ingênua, quase inocente. Isso tem a ver com a capacidade infinita da mulher de criar, tem a ver com o nosso papel principal na agricultura. Nós temos sido as criadoras das sementes. [...] Eu sempre digo que a Campanha das Sementes deu coração à idéia de soberania alimentar. [...] Isto gerou uma luta que, ao lado da luta econômica e política, é acompanhada também por uma luta social de identidade e de cultura. E esta marca quente, esta marca de sentimento, que faz com que todos nos vejamos como pessoas que sentimos, que lutamos, que sofremos, que amamos, esta marca quem criou fomos nós, as mulheres. (entrevista com Francisca Rodríguez em 19/03/07).

Em fevereiro de 2007, ocorreu em Sélingué, Mali, o Fórum pela Soberania Alimentar: Nyéléni 2007. Este Fórum, convocado pela Via Campesina e mais oito organizações, debateu e aprofundou o conceito de soberania alimentar, além de propor uma agenda comum de ações e campanhas para os próximos anos.

Desta forma, a proposta da soberania alimentar ganhou um papel importante de resgate de tradições e de saberes da cultura camponesa. A Campanha das Sementes e a liderança que desempenham as mulheres em suas ações e eventos são apontadas como fundamentais. Além disso, o conceito de soberania alimentar inclui uma valorização do modo de vida camponês no que diz respeito à sua relação com a natureza e os alimentos. Esta valorização é bastante clara quando se define a visão a respeito da biodiversidade que, para a Via Campesina, também inclui a diversidade cultural, política e de produção.

Cada região tem uma característica. Isso significa costumes, diversidades de paladar e também nutricional. Hoje o capitalismo impõe alguns alimentos que não são nutritivos. Essa nossa diversidade está ligada a sabores e a saberes. Então, temos que recuperar as técnicas tradicionais de produção dos alimentos saudáveis. (entrevista com Egídio Brunetto em 23/03/07).

⁹ As sementes crioulas são sementes derivadas dos cultivos tradicionais, em geral sem a utilização de agrotóxicos ou qualquer outro produto químico e que, portanto, não sofreram alterações genéticas em laboratório, sendo resultado de seleção e cruzamento dos próprios produtores.

¹⁰ Operam, nesta construção, mitos tradicionais que associavam as mulheres a ritos de fertilidade da terra e que, por outro lado, construíram uma divisão sexual do trabalho que atribuía à mulher determinadas tarefas, quase sempre subordinadas e vistas como secundárias.

Segundo Desmarais (2007), o modelo alternativo da Via Campesina não é, portanto, uma rejeição da modernidade ou da tecnologia. É uma proposta que junta os aspectos tradicionais, locais, do saber camponês com o conhecimento da tecnologia onde e quando as populações considerarem apropriado. A Via Campesina rejeita a idéia de modernidade na qual a produção, a tecnologia e o conhecimento são privatizados e onde não há espaço para o saber comunitário. Procura, entretanto, um modelo que possa unir a ciência ao conhecimento tradicional e melhorar as condições de vida da população como um todo.

Por trás da idéia de soberania alimentar está, então, um conflito de modelos de agricultura (e de mundo) que alguns autores têm identificado como de “contra-hegemonia”¹¹. Esta é uma construção bastante sofisticada, pois apesar de muitos movimentos anti-globalização proclamarem a luta por “um outro mundo”, a maioria de suas pautas diz respeito às reformas do modelo dominante sem a proposição de um projeto alternativo claro.

A reconstrução do conceito de campesinato

A explicação mais frequente para a adoção do conceito de camponês pela Via Campesina é a ideia de que nesta palavra unificam-se todas as categorias de trabalhadores do campo. Neste sentido, apesar de existirem muitos tipos de trabalhadores, e em cada região as denominações são variadas, existiria uma unidade dada pelo trabalho na agricultura.

De fato, é um debate muito grande para nós o conceito de camponês. Eu acho que na Via, e aqui no MST também, nós colocamos sempre o camponês, não num sentido acadêmico, mas no sentido de quem está no campo. Você pode ser um assalariado rural, ou um sem terra, mas o que importa é que sua participação no processo produtivo está no campo. (entrevista com Geraldo Fontes, em 24/09/07).

Além disso, o camponês entendido como o trabalhador do campo é também uma maneira de construir uma identidade fora das denominações dos trabalhadores urbanos. O próprio nascimento da Via Campesina se dá no momento em que as formas históricas de organização dos trabalhadores estão em declínio. Assim, alguns dirigentes afirmam que a Via Campesina precisava construir uma nova identidade por conta da falência das experiências dos trabalhadores de outros setores.

Apesar do golpe que sofriam os trabalhadores do mundo com a queda do socialismo, nós levantávamos bandeiras a partir dos camponeses. (...) Muitas de nossas organizações participavam dos setores rurais de algumas centrais sindicais mundiais, mas nos juntamos e rompemos as barreiras anteriores e criamos um movimento que se diferencia dos movimentos que havia nos sindicatos internacionais (...). Claro que existem matizes, mas não estamos parados nesta briga sobre se somos ou não camponeses. Eu creio que o que nos define é o trabalho na agricultura. (entrevista com Francisca Rodríguez em 19/03/07).

Outros dirigentes afirmam que a utilização da idéia de camponês é também um resgate das lutas camponesas. De alguma forma ao utilizar este conceito estariam acionando as experiências passadas nas quais os trabalhadores do campo fizeram parte das lutas mais amplas da sociedade, como no atual momento se faria necessário.

No meu país, por exemplo, a luta pela libertação foi baseada nos camponeses, que apoiaram a Frente de Libertação de Moçambique. (...) E isto não apenas em Moçambique. Na maior parte do continente africano,

¹¹ Patel (2004) trabalha com este termo baseado no conceito gramsciano de hegemonia/contra-hegemonia.

nas frentes de libertação, estiveram os camponeses. Eu acho que o que acontece hoje é uma continuação do que ocorreu no passado. (entrevista com Diamantino Nhampossa em 25/07/2007).

Por fim, a utilização do conceito de campesinato é associada à construção de uma identidade de classe para os trabalhadores do campo. Esta identidade de classe busca suas raízes nas conceituações do marxismo clássico mesmo que, de forma contraditória, este mesmo marxismo tenha dado tão pouco valor ao campesinato como agente da transformação social. Algumas teorias são pinçadas de forma a construir uma re-significação do conceito mais adequada à realidade da luta concreta que se trava hoje. Identifica-se que esta denominação é uma construção dos dirigentes que vem sendo construída para as bases dos movimentos que compõem a Via Campesina.

Nós achamos mais correto usar “campesinato” porque recupera a questão de classe, classe social. Trabalhador rural é quase um genérico para você classificar uma atividade e não uma classe, não é? Pode ter uma dona de casa que não é trabalhadora rural no sentido que ela não vai trabalhar na roça, mas ela é uma camponesa. A família dela, a ideologia, a classe dela é camponesa. O filho dela pode estar estudando agronomia, vai se formar agrônomo, mas a classe dele é camponesa. Recupera a questão de classe e ajuda a conscientizar. Se é para ter um rótulo que tenha um que ajude a ideologizar o movimento. [...] Mesmo que aqui no Brasil e em outros países as pessoas da classe camponesa, no seu vocabulário, usem outras palavras. Isso é o vocabulário popular, é uma questão de tradição. O conceito de camponês é uma construção política e necessária. Pode até não ser didática, mas nós não construímos esse conceito para fazer agitação e propaganda. [...] Eu não vou lá no meio da Amazônia dizer “camponeses da Amazônia”, os caras nunca ouviram falar desta palavra! Eu vou lá e falo de ribeirinhos mesmo. [...] Mas este é um conceito em construção, em assimilação. [...] E talvez uma das contribuições da Via Campesina seja recuperar os conceitos clássicos, do Marx, do Lênin, do Mao, e entender direito o que acontece. Assim como a Via Campesina está ajudando muito a recuperar o conceito clássico do imperialismo, saindo dessas coisas de neoliberalismo e globalização. (entrevista com João Pedro Stédile em 19/12/07).

Assim, a identificação da Via Campesina com o conceito de camponês segue algumas das características que foram apontadas pelos autores da questão agrária e camponesa, em especial os trabalhos de Theodor Shanin. Para Shanin (1980), o conceito de campesinato tem diversos aspectos. De um lado, é uma reflexão conceitual sofisticada sobre a realidade, pois compreende uma reflexão estrutural sobre os aspectos econômico, social e cultural de uma classe social. De outro lado, sua análise histórica permite compreender as relações reais das quais deriva a reflexão epistemológica. E, por fim, o conceito de campesinato permite definir as relações de opressão e os caminhos de luta para combatê-las.

O conceito de camponês da Via Campesina opera nestes três aspectos: de um lado, há uma busca de seu caráter conceitual-estrutural, isto é, do lugar do camponês na agricultura. De outro lado, aparece uma análise histórica sobre o lugar e a realidade do campesinato na contemporaneidade, tanto no que diz respeito à sua diferença com relação aos outros movimentos de trabalhadores, quanto de sua oposição ao modelo de agricultura dominante. Junto a isso, há uma redefinição das características da luta. E, neste sentido, destaca-se a necessidade e o projeto de construir uma identidade de classe.

Considerações finais

A Via Campesina, segundo as análises que fazem dela seus porta-vozes e intelectuais orgânicos, é fruto do processo de globalização. Ao contrário, contudo, de leituras contemporâneas sobre a sociedade civil global, nas análises dos dirigentes da Via Campesina aparecem outros elementos que buscam explicar, paralelamente ao processo de globalização, os porquês, os comos e os quandos do surgimento e consolidação da Via Campesina, tais como: as origens de esquerda das organizações latino-americanas, o longo processo histórico de integração econômica da Europa, as revoluções de independência africanas, etc.

Através de sua estrutura organizativa simples, de uma política de alianças clara e de campanhas temáticas, a Via Campesina tem acumulado algumas vitórias, tanto no que diz respeito ao fortalecimento e unificação das organizações-membro, como no embate com seus adversários mais diretos. Assim, internamente afirma-se uma identidade camponesa com datas, mártires, campanhas e ações em comum. Por outro lado, para reforçar este sentimento de pertencimento, constrói-se o seu “outro”, que compreende em especial as instituições financeiras internacionais consideradas como elemento chave do capitalismo globalizado e da destruição da agricultura camponesa. É fato que esta identidade é complexa e integra elementos muito distintos, os quais são absorvidos de forma diferente por organizações e militantes. Algumas convergências significativas, entretanto, já se consolidaram.

A mais relevante destas convergências é o conceito de soberania alimentar, considerado por autores e dirigentes políticos como o projeto de contra-hegemonia da Via Campesina. O que muitos autores questionam é se o campesinato poderia ser a classe social portadora da transformação, do movimento de contra-hegemonia.

A explicação mais frequente para a adoção do conceito de camponês pela Via Campesina é a idéia de que nesta palavra unificam-se todas as categorias de trabalhadores “do campo”. Outras explicações buscam, contudo, raízes nas conceituações marxistas do conceito. Como é sabido, o marxismo também não tinha uma visão única sobre este grupo social, mas, em geral, a visão era de que o campesinato não seria o portador da mudança social que hoje a Via Campesina advoga para si. Desta maneira, o debate sobre o conceito de campesinato segue confuso e um tanto obscurecido.

Vale resgatar, contudo, de Shanin (1980) a idéia de que o conceito de campesinato é insuficiente em si, assim como qualquer outro conceito, mas, sem as construções teóricas seria impossível o avanço na reflexão sistemática sobre o mundo social. O mais importante é verificar que, se este conceito ainda não foi substituído, nem nas práticas sociais reais, como as que a Via Campesina realiza, nem nas ciências sociais, como no estudo que realizamos, ele continua tendo validade:

Em última instância, os conceitos devem servir não a uma reconciliação dialética de conceitos, mas à compreensão das relações reais. Devemos acrescentar, aqui, o compromisso, dentro da tradição socialista, de definir as dimensões da opressão do homem pelo homem e os caminhos da luta para combatê-las. Excetuando sua mistificação e sua utilização ideológica, o conceito de campesinato cumpriu, muitas vezes, todos esses serviços. Esta capacidade ainda não se esgotou. (SHANIN, 1980, p. 77).

Referências bibliográficas

BORRAS, Saturnino. **La Via Campesina: un movimiento en movimiento**. Amsterdã: Transnational Institute, 2004.

BOVÉ, José; DUFOUR, François. **O mundo não é uma mercadoria: camponeses contra a comida ruim**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

DESMARAIS, Annette. **La Vía Campesina: globalization and the power of peasants**. London: Pluto Press, 2007.

____. **The WTO... will meet somewhere, sometime.** And we will be there! Ottawa: The North-South Institute, 2003.

EDELMAN, Marc. Transnational peasant and farmer movements and networks. In: GLASIUS, H. M.; KALDOR, M. (Orgs.). **Global Civil Society Yearbook 2003.** London: Oxford University Press, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. Desafios propostos pelo Fórum sobre a Reforma Agrária. **Memória do Fórum Mundial sobre a Reforma Agrária.** Valência-Espanha: 5-8 de dezembro de 2004. Publicado por: Carta Maior, 2006.

MOYO, Sam e YEROS, Paris. **Reclaiming the land:** the resurgence of rural movements in Africa, Asia and Latin America. London: Zed Books, 2005.

NIEMEYER, Carolina Burle de. Via Campesina: uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. Paper apresentado no **II Encontro da Rede de Estudos Rurais** “Tecendo o intercâmbio: o desafio do conhecimento sobre o mundo rural”. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, setembro de 2007.

PATEL, Raj. Agricultural imperialism and new peasant solidarities. Presentation at the **Seminar Series of the Centre for Civil Society.** University of KwaZulu-Natal, South Africa, 2004.

ROSSET, Peter. Alternativa à política fundiária de mercado: reforma agrária e soberania alimentar. In: SAUER, Sérgio; PEREIRA, João Marcio Mendes (Orgs.). **Capturando a terra:** Banco Mundial, políticas fundiárias neoliberais e reforma agrária de mercado. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Estudos CEBRAP**, n. 26. São Paulo: CEBRAP, 1980.

VIA CAMPESINA. **La voz de los campesinos e de las campesinas del mundo.** Folder de divulgação, julho de 2007.

____. **NGO Forum Declaration in the World Food Summit of FAO (Rome+5).** Roma, junho de 2002.

____. **Food Sovereignty and International Trade.** Position paper approved at the III International Conference of Via Campesina. Bangalore, outubro de 2000.

____. **The right to produce and access land: position of Via Campesina on Food Sovereignty.** Presented at the World Food Summit. Roma, novembro de 1996.

A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária¹

Sérgio Botton Barcellos

Doutorando no Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Desenvolvimento,
Agricultura e Sociedade
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
e-mail: sergiobbarcellos@hotmail.com

Resumo

A partir desse artigo pretende-se discutir o tema das relações de interdependência entre os movimentos sociais e o Estado na constituição dos assentamentos de reforma agrária. Desse modo, esse trabalho tem como problema analisar: quais são as relações de interdependência entre o MST e o Estado na constituição de um assentamento de reforma agrária? A partir disso, pretende-se problematizar quais as inter-relações contidas entre o Estado e a coordenação política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) na constituição de um assentamento de reforma agrária ao final dos anos 1990 no Rio Grande do Sul. As fontes de pesquisa utilizadas para coletar os dados e as referências nesse trabalho foram obtidas em: bibliografias temáticas pesquisadas; artigos acadêmicos; e percepções a partir de vivências do autor em alguns assentamentos de reforma agrária. Sob essas condições, acredita-se que as características deste assentamento podem ser consideradas como um dos indicadores de quais os rumos, sentidos e desdobramentos das relações de entrelaçamento entre o Estado e o MST no processo de constituição do Assentamento Santa Rosa.

Palavras-chave: estado, movimentos sociais, interdependência, assentamentos.

Resumen

La interdependencia entre estado y MST en la constitución de un asentamiento de reforma agraria

En este artículo propone-se discutir el tema de las relaciones de interdependencia entre los movimientos sociales y Estado en la constitución de políticas públicas la reforma agraria. Por lo tanto, lo objeto deste trabajo es analizar el problema: ¿cuáles son las interdependencias entre el MST y el Estado en el establecimiento de un acuerdo para políticas públicas de la reforma agraria? De esto, tenemos la intención de hablar sobre que contenía las interrelaciones entre las diferentes esferas de la dirección de los gobiernos y del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST) en el establecimiento de un acuerdo. Las fuentes de investigación utilizadas para recopilar agraria en la década datos y referencias en este trabajo se obtuvieron de los temas de investigación: bibliografías, artículos de académicos y puntos de vista de las experiencias de lo autor. Como un indicador de dirección, que direcciones y desarrollos en las relaciones entrelazadas entre el estado y el MST en el proceso de formación de la solución de Santa Rosa.

Palabras-clave: estado, movimientos sociales, interdependencia, asentamientos de reforma agraria.

¹ Este artigo é um dos desdobramentos relativos ao trabalho de dissertação do autor intitulado “A Formação do Discurso da Agroecologia no MST”, CPDA/UFRRJ, 2010.

Abstract

The interdependence between state and the MST in constitution a land reform settlement

This paper searches to understand which the theme of interdependence between social movements and the state of the constitution in land reform settlements. This article the analysis of the problem: what are the interdependencies between the MST and the State in establishing a settlement of agrarian reform? From this to problematize this contained the interrelationships between the different spheres of government and political leadership of the Movement of Landless Workers (MST) in the establishment of a land reform settlement in the years 1990. The research sources used to collect data and references to this paper were obtained in: researched bibliography in the writing of the author's dissertation; academic articles; and perceptions from the author's experiences in some land reform settlements. In this research it was considered that an indicator of which direction, directions and developments of the relations in the process of formation of the Santa Rosa settlement between the state and the MST.

Keywords: state, social movements, interdependence, settlements.

Introdução

Em um campo permeado por disputas e conflitos acerca da ocupação e acesso da terra no Brasil, os movimentos sociais mobilizados em torno da questão fundiária também estão passando por determinados processos de mudança e ampliação tanto no seu repertório de pautas, quanto em suas formas de organização e atuação política. Nesse cenário, em âmbito nacional, estão ocorrendo disputas, conflitos e iniciativas mediante a ocupação de territórios e o planejamento de ações em desenvolvimento local em diversas regiões e localidades, como aldeias indígenas, comunidades ribeirinhas, assentamentos rurais, dentre outros espaços. Muitas dessas experiências e oportunidades são mediadas e desenvolvidas por diversos grupos de interesse social, em contraposição ou favoravelmente ao Estado, como as empresas que participam da cadeia produtiva do agronegócio tanto no meio rural, quanto no urbano.

Perante a realidade na qual é debatida a reforma agrária no Brasil, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocupa historicamente lugar de destaque como mediador desse processo. No que se refere ao conjunto de suas pautas e lutas políticas, os chamados movimentos camponeses, dentre eles, o MST, incorporou, como uma das suas questões centrais, temas relacionados às formas de ocupação, estruturação e organização social, econômica e ambiental para a constituição de assentamentos de reforma agrária.

Os agentes atuantes na realidade em que um assentamento é conquistado e constituído centram-se, muitas vezes, nas propostas e experiências vivenciadas pelos assentados, técnicos e dirigentes vinculados ao MST, pelos diferentes graus de acordo e capacidade decisória entre eles, frente ao Estado e demais agentes (governo municipal, grandes proprietários, empresas em agronegócio, etc.) situados no contexto local. Outro aspecto é o relativo ao campo político configurado pelo conjunto de fatores sociohistóricos do meio rural no Brasil, no qual perpassam as questões da atuação política e das experiências vivenciadas junto ao Estado e aos diferentes governos, partidos, sindicatos em busca de aliados, oportunidades e negociação; as pautas relativas às políticas públicas, como a reforma agrária, o acesso ao crédito e a assistência técnica; questões relativas à mobilização da base social do MST, como reuniões, encontros e congressos do Movimento; dentre outras possibilidades de relação social inerentes ao processo em questão.

Dessa forma, propõe-se problematizar: quais são as relações de interdependência entre o MST e o Estado na constituição de um assentamento de reforma agrária? A partir

disso, o objetivo desse ensaio é identificar os agentes e quais as possíveis relações de interdependência contidas entre o Estado e o MST a partir da constituição de um assentamento.

O Assentamento Santa Rosa, que foi escolhido como espaço de pesquisa para ser o plano empírico dessa discussão, está localizado em uma das regiões de maior densidade de assentamentos e assentados no estado do Rio Grande do Sul (RS). O município de Tupanciretã possui 17 assentamentos, dos quais 11 são coordenados pelo MST. A escolha desse assentamento justifica-se, em grande medida, pelo mesmo ter sido estruturado pelo programa estadual de reforma agrária, intitulado “Novo Modelo de Assentamentos” durante o governo estadual - gestão 1999 a 2002 (Governo Olívio Dutra – PT). Esse programa, na história recente (anos 1980 em diante), foi considerado um dos poucos programas de reforma agrária formulados e implementados pelo governo estadual no RS em interlocução com os movimentos sociais rurais, como o MST e outros.

Junto com a abordagem de campo social, pretende-se acionar e lançar mão do conceito de interdependência como arcabouço teórico da discussão, a partir de Norbert Elias. Compreende-se que essa lente analítica pode auxiliar na elaboração desse trabalho por apontar uma perspectiva em que é possível visualizar como os agentes sociais constroem teias de interdependência, que dão origem a configurações de diversos tipos, como por exemplo, na relação entre o Estado e o MST (ELIAS, 1994). A partir dessa noção de agentes/atores múltiplos, integrais, cujo coletivo se forma pela articulação das diversas situações de dominação contestadas por seus movimentos, considera-se, conforme Ferrante (1994), que analisar o que as classes populares são perde o sentido, em detrimento de analisar aquilo que os grupos estão enfrentando e estão *sendo* na realidade, ou seja, no seu espaço de vivências, no caso os assentamentos.

Assim, nesse ensaio, a significação da ação denominada como “constituição” será referente às possíveis relações de interdependência entre os agentes sociais que compartilham da formação do universo social em questão nesse trabalho, isto é, o Assentamento Santa Rosa. Dessa forma, será realizado um exercício de não apenas identificar as relações explícitas contidas entre os agentes sociais nesse processo, mas indicar caminhos para a compreensão do conjunto de processos sociais que culminaram na constituição desse assentamento. Optou-se por evidenciar os diferentes agentes de Estado e do MST que interagiram nesse processo, bem como identificar as disputas e acordos estabelecidos entre eles.

As fontes de pesquisa utilizadas para coletar os dados e as referências usadas nesse trabalho foram obtidas em: bibliografias pesquisadas para elaboração de dissertação de mestrado do autor; artigos acadêmicos temáticos; percepções a partir de vivências do autor em alguns assentamentos de reforma agrária. Além disso, como fonte primária, foi realizada a coleta de dados por meio dos seguintes instrumentos: a observação participante e a realização de entrevistas².

O trabalho será apresentado em dois tópicos principais: “A formação dos assentamentos para o MST e as relações de interdependência com o Estado nesse processo” e “O Assentamento Santa Rosa e suas interfaces com o contexto local”.

A formação dos assentamentos para o MST e as relações de interdependência com o Estado nesse processo

Conforme bibliografia acadêmica, as discussões em relação aos sistemas de organização dos assentamentos de reforma agrária no MST tiveram início a partir do ano de 1986. Segundo Fernandes e Stédile (1999), isso ocorreu devido ao aumento do número de assentamentos e a necessidade de viabilizá-los econômica e socialmente frente à realidade desse contexto histórico. A direção do MST, no final dos anos 1980 e início dos 1990, compreendia que desenvolvendo uma proposta alternativa de (re) organização da produção,

² Foram ouvidos os assentados, a assistência técnica e os dirigentes locais do MST.

a partir da cooperação e, posteriormente, com a consolidação da cooperativa também como forma específica de formação política, seria favorecida a viabilização socioeconômica dos assentamentos. Porém, o modelo de coletivização, baseado nas Cooperativas de Produção Agropecuária (CPAs) não excluiu a sua base social de experienciar variados conflitos sociais e dificuldades econômicas, com o passar dos anos.

Assim, as CPAs podem ser consideradas como uma das principais formas nas quais o MST materializou sua concepção de trabalho coletivo e de organização produtiva nos anos 1990. Naquele modelo preconizado pelo MST, os fatores de produção Terra, Trabalho e Capital eram gestados coletivamente por meio das Cooperativas. Alguns princípios como a planificação econômica, a autogestão, a divisão técnica do trabalho e da produção eram difundidos junto ao discurso relacionado a esse modelo de produção. Desse modo e durante este período histórico foram organizadas mais de 40 experiências de produção coletiva e cooperativizada, nos assentamentos sob a coordenação política do MST em diversas regiões de todo o país (MARTINS, 2004).

Com as eleições de 1994 e 1998, nas quais Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi eleito Presidente consecutivamente, inaugura-se mais uma fase da Questão Agrária no Brasil, em relação ao processo de Reforma Agrária e implementação de assentamentos. Conforme Fernandes (2001), o governo FHC realizou em seu primeiro mandato uma ampla política de constituição de assentamentos rurais. Desse modo, acreditava-se que assentando somente as famílias acampadas, ocorreria reforma agrária no Brasil no sentido de reduzir a desigualdade social e a concentração fundiária no Brasil.

Destaca-se que neste governo ocorreu a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e com isso institucionalizou-se uma visão considerada dualística de agricultura – ou uma política de focalização. Essa política pode ser expressa por uma separação, em que o apoio à agricultura familiar ficou majoritariamente sob os auspícios do MDA e a agricultura intensiva aliada ao agronegócio ficou vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)³ (SABOURIN, 2007). Sob o ponto de vista do Estado no Brasil a categoria de agricultura familiar incluiu os assentados de reforma agrária.

Em relação à assistência técnica para os assentamentos, o LUMIAR (Projeto do Governo Federal, realizado pelo INCRA, destinado aos serviços de assistência técnica e capacitação às famílias assentadas em projetos de reforma agrária) foi uma política pública resultante das diversas lutas e mobilizações sociais empreendidas na primeira metade da década de 1990, por setores sociais organizados em sindicatos, com destaque para a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), e os Movimentos Sociais, no caso o MST. O Projeto LUMIAR foi uma das iniciativas do Programa Novo Mundo Rural e ocorreu no período em que o MST adotava como modelo de produção as CPAs.

Entre o final de 1999 e início de 2000, após denúncias de desvios de recursos públicos e de função das equipes locais (PIMENTEL, 2007, p. 74; GUANZIROLI, 2001), o LUMIAR foi extinto e suas ações foram integradas ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Diante da conjuntura política constituída no governo Collor e FHC (1990 – 1998), é importante considerar que o Estado brasileiro teve participação ativa e dinâmica como agente financiador do sistema de produção realizado nos assentamentos, além do fomento em assistência técnica. Assim, essas políticas governamentais de crédito e assistência técnica influenciaram no processo de implantação das cooperativas almejadas pelo MST (BORGES, 2007).

Mediante esse conjunto de dinâmicas sociais é que várias propostas relativas à viabilização socioeconômica dos assentamentos de reforma agrária foram elaboradas, tanto pelo Estado, como pelo conjunto de militantes do MST. Nesse sentido, a opção por um determinado tipo de organização sociopolítica e produção de relações de trabalho faz parte dessas situações de inter-relação e disputas por projetos políticos, rumos e discursos, tanto

³ Essa medida apenas cristalizou a representação já forte no seio do governo e da sociedade de uma agricultura com duas velocidades: uma agricultura capitalista empresarial e uma pequena produção de subsistência, camponesa e atrasada [...] (SABOURIN, 2007, p. 718).

externamente, quanto no interior dos assentamentos, sendo características inerentes a esse campo social.

Cabe ressaltar que este tipo de organização da produção em CPAs ainda é acionada e está em vigência, sendo uma alternativa em alguns grupos de assentados ou em assentamentos pelo Brasil. Dentre esse conjunto de fatores relativos ao MST e aos diversos agentes os quais atuavam em meio ao campo social da Reforma Agrária no Brasil na época, o modelo cooperativista e de coletivização no MST, bem como a afirmação destes princípios organizativos entraram em evidente questionamento e crise junto à base social do Movimento, em especial no final dos anos 1999⁴. Essa crise possibilitou que houvesse em meio ao MST um processo que proporcionasse avaliações e a abertura de oportunidades para que ocorressem mudanças importantes tanto na orientação política, quanto na organização da produção e comercialização agropecuária do MST junto aos assentamentos rurais (BORGES, 2007).

Diante disso, para além das disputas e conflitos constantes entre o Estado e o MST é possível encontrar ações de cooperação e dependência entre Estado e movimentos, conforme Sygaut (2009), a partir de uma rede de relações de compromissos e obrigações, fundamentais na formação, desde os acampamentos e mais tarde dos assentamentos. Assim, a partir do Assentamento Santa Rosa é que busca-se identificar nesse trabalho essas relações de entrelaçamento, interdependência e influência política configuradas por acordos e conflitos entre Estado e MST na formação de diversos assentamentos no Brasil.

Frente aos questionamentos desse projeto de organização social e cooperativista de produção e comercialização no MST, a Agroecologia⁵ vem sendo constantemente mencionada em diversos espaços de discussão e organização política do Movimento a partir da necessidade de rumar para mais uma experiência socioproductiva. Em meio a esse momento, o indicativo da adoção de outro modelo de produção foi explicitado mediante uma sistematização de estratégias em torno da Agroecologia que começaram a ser incorporadas como projetos de desenvolvimento agropecuário e de possível transformação social.

A partir disso é possível analisar que cada grupo social, em função das condições objetivas que caracterizam sua posição na estrutura social, constitui um sistema específico de disposições, conforme Bourdieu (1997), para algum tipo de ação e conduta. Com isso, determinada posição e estratégia política adotada por um movimento social ao propor um plano de desenvolvimento para os assentamentos sob os preceitos da Agroecologia seriam possíveis e outras seriam menos viáveis, tanto por parte da direção política, como pela base social do MST.

Um outro aspecto a ser ressaltado é que nas fontes acadêmicas disponíveis, descreve-se que a perspectiva da Agroecologia passou a ser introduzida na pauta do MST após a realização do 3º Congresso Nacional, realizado em 1995, em Brasília. Desse ano em diante, percebeu-se que o MST intensificou seu discurso em favor de um modelo de desenvolvimento pautado pelos princípios da sustentabilidade (COSTA NETO; CANAVESI, 2002).

Em 1995, o MST passou a integrar a Via Campesina cuja atuação ocorre de forma destacada em relação à agenda socioambiental e se propõe a cumprir um papel de aglutinação dos Movimentos Sociais do campo no Brasil. A partir de 1999, ano em que a seção brasileira da Via Campesina foi formada, as pautas socioambientais passaram a ser debatidas de maneira mais efetiva no repertório de proposições e ações das entidades que compõem a Via Campesina no Brasil, como o MST, o Movimento dos Atingidos por

⁴ Essa crise foi evidenciada inclusive pelo próprio MST e por parte de estudos acadêmicos realizados por integrantes vinculados à direção do movimento, como na dissertação de mestrado de Martins (2003).

⁵ Segundo Costa Neto e Canavesi (2002) *apud* Gliessman (2000), ao longo do século XX esse conceito foi passando por diversos rearranjos e novas interpretações, desde um apelo mais voltado à “consciência ambiental”, passando pelo manejo de agroecossistemas até ser tratada como um paradigma socioambiental.

Barragem (MAB), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento das Mulheres Camponesas (MMC).

Assim, no ano de 2000, o MST expõe, em seu quarto congresso, o discurso de que adotará a Agroecologia como principal modelo de produção nos assentamentos rurais. A aproximação com essa proposta conferiu ao MST a necessidade de iniciar um processo de transição associada aos preceitos agroecológicos na produção agropecuária e no manejo ambiental nesses locais, bem como de levar este novo discurso à sua base social, junto com outros diversos assuntos que merecem atenção como a violência no campo e o combate a política neoliberal do Estado (MST, 2009).

Recentemente, mais um fato que explicita a presença das pautas socioambientais, dentre elas a do debate da Agroecologia, foi a importância dada a esse tema em seu último Congresso Nacional (realizado em 2007), no qual o Movimento a assumiu como um de seus compromissos políticos estratégicos (MST, 2007). Dessa forma, a percepção acerca das deliberações políticas e o conjunto de ações, em um determinado movimento social (no caso MST), também estimularam reflexões acerca das estratégias de organização das experiências em Agroecologia e as disputas políticas ocorridas em meio ao processo de formação dos assentamentos de reforma agrária.

Nesse sentido, como aludem Costabeber e Moyano (2000), a transição agroecológica nos mais diversos cenários está sendo impulsionada por meio de dois processos complementares: a ecologização e a ação coletiva. Esses dois processos perpassam pela adoção de mudanças das práticas agrícolas mediante a substituição de recursos externos (insumos químicos e equipamentos), a adequação aos ciclos naturais do agroecossistema e a incorporação de tecnologias “verdes” para manejo da produção. Nessa confluência de ações e atividades desenvolvidas, cabe considerar a influência e a ação dos mediadores técnicos, como por exemplo, ONGs nacionais e internacionais e a Via Campesina, e ainda, as políticas públicas e assistência levadas a cabo. Fica, porém, indicado que esse é um processo em construção, e que esse movimento social tenta se colocar como um agente que irá interagir com esse ideário socioambiental⁶.

Ressalta-se que a Agroecologia, no caso do Assentamento Santa Rosa em Tupanciretã-RS, no qual foi realizada a pesquisa empírica que adensa esse trabalho, foram encontradas evidências de que a constituição desse Assentamento teve forte mediação e a influência do Estado por meio do governo do RS (1999-2002), bem como da direção do MST no período, ambos preconizando o debate sobre a Agroecologia como um projeto socioambiental para esse assentamento.

Nessa conjuntura, e devido ao considerável apoio dos Movimentos Sociais Rurais, ocorreu a ocupação de cargos estratégicos no governo do estado neste período por integrantes desses movimentos ou por agentes a eles vinculados, especialmente na Secretaria da Agricultura e Abastecimento, com destaque para a formação do Gabinete de Reforma Agrária e Cooperativismo (GRAC).

Considera-se, sob essa perspectiva, que um processo social, como a constituição de um assentamento, adquire sentido quando integra e interliga uma série de acontecimentos sociais, como os que aqui foram brevemente discutidos, que por sua vez está imbricado com o contexto do assentamento influenciando em diferentes graus a configuração desse espaço social. A partir disso é possível entender que o espaço do assentamento não pode ser limitado a um local isolado, ou a uma parte englobada por um município, pois seria uma opção que não daria conta de perceber a fluidez e as nuances das relações sociais que ocorrem para dentro e fora desse local. Assim, esse conjunto de iniciativas e ações distintas entre Estado e MST, ou seja, essa dinâmica das interações visa incluir a reciprocidade entre os agentes que formam a configuração desse espaço e os agentes exteriores a ele nesse processo, os quais serão discutidos de forma mais específica a seguir.

⁶ Destaca-se que o MST nesse aspecto, não só no sentido de abranger e consolidar experiências e iniciativas locais de produção agropecuária junto aos assentamentos assume relevância na produção de um discurso e de uma simbologia relativa à agroecologia.

O Assentamento Santa Rosa e suas interfaces com o contexto local

O Assentamento Santa Rosa, escolhido como universo de pesquisa empírico, foi um dos assentamentos estruturados durante o governo estadual no RS, de 1999-2002, pelo programa “novo modelo” de assentamentos. Esse Assentamento foi formado ao final do ano de 1998, após a ocupação da área e o estabelecimento de um acampamento, em 1996. Esse programa estadual de reforma agrária também tinha como uma de suas diretrizes o estímulo à Agroecologia, a organização coletiva dos lotes, formação de assistência técnica especializada para assentamentos de reforma agrária, crédito diferenciado, dentre outras diretrizes como alternativa de produção agrícola e propostas de sistema de produção para os assentamentos diferentes das preconizadas pelo governo federal na mesma época.

O município de Tupanciretã, onde está localizado o assentamento estudado, fica na região centro-oeste do estado do RS, com aproximadamente 22.556 habitantes, em 2007, segundo estimativa do IBGE (2006), dentre os quais, aproximadamente 5.000 pessoas residem em área rural e das quais 706 famílias (2.600 habitantes) vivem em assentamentos rurais. Este dado representa que 57,63% da população rural do município estão em assentamentos de reforma agrária. No município estão instalados 17 projetos de assentamentos⁷, sendo 11 considerados sob coordenação política⁸ do MST.

Um dos aspectos marcantes em relação à produção agrícola no município de Tupanciretã é por ter uma das maiores produções de soja do estado, bem como um grande número de assentamentos de reforma agrária. Diante desse contexto, Tupanciretã é considerado o município que detém a maior produtividade de soja do estado por hectare, com média de 40 sacas/ha (dados da assessoria de imprensa da EMATER, 2009)⁹.

Ainda cabe destacar que em 2006, conforme dados da Fundação de Economia do Rio Grande do Sul (FEE-RS), o município esteve entre os 10 maiores em produção de Valor Agregado Bruto (VAB) para a agropecuária no RS. No município há também pequenas propriedades responsáveis pela diversificação da produção agrícola local, com o plantio de culturas como milho, feijão, mandioca, arroz, dentre outros produtos agropecuários. Ao longo dos anos também foram intensificadas atividades agropecuárias como a produção leiteira, a piscicultura e a suinocultura. Contudo, observou-se que apesar dessa diversidade produtiva, a infraestrutura urbana e rural do município, bem como os meios de recepção e escoamento da produção agropecuária estão em grande medida direcionados e estruturados para o plantio e a colheita de soja.

No Assentamento Santa Rosa, tinham 129 famílias assentadas, com cerca de 370 habitantes e tem 2200 hectares de extensão, com média de 15 hectares por lote/família. O Assentamento Santa Rosa foi dividido em quatro bolsões, cada um considerado uma comunidade (Bolsão 1, 2, 3 e 4). Neste Assentamento, segundo os assentados, as famílias são oriundas das mais diversas regiões do RS e de aproximadamente 50 municípios do estado. As fontes de pesquisa consultadas não oportunizavam em seu conjunto de dados uma especificação do aspecto supramencionado.

A recente conjuntura política do município apresentava uma determinada relação com a organização e o contingente populacional que habitam os assentamentos sob a coordenação do MST, e traduz, de alguma forma, como esse campo social é composto e a posição que os agentes ocupam no mesmo. Esse fato pôde ser evidenciado, por exemplo,

⁷ Em relação à organização e coordenação política dos assentamentos de Reforma Agrária na região foi observada a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), Movimentos dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimento dos Trabalhadores Municipais Sem Terra (MMST) e Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA).

⁸ Coordenação política é uma categoria relativa a um termo utilizado pelos sujeitos da pesquisa para se referir sobre qual organização à maioria dos assentados (as) dialogam, tem identificação política e se sentem representados.

⁹ A região, a qual abrange os municípios de Tupanciretã, Jarí e Quevedos, possui uma área de 137 mil hectares cultivados com soja.

pela composição do atual governo municipal, no qual o Prefeito eleito na época era do PMDB e o vice-prefeito era do PT, os quais tiveram apoio reconhecido por parte da maioria dos assentados, por intermédio dos dirigentes. Outro fato que realça este fato era que o Secretário Municipal de agricultura e um dos vereadores eleitos, na época da pesquisa, foram assentados.

No município também se destacavam as cooperativas, as quais agregam os assentados e agricultores a elas associados, pois são mobilizadoras de recursos financeiros na economia local e ocupam posições de destaque no campo social observado. Em Tupanciretã há duas cooperativas vinculadas aos sistemas de produção agropecuária dos assentamentos, considerados sob coordenação do MST. Uma delas é a Cooperativa Mãe Terra (COOPERTERRA) que é uma cooperativa de produção agropecuária formada em 2001 e possui cerca de 300 associados, dentre estes os assentados no Assentamento Santa Rosa. Sua principal atividade é o apoio à produção de leite nos assentamentos. A cooperativa é dirigida e gerenciada pelos próprios assentados e as gestões têm sucessão bianual.

Segundo Balen e Silveira (2005), com a estruturação da COOPERTERRA, muitos agricultores assentados tiveram a possibilidade de ter uma alternativa de produção agropecuária em relação ao monocultivo da soja, seja combinando ou substituindo a sua produção, dispondo de infra-estrutura e de acesso a um mercado que garantiria a comercialização de outro produto, neste caso o leite. Contudo, cabe destacar que nos lotes do Assentamento Santa Rosa, também pôde ser observada, nas visitas em meio à realização da pesquisa, a existência da produção de horticultura, fruticultura, lavouras de milho e mandioca, produção artesanal de biscoitos, pães e artesanatos, por parte de alguns assentados. Nestes também pôde ser observada a criação de animais como suinocultura, avicultura, bovinocultura de corte e de leite.

Dessa forma, conforme os levantamentos feitos pelos técnicos da COPTec, o estímulo de outras cadeias produtivas, por meio da cooperativa, como a produção de leite, ovinocultura, apicultura, horticultura e a bovinocultura de corte nos assentamentos de Tupanciretã, possibilitou a geração de um montante de R\$ 17,6 milhões anuais entre os assentados, no qual esse valor tende a ser gasto no comércio local¹⁰. Esse fator demonstra a coexistência de outras formas de produção agrícola e geração de recursos econômicos para o município, junto com a preponderância da cadeia agrícola e econômica da soja.

Da mesma forma, é importante destacar a atuação da Cooperativa organizada pelos técnicos que atuam junto ao MST: a COPTec – Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos Ltda. A COPTec foi fundada em 1996, em meio à realização do Projeto LUMIAR, e tem como finalidade principal desenvolver atividades de elaboração e coordenação de projetos de fomento técnico e crédito, bem como atividades cotidianas de assistência técnica. Essa Cooperativa em Tupanciretã realizava assistência junto aos onze assentamentos sob a coordenação política do MST.

Por meio da COPTec foram viabilizados e efetivados diversos convênios com entidades governamentais, principalmente junto ao INCRA, e também com organizações não-governamentais, os quais possibilitaram apoio e fomento técnico, captação de recursos para viabilização de projetos junto aos assentamentos e para a realização das atividades técnicas por meio da aquisição de equipamentos para o seu corpo técnico. Com a existência da COPTec foi possível proporcionar aos assentados uma assistência técnica relativa às diretrizes do MST, bem como sendo uma alternativa, única ou às vezes concomitante, com a oferecida pelo Estado.

Outras formas de atuação técnica foram também observadas nos assentamentos, em conversas durante a pesquisa, com os assentados e a direção do MST situados no

¹⁰ Durante a realização das observações na pesquisa empírica foi notória a ocorrência de uma grande movimentação no comércio e nas agências bancárias locais no dia em que os assentados deslocaram-se ao centro de Tupanciretã para ir a COPTec receber o pagamento referente ao leite vendido.

Assentamento Santa Rosa. Dentre elas, foram citadas algumas ações da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e do INCRA.

Essas instituições do Estado, segundo relatos coletados durante a pesquisa junto aos agentes sociais, não apoiavam as experiências locais diferenciadas de desenvolvimento socioambiental para os assentamentos, como a da Agroecologia, organizadas pelos assentados, técnicos e dirigentes do MST. Percebeu-se também nos assentamentos a influência e a intervenção das empresas reconhecidas como “granjas” presentes no município, as quais estimulavam e auxiliavam o escoamento da produção de soja no interior dos assentamentos.

A fim de visualizar e identificar os principais aspectos que influenciaram na constituição do Assentamento Santa Rosa evidenciou-se que isso não será possível ao focar um único grupo de agentes no campo social. Percebeu-se que esse processo exige um estudo das relações entre os diferentes agentes que convivem juntos nesse campo e das mudanças nas relações de poder que são produzidas e reproduzidas sucessivas vezes (ELIAS, 1994). A partir disso, é possível analisar que cada grupo social em função das condições objetivas que caracterizam sua posição no campo social constitui um sistema específico de disposições, conforme Bourdieu (1997), para algum tipo de ação no âmbito específico do MST, como do assentamento aqui ilustrado, junto com seu conjunto de agentes, ou mesmo no lote do assentado.

Mediante as inter-relações buscadas no contexto local junto aos assentamentos, focando no caso do Assentamento Santa Rosa, buscou-se identificar algumas situações e relações que reconhecidamente influenciaram na constituição desse assentamento e na base social do MST que vivem suas experiências e situações de vida nesse espaço social. Desse modo, acredita-se que ao expor esse conjunto de relações inerentes a um contexto local, além de auxiliar, amplia e embasa a análise acerca das relações de interdependência entre o Estado, em suas esferas de governo federal e estadual responsáveis por fiscalizar e fomentar os assentamentos, como no caso do RS, e o MST que atuou junto ao processo de formação do assentamento abordado.

As relações de interdependência entre as políticas públicas, o agronegócio e a produção agropecuária do Assentamento Santa Rosa

Referente ao caso abordado nesse trabalho, no qual é possível identificar relações de interdependência entre o Estado e o MST (no qual tem alguns grupos que apóiam eleitoralmente a Presidenta eleita) pode-se considerar que o Governo Federal anterior (2003-2010) desenvolveu algumas ações governamentais e políticas públicas, as quais tinham como indicativo ter algum grau de atenção direcionada para os assentamentos de reforma agrária. Dentre essas, as que se destacavam e foram mencionadas no Assentamento Santa Rosa pelos assentados eram as políticas públicas que enfocavam a pequena produção agrícola com os assentados que compõe a base social do MST como público assistido.

Exemplo disso é a ação do MST, junto ao Estado brasileiro em relação à questão fundiária, no qual o movimento pode e tende a selecionar os destinatários para a ocupação dos lotes nos assentamentos. De modo similar, os movimentos sociais dependem do Estado para levar adiante a ocupação de terras, a legalização dos lotes, o acesso às políticas públicas, pois os possíveis benefícios a serem obtidos tendem a constituir um argumento considerado relevante para o Movimento planejar suas ações e ter representatividade junto a sua base social. Sob essa perspectiva, é possível referenciar-se em Sygaut (2009) no sentido de que os movimentos sociais e o Estado estabelecem e formam diretrizes entre si, onde acordam e convencionam, por exemplo, a constituição dos assentamentos de reforma agrária.

Essas políticas seriam as de crédito agrícola, como o PRONAF, que por sua vez tem em uma de suas linhas, o fomento a Agroecologia e o PRONAF B, à assistência técnica e a extensão rural, como no caso do Plano Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

(PNATER), e as medidas que tratam do escoamento da produção pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). Ainda, no primeiro mandato do governo Lula a meta política no MDA, como alude Branford, (2010), era fomentar o aumento da eficiência dos assentamentos de reforma agrária.

Em meio à pesquisa empírica realizada, em observações e conversas, bem como nas evidências encontradas na pesquisa bibliográfica pode-se dizer que, na esfera do RS, houve um estímulo mais efetivo por parte do Estado para a consolidação do Assentamento Santa Rosa, como tantos outros coordenados pelo MST, entre os anos de 1999 a 2002. Durante conversas com os assentados, técnicos e dirigentes no Assentamento notaram-se ressalvas em relação ao governo estadual acima mencionado, pois também alegaram a realização de “ações demasiadamente de caráter publicitário” por parte do governo do estado naquela época. Contudo, estes agentes admitiram e reconheceram os avanços, investimentos e estímulos de ordem política e financeira realizados na estruturação do Assentamento por intermédio do “Programa Novo Modelo de Assentamentos” e por parte da EMATER-RS¹¹.

A partir desse conjunto de acontecimentos históricos, ao analisá-los é possível considerar que os agentes e as estruturas sociais não estão em posições estáticas e tem ações pré-determinadas, inclusive nessa relação entre Estado e os Movimentos Sociais, mais especificamente no caso o MST, pode ser concebida como um processo dinâmico e inter-relacional. Desse modo, em Elias (1994) é possível observar uma possibilidade analítica que foca-se nas teias de interdependência que formam as configurações sociais, as quais oportunizam observar que as suas interações sociais passam por diversas concepções as quais configuram um novo sistema de formação e de manutenção social em um determinado espaço social orientado e dependente, podendo ser aspectos que se tornam mais visíveis do que os conflitos políticos, ideológicos ou sociais (ELIAS, 1994).

Em meio a esse conjunto de relações de interdependência, considera-se que não é possível mensurar ao certo a efetividade das políticas públicas tanto do Governo Federal, como Estadual junto aos assentamentos de reforma agrária sob a coordenação política do MST, em âmbito nacional e os seus impactos ao estímulo efetivo de técnicas de produção agropecuária, por exemplo, nos preceitos da Agroecologia.

Porém, foi possível observar durante a pesquisa realizada que essas políticas desde seu processo de formulação, até o acesso estão imersas geralmente em tensões, conflitos e negociações, pois nisso há o Estado que espera do beneficiário (assentados) e da política publica um determinado resultado que difere das condições de vida e por vezes dos projetos e planos dos assentados, técnicos e dirigentes políticos que vivem em uma determinada realidade em um assentamento.

Evidenciou-se também que os agentes sociais atuantes junto ao Assentamento Santa Rosa, em meio à realidade do município de Tupanciretã, quando mencionam a Agroecologia, conotam, em seu conteúdo, à possibilidade de questionamento e resistência exercida e vivenciada em relação ao agronegócio. Porém, da mesma forma, proporciona a estes ocuparem outros espaços, como a feira de comercialização de produtos considerados “orgânicos” ou coloniais¹² no município e outras localidades¹³, ou mesmo buscarem novas formas de financiamento para projetos de fomento da assistência técnica.

Mesmo que assuma um enfoque de viés produtivista e tecnicista, sob determinados aspectos, foi observado que o uso de técnicas de produção agropecuária associadas aos preceitos da Agroecologia no MST junto ao Assentamento Santa Rosa possibilitou formas

¹¹ Considera-se que a tese de Da Ros (2006) é um estudo qualificado e detalhado sobre esse processo social e político no RS e sustenta essa evidência apresentada nesse trabalho.

¹² Produtos de origem vegetal ou animal produzidos de forma caseira, artesanal em instalações de pequeno porte em agroindústrias familiares, caseiras, artesanais e de produtos coloniais. Ver mais em Prezotto (1999).

¹³ A COPTEC, segundo declarações do coordenador da equipe, tem estimulado e proporcionado a participação das famílias assentadas em Feiras em outros municípios, como a Feira da Economia Solidária do Mercosul que é realizada anualmente em Santa Maria – RS, por exemplo.

de coexistência e de estabelecimento de relações junto à comunidade local. A produção agropecuária de pequeno porte e com uma marca reconhecida como colonial, orgânica ou agroecológica dos assentados que é comercializada e circula no mercado local compõe esse espaço como uma alternativa, mesmo que com limitações sejam de escala produtiva ou comercial.

Do mesmo modo, em alguns lotes do Assentamento Santa Rosa pode ser observada a produção de soja de forma isolada por lote ou como produção integrada entre lotes vizinhos. A produção de soja transgênica ocorre nos assentamentos na maioria das vezes por intermediação da ação política e produtiva dos grandes produtores do município aliados ao agronegócio.

Esta intermediação acontece na forma de auxílio tanto na produção, quanto no escoamento da produção no próprio lote do assentado. Outra forma que ocorre comumente é uma espécie de locação informal da área agricultável do lote para a produção de soja no qual o assentado é pago com uma porcentagem da produção colhida. Ainda, mais uma forma, de acordo com Balen e Silveira (2005) em relação à realidade estudada nos assentamentos de reforma agrária em Tupanciretã, é o fato das empresas locais financiarem as lavouras de muitos assentados, ou seja, fornecem os insumos para o plantio de soja e estes pagam na safra. Porém, faz parte deste acordo comprar todos os insumos recomendados pela empresa e comercializarem a produção por meio da empresa.

A vivência do agricultor-assentado nestes processos implica a busca de uma significação que toma como dado o seu lote específico, sua localização e capacidade produtiva, a dinâmica social de sua família, enfim, o ambiente de seu lote, o assentamento e a própria região. Nesta direção, argumenta-se que as ações são e estão integradas em um modo de vida e não apenas em um modo de produção nos assentamentos de reforma agrária.

Assim, observou-se que no Assentamento Santa Rosa, ocorriam, por parte dos assentados, tanto experiências vividas em concomitância com a produção agropecuária associada, em algum grau, aos preceitos da Agroecologia, quanto com a produção de soja transgênica em larga escala. Portanto, foram observadas entre os assentados e no espaço do Assentamento múltiplas experiências produtivas e de práticas associadas a sua sobrevivência naquele contexto, seja na forma de autoabastecimento, como na formação de redes de mercado local, não somente vinculadas à cadeia produtiva do monocultivo da soja que é hegemônica no município, nem exclusivamente a da Agroecologia que é fomentada pelo MST.

Essa evidência pôde ser percebida durante a realização da pesquisa empírica no Assentamento Santa Rosa. Foi observado naquela realidade local que houve dificuldades por parte dos assentados em acessar os recursos de crédito por existir uma predileção em financiar projetos relacionados à produção agrícola considerada convencional associada ao monocultivo de grãos e ao agronegócio, fator esse que tende a influenciar e muitas vezes determinar qual o tipo de produção agrícola realizada nos assentamentos.

Um dos depoimentos do assentado R. revelou esta tendência: “o que que acontece a linha de crédito hoje no Brasil é diferenciada. Hoje nós temos a agência de Tupanciretã que trabalha com soja e milho no custeio e não tem mais o que fazer e a gente diz, ah, tem o PRONAF Agroecologia mas não [...]”.

A técnica J. ao ser questionada em relação ao acesso as políticas públicas que possam vir a estimular a realização de outros cultivares agrícolas não associados ao agronegócio, mais próximos aos preceitos do MST, disse que “*É bem falho assim. O acesso ao crédito induz a não produzir nada parecido com a Agroecologia, pois o crédito é bem direcionado aos grãos, inclusive das sementes. O que agente tem são pequenas experiências*”.

O dirigente P. declarou que, além do direcionamento na aprovação do financiamento por parte da agência local do Banco do Brasil, há dificuldade em acessar o PRONAF por parte dos assentados

Os oficiais aqui, não só em Tupã, mas não só aqui, é difícil. Mas daí tu cai, esbarra no Banco do Brasil. O BB tem cidades como Tupã, não viabiliza financia, arroz, feijão, pasto. Mas se tu ir lá com um pacote fechado para financiar soja e milho te financiam na hora. Essa é uma das grandes dificuldades nossa. Pois o governo lança e cada agência tem uma autonomia.

Essas percepções ressaltam a dissonância que há em relação à publicização de um Programa ou política pública para a pequena produção agrícola e a forma como efetivamente elas estão sendo operacionalizadas, na localidade e no Assentamento onde foi realizada uma parte deste estudo. Os fatos relatados, além de evidenciarem assimetria na destinação de recursos e incentivos por parte do Estado aos grandes produtores do agronegócio, em relação aos pequenos produtores rurais, também demonstraram que há restrição ao acesso das políticas públicas aos assentados com uma produção agropecuária relacionada aos preceitos orientados pelo MST. Somado a isto, as agências de fomento e pesquisas em agropecuária do Estado em relação ao estímulo das técnicas agropecuárias associadas à realidade da pequena produção, no Assentamento Santa Rosa, tem a seguinte forma de atuação, conforme relatou o assentado C. *“É aquilo que os companheiros já falam... a EMBRAPA, é aquele quadradinho, vieram fazer dois anos de experiência aqui e não tiveram a interferência de ninguém. Eles vieram aqui e fizeram o modelo tradicional”*.

Para o técnico A., as agências governamentais atuaram da seguinte forma quando desenvolveram iniciativas junto aos assentamentos em Tupanciretã *“Quando vêm aqui eles vem com o pacote deles aqui pronto. Trazem e tentam implementar e pronto para dentro dos assentamentos”*.

Estes fatos demonstram a predileção e a disponibilização de financiamento e estímulo por parte do Estado ao modelo de produção agropecuária do agronegócio por meio das agências estatais neste governo, mesmo que em contradição com a realidade e o tamanho dos lotes. Em Tupanciretã, no Assentamento estudado, os órgãos estatais vinculados ao governo Federal mencionados são à agência do Banco do Brasil no município, a EMBRAPA e o INCRA.

Dessa forma, diante das relações de interdependência entre os assentados e técnicos no acesso as políticas públicas estatais de crédito e assistência técnica foi possível evidenciar que nos assentamentos de reforma agrária, a produção e a vivência podem estar entrelaçadas em diversas estratégias e condutas produtivas, como a expansão da monocultura da soja em conjunto com a produção agropecuária convencional de pequeno porte ou associada aos preceitos da Agroecologia. Diante dessa realidade, é possível encontrar, em uma mesma configuração social, distintas relações entre grupos e agentes, porque existem segundo Elias (1994), diferentes graus de coesão e dependência social entre esses agentes sociais em um espaço.

Em relação a possibilidade dos assentados realizarem outras formas de produção agropecuária no Assentamento Santa Rosa foram evidenciadas também a influência de aspectos de ordem socioambiental, que extrapolam a capacidade de escolha individual dos assentados. Além das dificuldades relativas ao acesso das políticas públicas, falta de mão-de-obra, dificuldade de escoamento e comercialização da produção, do mesmo modo foi também observada a dificuldade em iniciar práticas associadas à Agroecologia ou outra forma além da reprodução do agronegócio. Essa situação ocorria devido a situação dos vizinhos de lote dos assentados, dentro ou fora Assentamento, produzirem cultivares transgênicos com a utilização de agrotóxicos, pois conforme o técnico R. C.,

Dependendo aonde o cara for querer fazer Agroecologia não consegue devido à monocultura da soja, devido os venenos e a contaminação da transgenia nos lotes vizinhos. Não tem escolha aqui só tem que usar transgênico, aqui em Tupanciretã não se tem essa liberdade de trabalhar com soja não-transgênica.

Desse modo, por meio desse conjunto de aspectos sociais e ambientais contidos nesse espaço, evidenciou-se que a rede de interdependência que configura a constituição do Assentamento Santa Rosa é originária de um entrelaçamento de relações entre as instituições do Estado da esfera de governo federal e em maior grau da esfera estadual, presentes em Tupanciretã (Banco do Brasil, INCRA, EMBRAPA, EMATER e Gabinete de Apoio a Reforma Agrária e Cooperativismo no governo estadual entre os anos de 1999-2002), agentes dentro do próprio MST em âmbito nacional, regional e local (assentados, técnicos e dirigentes junto as suas cooperativas e a organização no assentamento), o contexto social e político de Tupanciretã, além das características socioambientais do Assentamento. Assim os agentes sociais que estão engajados em um campo têm um certo número de interesses em comum e a tudo aquilo que vincula-se a própria existência do campo, configurando relações de cumplicidade objetiva subjacente a todos os possíveis antagonismos (BOURDIEU, 1989).

Considerações Finais

Por meio desse trabalho, buscou-se ampliar a compreensão das ações políticas que influenciaram na constituição de um assentamento de reforma agrária, como no caso focado nesse estudo, possibilitando compreender como este processo seguiu uma determinada configuração e tendência histórica e política. Desse modo, pode-se considerar que os assentamentos seguem sua trajetória histórica marcada pelas constantes inovações e redirecionamentos nas estratégias de organização da produção, o que torna esses espaços permeados por sociabilidades dinâmicas. Assim, a relação entre o indivíduo e as estruturas sociais podem ser analisadas como um processo, cuja análise recai sobre as teias de interdependência que formam as configurações sociais em determinados contextos e as diferentes formações sociais nessa rede que ao longo do tempo tornam-se cada vez mais complexa.

Nesta direção argumenta-se que as ações são e estão interligadas com um modo de vida dentro de um Assentamento, junto ao contexto local e a ação das instituições e órgãos do Estado. Um dos desdobramentos, no caso aqui observado com o objetivo de problematizar as possíveis relações entre a ação do MST e a do Estado é a produção da soja que acontece no Assentamento Santa Rosa aliada e em concorrência com outras formas de produção agropecuária, como a produção associada aos preceitos da Agroecologia e o desenvolvimento da cadeia produtiva do leite, que em determinado grau também assumiram legitimidade social como fontes de renda e sobrevivência tanto no Assentamento, como no município.

Ao conceber uma conclusão, embora não se constituindo algo conclusivo (finalizado) a este respeito, pode-se perceber que a centralidade deste entendimento, está calcada em determinantes nas quais demonstram diversas formas de desenvolvimento social, pois segundo Elias (1994) as relações na formação da sociedade não são homogêneas, em razão da vinculação que estas mantêm de interdependência, no tocante as complexidades sociais instadas entre os agentes, que não se mantêm circunscritas a formulas ou "modelos" pré-determinados. Essas relações que determinam uma dinâmica configuracional na constituição desse Assentamento e opções de vida dos assentados ocorreram em um entrelaçamento social entre o MST por meio de suas cooperativas, assentados, técnicos, dirigentes e demais espaços e agentes; pelo Estado em suas esferas governamentais a partir de suas instituições (Banco do Brasil, INCRA, EMBRAPA e EMATER); e pelo conjunto de aspectos conjunturais locais como ação de empresas do agronegócio, granjas, grandes produtores e governo municipal que foram evidenciadas e discutidas nesse estudo.

Essa configuração que foi discutida nesse trabalho formou-se pela interdependência dos agentes em sociedade e podem ser marcadas por agentes que ora disputam, ora concorrem e ora estabelecem relações de cooperação, isto é, na capacidade de influenciar no tempo e espaço a partir de suas estratégias instauradoras e mantenedoras de relações de poder presentes no processo social de constituição de um assentamento de reforma

agrária. Desse modo, buscou-se exercitar e discutir sobre o conjunto das situações e de agentes sociais que atuaram interligados ao longo do processo histórico e político na configuração do processo de constituição de um assentamento de reforma agrária.

Referências bibliográficas

BALEM, T. A; SILVEIRA, P. R. C. A Erosão Cultural Alimentar: Processo de Insegurança Alimentar na Agricultura Familiar. In: Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural, 2005, Porto Alegre. **Anais...** Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia Rural. Porto Alegre, 2005.

BARCELLOS, S. B. **A Formação do Discurso da Agroecologia no MST**. Rio de Janeiro-RJ. CPDA/UFRRJ. Dissertação de Mestrado. 2010.

BERGAMASCO, S. M. P. P. e NORDER, L. A. Assentamentos rurais e o MST em São Paulo: do conflito social à diversidade dos impactos locais. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil/** – São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BORGES, J. L. **A transição do MST para a Agroecologia**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2007. 183f.

BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Trad.: Tomas, Fernando. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRANFORD, S. Lidando com governos: o MST e as administrações de Cardoso e Lula. In Miguel Carter (org.); [tradução de Cristina Yamagami]. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil**, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COSTABEBER, J. A.; MOYANO, E. **Transição agroecológica e ação social coletiva**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, Porto Alegre, vol. 1, nº 4, p. 50-60, out/dez, 2000.

COSTA NETO, C. P. L.; CANAVESI, F. Sustentabilidade em assentamentos rurais. O MST rumo à "reforma agrária agroecológica" no Brasil? In: ALIMONDA, Héctor (Org.). **Ecologia Política: Naturaleza, Sociedad y Utopía**. México: Clacso, p. 203-215. 2002.

DA ROS, C. A. **As políticas agrárias durante o governo Olívio Dutra e os embates sociais em torno da questão agrária gaúcha (1999-2002)**. 2006. 475p. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. CPDA. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador**, 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

EMATER-RS. Escritório Municipal de Tupanciretã. **Relatório de Ações e Resultados 2001**. Tupanciretã, 2001.

FEE – **Banco de Dados Fundação de Economia e Estatística**. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/sel_modulo_pesquisa.asp, Acessado em 16 de Dezembro de 2009.

FERRANTE, V. L. S. B. **Caminhos e descompassos do Sindicalismo rural paulista**. Perspectivas, São Paulo, 12/13: 73-102, 1989/90.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA DO RIO GRANDE DO SUL. FEE-RS. **Agropecuária, estrutura do Valor Adicionado Bruto (VAB), Produto Interno Bruto (PIB) per capita e população dos 10 maiores municípios segundo o VAB da agropecuária do RS. 2006.**

GÖRGEN, S. **Os novos desafios da agricultura camponesa.** Porto Alegre, 2004.

IBARRA, P; PUIG, S. M; GOMÁ, R. (2002). **Creadores de Democracia Radical: Movimientos Sociales y Redes de Políticas Públicas.** Movimientos sociales, políticas públicas y democracia radical: algunas cuestiones introductorias. Espanha: Icaria, p. 9-22.

LEDESMA, M. P.(1994). Cuando lleguen los días de la cólera (Movimientos sociales, teoría e historia). **Revista Zona Abierta** 69.Nº. 34, pp. 53-117.

MARTINS, A. F. G. **Potencialidades transformadoras dos movimentos camponeses no Brasil contemporâneo:** as comunidades de resistência e superação no MST. São Paulo. PUC-SP, 2004. (Dissertação de Mestrado).

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Assentamentos no RS iniciam nova etapa de assistência técnica.** Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/134/codInterno/20057>. Matéria de: 16/01/2009. Extraído: 16 de Março de 2009.

MOREIRA, A.; MEDEIROS, V. A Reestruturação Territorial Através de Assentamentos Rurais: o caso do Município de Tupanciretã – RS. **Revista Geografia: Ensino & Pesquisa,** Santa Maria, v. 13 n. 2, p. 86 – 93, 2009.

MST. **Carta do 5º Congresso Nacional do MST.** Carta Maior, 2007. Disponível em: <www.cartamaior.com.br>. Acessado em: 18 de Junho de 2007.

MST. **Sobre o MST** in Quem somos; Nossa história; Últimas Notícias. Disponível em: <http://www.mst.org.br/taxonomy/term/324>. Acessado em: 14 de Dezembro de 2009.

PREZOTTO, L. L. **A agroindústria rural de pequeno porte e o seu ambiente institucional relativo à legislação sanitária.** Dissertação – Curso de Pós - Graduação (Mestrado) em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina. 1999.

ROSA, M. A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo/– São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SABOURIN, E. Que política pública para a agricultura familiar no segundo governo Lula?. **Soc. estado.** [online]. vol. 22, n. 3, pp. 715-751. 2007.

SCARIOT, A. **Identidade, Coesão e Desagregação Social na Trajetória da Cooperativa de Produção Agropecuária Cascata - COOPTAR.** 2003. 143f. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2003.

SIGAUD, L. A engrenagem das ocupações de terra. In: Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas:** condições, dilemas e conquistas, v.2: a diversidade das formas das lutas no campo/– São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SIGAUD, L. A forma de acampamento: notas a partir da versão pernambucana. **Novos Estudos Cebrap**. 2000.

SIGAUD, L. A luta de classes em dois atos: notas sobre um ciclo de greves. In Bernardo Mançano Fernandes, Leonilde Servolo de Medeiros, Maria Ignez Paulilo (orgs.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980 / – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

SIGAUD, L. Debaixo da lona preta: legitimidade e dinâmica das ocupações de terra na Mata Pernambucana. In: Miguel Carter (org.); [tradução de Cristina Yamagami]. **Combatendo a desigualdade social: o MST e a reforma agrária no Brasil** / = São Paulo: Editora UNESP, 2010.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria ou Planetário de Erros**: uma crítica ao pensamento de Althusser. Trad. Waltelsir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar. 1981.

VALADÃO, A. C.; BRANDENBURG, A. **A emergência da dimensão ecológica nos assentamentos rurais do MST no Estado do Paraná**. Artigo apresentado no GT18. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia, 2009. Disponível em: <http://www.sbs2009.sbsociologia.com.br/>. Acessado em: 10 de Agosto de 2009.

VENDRAMINI, C. R. **Pesquisa e movimentos sociais**. Educ. Soc., Campinas, vol. 28, n. 101, p. 1395-1409, set./dez. 2007.

VENDRAMINI, C. R. **Trabalho e cooperativas: os (des)caminhos no processo de formação humana**. In: Célia Regina Vendramini. (Org.). Educação em movimento na luta pela terra. 1 ed. Florianópolis: Núcleo de Publicações do CED/UFSC, p. 69-90, 2002.

ZIMMERMANN, N. C. Os Desafios da Organização interna de um Assentamento Rural. In: MEDEIROS, L. S. et al. (org.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1994.

A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico

Paulo Roberto Cunha

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental da Universidade de São Paulo (PROCAM/USP) e advogado especialista em direito ambiental.
e-mail: paulorobertopom@gmail.br

Neli Aparecida de Mello-Théry

Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo (USP) e pela Université de Paris Ouest-Nanterre-La Défense.

Professora associada da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH) e dos programas de pós-graduação em Geografia Humana e em Ciência Ambiental (PROCAM) da Universidade de São Paulo.
e-mail: namello@usp.br

Resumo

O descumprimento do Código Florestal, pela ausência das áreas de preservação permanente e de reserva legal, pode acarretar na desapropriação da propriedade rural por interesse público, para fins de reforma agrária, ainda que ela seja produtiva. O presente artigo tem dois objetivos. Primeiramente, compreender os aspectos legais que fundamentam esse mecanismo. Em segundo lugar, analisar a desapropriação da Fazenda Nova Alegria, situada em Felizburgo/MG, o primeiro caso motivado pelo descumprimento do Código Florestal, entendendo a importância da luta pela terra nesse contexto e identificando os motivos pelos quais esse procedimento se encontra emperrado num imbróglio jurídico que vem ameaçando o sonho da Terra Prometida.

Palavras-chave: desapropriação, reforma agrária, propriedade produtiva, Código Florestal, Fazenda Nova Alegria.

Resumen

La tierra prometida aun es una promesa... expropiación de la hacienda Nova Alegria por el no cumplimiento del Código Florestal: conflicto, impunidade y embrollo jurídico

El no cumplimiento del Código Florestal por la ausencia de áreas de preservación permanente y de reserva legal puede llevar a la expropiación de la propiedad rural por el interés público, aunque sea productiva. El presente artículo tiene dos objetivos. El primer es comprender los aspectos legales que sustentan dicho mecanismo. El segundo es analizar la expropiación de la hacienda Nova Alegria, ubicada en Felizburgo/MG, el primer caso motivado por el no cumplimiento del Código Florestal, con el fin de comprender la importancia de la lucha por la tierra en ese contexto, identificando los motivos por los cuales dicho procedimiento se encuentra detenido en un embrollo jurídico que amenaza el sueño de la Tierra Prometida.

Palabras-clave: expropiación, reforma agraria, propiedad productiva, Código Florestal, hacienda Nova Alegria.

Abstract

The promised land is still a promise... dispossession of Nova Alegria farm due to non compliance with the Brazilian Forest Act: conflict, impunity and law imbroglio

The non compliance with the Forest Act due to the absence of permanent preservation and legal forest reserve areas can cause the rural property dispossession for public interest, in order to carry out the agrarian reform project, even if such property is productive. This article has two purposes. Firstly, it intends to understand the legal aspects of this mechanism. Secondly, it analyzes the dispossession of Nova Alegria Farm, in Felizburgo/MG, the first farm which was dispossessed in virtue of the violation of the Forest Act, understanding the importance of fight for land in this context and identifying the reasons why this procedure has been jammed in a law imbroglio that has been threatening the Promised Land dream.

Keywords: dispossession, agrarian reform, productive rural property, Brazilian Forest Act, Nova Alegria Farm.

Introdução

As áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal (RL), previstas no revogado Código Florestal Brasileiro (CFB) (Lei Federal nº. 4.771/1965, alterada pela Medida Provisória nº. 2.166/2001), são essenciais para que um imóvel rural cumpra sua função social. A ausência desses espaços protegidos, ou sua existência em desacordo com a lei, pode acarretar na desapropriação da propriedade rural por interesse público, para fins de reforma agrária, ainda que ela seja produtiva. Trata-se do entrelaçamento das políticas públicas ambiental e de reforma agrária.

O presente trabalho tem como objetivo analisar esse instrumento jurídico, tomando como referência a desapropriação da Fazenda Nova Alegria, situada no município de Felizburgo/MG, local onde foi constituído o Acampamento Terra Prometida, a partir da ocupação de famílias vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Em muitas passagens, o texto debate os aspectos legais desse mecanismo e os processos judiciais relacionados à desapropriação da Fazenda Nova Alegria. Trata-se de uma opção metodológica, considerando que políticas públicas são constituídas de normas jurídicas e, muitas vezes, formatadas pelo Poder Judiciário. Nessa perspectiva, busca-se realizar um diálogo entre os mundos jurídico, agrário e ambiental.

O trabalho está dividido em duas partes, cada qual composta de tópicos próprios destinados a organizar o raciocínio.

A primeira consiste numa breve análise jurídica da possibilidade de desapropriação de um imóvel rural produtivo, para fins de reforma agrária, pela ausência de APP e ou RL. Discute-se também a ínfima utilização desse mecanismo no Brasil.

A segunda parte estuda os processos judiciais relacionados à desapropriação da Fazenda Nova Alegria, a primeira motivada pelo descumprimento do Código Florestal. Essa análise permitiu compreender que a ocupação de terra pelos trabalhadores ligados ao MST e o violento embate conhecido como a Chacina de Felizburgo foram decisivos para o início do processo de desapropriação, eis que a questão ambiental só foi aventada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) após e em consequência desses conflitos. Constatou-se ainda a existência de um imbróglio jurídico composto de ações, recursos e decisões judiciais que se arrastam pelos fóruns e tribunais do país, onde se discute não só a desapropriação em si, como também, o assassinato de acampados e a demarcação de terras devolutas.

O trabalho conclui que a política de reforma agrária instituída no Governo Fernando Henrique Cardoso (1995/2002), influenciada, segundo Fernandes (2008), pelo paradigma do

Capitalismo Agrário, tem sido aplicada pelo Poder Judiciário, prejudicando a desapropriação da Fazenda Nova Alegria e o assentamento definitivo dos acampados. Além disso, os magistrados têm valorizado excessivamente o aspecto produtivo do imóvel, deixando de lado a questão ambiental.

Na esfera criminal, verificou-se que a comoção social causada pela chacina influenciou somente os magistrados próximos ao local dos fatos, pois os acusados do crime respondem o processo em liberdade, favorecidos por decisões judiciais emanadas pelo Superior Tribunal de Justiça, em Brasília, o que aumenta o sentimento de impunidade.

A luta pela terra se estende às cortes de justiça. Se o enfrentamento é um momento do conflito, como apregoa Fernandes (2008, p. 174), o embate judicial é outro. E nesse contexto, depois de uma década, a Terra Prometida ainda é uma promessa.

Função social da propriedade rural e sua dimensão ambiental

A Constituição Federal do Brasil (CF), promulgada em 1988, garantiu ao proprietário rural a possibilidade de exploração econômica de suas terras (direito de propriedade, art. 5º, XXII, CF), mas introduziu uma restrição de igual grandeza, qual seja, o respeito à sua função social (art. 5º, XXIII, CF) (MORAES, 2002, p. 16).

A função social é “parte dos contornos internos da propriedade”, ou seja, condição essencial para “sua aquisição, gozo, utilização e manutenção” (RAMOS, 2009, p. 75-76). Ela estabelece uma relação da propriedade com a sociedade, inexistindo apoio jurídico “para a propriedade que agrida a sociedade” (MACHADO, 2002, p. 177).

O princípio constitucional da função social da propriedade rural está disciplinado no art. 186, da Carta Magna e possui quatro requisitos que, para fins didáticos, podem ser agrupados em três vertentes ou dimensões:

a) Econômica: a propriedade rural deve ser aproveitada de forma racional e adequada (art. 186, I, da CF); em outras palavras, ela deve ser produtiva;

b) Social: a propriedade rural deve ser explorada respeitando a legislação trabalhista (art. 186, III, da CF) e favorecendo o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores (art. 186, IV, da CF); ou seja, não causar conflitos sociais (BRASIL, 2011, p. 32);

c) Ambiental: a propriedade rural deve utilizar os recursos naturais disponíveis de forma adequada e preservar o meio ambiente (art. 186, II, da CF).

Somente quando todos os requisitos agrupados nestas três vertentes são atendidos de forma concomitante, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em leis, pode-se dizer que a propriedade cumpre sua função social e é “socialmente útil” (SILVA, 2007, p. 1).

A função social pode ser pensada como uma “hipoteca social” (BRASIL, 2011, p. 31) que grava perpetuamente a propriedade privada.

Mas de que forma essa hipoteca e seus requisitos saem da esfera principiológica e passam a atuar concretamente? Ora, a Constituição Federal fornece as linhas gerais para o uso social do imóvel rural, cabendo ao Estado desenhar, fomentar e gerir políticas públicas para sua efetivação.

Pensando na vertente ambiental, também chamada de “dimensão ambiental da função social da propriedade” (FIGUEIREDO, 2004, p. 20), as políticas públicas devem buscar a conciliação da proteção do meio ambiente com a realização de atividades econômicas, o que não é fácil, pois tais providências confrontam com a dinâmica expansiva do sistema capitalista.

É nesse diapasão que a Política Nacional do Meio Ambiente (Lei Federal nº. 6.938/1981) traz uma série de instrumentos visando assegurar o desenvolvimento sócio-econômico com qualidade ambiental, dentre os quais se destaca a criação de espaços especialmente protegidos em terras públicas ou privadas¹ (art. 9º, inciso VI).

¹ Espaço especialmente protegido é “qualquer espaço ambiental, instituído pelo Poder Público, sobre cujos atributos naturais incida proteção jurídica, integral ou parcial”. É gênero que inclui as unidades

O Código Florestal Brasileiro (Lei Federal nº. 4.771/1965, alterada pela Medida Provisória nº. 2.166/2001), enquanto esteve em vigor², estabelecia duas modalidades de espaços destinados a proteger os elementos naturais situados em terras particulares no meio rural: as áreas de preservação permanente (APP)³ e de reserva legal (RL)⁴.

Por intermédio desses espaços protegidos, que impõem restrições à plena exploração do imóvel campestre, o Código Florestal regulamentava o princípio constitucional da função social da propriedade rural, em sua dimensão ambiental.

Ausência de APP e RL e a desapropriação do imóvel rural produtivo

Dentro do sistema constitucional brasileiro, a função social da propriedade rural possui grande relevância, ao ponto de existir uma sanção ao proprietário de terra que não observa os critérios e exigências desse princípio: a desapropriação de seu imóvel.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

A Lei da Reforma Agrária (Lei nº 8.629/1993) regulamentou o preceito anterior:

Art. 2º A propriedade rural que não cumprir a função social prevista no art. 9º **é passível de desapropriação**, nos termos desta lei, respeitados os dispositivos constitucionais.

§ 1º Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social. (BRASIL, 1993a, grifos nossos).

Para não ser desapropriado à luz dos dispositivos acima transcritos, o imóvel rural deve atender, simultaneamente, os requisitos legais das vertentes econômica, social e ambiental do princípio da função social. Se um deles não for respeitado, a propriedade não cumpre sua função social e, portanto, está sujeita à desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, conforme dispõe a Lei nº 8.629/1993:

Art. 9º A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo graus e critérios estabelecidos nesta lei, os seguintes requisitos:

de conservação e os outros espaços de proteção específica, dentre os quais as APPs e RLs (CUREAU, 2010, p. 402).

² A Lei Federal nº 12.651/2012, revogou e substituiu o Código Florestal, mas manteve, com alterações, as APPs e RLs. A nova Lei Florestal, portanto, passou a regulamentar a dimensão ambiental do princípio constitucional da função social da propriedade rural. Apesar de revogado, o presente artigo foca no Código Florestal porque essa norma motivou a desapropriação da Fazenda Nova Alegria.

³ As APPs, em linhas gerais, são faixas de preservação de vegetação estabelecidas em razão da topografia ou do relevo, geralmente ao longo dos cursos d'água, nascentes, reservatórios e em topos e encostas de morros. Sua função ambiental é preservar os cursos hídricos, os solos, a paisagem, a estabilidade geológica, à biodiversidade e o fluxo gênico de fauna e flora. Pelo revogado CFB, o proprietário rural não podia, via de regra, suprimir as florestas e demais formas de vegetação em APPs, nem praticar atividades econômicas.

⁴ A RL compreende uma fração da área total de uma propriedade rural, não suscetível de exploração comercial que comprometa sua integridade, cuja existência é obrigatória. Sua finalidade primordial é garantir o uso sustentável dos recursos naturais dentro de um imóvel rural. A porcentagem de RL depende da localização do imóvel no território nacional, variando entre 80%, 35% e 20%.

- I - aproveitamento racional e adequado;
- II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;
- III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;
- IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores. (BRASIL, 1993a, grifo nosso).

Observa-se que advérbio "simultaneamente" atrela todos os requisitos da função social da propriedade rural (SILVA, 2007). Assim, o imóvel rural desprovido de APPs ou RL, nas condições exigidas pelo Código Florestal (e agora pela Lei 12.651/2012), não utiliza os recursos naturais de forma adequada e não preserva o meio ambiente. Com efeito, não atende uma das vertentes da função social da propriedade - a ambiental - preconizada na Lei de Reforma Agrária e na Constituição Federal. Nestas condições, tal imóvel não cumpre sua função social e é passível de desapropriação para fins de reforma agrária.

Esse mecanismo decorre de um entrelaçamento das políticas públicas ambiental e de reforma agrária. Todavia, parte da doutrina e jurisprudência argumenta que a propriedade rural desprovida de APPs e RL, portanto com maior área agricultável, não se sujeitaria a desapropriação citada na hipótese de ser produtiva. Ela desfrutaria de uma espécie de imunidade à sanção desapropriatória, com base no art. 185, II, da CF: "Art. 185. São insuscetíveis de desapropriação para fins de reforma agrária: (...) II - a propriedade produtiva. (BRASIL, 1988)".

Não compartilhamos deste posicionamento. O dispositivo anteriormente descrito não está isolado no mundo jurídico, mas devidamente inserido na Constituição Federal e no sistema legal nacional. Isso significa que a produtividade do inciso II, do art. 185, da CF, que também é mencionada na Lei de Reforma Agrária⁵, deve ser interpretada em consonância com todo o ordenamento jurídico pátrio. No mesmo sentido, esclarece D'ávila (2005, p. 13-14):

A redação do artigo 185, inc. II, ao estabelecer que a propriedade produtiva é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária, aparentemente teria esvaziado o conteúdo do princípio da função social, uma vez que, nestes termos, a propriedade produtiva (que atendesse, portanto, somente ao inc. I do art. 186) estaria imune à desapropriação-sanção, ainda que não cumprisse as demais especificações elencadas no artigo 186. (...) as normas constitucionais devem ser interpretadas de forma a coexistirem no ordenamento jurídico, mantendo-se a aplicabilidade de ambos os artigos, o que resultaria numa antinomia apenas aparente. Desta feita, para ser considerada produtiva (na forma do art. 185, inc. II), a propriedade deve, além de ser produtiva (no sentido puramente economicista – inc. I, do art. 186), observar os outros três critérios impostos para o cumprimento da função social da propriedade, atendendo ao meio ambiente, possuindo boas relações de trabalho e promovendo o bem-estar social.

Assim, uma propriedade produtiva que possui trabalho escravo - temática abordada por Rocha (2005) e Théry *et al.* (2010) - está sujeita a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária⁶. Uma fazenda integralmente produtiva, mas com pastagens e gado ocupando as áreas destinadas às matas ciliares dos rios, também se sujeita a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária⁷.

⁵ Propriedade produtiva é "aquela que, explorada econômica e racionalmente, atinge, simultaneamente, graus de utilização da terra e de eficiência na exploração", segundo índices fixados pelo órgão federal (BRASIL, 1993a).

⁶ Fundamento jurídico: CF, arts. 186, III e 184 e Lei Federal n.º 8.629/93, arts. 2º, § 1º e 9º, III.

⁷ Fundamento jurídico: CF, arts. 186, II e 184 e Lei Federal n.º 8.629/93, arts. 2º, § 1º e 9º, II, §§ 2º e 3º.

Aliás, no mesmo sentido, a Procuradoria Federal Especializada do INCRA entende que, ainda que produtivo sob o aspecto economicista, a propriedade rural pode sofrer a desapropriação-sanção se violar qualquer outro critério da função social da propriedade, afinal “a Constituição não se interpreta em tiras, aos pedaços” (BRASIL, 2011, p. 32).

De fato, o direito de explorar economicamente a propriedade privada e o cumprimento de sua função social são dois dos princípios gerais da atividade econômica (art. 170, II e III, da CF), colocados em mesmo nível de igualdade na Constituição Federal.

Desapropriação para fins de reforma agrária pela ausência de APP e RL: a pífia utilização de um instrumento jurídico

A Constituição Federal possui um capítulo que trata da “Política Agrícola e Fundiária e de Reforma Agrária”, onde está inserida a desapropriação-sanção da propriedade rural produtiva, pelo não cumprimento de sua função social. A despeito disso, cabe indagar: o Brasil realmente possui uma política de reforma agrária?

Segundo Oliveira (2006, p. 5), reforma agrária é:

O conjunto de ações governamentais realizadas pelos países capitalistas visando modificar a estrutura fundiária de uma região ou de um país todo. Ela é feita através de mudanças na distribuição da propriedade e ou posse da terra e da renda com vista a assegurar melhorias nos ganhos sociais, políticos, culturais, técnicos, econômicos (crescimento da produção agrícola) e de reordenação do território.

O Estatuto da Terra (Lei Federal nº 4.504/1964) entende por reforma agrária: “O conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. (BRASIL, 1964).

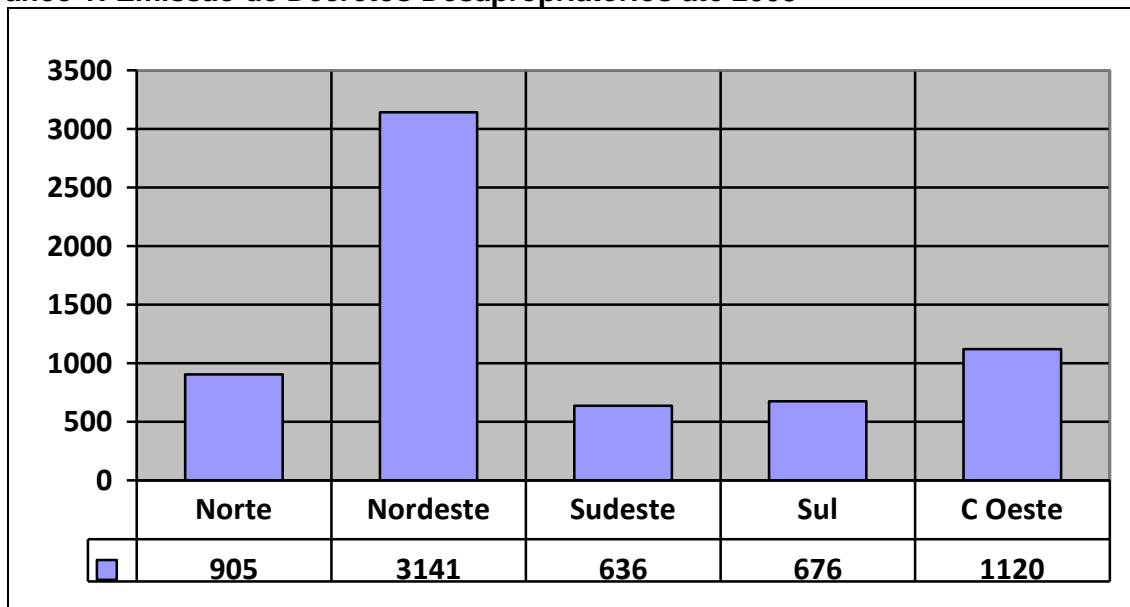
Olhando para a realidade do campo no Brasil, percebe-se que não há planos, programas e projetos que, efetivamente, busquem uma “melhor distribuição da terra”, como apregoado pelo Estatuto da Terra e, muito menos, uma modificação da estrutura fundiária ou uma “reordenação do território”, como salientado por Oliveira (2006, p. 5).

Corrobora esse quadro, a posição ocupada pelo Brasil no índice de Gíni (que calcula a desigualdade de distribuição de renda): o segundo maior do mundo (DATALUTA/NERA, 2010, p. 5). E ainda, a manipulação de dados oficiais que inflam os números da alegada reforma agrária do país, como explicam os estudos de Santos (2010) e Oliveira (2006), este último qualificando o cadastro do INCRA como uma “caixa preta”.

Em verdade, o Brasil possui apenas políticas de obtenção e distribuição de terras que não são capazes de desconcentrar a estrutura fundiária do país (SANTOS, 2010, p. 11)⁸, dentre as quais se destaca a desapropriação.

Segundo o INCRA, até o ano de 2008 foram expedidos 6.478 Decretos Federais de desapropriação de imóveis rurais para fins de reforma agrária, como ilustra o gráfico 1:

⁸ Segundo Santos (2010, p. 11), são doze as políticas de obtenção e incorporação de terras que o Brasil possui: adjudicação, arrecadação, cessão, compra, confisco, desapropriação, discriminação, doação, incorporação, reconhecimento, transferência e reversão de domínio.

Gráfico 1: Emissão de Decretos Desapropriatórios até 2008

Fonte: INCRA, S/D. Org.: CUNHA, P. R.

Nenhum dos decretos representados no quadro anterior teve como fundamento o descumprimento da dimensão ambiental da função social da propriedade rural pela ausência dos espaços protegidos do Código Florestal (APP e RL).

Decretos dessa natureza começaram a surgir apenas a partir de agosto de 2009, sendo que este estudo detectou apenas três casos: o Decreto de 19/08/2009 (Fazenda Nova Alegria/MG), o Decreto de 07/12/2009 (Fazenda Escalada do Norte/PA) e o Decreto de 15/04/2010 (Fazenda Santa Elina/RO).

Por que esse instrumento jurídico vem sendo utilizado de forma tão pífia, considerando que a lei que o regulamenta existe desde 1993?

A falta de fiscalização quanto ao cumprimento do Código Florestal seria uma hipótese plausível. O desinteresse político seria outra possibilidade, afinal, diante do elevado número de imóveis rurais que não demarcaram suas APPs e RLs⁹, uma maior efetividade desse mecanismo desapropriatório provocaria uma pressão brutal para os proprietários rurais regularizarem seu passivo ambiental, além de uma avalanche de desapropriações de terras. Por isso ninguém se atreve a abrir essa caixa de pandora.

Também seria interessante entender por que esta modalidade de decreto desapropriatório começou a ser editada somente no final do Governo Lula? É um aspecto a ser investigado em outra oportunidade.

Por ora, ressalta-se que os decretos desapropriatórios pela ausência de APP e RL estão, em sua maioria, relacionados com a luta pela terra e violência no campo. Dos três casos mencionados anteriormente, em dois (Fazendas Nova Alegria/MG e Santa Elina/RO) esses fatores foram decisivos para o INCRA dar início aos processos administrativos que culminaram na expedição dos respectivos decretos, como resume a tabela 1 a seguir:

⁹ Para exemplificar o quadro de descumprimento do Código Florestal antes de sua revogação, menciona-se o seguinte: 96% das propriedades rurais no bioma cerrado não têm RL (FELTRAN-BARBIERI; KASSAI, 2008, p. 6); no país, 83 milhões de hectares (ha.) de áreas protegidas pela referida lei florestal estão irregularmente ocupadas (SILVA *et al.*, 2011, p. 10); no território brasileiro, 43 milhões de ha. de APPs tem déficit de vegetação natural e existe uma carência de 42 milhões de ha de vegetação para compor as áreas de RL (SPAROVECK *et al.*, 2011, p. 120).

Tabela 1: Decretos Desapropriatórios pela ausência APP/RL e conflito no campo

Imóvel Rural	Conflito Agrário			Decreto Desapropriatório
	Ocupação	Confronto	Mortes	
Fazenda Nova Alegria/MG	mai/2002	Chacina de Felizburgo (nov/2004)	5	19/08/2009
Fazenda Escalada do Norte/PA	-	-	-	07/12/2009
Fazenda Santa Elina/RO	jul/1995	Massacre de Corumbiara (ago/1995) ¹⁰	12	15/04/2010

Org.: CUNHA, P. R.

A ocupação da terra e a conquista de latifúndios é o meio pela qual o campesinato tem enfrentado as contradições do capitalismo e, via de conseqüência, tem gerado a maior parte das possibilidades de criação ou recriação de sua relação (FERNANDES, 2008, p. 179-182). E essa assertiva se confirma mesmo quando a motivação para a desapropriação do imóvel rural é pelo descumprimento do critério ambiental de sua função social.

A ocupação de terra na política de reforma agrária do Governo Cardoso

A ocupação de uma parte diminuta da Fazenda Nova Alegria/MG e a constituição do Acampamento Terra Prometida, por famílias de trabalhadores rurais ligadas ao MST, ocorreu em maio de 2002. O país vivia o segundo mandato do governo Fernando Henrique Cardoso, período em que, segundo Fernandes (2008, p. 193), as políticas públicas eram influenciadas pelo paradigma do Capitalismo Agrário¹¹ que, dentre algumas características, considera o ato de ocupação de terras como “aberração”, afronta e “violência”.

Esse modelo de análise da agricultura e da questão agrária, em suma, se preocupa com o desenvolvimento do capitalismo, tendo como “espaço de análise” “a sociedade capitalista”. O campesinato, para o paradigma do Capitalismo Agrário, possui um modo de vida cada vez mais incompatível com a consolidação das relações mercantis e, para sobreviver, é obrigado a aderir ao capitalismo, transformando aquilo que era um “modo de vida” numa profissão, qual seja, a de agricultor familiar (FERNANDES, 2008). O mesmo autor confronta esse modelo com o paradigma da Questão Agrária, que admite o camponês enfrentando o capital, principalmente por intermédio das ocupações de terra¹².

Dentro da lógica do Capitalismo Agrário, o segundo mandato do Governo Cardoso promoveu algumas ações com o intuito de coibir as ocupações de terra que vinham numa constante crescente desde 1995, valendo citar:

¹⁰ A ocupação da Fazenda Santa Elina foi um dos 440 conflitos de terra que aconteceram em 1995 no Brasil e um dos 15 que ocorreram naquele ano só no Estado de Rondônia (MESQUITA, 2001).

¹¹ Fernandes (2008, p. 193) cita o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), o Programa Novo Mundo Rural e o Banco da Terra como políticas instituídas sob a lógica do Capitalismo Agrário, pois tinham como principal ação a “compra e venda da terra como forma de inibir as ocupações”, sendo que outras políticas que não se enquadravam nessa perspectiva foram extintas ou congeladas, como o Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA).

¹² O paradigma da Questão Agrária foi predominante até o final da década de 1980, sendo que na década de 1990 surgiu o modelo do Capitalismo Agrário. O paradigma da Questão Agrária tem como principais elementos de análise “a renda da terra, a diferenciação econômica do campesinato e a desigualdade social gerada pelo desenvolvimento do capitalismo”. Ao contrário do paradigma do Capitalismo Agrário, o modelo da Questão Agrária entende que o capitalismo expropria e exclui o camponês, mas este resiste àquele e, mediante de processos de enfrentamento (luta pela terra), o campesinato se recria, se reinventa; o capital, portanto, ao mesmo tempo em que destrói o campesinato, é obrigado a enfrentar as “estratégias de resistências” do camponês (FERNANDES, 2008).

a) Medida Provisória nº. 2.027-38, de 04/mai./2000: introduziu algumas inovações na política pública de reforma agrária (Lei 8.629/1993), dentre as quais, a proibição de vistorias de propriedades rurais ocupadas para fins de desapropriação para reforma agrária, por um lapso de dois anos seguintes à desocupação. A Exposição de Motivos Interministerial¹³ desta norma mostra claramente a influência dos princípios do Capitalismo Agrário:

No sentido de coibir os excessos praticados pelos movimentos de trabalhadores rurais sem terra seja com relação à invasão de imóveis rurais como a de bens públicos acrescentou-se ao art. 2º da referida Lei nº 8.629, de 1993, os §§ 6º a 9º e o art. 2º-A, que, ao mesmo tempo, proíbe a realização de vistoria de imóveis rurais que venham ser invadidos, veda a transferência de recursos para entidade, organização social ou movimento e sociedade de fato que direta ou indiretamente concorram para a prática dos referidos atos delituosos. (BRASIL, 2000a, grifo nosso).

b) Medida Provisória nº 2.109-52, de 24/mai./2001: apesar de ser um instrumento legislativo de exceção, essa norma é uma das inúmeras reedições daquela anteriormente citada; ela passou a impedir não só a vistoria, como também a avaliação e desapropriação de propriedades ocupadas, pelo período de dois anos seguintes a desocupação. Além disso, essa medida provisória impôs que todos os participantes diretos ou indiretos de ocupações em imóveis rurais em fase de vistoria, avaliação ou em processo judicial para fins de desapropriação, seriam excluídos do programa de reforma agrária. A respectiva Exposição de Motivos¹⁴ reforça os argumentos sobre o matiz do Capitalismo Agrário no Governo Cardoso:

(...) a vedação legal incide sobre as atividades estatais de vistoria, avaliação ou mesmo desapropriação de imóveis objeto de esbulho ou invasão, de maneira a salientar que **não se haverá de tolerar invasões nem sequer após a publicação do decreto presidencial**, que embora em regra torne praticamente certa a desapropriação, submete-se a um evento futuro – o ajuizamento da ação – (...).

Pautando-se pelo primado democrático de garantir a ordem pública, a proposta visa em essência **estabelecer mecanismos contenedores dos excessos** que, não obstante o democrático e constitucional direito de associação para a consecução de fins lícitos, **em muitos dos episódios de mobilização de massas pela e para a reforma agrária, têm fugido ao controle das próprias lideranças dos mobilizados, expondo a risco de danos outros tantos interesses e direito igualmente secundados pela Constituição**. (BRASIL, 2001a, grifos nosso)¹⁵.

Estas medidas não deixam dúvida quanto à postura do Governo Cardoso em considerar as ocupações como uma forma ilegítima de pressão para a realização da reforma agrária. Tanto é que, em setembro de 2001, imaginando que havia afugentado de vez este instrumento de luta pela terra, o então Ministro do Desenvolvimento Agrário, Raul Belens Jungmann Pinto declarou: “invasões de terra no Brasil são páginas viradas”. Naquela oportunidade, Jungmann divulgou que, no ano de 1999, haviam ocorrido 445 invasões,

¹³ Exposição de motivos assinada em 04/mai./2000 pelos seguintes Ministros de Estados: Raul Belens Jungmann Pinto (Desenvolvimento Agrário), Pedro Sampaio Malan (Fazenda), José Gregori (Justiça) e Martus Antonio Rodrigues Tavares (Planejamento, Orçamento e Gestão) (BRASIL, 2000a).

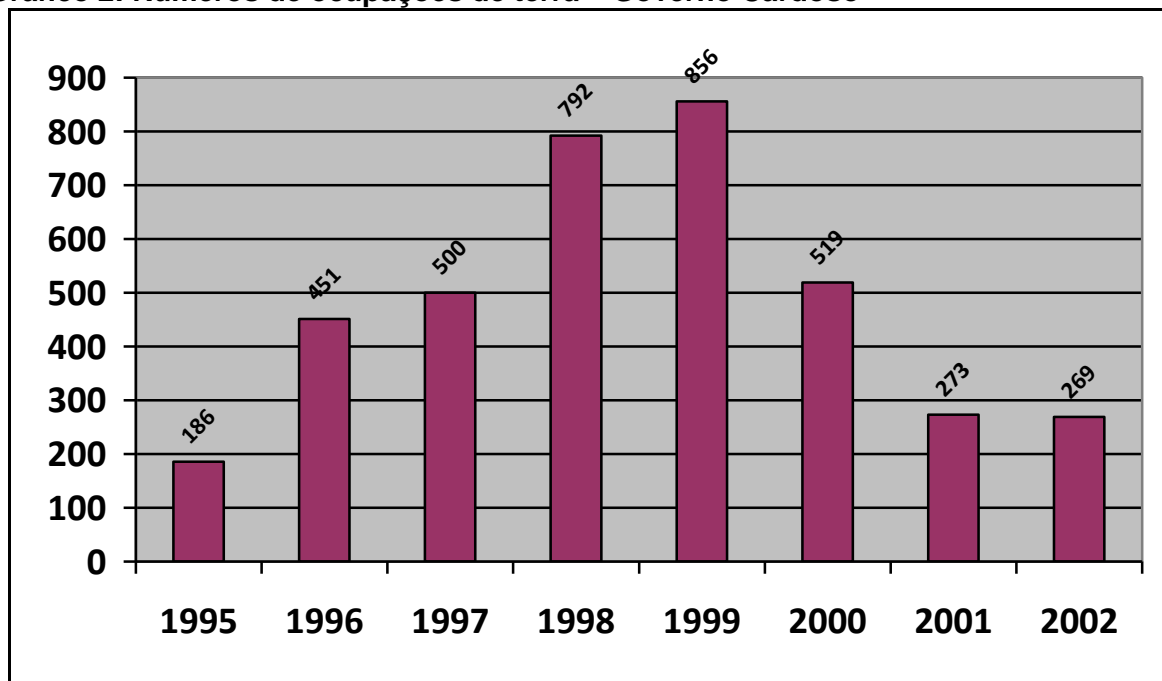
¹⁴ Exposição de motivos assinada em 24/mai./2001, dessa vez apenas pelo Ministro do Desenvolvimento Agrário Raul Belens Jungmann Pinto (BRASIL, 2001a).

¹⁵ A utilização do termo “invasão” nas referidas normas legais, ao invés de “ocupação”, já mostra a influência do Capitalismo Agrário. A Procuradoria Federal do Incra entende por ocupação o movimento de “reivindicação pela implantação da reforma agrária”, enquanto que o termo invasão se refere aos atos onde se pretende apenas subtrair “algo de alguém, sem a devida compensação” (BRASIL, 2011, p. 45).

caindo para 226 em 2000 e com a expectativa de 130 ou 140 para aquele ano de 2001 (O ESTADO DE SÃO PAULO, 2001, p. A 16).

Os dados do DATALUTA confirmam a queda no número de ocupações de terra a partir de 2000, todavia os números são bem diferentes daqueles divulgados pelo então Ministro Jungmann, como mostra o gráfico 2:

Gráfico 2: Números de ocupações de terra – Governo Cardoso



Fonte: DATALUTA (2009, p. 12).

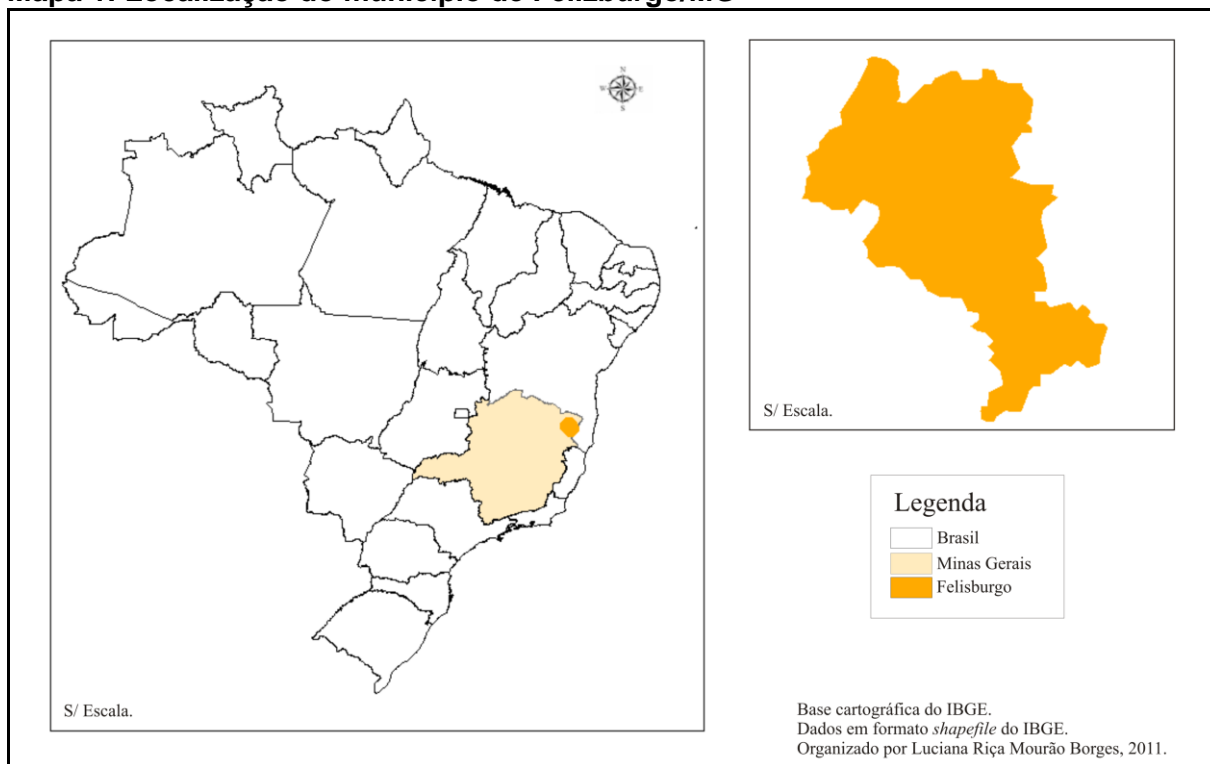
As ações proporcionadas pela política agrária do Governo Cardoso, incluindo as referidas medidas provisórias, explicam as quedas nas ocupações de terra nos anos 2000 e 2001, segundo Fernandes (2008, p. 208).

Nesse contexto histórico, a ocupação de uma parcela da Fazenda Nova Alegria/MG e a constituição do Acampamento Terra Prometida, naquele maio de 2002, representam enfrentamentos às políticas do Governo Cardoso que se alinhavam com a lógica do paradigma do Capitalismo Agrário. Este conflito se prorrogou durante os dois mandatos do Governo Luis Inácio Lula da Silva e, mesmo com o decreto desapropriatório em 2009, ainda não houve o assentamento definitivo dos acampados, como se verá nos tópicos seguintes.

Fazenda Nova Alegria: características gerais

O primeiro caso¹⁶ de desapropriação pelo descumprimento da dimensão ambiental da função social da propriedade rural ocorreu por intermédio do Decreto de 19 de agosto de 2009 (BRASIL, 2009), assinado pelo então Presidente Lula, declarando a Fazenda Nova Alegria, em Felizburgo/MG, como de interesse social para fins de reforma agrária. O mapa 1 a seguir mostra a localização do município onde se situa o imóvel:

¹⁶ Segundo o Incra: <http://www.incra.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=12799:mg-desapropriada-primeira-fazenda-por-promover-destruicao-do-meio-ambiente&catid=1:ultimas&Itemid=278>. Acesso em 25 out. 2010.

Mapa 1: Localização do município de Felizburgo/MG

A fazenda possui 1.857,6723 ha, incluindo 569,5153 ha de terras devolutas, segundo vistoria feita pelo INCRA (INCRA/MG, 2006, p. 7), mas esses números diferem daqueles constantes nos registros imobiliários¹⁷.

Em maio 2002, cerca de 250 famílias lideradas pelo MST ocuparam pacificamente uma área diminuta de 2 ha. da fazenda (PFE/INCRA/MG, 2009, p. 18), situada na parte considerada como devoluta, local que posteriormente ficou conhecido como Acampamento Terra Prometida.

Em 20/nov./2004, ocorreu um enfrentamento que culminou com o assassinado de cinco acampados e ferimentos em outros doze, tudo executado por pistoleiros que teriam sido contratados por um dos proprietários do imóvel, Sr. Adriano Chafick Luedy (INCRA/MG, 2006, p. 54). Esse episódio ficou conhecido como a Chacina de Felizburgo.

O conflito se prorrogou pelo tempo e, nos dias atuais, o embate se realiza nos tribunais, sendo que, neste aspecto, constatou-se um verdadeiro imbróglio composto por inúmeras ações e recursos judiciais, a saber: (i) ação de desapropriação ajuizada pelo Incra em cumprimento ao respectivo Decreto Presidencial; (ii) ação ingressada pelos proprietários objetivando a nulidade do procedimento administrativo de desapropriação que antecedeu ao decreto desapropriatório em questão; (iii) ação de reintegração de posse proposta pelos proprietários contra o MST, a fim de retomar a área ocupada; (iv) ação discriminatória ajuizada pelo Estado de Minas Gerais visando apurar e retomar a gleba devoluta da fazenda; e (v) ações judiciais de natureza criminal.

Decreto Presidencial desapropriatório em risco?

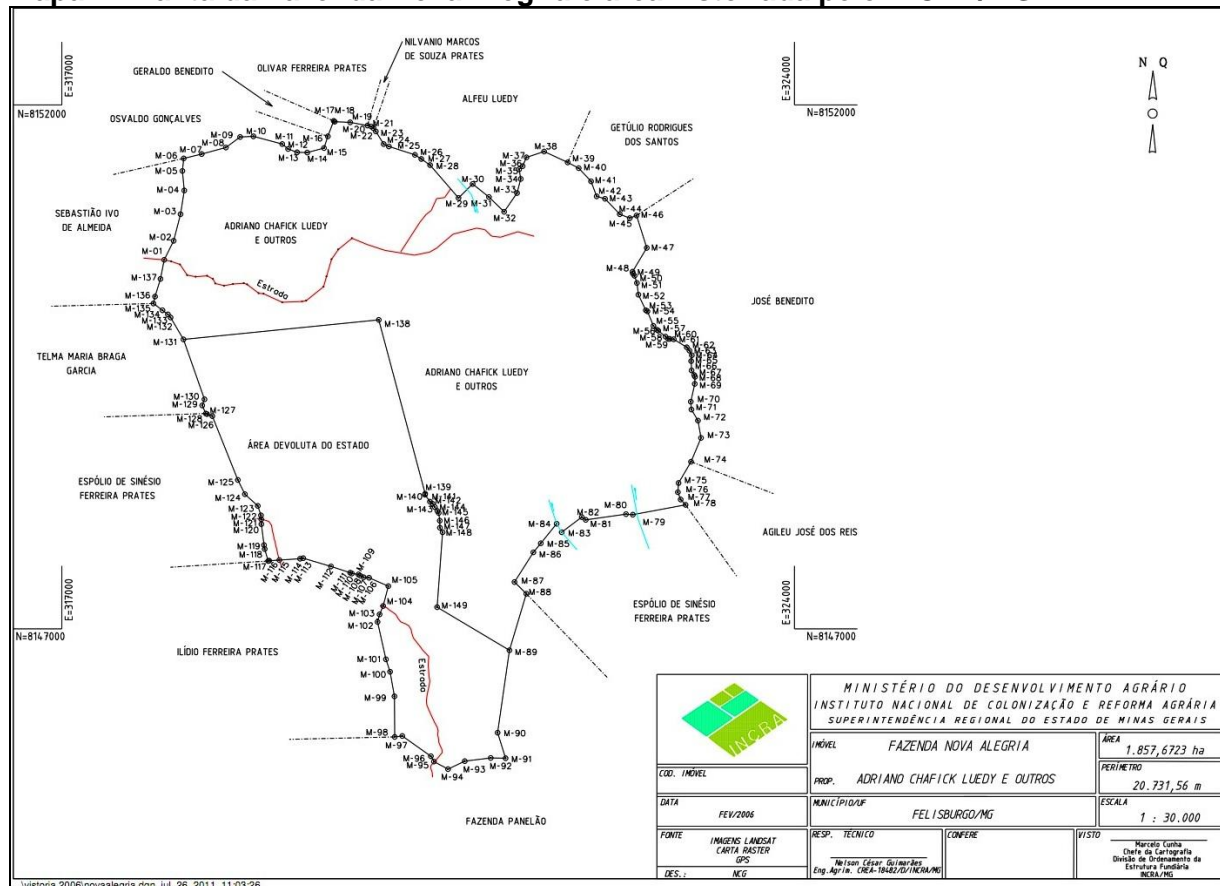
Devido a Chacina de Felizburgo (nov./2004), o Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou uma ação penal contra o proprietário da fazenda, Sr. Adriano Chafick, e alguns capangas (13/dez./2004). Além disso, oficiou a Superintendência Regional do

¹⁷ Os registros imobiliários descrevem que a fazenda possui uma área total de 1.182,1570 ha, que é o número que constou no Decreto Presidencial.

INCRA/MG (mar./2005), remetendo-lhe cópias do processo criminal e de outros documentos.

A partir desse ofício, o INCRA/MG deflagrou um processo administrativo para conferir o cumprimento da função social da Fazenda Nova Alegria (PFE/INCRA/MG, 2009, p. 4). O imóvel foi vistoriado pela autarquia em fev./2006, excluindo-se da aferição a gleba considerada como devoluta, cuja posse já se encontrava provisoriamente com o Estado de Minas Gerais (INCRA/MG, 2006b, p. 7). O mapa 2 mostra a área vistoriada (1.288,1570 ha.), destacada dos 569,5153 ha. de terras devolutas:

Mapa 2: Planta da Fazenda Nova Alegria e área vistoriada pelo INCRA/MG



Fonte: INCRA/MG (2006).

O imóvel atingia os índices suficientes de produtividade (GUT e GEE igual a 100%¹⁸), sendo o seu uso predominantemente para apascentamento de animais, possuindo uma média de 2.762,33 bovinos no período apurado (fev./2005 a jun./2006), além de equinos e muaras (INCRA/MG, 2006b, p. 36). Portanto, a fazenda foi classificada como grande¹⁹ propriedade produtiva (INCRA/MG, 2006b; PFE/INCRA/MG, 2009).

Por outro lado, a vistoria apurou inexistência de área de RL na fazenda pela simples ausência de averbação desse espaço à margem da matrícula imobiliária competente (INCRA/MG, 2006b). Constatou-se ainda a ausência de vegetação ciliar em quase toda extensão das margens do Córrego Aliança²⁰, bem como ao redor de nascentes e lagos, sendo as áreas consideradas de preservação permanente (APPs) estavam sendo utilizadas como pasto (INCRA/MG, 2006b). As fotos 1 e 2 mostram essa situação:

¹⁸ GUT (Grau de Utilização da Terra) e GEE (Grau de Eficiência na Exploração) estão preconizadas na Lei 8.629/93 (BRASIL, 1993a).

¹⁹ A fazenda possui 21,47 módulos fiscais (PFE/INCRA/MG, 2009, p. 2).

²⁰ Segundo o Incra/MG (2006b, p. 27), o Córrego Aliança corta o interior da fazenda e é alimentado por algumas nascentes e represas. É um curso d'água perene e de pequeno volume.

Foto 1: Vale do Córrego Aliança desprovido de mata ciliar



Fonte: INCRA/MG (2006b).

Foto 2: Efetivo pecuário em APP



Fonte: INCRA/MG (2006b)

Constatou-se ainda que Fazenda Nova Alegria possuía o seguinte uso da terra:

Tabela 2: Uso da terra na Fazenda Nova Alegria

Distribuição das Áreas	Área (ha.)
Pastagem plantada	29,4109
Pastagem natural	994,6267
Preservação Permanente (APP)	113,1856
Benfeitorias (sede, edificações, currais, represas artificiais e estradas internas)	6,8694
Espelho d'água de lagoas naturais e afloramento de rochas (inaproveitáveis)	7,1807
Reserva Legal	-----
Mata Atlântica	136,8837
Total	1.288,1570

Fonte: Incra/MG, 2006b, p. 36-37. **Org.:** CUNHA, P. R.

Além da questão ambiental, o estudo destacou o “quadro de instabilidade social” provocado pela Chacina de Felizburgo e o “clima de revolta e medo entre os acampados”, mesmo depois de dezessete meses do confronto (INCRA/MG, 2006b, p. 57)²¹.

Assim, no tocante as três dimensões da função social da propriedade rural, a vistoria da referida autarquia (INCRA/MG, 2006, pp. 56-58) concluiu o seguinte:

a) Dimensão econômica: a Fazenda Nova Alegria atendia essa vertente, pois aproveitava racionalmente as terras, observando os critérios de produtividade;

b) Dimensão social: a fazenda respeitava a legislação trabalhista, todavia, em razão do conflito ocorrido em nov./2004, descumpria o critério do bem-estar social e, portanto, não atendia à vertente social.

c) Dimensão ambiental: descumprimento total pela ausência de APP e RL.

O INCRA/MG observou o direito de defesa dos proprietários do imóvel na esfera administrativa, mas os mesmos preferiram levar a questão para o Judiciário, ingressando, em 04/dez./2007, com uma ação visando a nulidade do procedimento administrativo de desapropriação²². Em suma, as alegações dos advogados dos fazendeiros (SANTIAGO; DESOTTI, 2007) se concentram no seguinte:

a) Falhas no laudo e no processo administrativo;

b) A produtividade da fazenda justificaria a ausência de APP e RL e, por ser produtivo, o imóvel não poderia ser desapropriado.

Na petição, o corpo jurídico dos fazendeiros qualificou os acampados como “baderneiros” e “esbulhadores”, fez duras críticas à atuação do Incra/MG e sugeriu repressão policial para resolver a conflitualidade da questão agrária no país:

(...) o Brasil é um país capitalista por opção e não tem na política marxista o cânone de seu texto constitucional. (...)

Quanto ao problema social que vivencia a sociedade brasileira como um todo, sedenta de reforma agrária e a violência que aterroriza o homem do campo, o texto constitucional federal estabelece que incumbe à União, por meio da organização de aparato policial, zelar pela ordem e segurança (...). Não é tomando à força a propriedade alheia (...) que o INCRA resolverá o clima de instabilidade social lá existente. Pelo contrário, ao incentivar o esbulho possessório, ao invés de zelar pelo exercício regular de um direito de propriedade, o INCRA apenas contribui para aumento da criminalidade neste país...!!! (SANTIAGO; DESOTTI, 2007, p. 11-12).

²¹ Das 250 famílias que ocuparam o imóvel em 2002, somente 86 ainda estavam acampadas por ocasião da vistoria do Incra. Em fev./2006, o acampamento recebeu mais 53 famílias que haviam sido despejadas, por ordem judicial, de outra fazenda situada no município de Felizburgo/MG (INCRA/MG, 2006b, p. 53).

²² Processo nº. 2007.38.00.037767-3, 12ª Vara da Justiça Federal de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

Não obstante os subterfúgios legais e a pobreza de certos argumentos apresentados pelos patronos dos proprietários, o juiz federal de primeira instância concedeu medida liminar suspendendo o andamento do procedimento administrativo de desapropriação conduzido pelo Incra/MG (06/dez./2007). Para o magistrado, uma propriedade rural não precisa necessariamente respeitar o Código Florestal para cumprir sua função social:

(...) a infração às normas ambientais não sujeita a propriedade à ação de desapropriação para fins de reforma agrária, pois a produtividade do imóvel, atestada pelo próprio INCRA, por si só, o imuniza da desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, mesmo que não sejam atendidos todos os requisitos relativos à sua função social. (BRASIL/JFMG, 2007, p. 5).

A decisão do juiz ainda considera que o conflito social ocorrido na fazenda poderia servir como desculpa para o não atendimento aos índices de produtividade do imóvel:

Quanto à situação de tensão social por acaso existente no imóvel rural, inclusive com sua invasão por integrantes de movimentos sociais (...), ao contrário de ensejar a desapropriação do mesmo, serve, inclusive, como justificativa plausível ao descumprimento por seu proprietário do dever de ser produtivo, como já decidiu o Plenário do STF. (BRASIL/JFMG, 2007, p. 7).

A decisão judicial em análise, proferida em pleno Governo Lula, aplicou a política agrária do seu antecessor, inspirada no paradigma do Capitalismo Agrário, na visão Fernandes (2008), pois se reportou a uma das medidas provisórias de 2001, que proíbe a desapropriação de propriedades rurais objeto de ocupações:

A conclusão do INCRA chega a ser um frontal descumprimento ao que prevê o art. 2º, §6º, da Lei 8.629/93, na redação dada pela MP nº 2.183-56/01²³, que proíbe a desapropriação de imóvel rural objeto de esbulho possessório ou invasão motivada por conflito agrário ou fundiário, nos dois anos seguintes à sua desocupação, ou no dobro de tempo, em caso de reincidência. (BRASIL/JFMG, 2007, p. 8).

Em 24/mar./2008, a segunda instância (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), ao apreciar recurso do INCRA/MG que visava a desobstrução do procedimento administrativo de desapropriação, manteve a decisão de primeira instância²⁴, entendendo que uma propriedade produtiva não pode ser desapropriada para reforma agrária (BRASIL/STJ, 2009).

Logo em seguida, a autarquia recorreu à terceira instância, ou seja, ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Supremo Tribunal Federal (STF). Em razão da costumeira lentidão do Judiciário, tais cortes proferiram suas decisões finais somente em 2011 e 2012, sendo que ambas mantiveram a suspensão do processo administrativo de desapropriação da fazenda (BRASIL/STJ, 2009; BRASIL/STJ, 2011b; BRASIL/STF, 2012a).

Mas enquanto o STJ e o STF não decidiam a questão, o INCRA/MG ingressou, em nov./2008, com uma nova ação judicial, dessa vez de natureza cautelar²⁵, direcionada ao desembargador presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF)²⁶.

²³ A Medida Provisória nº. 2.183-56/01 é uma das inúmeras reedições da Medida Provisória nº 2.109-52/01.

²⁴ Acórdão proferido no recurso nº. 2008.01.00.001571-0/MG, 4ª Turma do TRF 1ª Região. Fonte: <<http://www.trf1.jus.br/Processos/ProcessosTRF/ctrf1proc/ctrf1proc.php>>. Acesso em 25 jul. 2011.

²⁵ Processo nº. 2008.01.00.065297-0/MG.

²⁶ Por uma questão de regimento interno e organização do Judiciário, este tipo de ação é ajuizado diretamente ao desembargador presidente do Tribunal Regional competente.

Ao apreciar esta ação cautelar, o referido desembargador concedeu uma medida liminar, portanto provisória, que permitiu ao INCRA/MG prosseguir com o processo administrativo de desapropriação da Fazenda Nova Alegria²⁷ (BRASIL/TRF, 2009).

Com isso, as demais etapas administrativas foram cumpridas e, no dia 19/ago./2009, o Presidente Lula assinou um decreto²⁸ declarando a Fazenda Nova Alegria de interesse social para fins de reforma agrária (BRASIL, 2009), em razão do descumprimento de sua função social, pela ausência de RL e de mata ciliar em APPs (não atendimento da dimensão ambiental) e pela existência de conflito agrário (não atendimento da vertente social).

Observa-se que o referido decreto foi expedido com base num processo administrativo amparado por uma decisão judicial provisória (medida liminar). A ação judicial onde se discute o mérito da nulidade do procedimento administrativo de desapropriação ainda está pendente de julgamento. Se a tese dos fazendeiros for acolhida, a fase administrativa que precedeu o Decreto Presidencial será anulada e esta norma poderá perder seu efeito.

A inércia da ação judicial de desapropriação da Fazenda Nova Alegria e a mudança de perspectiva.

Com a expedição do Decreto Presidencial, ainda que ameaçado pela ação de nulidade proposta pelos fazendeiros, o INCRA/MG ingressou com a ação judicial de desapropriação contra os cinco proprietários da Fazenda Nova Alegria²⁹, em 07/dez./2009 (PFE/INCRA/MG, 2009).

Na petição inicial, a autarquia requereu uma medida liminar de imissão de posse, todavia, a despeito da Lei Complementar nº. 76/93, que determina que a petição de uma ação de desapropriação deve ser despachada no prazo máximo de 48 horas para imitar o expropriante na posse do imóvel (BRASIL, 1993b)³⁰, somente após três meses o juiz de primeira instância apreciou o referido pedido³¹. E o indeferiu!

O magistrado entendeu que a imissão de posse seria precipitada, pois a desapropriação do imóvel dependeria do desfecho daquela ação onde os proprietários buscavam a nulidade do procedimento administrativo do INCRA/MG. Com efeito, o processo desapropriatório foi suspenso, até a decisão final da ação proposta pelos fazendeiros (BRASIL/JFMG, 2010).

Em 12/abr./2010, o INCRA/MG recorreu ao Tribunal Federal da 1^o Região (PFE/INCRA/MG, 2010). Mas sofreu duas derrotas, a saber:

a) Em 08/jun./2010, o Tribunal negou o pedido de liminar da autarquia para o prosseguimento da ação de desapropriação, sob as seguintes justificativas: “Os conflitos agrários não têm o condão de afastar a condição de produtividade do imóvel e a invasão comprovada do imóvel impede a realização de desapropriação pelo prazo de dois anos”. (BRASIL/TRF, 2010, p. 1).

b) Em 17/jan./2011, o Tribunal Federal julgou o mérito desse recurso do INCRA/MG e manteve a suspensão da tramitação do processo judicial de desapropriação até o

²⁷ A medida liminar em questão atribuiu efeito suspensivo aos recursos interpostos na ação de nulidade do procedimento administrativo de desapropriação, que até então estavam pendentes de julgamento no STJ e STF, e esse detalhe permitiu o prosseguimento do referido procedimento administrativo.

²⁸ Essa modalidade de lei (decreto sem número), editada pelo Presidente da República, possui objeto concreto, específico e sem caráter normativo, tratando de temas como declaração de utilidade pública para fins de desapropriação, a concessão de serviços públicos e a criação de grupos de trabalho.

²⁹ Assim como a ação de nulidade do procedimento administrativo, a ação de desapropriação nº 2009.38.00.032320-2 foi ajuizada perante a 12^a Vara da Justiça Federal de Minas Gerais.

³⁰ A finalidade desse preceito legal é a de permitir à autarquia o início da implantação de projeto de assentamento e apaziguar eventuais conflitos agrários instaurados.

³¹ Os autos foram remetidos ao gabinete do juiz federal no dia 19/jan./2010, mas sua decisão só foi assinada em 05/mar./2010 (BRASIL/JFMG, 2010).

juízo da referida ação de nulidade do procedimento administrativo. E adiantou: “(...) a produtividade do imóvel impede a desapropriação mesmo que a área seja conflituosa (...) se, ao final, a propriedade for considerada produtiva, será afastada a possibilidade de desapropriação”. (BRASIL/TRF, 2011, p. 2-3)³².

O julgamento de 08/jun./2010 revela, novamente, o entendimento do Poder Judiciário pela impossibilidade de desapropriação do imóvel rural, em razão da ocupação de trabalhadores sem terra (ou “invasão”, no jargão empregado pelo magistrado). Mais uma vez, uma decisão judicial proferida em plena era Lula aplica uma das medidas provisórias que constituíram a política de reforma agrária do Governo Cardoso, ancorada na lógica do Capitalismo Agrário, que repulsa ocupações de terra.

Percebe-se ainda o despreparo do Judiciário ao lidar com a desapropriação de imóvel rural motivada pela ausência de APP e RL, possivelmente associado ao perfil conservador das estruturas de poder. A produtividade é excessivamente valorizada pelos magistrados, ao ponto de se desprezar que ela é apenas uma das dimensões da função social da propriedade rural (a econômica), e que as outras precisam ser atendidas simultaneamente (como a ambiental).

Com o decreto do Presidente Lula (19/ago./2009), esperava-se a efetiva desapropriação da Fazenda Nova Alegria. Mas as decisões judiciais proferidas na ação desapropriatória representam uma mudança nessa perspectiva, afinal esse processo está parado há mais de um ano³³, aguardando o julgamento da ação de nulidade proposta pelos fazendeiros visando inviabilizar o procedimento administrativo feito pelo Incra/MG. Este feito, por sua vez, também se encontra suspenso, aguardando a decisão de recursos que tratam de medidas liminares, ou seja, não existe sequer uma decisão de mérito de primeira instância³⁴.

A Fazenda Nova Alegria e suas terras devolutas

O descumprimento do Código Florestal, a conseqüente desapropriação do imóvel e a paralisação desse procedimento são apenas alguns aspectos do imbróglio jurídico que envolve a Fazenda Nova Alegria. Outra questão é a devolutividade de uma parte de suas terras, justamente a parcela onde ocorreu a ocupação e a constituição do Acampamento Terra Prometida pelos trabalhadores do MST (mai./2002), bem como a Chacina de Felizburgo (nov./2004).

Com o objetivo de retomar essa gleba devoluta, o Estado de Minas Gerais, por intermédio de sua Procuradoria Geral, ingressou, em 18/jun./2003, com uma ação discriminatória³⁵ contra os proprietários, perante a Vara Especializada de Conflitos Agrários

³² O Incra/MG recorreu para o STJ, mas até a data de 20/out./2012, não havia notícia de julgamento. Fonte: Tribunal Regional Federal – 1ª Região <<http://www.trf1.jus.br>>. Agravo de Instrumento nº. 0021758-21.2010.4.01.0000. Acesso em 20 out. 2012.

³³ Até 20/out./2012, a ação de desapropriação encontrava-se suspensa, aguardando o desfecho final da ação de nulidade de processo administrativo de desapropriação ajuizado pelos fazendeiros. Fonte: Tribunal Regional Federal – 1ª Região <<http://www.trf1.gov.br>>. Processo nº 2009.38.00.032320-2. Acesso em 20 out. 2012.

³⁴ Até 20/out./2012, a ação de nulidade de processo administrativo de desapropriação ajuizado pelos fazendeiros estava suspensa, aguardando a decisão de recursos sobre medidas liminares (antecipação de tutela). Fonte: Tribunal Regional Federal – 1ª Região <<http://www.trf1.gov.br>>. Processo nº 2007.38.00.037767-3. Acesso em 20 out. 2012.

³⁵ Terras devolutas são aquelas que pertenciam originariamente à Coroa Portuguesa, passando ao domínio dos entes federados com o advento da República e que não são utilizadas para qualquer finalidade pública específica. Ao longo dos séculos, essas terras foram alvo de inúmeras ocupações e transações e a ação discriminatória é o procedimento jurídico que tem por objetivo de identificar essas glebas e separá-las das terras particulares.

de Belo Horizonte/MG³⁶ (PGE/MG, 2003). Essa ação judicial não enfrentou grandes turbulências e a sentença de primeira instância (09/fev./2009) considerou que os proprietários da fazenda não se desincumbiram do ônus de provar a não devolutividade das glebas pretendidas pelo Poder Público.

Assim, o juiz entendeu que, dos 1.262,00 ha da área total do imóvel, somente 746,6590 ha foram legitimadamente destacados para o particular, restando 515,3410 ha de terras devolutas a serem demarcadas e imitidas ao Estado de Minas Gerais. O pedido de usucapião feito pela defesa dos proprietários foi considerado incabível, afinal a área em litígio possui natureza de bem público, insuscetível de aquisição por usucapião (BRASIL/TJ-MG, 2009a).

O Tribunal de Justiça (segunda instância) confirmou a tese de primeira instância em 15/out./2009 (BRASIL/TJ-MG, 2009c), mas os proprietários recorreram para o STJ e até a data de remessa desse artigo, não havia uma decisão final sobre essa questão³⁷.

A ocupação da terra e o conflito agrário motivaram o Estado de Minas Gerais a propor a medida cabível para retomar o patrimônio público e, claramente, influenciaram o posicionamento dos magistrados. As seguintes passagens demonstram que a luta pela terra foi decisiva em vários aspectos da ação discriminatória.

a) Na petição inicial, o Estado de Minas Gerais afirmou que a área em litígio será destinada à reforma agrária, visando o uso social da terra pública (PGE/MG, 2003, p. 7).

b) A Chacina de Felizburgo e o receio de novos conflitos na área ocupada se apresentaram como justificativas para a concessão da medida liminar (28/fev./2005), que entregou ao Poder Público a posse provisória da gleba devoluta de 515,3410 ha. (BRASIL/TJ-MG, 2005b):

O fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação consiste no fato de a fazenda em litígio ter sido palco de chacina de autoria dos requeridos, noticiada nacional e internacionalmente cerceando a vida de 05 trabalhadores e ferindo outros 12 (...).

(...) é necessário que se restitua na forma de liminar, ao estado de Minas Gerais, aquela porção de terra reconhecidamente devoluta (...) (BRASIL/TJ-MG, 2005b, p. 5-6).

c) O clima tenso e a gravidade dos acontecimentos motivaram o juiz a realizar uma vistoria pessoal ao Acampamento Terra Prometida (06/abr./2005)³⁸, algo previsto na legislação processual, mas muito raro de se acontecer:

(...) o acampamento foi mudado de local (...) foram erguidas faixas e bandos em homenagem aos mortos (...). Os trabalhadores justificaram que mudaram de local por receio de novo ataque (...). No local havia em torno de 80 famílias instaladas em barracos de lona preta. Havia homens, mulheres e grande quantidade de crianças (...). O local está sendo vigiado tanto na entrada como no final do acampamento em um elevado. (...) O que se constatou no local é que o clima é extremamente tenso, merecendo cuidados especiais das autoridades de segurança, considerando-se que a

³⁶ Ação Discriminatória de terra devoluta nº. 0024.03.025.037-7. A petição inicial traz um estudo da cadeia de posses do imóvel e aponta que a Fazenda Nova Alegria se constituiu de várias glebas reunidas e registradas em 1951. Alguns registros fazem menção a terras devolutas e cópias do inventário dos bens deixados por ocasião do falecimento do antigo proprietário (Sr. Chafick Luedy), atestam expressamente que a fazenda era integrada por 564 hectares de terras devolutas. Além disso, o trabalho ressalta a inexistência de documento comprovando o desmembramento de tais áreas do patrimônio público para o particular (PGE/MG, 2003, p. 4-5).

³⁷ Fonte: Tribunal de Justiça/MG <<http://www.tjmg.jus.br>> Processo nº. 0024.03.025.037-7. Acesso em 20 out. 2012.

³⁸ Na vistoria, o juiz de direito esteve acompanhado de representantes do Ministério Público, Instituto de Terras, INCRA, Ouvidoria Agrária e Polícia Militar, além de alguns dos proprietários do imóvel e seus advogados.

estrutura física e de pessoal da Polícia Militar de Felizburgo não atende às necessidades da tensão que existe no local. Por parte dos trabalhadores acampados existe o receio de possa ocorrer nova agressão por parte da família de Adriano Chafik, de modo que qualquer contato direto com os trabalhadores poderá ocasionar resultados drásticos. De outro lado os familiares de Adriano Chafik afirmam que os trabalhadores acampados são "bandidos", "ladrões" e vagabundos, não mostrando sentimento pelas mortes ocorridas no conflito precedente. (...) Os trabalhadores temem um novo ataque ao acampamento (...). A família Chafik se sente injustiçada pela ocupação. O fato de se tratar de terra devoluta entendem não interfira nos seus direitos porque possuem posse trintenária. Diante desses fatos e temendo novo conflito, será oficiado às autoridades policiais competentes para que tomem providências preventivas recomendando-o reforço da segurança policial no local. (BRASIL/TJ-MG, 2005c, p. 1-2).

Conflito agrário, ação criminal e impunidade dos acusados

Meses após a ocupação de terra ocorrida em mai./2002, os proprietários da Fazenda Nova Alegria ingressaram com uma ação de reintegração de posse contra o MST³⁹ (11/out./2002). Depois de algumas audiências de tentativa de conciliação, que protelaram o cumprimento de uma medida liminar de desocupação da área, a ação possessória foi suspensa em 20/ago./2003, por conta de uma decisão do Tribunal de Justiça⁴⁰.

Inconformado com a impossibilidade de retomar liminarmente a área ocupada, um dos proprietários da fazenda, o Sr. Adriano Chafick Luedy, formou uma quadrilha armada que, em princípio, se limitou a fazer uma série de intimidações aos acampados, inclusive ameaças de morte e disparos de armas de fogo (MP/MG, 2004, p. 7-8).

No dia 20/nov./2004, portando "potentes armas de fogo", "farta munição" e "material inflamável", o Sr. Adriano Chafick e seus capangas deflagraram fogos de artifício visando à aglomeração dos trabalhadores. Ato contínuo, efetuaram diversos disparos de armas contra o agrupamento de acampados, atingindo cinco fatalmente e causando ferimentos em mais doze, incluindo uma criança e um adolescente (MP/MG, 2004, p. 7-8).

Em seguida, utilizando-se de substância inflamável fornecida pelo proprietário do imóvel, os pistoleiros atearam fogo nas habitações do acampamento, queimando vinte e sete barracos de lona e destruindo uma escola. Após o ocorrido, os criminosos empreenderam-se em fuga (MP/MG, 2004, p. 7-8).

O sangrento episódio, denominado de Chacina de Felizburgo, foi o mais grave conflito agrário de Minas Gerais. Ganhou destaque na mídia, inclusive internacional, e transformou a pacata cidade mineira num local de grande "instabilidade no meio social" (BRASIL/TJ-MG, 2004).

E o motivo não podia ser mais torpe: a disputa de uma pequena porção de terra (2 ha.) situada no interior de uma gleba devoluta, na qual o Poder Judiciário já havia se pronunciado pela não retomada por parte dos proprietários.

Ao se referir à Chacina de Felizburgo como um conflito agrário, considera-se a lição de Fernandes (2008, p. 180), onde um conflito⁴¹ por terra não se traduz apenas pela ocupação de uma área, mas decorre de um processo complexo.

³⁹ Ação de Reintegração de Posse nº. 002402818898-5, ajuizada perante a Vara de Conflitos Agrários de Belo Horizonte/MG. Fonte: Tribunal de Justiça de Minas Gerais <<http://www.tjmg.jus.br>> Acesso em 08 jun. 2011.

⁴⁰ Essa decisão que suspensão a ação de reintegração de posse foi expedida pelo Tribunal de Justiça/MG, na ação discriminatória de terra devoluta proposta pelo Estado de Minas Gerais. Posteriormente, foi confirmada pelo mesmo tribunal (04/mar./2004). Fonte: recurso de agravo de instrumento nº. 1.0024.03.025037-7/001. Tribunal de Justiça/MG <<http://www.tjmg.jus.br>> Acesso em 24 jun. 2011.

⁴¹ "O conflito é o estado de confronto entre forças opostas, relações sociais distintas, em condições políticas adversas, que buscam por meio da negociação, da manifestação, da luta popular, do

A compreensão da questão agrária passa pelo conceito de “conflitualidade”⁴², a qual está relacionada com questões mais amplas, como a concentração fundiária (e a conseqüente expropriação de camponeses e trabalhadores rurais) e a propriedade privada da terra, seu valor e sua renda (FERNANDES, 2008, p. 199). Para o mesmo autor, os conflitos podem ser resolvidos, adiados, neutralizados, mas não se acaba com a conflitualidade, pois esta é intrínseca à “estrutura da sociedade”, é “produzida e alimentada dia-a-dia pelo desenvolvimento desigual do capitalismo”⁴³.

A permanência da conflitualidade nas estruturas sociais proporcionou o conflito representado pela tomada da terra e pela Chacina de Felizburgo, justamente num momento histórico onde as ocupações sofriam tentativas de neutralização por intermédio de políticas do Governo Cardoso alinhadas ao paradigma do Capitalismo Agrário.

Depois do delito perpetrado, três pistoleiros foram presos em flagrante e, durante o inquérito policial, alguns acusados tiveram a prisão preventiva temporária decretada, mas nem todos foram capturados (BRASIL/TJ-MG, 2004). O proprietário da fazenda, Sr. Adriano Chafick, foi detido⁴⁴ e sua posição de comando do bando ficou caracterizada no depoimento de um de seus capangas: “(...) Adriano ficou com uma pistola, não sabendo o calibre, distribuindo várias armas de fogo para os desconhecidos (...)”. (BRASIL/TJ-MG, 2005^a, p. 3).

No dia 13/dez./2004, o Ministério Público Estadual (MG) deu início à ação penal (denúncia⁴⁵) em desfavor de Adriano Chafick e seus capangas (num total de 16 acusados). Esse processo foi ajuizado na Comarca de Jequitinhonha/MG, primeira instância judicial (MP/MG, 2004) e se trata de uma demanda extremamente complexa, repleta de recursos e decisões judiciais contraditórias. Enfim, um verdadeiro labirinto judicial que promove a impunidade e empurra o conflito para uma vala de esquecimento.

Para melhor compreensão dos aspectos penais, optou-se pela discussão separada de alguns pontos específicos dessa ação criminal, abdicando-se da ordem cronológica dos fatos. Adverte-se, no entanto, que as questões a seguir comentadas estão inter-relacionadas, acontecem de forma simultânea e se influenciam mutuamente.

Enquadramento criminal dos acusados e tensão social

Em seu início, a ação penal foi desmembrada de modo que alguns capangas passaram a ser réus em outra ação e o processo original prosseguiu tendo como acusados quatro pistoleiros e o fazendeiro Adriano Chafick.

A defesa alegou que Chafick agiu em legítima defesa, mas o conjunto probatório dos autos demonstrou que os crimes foram premeditados, com a contratação de jagunços oriundos da Bahia, compra de cartuchos de armas poucos dias antes da chacina⁴⁶, além das ameaças anteriores feitas aos acampados (BRASIL/TJ-MG, 2005d).

diálogo, a superação, que acontece com a vitória, a derrota ou o *empate*.” (FERNANDES, 2008, p. 198/199 – itálico do autor).

⁴² “A *conflitualidade* é o processo de enfrentamento perene que explicita o paradoxo das contradições e as desigualdades do sistema capitalista...” (FERNANDES, 2008, p. 177 – itálico do autor).

⁴³ “O capital gera a *conflitualidade* determinando a relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato”. Daí nasce o conflito: o capital “enfrenta permanentemente os camponeses para continuar dominando-os” e “os camponeses lutam continuamente pela autonomia política e econômica”. “O capital promove a recriação do campesinato no interior de suas relações” com políticas de arrendamento e compra de terras, por exemplo e o “campesinato ocupa e reivindica a desapropriação” (FERNANDES, 2008, p. 181).

⁴⁴ No dia 30/nov./2004, o proprietário, Sr. Adriano Chafick Luedy, se apresentou espontaneamente à Polícia Civil do Estado de São Paulo e foi posteriormente transferido para Jequitinhonha/MG.

⁴⁵ Denúncia criminal é o nome da petição jurídica por meio do qual o promotor de justiça (representante do Ministério Público) formaliza a acusação perante o juiz de direito competente, dando início à ação penal pública. O inquérito policial acompanha a denúncia.

⁴⁶ As notas fiscais de compra das armas, datadas de 27/out./2004, foram encontradas na sede da fazenda (BRASIL/TJ-MG, 2005d).

Em 25/jul./2005, a juíza de direito da Comarca de Jequitinhonha/MG decidiu pela pronúncia⁴⁷ dos cinco acusados, nas seguintes condutas criminosas:

a) homicídio qualificado mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe, com emboscada ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido (cinco vezes, porque foram cinco mortos);

b) tentativa de homicídio qualificado mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe, com emboscada ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido (doze vezes porque foram doze feridos);

c) causar incêndio em casa habitada ou destinada à habitação;

d) associação em quadrilha com a intenção de cometer crimes (somente para o Sr. Adriano Chafick) (BRASIL/TJ-MG, 2005d).

A decisão de pronúncia determinou que os acusados seriam julgados pelo Tribunal do Júri⁴⁸ da mesma localidade do crime. Em algumas passagens, a juíza presta um autêntico testemunho da presença da tensão social naquela região:

No caso concreto houve efetivo abalo à ordem pública (...).

Tal fato foi e é de grande e notória repercussão na coletividade, já que não só a cidade de Felizburgo/MG, mas também toda a Nação se abalou com as mortes e a forma como tais crimes foram cometidos.

As pessoas da região se sentem atemorizadas e revoltadas (...). O motivo do crime também é causa de revolta. (...)

A repercussão do caso é clara e preocupante, principalmente quando se anda pelas ruas da cidade em que os delitos foram cometidos. (BRASIL, TJ/MG, 2005d).

O fazendeiro interpôs um recurso, julgado em 03/out./2006 pelo Tribunal de Justiça Estadual (segunda instância), que manteve o enquadramento criminal dado pela magistrada de Jequitinhonha/MG (BRASIL/TJ-MG, 2006b). Com efeito, o acusado levou sua irresignação às instâncias superiores (STJ e STF), mas essa fase envolve questões mais atreladas ao mundo jurídico e não serão abordadas nesse trabalho. Ressalta-se apenas que as cortes superiores rejeitaram os recursos dos acusados (BRASIL/STJ, 2011a; BRASIL/STF, 2012b).

O “prende-e-solta” do fazendeiro

Como se falou, o dono das terras, Sr. Adriano Chafick, foi preventivamente detido na fase de inquérito policial, sendo que, no início da ação penal (17/dez./2004), a magistrada da Comarca de Jequitinhonha/MG decidiu manter a custódia preventiva do fazendeiro, alegando a necessidade de garantir a “ordem pública”, não obstante a primariedade e nenhuma antecedência criminal do acusado (BRASIL/TJ-MG, 2004).

Em 21/jan./2005, três desembargadores⁴⁹ do Tribunal de Justiça/MG negaram o *habeas corpus*⁵⁰ por meio do qual o proprietário buscava a revogação de sua prisão

⁴⁷ A decisão de pronúncia é o meio pelo qual o juiz de direito estabelece a existência do crime e seu(s) autor(es). É um mero juízo de admissibilidade da acusação, bastando a suspeita, não sendo necessária prova incontroversa do crime para que o acusado seja pronunciado. As dúvidas quanto à certeza do crime e da autoria serão dirimidas somente na tramitação do processo pelo Tribunal do Júri.

⁴⁸ O Tribunal do Júri é composto de um juiz de direito (presidente) e 21 jurados, dos quais somente 7 serão sorteados e constituirão o conselho de sentença em cada sessão de julgamento.

⁴⁹ Desembargador é a denominação dada aos juízes de direito que compõem os Tribunais de Justiça Estaduais e do Distrito Federal.

⁵⁰ *Habeas Corpus* é o remédio jurídico destinado a garantir um direito fundamental (como a liberdade) ameaçado ou violado.

preventiva. Mais uma vez, prevaleceu a necessidade de se garantir a ordem pública num ambiente contaminado pela tensão social:

Os crimes objeto da denúncia são particularmente graves, produzindo (...) seriíssimo abalo não só na comunidade local, mas em todo o País e fora dele, trazendo desassossego à sociedade e às instituições.

Não se trata, aqui, de dar ouvidos a estardalhaço indevido sobre o fato ou a sensacionalismo de órgãos de imprensa interessados em audiência. Tampouco há de se cogitar de punição antecipada ou de cessão a pressões ilegítimas de determinados grupos, como sugere a impetração.

(...) a verdade é que o paciente⁵¹ está sendo apontado, com base em firmes indícios, como co-autor e principal responsável pelos delitos de formação de quadrilha, incêndio (das barracas que alojavam as vítimas) e homicídios, consumados e tentados, duplamente qualificados (...)

Ora, em casos tais a custódia cautelar se impõe, sobretudo para a garantia da ordem pública (...). (BRASIL/TJ-MG, 2005^a, p. 1-2).

Em 07/abr./2005, o mencionado *habeas corpus* foi julgado por três ministros do STJ⁵² (terceira instância) que, contrariando os entendimentos das instâncias inferiores, decidiram pela impropriedade da segregação do Sr. Adriano Chafick e concederam-lhe ordem de soltura (BRASIL/STJ, 2005a).

Percebe-se que os ministros do STJ, em Brasília, interpretaram as mesmas questões de forma distinta dos magistrados que estão mais próximos dos fatos e dos conflitos, ou seja, a juíza de Jequitinhonha/MG e os desembargadores do Tribunal Estadual/MG:

(...) III. O juízo valorativo sobre a gravidade genérica dos delitos imputados ao paciente, bem como do grau de intensidade e grandeza das lesões supostamente cometidas, a existência de prova da autoria e materialidade dos crimes, a credibilidade do Poder Judiciário e o clamor público e comoção social não constituem fundamentação idônea a autorizar a prisão para garantia da ordem pública, se desvinculados de qualquer fator concreto.

IV. Aspectos que devem permanecer alheios à avaliação dos pressupostos da prisão preventiva. (...)

VII. Conclusões vagas e abstratas tais como a preocupação de que ‘os acusados, se colocados em liberdade, venham a reiterar seus atos’, a necessidade da custódia para assegurar a integridade das vítimas e seus familiares, além dos demais integrantes do acampamento, (...) consistem mera probabilidades, conjecturas e elucubrações a respeito do que o acusado poderá vir a fazer, caso permaneça solto (...) (BRASIL/STJ, 2005^a, p. 1-2).

Graças a Corte Superior, o fazendeiro ganhou às ruas, mas, em 25/jul./2005, por ocasião da sentença de pronúncia, a juíza de Jequitinhonha/MG determinou novamente sua prisão, com fundamento na instabilidade social da região e na necessidade do Poder Público dar uma resposta à sociedade (BRASIL/TJ-MG, 2005d):

O clamor público pode ser percebido nitidamente pelos protestos locais e nacionais. O sentimento de impunidade com a soltura deste Acusado causou muitos reclamos de vários segmentos políticos, religiosos, entre outros.

(...) Cabe ao Judiciário, neste particular, tomar uma atitude, de modo que os moradores desta cidade não se sintam desguarnecidos, fazendo com que a

⁵¹ Paciente, no linguajar jurídico, é aquele que será beneficiado caso o órgão judicial conceda o *habeas corpus*.

⁵² Ministro é a denominação dada aos juízes de direito que compõem o STJ e STF.

sociedade confie que as autoridades públicas estão lhes protegendo e procurando fazer justiça.

A liberdade de uma pessoa nestas condições causaria um forte sentimento de impunidade e de insegurança, fazendo com que as pessoas corretas perdessem a confiança nos Órgãos do Poder Público.

(...) a estrutura física e de pessoal da polícia militar de Felizburgo não atende à necessidade de tensão do local.

(...) os familiares de Adriano Chafik não mostram sentimentos pelas mortes ocorridas, além de se sentirem injustiçados pela ocupação (...).

Se um Juiz, a trabalho, e devidamente escoltado, sentiu o clima de tensão e insegurança, quem diria uma pessoa residente na cidade de Felizburgo/MG. A sociedade local está profundamente temerosa e esperando por segurança e justiça. A prisão do Requerido poderia abrandar um pouco a situação de conflito já existente.

Atento a esse contexto, também é forçoso reconhecer que o Sr. Adriano Chafik, solto, não transmite a certeza de que não voltará a delinquir, motivo suficiente para legitimar o sacrifício provisório de sua liberdade individual para garantia da ordem pública.

(...) Permitir a liberdade pura e simples deste Acusado é por em pânico a população local (...)

A manutenção do Acusado no cárcere visa também a prevenir novas práticas delitivas, além de estabelecer a confiança das pessoas no Judiciário e demais poderes públicos. (BRASIL/TJ-MG, 2005d, p. 7-8).

O fazendeiro ingressou com um novo *habeas corpus* pugnando pela revogação dessa nova medida constritiva de liberdade, mas a Corte Estadual denegou a ordem em duas oportunidades (07/jul./2005 e 04/out./2005) (BRASIL/STJ, 2005b), fazendo as seguintes ponderações:

a) O perigo de novos crimes, o risco de “perturbação de ordem pública”, caso o fazendeiro fosse mantido em liberdade e a tensão social do local (BRASIL/STJ, 2005b).

b) A preservação da “credibilidade do Judiciário” (BRASIL/STJ, 2005b).

c) A postura da família Chafick, que não levava em conta a devolutividade da terra ocupada, não se sensibilizava pelas mortes ocorridas e qualificava os acampados como “bandidos, ladrões, vagabundos” (BRASIL/TJ-MG, 2006b).

d) A convicção da magistrada de primeira instância ao determinar nova prisão do fazendeiro, motivada pela sua proximidade “dos fatos e das pessoas neles envolvidas” (BRASIL/STJ, 2005b).

Em 28/ago./2005, o Sr. Adriano Chafick foi encontrado e preso pela Polícia Federal no sul do Estado da Bahia, em fazenda considerada de “difícil acesso, uma verdadeira fortaleza” (BRASIL/STJ, 2005b).

A prisão foi levada novamente ao STJ e, em 15/dez./2005, os ministros da Corte Superior, que estão distantes do conflito, discordaram de forma unânime dos magistrados das instâncias mineiras e revogaram, mais uma vez, a segregação do Sr. Adriano Chafick (BRASIL/STJ, 2005b). Nesse julgamento, os ministros do STJ repetiram as justificativas do primeiro *habeas corpus*, julgado em 07/abr./2005 (BRASIL/STJ, 2005a), acrescentando o seguinte: “XI. A insensibilidade da família do paciente quanto às mortes ocorridas por ocasião do conflito entre os trabalhadores rurais e os empregados da Fazenda não podem constituir fundamento capaz de respaldar a prisão preventiva”. (BRASIL/STJ, 2005b, p. 2).

Assim, desde dez./2005, o fazendeiro Chafick se encontra em liberdade, aguardando o julgamento do Tribunal do Júri.

Dúvidas sobre a imparcialidade do Júri

O clima de tensão que tomou conta da região chegou num ponto tão crítico, que os magistrados do Fórum de Jequitinhonha/MG enviaram ao Tribunal de Justiça Estadual dois requerimentos de desaforamento do julgamento⁵³, apresentando as seguintes justificativas:

a) Interesse de ordem pública e segurança dos acusados e membros do Judiciário: a repercussão do crime acirrou os ânimos dos acampados, inclusive com tentativa de ingresso nas dependências do fórum quando a prisão preventiva de um dos acusados foi revogada; temia-se por uma “incontrolável manifestação”, caso o resultado do julgamento fosse diverso das expectativas dos acampados (BRASIL/TJ-MG, 2006a e 2009b);

b) Dúvidas quanto à imparcialidade dos membros do Júri popular: muitos cidadãos da região não aceitavam o MST e a ocupação da fazenda, motivo pelo qual se mostravam solidários ao Sr. Adriano Chafick e seus capangas⁵⁴; temia-se pela possibilidade dos jurados serem influenciados pelo sentimento de vingança que parte da população acalentava contra os acampados, assim como pelo grupo contrário que buscava “justiça a qualquer preço” (BRASIL/TJ-MG, 2006a e 2009b)⁵⁵.

A defesa dos acusados bateu para que o Júri fosse mantido sob o clima de inquietude da Comarca de Jequitinhonha (BRASIL/TJ-MG, 2007), o que reforça as suspeitas sobre a imparcialidade dos jurados.

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais acatou os requerimentos de desaforamento e transferiu as ações criminais para a Comarca de Belo Horizonte/MG (BRASIL/TJ-MG, 2007 e 2010). Inconformado, o proprietário Adriano Chafick recorreu para o STJ, que negou provimento (BRASIL/STJ, 2012).

Na comarca de Belo Horizonte, as ações penais caminham a passos lentos perante o II Tribunal do Júri.

A ação contra o proprietário Adriano Chafick e um dos capangas⁵⁶ tem sessão de julgamento designada para 17/jan./2013, ao passo a ação contra os outros quatro pistoleiros será julgada somente em 24/abr./2014⁵⁷.

O proprietário da fazenda e acusado de mandante da chacina conta com qualificado corpo jurídico⁵⁸, recorre de todas as decisões e assiste a tudo em liberdade, amparado por um *habeas corpus* concedido pelo STJ.

O julgamento definitivo de mérito sobre os delitos cometidos está muito longe de acontecer. Enquanto isso prevalece o princípio da inocência consagrado na Constituição Federal⁵⁹, que é uma das garantias individuais... mas também o sentimento de impunidade.

Conclusões

⁵³ Desaforamento é o ato processual por meio do qual a ação penal é remetida a um foro estranho ao do delito, para seu julgamento, com o objetivo de evitar desordens, protestos e conflitos no local original. É um procedimento utilizado em causas onde o clamor público possa pôr em risco a integridade física dos membros do Judiciário e causar dúvidas quanto a imparcialidade dos jurados (ACQUAVIVA, 1993, p. 447).

⁵⁴ A juíza de Jequitinhonha narrou que: “Esta magistrada pode testemunhar que, não raro, algumas pessoas indagam sobre ‘a data do julgamento da chacina de Felizburgo’, na intenção de nele comparecerem para ‘torcerem pelo fazendeiro’” (BRASIL/TJ-MG, 2006a).

⁵⁵ O primeiro requerimento de desaforamento foi feito em 16/set./2006 para a ação penal intentada contra quatro pistoleiros. O outro requerimento de desaforamento foi feito em 06/ago./2009, no processo que tem como acusados o proprietário Adriano Chafick e um de seus capangas.

⁵⁶ Ação penal nº 2206893-31.2010.8.13.0024. Fonte: <<http://www.tjmg.jus.br>> Acesso 20 out. 2012.

⁵⁷ Ação penal nº 6820794-51.2007.8.13.0024. Fonte: <<http://www.tjmg.jus.br>> Acesso 20 out. 2012.

⁵⁸ A defesa vem sendo feita pelo advogado criminalista Antonio Francisco Patente, ex-procurador de Justiça.

⁵⁹ “ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória” (inciso LVII do art. 5º, da Constituição Federal de 1988).

Inúmeras políticas públicas são construídas para a manutenção da lógica capitalista, isto é, sempre que possível prevalecem “princípios que representam interesses de uma classe” (FERNANDES, 2008, p. 179).

Certas políticas públicas que, de alguma forma, possuem instrumentos capazes de contornar ou amenizar a reprodução ampliada das contradições do capital, parecem ser ignoradas ou implementadas timidamente pelo Poder Público.

É o caso da política vigente de reforma agrária, que não desconcentra a estrutura fundiária do país. Também é o caso da política ambiental, quando se trata da preservação e conservação dos elementos naturais existentes em terras particulares, haja vista a notória desobediência civil ao Código Florestal.

Diante desse quadro de inépcia, não se pode esperar muito de um instrumento jurídico que entrelaça mecanismos dessas duas políticas, qual seja, a desapropriação de imóveis rurais, para fins de reforma agrária, diante da inexistência de APP e RL.

Até por isso, não é de se impressionar a existência de somente três casos de decretos desapropriatórios dessa natureza.

A ocupação, prática que se firmou como um importante instrumento da luta pela terra (BRASIL, 2011, p. 45), está presente em dois dos três casos de decretos desapropriatórios pelo descumprimento dos critérios ambientais. Afinal, a constatação de ilegalidades ambientais ocorreu a partir das ocupações e dos massacres ocorridos em cada caso. Muito provavelmente, se tais ocupações de terra não tivessem acontecido, as respectivas fazendas não teriam sido declaradas para desapropriação.

Dos casos constatados, aquele alusivo à Fazenda Nova Alegria/MG está num estágio mais avançado, todavia se encontra mergulhado num labirinto jurídico complexo, onde o desrespeito ao Código Florestal é somente um dos aspectos em discussão.

A ação que trata da desapropriação do imóvel, fundamentada na ausência de APP e RL, foi travada logo no seu início, em razão do processo judicial onde os proprietários buscam a nulidade do procedimento administrativo promovido pelo INCRA/MG, que precedeu o Decreto Presidencial.

Esse fato decorre do perfil conservador das estruturas de poder, no caso o Judiciário, que tem acolhido os subterfúgios jurídicos dos fazendeiros, valorizando até de forma equivocada a produtividade do imóvel, ao ponto de desconsiderar a possibilidade da desapropriação-sanção pelo descumprimento da dimensão ambiental da função social, em razão da ausência de APP e RL.

Além disso, a política de agrária do Governo Cardoso, ancorada na lógica do Capitalismo Agrário, também pode ser apontada como um dos motivos da inércia da desapropriação. Afinal, as decisões judiciais desse feito têm se reportado às medidas provisórias editadas pelo ex-presidente Cardoso, que proíbem a desapropriação de imóveis rurais ocupados por movimentos sócio-territoriais.

Portanto, ainda que, na lição de Fernandes (2008, p. 224), o Governo Lula não tenha aplicado as referidas medidas provisórias “com o mesmo rigor político” de seu antecessor, essas normas de exceção, por estarem em vigor, têm influenciado fortemente no processo de desapropriação da Fazenda Nova Alegria, colocando em risco o sonho da Terra Prometida.

Com efeito, a questão principal - o descumprimento do Código Florestal como fundamento para a desapropriação do imóvel - vem perdendo força no debate judicial.

Nesse horizonte de incertezas, a única decisão favorável aos acampados vem da ação onde o Estado de Minas Gerais pretende retomar uma gleba reconhecidamente devoluta. Mas ao contrário da ação de desapropriação que abarca toda a fazenda (cerca de 1.200 ha.), a discriminatória atinge aproximadamente 515 ha.

No tocante a esfera criminal, constatou-se um imbróglio ainda maior. As respostas dadas até o momento pelo Poder Judiciário têm sido insatisfatórias, notadamente pela lentidão das ações, com sessões do júri marcadas para depois de 10 anos do massacre.

Outro destaque negativo é o “vai-e-vem” da segregação preventiva do fazendeiro Adriano Chafick, acusado de ser o mandante dos delitos. Neste ponto, destaca-se a influência da comoção e do clamor social, reflexos da chacina, nas decisões proferidas

pelos magistrados de primeira e segunda instância. A proximidade com o conflito levou tais juízes a valorizarem outros aspectos do que a mera tecnicidade legal.

Salta aos olhos, por outro lado, que essas mesmas questões não tenham passado de “meras probabilidades, conjecturas e elucubrações”⁶⁰ para os ministros do STJ, em Brasília, que votaram pela liberdade do fazendeiro.

A ineficiência e omissão do Judiciário, quando se trata de punir os responsáveis pelos crimes decorrentes de conflitos no campo, tem sido uma regra. Segundo o coordenador nacional da Comissão Pastoral da Terra, padre Dirceu Luiz Fumagalli, dos 1.580 assassinatos que ocorreram no campo nos últimos 26 anos, somente 91 foram julgados e, dos mandantes desses crimes, apenas um foi preso, qual seja, aquele que ordenou a execução da irmã Dorothy⁶¹.

Um determinado evento, como um desastre ou uma crise, pode abrir uma “janela de oportunidade” para que uma situação seja reconhecida como um problema, atraindo propostas prontas que são oferecidas para solução, ou então gerando a criação de novas propostas por defensores políticos (KINGDON, 2006). Os enfrentamentos no campo, como a Chacina de Felizburgo, abrem “janelas de oportunidade” para que propostas de uma verdadeira política de reforma agrária sejam trazidas à tona. No entanto, não há força política para que esse problema entre ou ganhe prioridade na agenda de governo e, com isso, tais janelas se fecham e a chances de mudança são perdidas.

Por outro lado, não se pode olvidar que, mesmo às duras penas, a luta pela terra na Fazenda Nova Alegria trouxe alguns resultados positivos:

- a) abriu a possibilidade de retomada de uma gleba devoluta da fazenda;
- b) permitiu a transformação de um território, com a criação de uma comunidade no local;
- c) gerou a apuração de infrações e danos ambientais, que muito provavelmente serão mitigados caso se concretize a desapropriação de toda fazenda.

Percebe-se, pelo caso estudado, que a expedição de um decreto desapropriatório não é o fim de um processo de enfrentamento, muito pelo contrário, é o início de outro. A luta pela terra encampada pelas famílias de trabalhadores rurais vai além do Acampamento Terra Prometida, se estendendo às cortes de justiça, que são caracterizadas pela precariedade, conservadorismo de seus integrantes e, evidentemente, são braços do sistema capitalista.

Se o enfrentamento é um momento do conflito por terra (FERNANDES, 2008, p. 174), o embate judicial é outro. E nesse contexto, após 10 anos, a “Terra Prometida” ainda não passa de uma promessa.

Referências bibliográficas

ACQUAVIVIA, Marcus Cláudio. **Dicionário Jurídico Brasileiro Acquaviva**. São Paulo: Editora Jurídica Brasileira Ltda., 1993.

BRASIL. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 30 nov. 1964, p. 49 (suplemento).

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

⁶⁰ BRASIL/STJ, 2005a.

⁶¹ Entrevista concedida pelo padre Dirceu Luiz Fumagalli, coordenador da Comissão Pastoral da Terra, à repórter Isadora Peron, publicada no jornal “O Estado de S. Paulo”, de 5 de junho de 2011, página A13.

_____. Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 26 fev. 1993a, p. 2349.

_____. Lei Complementar nº 76, de 06 de julho de 1993. Dispõe sobre o procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo de desapropriação de imóvel rural, por interesse social, para fins de reforma agrária. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 07 jul. 1993b, p. 9377.

_____. Exposição de Motivos (E.M.) Interministerial nº 002/00. Ministros de Estados: Raul Belens Jungmann Pinto (Desenvolvimento Agrário), Pedro Sampaio Malan (Fazenda), José Gregori (Justiça) e Martus Antonio Rodrigues Tavares (Planejamento, Orçamento e Gestão). *In: Diário do Congresso Nacional*, Brasília, DF, 10 jun. 2000a. p. 14638/14639. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=J&DataIn=10/06/2000&txpagina=14638&altura=700&largura=800>. Acesso em 12 jun. 2011.

_____. Medida Provisória nº 2.027-38, de 04 de maio de 2000. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 05 mai. 2000b, p. 36.

_____. Exposição de Motivos (E.M.) nº 23/01. Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário Raul Belens Jungmann Pinto. *In: Diário do Congresso Nacional*, Brasília, DF, 3 ago. 2001a. p. 13834/13835. Disponível em <http://imagem.camara.gov.br/dc_20.asp?selCodColecaoCsv=J&DataIn=03/08/2001&txpagina=13853&altura=700&largura=800>. Acesso em 12 jun. 2011.

_____. Medida Provisória nº 2.109-52, de 24 de maio de 2001. Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991, e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 25 mai. 2001b, p. 25.

_____. Decreto de 19 de agosto de 2009. Declara de interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural denominado “Fazenda Nova Alegria”, situado no Município de Felisburgo, Estado de Minas Gerais, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 ago. 2009, p. 1.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Procuradoria Federal Especializada junto ao INCRA**. Lei 8629/93 comentada por procuradores federais: uma contribuição da PFE/INCRA para o fortalecimento da reforma agrária e do direito agrário autônomo. Brasília: INCRA, 2011. 360p.

BRASIL/JFMG (Justiça Federal de 1ª Instância – Seção Judiciária do Estado de Minas Gerais). 12ª Vara Federal – Especializada em Reforma Agrária. **Decisão Interlocutória proferida na ação ordinária nº 2007.38.00.037767-3**. Autores: Adriano Chafick Luedy e outros. Réus: Incra e outra. Juiz Federal Substituto: Rodrigo Rigamonte Fonseca. Belo Horizonte, (data do julgamento) 06 de dezembro de 2007.

_____. 12ª Vara Federal. **Decisão Interlocutória proferida na ação de desapropriação nº 2009.38.00.032320-2**. Expropriante: Incra. Expropriado: Adriano Chafick Luedy e outros. Juiz Federal Substituto: Anibal Magalhães da Cruz Matos. Belo Horizonte, (data do julgamento) 05 de março de 2010.

BRASIL/STF (Supremo Tribunal Federal). **Acórdão proferido na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 1952-0**. Autor: Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Relator Ministro Moreira Alves. Tribunal Pleno do Supremo Tribunal Federal, Brasília, 12 de agosto de 1999, 12 p. (Publicado no Diário da Justiça em 23 ago. 1999). Disponível em <<http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=347347>>. Acesso em 27 abr. 2011.

_____. **Decisão Monocrática proferida no Recurso Extraordinário nº 678325**. Recorrente: Inkra. Recorrido: Adriano Chafik Luedy e outros. Relator: Ministro Ayres Britto. Brasília, (data do julgamento), 30 mar. 2012a.

_____. **Decisão Monocrática proferida no Agravo de Instrumento nº 856.757**. Agravante: Adriano Chafik Luedy e Washington Agostinho da Silva. Agravado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Relator: Ministro Joaquim Barbosa. Brasília, (data do julgamento), 17 set. 2012b.

BRASIL/STJ (Superior Tribunal de Justiça). **Acórdão proferido no Habeas Corpus nº 41.601 – MG (2005/001836-8)**. Paciente: Adriano Chafik Luedy. Relator: Ministro Gilson Dipp. Brasília, DF (data do julgamento), 07 abr. 2005a.

_____. **Acórdão proferido no Habeas Corpus nº 49.352 – MG (2005/00180954-2)**. Paciente: Adriano Chafik Luedy. Relator: Ministro Gilson Dipp. Brasília, (data do julgamento), 15 dez. 2005b.

_____. **Acórdão proferido no Recurso Especial nº 1.138.517-MG**. Recorrente: Inkra. Recorrido: Adriano Chafik Luedy e outros. Relator: Ministro Humberto Martins. Brasília, (data do julgamento), 29 out. 2009.

_____. **Decisão Monocrática proferida no Recurso Especial nº 1.109.991 MG**. Recorrentes: Adriano Chafik Luedy e Washington Agostinho da Silva. Agravado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Brasília, (data do julgamento), 18 fev. 2011a.

_____. **Decisão Monocrática proferida no Recurso Especial nº 1.109.991 MG**. Recorrentes: Adriano Chafik Luedy e Washington Agostinho da Silva. Agravado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Relator: Ministro Napoleão Nunes Maia Filho. Brasília, (data do julgamento), 18 fev. 2011a.

_____. **Acórdão proferido no Agravo Regimental em Recurso Especial nº 1.138.517-MG**. Agravante: Inkra. Agravado: Adriano Chafik Luedy e outros. Relator: Ministro Humberto Martins. Brasília, (data do julgamento), 18 ago. 2011b.

_____. **Decisão Monocrática proferida no Agravo em Recurso Especial nº 15.021 MG**. Agravantes: Adriano Chafik Luedy e Washington Agostinho da Silva. Agravado: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Relator: Ministro Marco Aurélio Bellizze. Brasília, (data do julgamento), 26 set. 2012.

BRASIL/TJ-MG (Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais). Comarca de Jequitinhonha. **Decisão Interlocutória proferida na ação penal nº 0358.04.005.624-6**. Ministério Público de Minas Gerais contra Adriano Chafick Luedy e outros. Juíza de Direito: Célia Maria Andrade Freitas Corrêa. Jequitinhonha, 17 dez. 2004.

_____. Câmara Especial de Férias. **Acórdão proferido no Habeas Corpus nº 1.0000.04.416213-9/000**. Comarca de Jequitinhonha. Paciente: Adriano Chafik Luedy. Coator: Juiz de Direito da Comarca de Jequitinhonha. Relator: Desembargador Herculano

Rodrigues. Julgamento: Belo Horizonte, 20 jan. 2005a. Disponível em <http://www.tjmg.jus.br/juridico/jt_/inteiro_teor.jsp?tipoTribunal=1&comrCodigo=0&ano=4&txt_processo=416213&complemento=0&sequencial=0&palavrasConsulta=&todas=&expressao=&qualquer=&sem=&radical=> Acesso em 22 jun. 2011.

_____. Comarca de Belo Horizonte. Vara de Conflitos Agrários. **Decisão Interlocutória proferida Ação de Discriminatória de terra devoluta estadual nº 0024.03.025.037-7**. Estado de Minas Gerais contra Adriano Chafick Luedy e outros. Juiz de Direito: Renato Luis Dresh. Belo Horizonte, (data da decisão) 28 fev. 2005b.

_____. Comarca de Belo Horizonte. Vara de Conflitos Agrários. **Auto de visita e constatação na Fazenda Nova Alegria e Acampamento Terra Prometida (Ação de Discriminatória de terra devoluta estadual nº 0024.03.025.037-7)**. Estado de Minas Gerais contra Adriano Chafick Luedy e outros. Juiz de Direito: Renato Luis Dresh. Belo Horizonte, (data da vistoria) 06 abr. 2005c.

_____. Comarca de Jequitinhonha. **Decisão de pronúncia na ação penal nº 0358.04.005.624-6**. Ministério Público de Minas Gerais contra Adriano Chafick Luedy e outros. Juíza de Direito: Dilma Conceição Araújo Duque. Jequitinhonha, 29 jul. 2005d.

_____. Comarca de Jequitinhonha. **Representação por Desaforamento na ação penal nº 0358.04.005.624-6**. Ministério Público de Minas Gerais contra Adriano Chafick Luedy e outros. Juíza de Direito Substituta: Genole Santos de Moura. Jequitinhonha, 16 set. 2006a.

_____. 1ª Câmara Criminal. **Acórdão proferido em recurso em sentido estrito nº 1.0358.05.009233-9/001**. Adriano Chafick Luedy e outros (recorrentes) e Ministério Público de Minas Gerais (recorrido). Relator: Desembargador Edelberto Santiago. Belo Horizonte, (data do julgamento) 03 out. 2006b.

_____. 1ª Câmara Criminal. **Acórdão proferido em requerimento de desaforamento nº 1.0000.06.446980-2/000(1)**. Requerente: juiz de direito da comarca de Jequitinhonha. Requeridos: Francisco de Assis Rodrigues de Oliveira, Mintou Francisco de Souza, Admilson Rodrigues Lima. Relator: Desembargador Edelberto Santiago. Belo Horizonte, (data do julgamento) 15 mai. 2007.

_____. Comarca de Belo Horizonte. Vara de Conflitos Agrários. **Sentença prolatada na Ação de Discriminatória de terra devoluta estadual nº 0024.03.025.037-7**. Estado de Minas Gerais contra Adriano Chafick Luedy e outros. Juiz de Direito: Alberto Diniz Junior. Belo Horizonte, (data do julgamento) 09 fev. 2009a.

_____. Comarca de Jequitinhonha. **Representação por Desaforamento na ação penal nº 0358.04.005.624-6**. Ministério Público de Minas Gerais contra Adriano Chafick Luedy e outros. Juiz de Direito Substituto: Rodrigo Braga Ramos. Jequitinhonha, 06 ago. 2009b.

_____. 3ª Câmara Cível. **Acórdão proferido na apelação cível nº 1.0024.03.025037-7/01**. 1º apelante: Estado de Minas Gerais – 2º apelantes: Adriano Chafik Luedy e outros – Apelados: Estado de Minas Gerais – 2º apelantes: Adriano Chafik Luedy e outros. Relatora: Desembargadora Albergaria Costa. Belo Horizonte, (data do julgamento) 15 out. 2009c. Disponível em <http://www.tjmg.jus.br/juridico/jt_/inteiro_teor.jsp?tipoTribunal=1&comrCodigo=24&ano=3&txt_processo=25037&complemento=11&sequencial=0&palavrasConsulta=&todas=&expressao=&qualquer=&sem=&radical=> Acesso em 25 jul. 2011.

_____. 1ª Câmara Criminal. **Acórdão proferido em requerimento de**

desaforamento nº 1.0000.09.504399-8/000(1). Requerente: juiz de direito da comarca de Jequitinhonha. Requeridos: Adriano Chafik Luedy e Waschington Agostinho da Silva. Relatora: Desembargadora Márcia Milanez. D.O.U. Belo Horizonte, (data do julgamento) 12 jan. 2010.

BRASIL/TRF (Tribunal Regional Federal da Primeira Região). Corte Especial. **Decisão interlocutória concedendo liminar em ação cautelar inominada nº 2008.01.00.065297-0/MG.** Requerente: Incra. Requeridos: Adriano Chafick Luedy e outros. Relator: Desembargador Federal Presidente Jirar Aram Meguerian. Brasília, (data do julgamento) 20 fev. 2009.

_____. Quarta Turma. **Decisão interlocutória negando efeito suspensivo ao agravo de instrumento nº 00211758-21.2010.4.01.0000/MG.** Recorrente: Incra. Recorridos: Adriano Chafick Luedy e outros. Relator: Desembargador Federal Hilton Queiroz. Brasília, (data do julgamento) 08 jun. 2010.

_____. Quarta Turma. **Acórdão negando provimento ao agravo de instrumento nº 00211758-21.2010.4.01.0000/MG.** Recorrente: Incra. Recorridos: Adriano Chafick Luedy e outros. Relator: Desembargador Federal Hilton Queiroz. Brasília, (data do julgamento) 17 jan. 2011.

CUREAU, Sandra. A impossibilidade de compensação de reserva legal mediante doação de área localizada no interior de unidade de conservação. *In: TELES DA SILVA, Solange; CUREAU, Sandra; LEUZINGER, Márcia Dieguez (Orgs). Código Florestal: desafios e perspectivas.* São Paulo: Editora Fiuza, 2010, p. 402-414.

D'ÁVILA, Renata Almeida. **O Princípio da Função Socioambiental da Propriedade Rural e a Desapropriação por Interesse Social para Fins de Reforma Agrária.** Monografia de Especialização. Brasília: UnB-CDS, 2005.

DATALUTA/NERA - Banco de Dados da Luta pela Terra - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/UNESP. **Relatório 2009.** Coordenação: FERNANDES, Mançano. Presidente Prudente, São Paulo. 2010. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_2009.pdf>. Acesso em 07 jun. 2011.

FELTRAN-BARBIERI, Rafael e KASSAI, Jose Roberto. Passivo Ambiental das Reservas Legais Inexistentes no Cerrado. *In: II Simpósio Internacional sobre Savanas Tropicais. IX Simpósio Nacional sobre o Cerrado.* Brasília, 2008. Disponível em: <http://simposio.cpac.embrapa.br/simposio_pc210/trabalhos_pdf/00089_trab1_ap.pdf>. Acesso em 28 ago. 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. *In: BUAINAN, Antônio Márcio Buainain (coord.) et al. Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de Conflitos no Brasil.* Campinas: Editora da Unicamp, 2008. p. 173-230.

FIGUEIREDO, Guilherme José Purvin de. **A propriedade no direito ambiental.** Rio de Janeiro: Esplanada, 2004, 288p.

INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária). **Decretos Desapropriatórios. Emissão de Decretos.** S/D – Disponível em http://www.incra.gov.br/portal/arquivos/servicos/numeros_reforma_agraria/num_oficiais_decetos.pdf. Acesso em 01 jun. 2011.

INCRA/MG (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional de Minas Gerais). **Planta Geral – Fazenda Nova Alegria – Felisburgo/MG**. Autor: Nelson César Guimarães. fev. 2006.

_____. **Laudo Agrônômico de Fiscalização – Fazenda Nova Alegria – Felisburgo/MG**. Autores: Jordane Jesus da Silva e Délcio Augusto Santos. Belo Horizonte, 26 dez. 2006b.

_____. **Laudo de vistoria e avaliação de imóvel rural – Fazenda Nova Alegria – Felisburgo/MG**. Autor: Vladimir Antonio Silva. Belo Horizonte, 14 fev. 2008.

KINGDON, John W. Juntando as coisas. *In*: Saraiva, Enrique e Ferrarezi, Elisabete (orgs). **Políticas Públicas**, Brasília: ENAP, 2006, pp. 225-245.

MACHADO, Paulo Affonso de Leme. **Direito Ambiental Brasileiro**, São Paulo: 12ª Edição. 2004.

MESQUITA, Helena Angélica de. **Corumbiara: o massacre dos camponeses**. Rondônia, 1995. Tese de Doutorado. FFLCH/USP, 2001.

MORAES, Luís Carlos Silva de. **Código Florestal Comentado**. 3ª ed. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2002. 324 p.

MP/MG – Ministério Público do Estado de Minas Gerais. **Petição Inicial da Denúncia nº 0358.04.005.624-6**, oferecida em desfavor de Adriano Chafick Luedy e outros. Distribuída à Vara da Comarca de Jequitinhonha/MG. Promotores de Justiça: Gabriel Pereira Mendonça, Guiovanni-Mansur Solha Pantuzzo, Luis Carlos M. Costa, Maria Elmira E. do Amaral Dick e Maria Inês R. de Souza. Jequitinhonha, 13 dez. 2004.

O ESTADO DE S. PAULO. **Invasão de terra é página virada, diz Jungmann**. Caderno Geral, p. A 16, 15 set. 2001.

OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. **A “não reforma agrária” do MDA/INCRA do Governo Lula**. Trabalho apresentado na reunião paralela realizada pela Via Campesina durante a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural - CIRADR-FAO, Porto Alegre: 07 a 10/03/2006.

PFE/INCRA/MG (Procuradoria Federal Especializada - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Superintendência Regional de Minas Gerais). **Petição Inicial da Ação de Desapropriação nº 2009.38.00.032320-2**. Autor: Incra. Réus: Adriano Chafick Luedy e outros. 12ª Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais (Justiça Federal). Procuradores: Ana Célia Passos de Moura Camargos e Daniela Torres de Moura Costa. Belo Horizonte, 09 dez. 2009.

_____. **Petição de Agravo de Instrumento nº 00211758-21.2010.4.01. 0000/MG**. Recorrente: Incra. Recorridos: Adriano Chafick Luedy e outros. Tribunal Regional Federal. Procuradores: Ana Célia Passos de Moura Camargos. Belo Horizonte, 12 abr. 2010.

PGE/MG (Procuradoria Geral do Estado de Minas Gerais). **Petição Inicial da Ação de Discriminatória de terra devoluta estadual nº 0024.03.025.037-7**, ajuizada em desfavor de Adriano Chafick Luedy e outros proprietários e distribuída à Vara de Conflitos Agrários da Comarca de Belo Horizonte. Procurador: Romeu Rossi. Belo Horizonte, 16 jun. 2003.

PM/MG (Polícia Militar do Estado de Minas Gerais). **Boletim de Ocorrência nº 040/02**. Envolvidos: Integrantes do MST, Adriano Chafick Luedy, Cezar de Almeida e Sebastião Cardoso dos Santos. Felisburgo/MG, 29 mai. 2002.

RAMOS, Alessandro Marcondes França. **Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal: contornos jurídicos e questões controvertidas.** Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), São Paulo: 2009.

ROCHA, Jan. Trabalho Escravo: presente, passado e futuro. *In: TORRES, Maurício (Org.). Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.* Brasília: CNPq, 2005. p. 237-269.

SANTIAGO e DESOTTI – Advogados Associados. **Petição Inicial da Ação Ordinária de declaração de nulidade de processo administrativo, com pedido de tutela antecipada nº 2007.38.00.037767-3.** Autor: Adriano Chafick Luedy e outros. Réu: Inca. 12º Vara da Seção Judiciária de Minas Gerais. Advogados: Rogério Vieira Santiago e Alexandre Desotti Costa. Belo Horizonte, 26 nov. 2007.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **Análise das políticas de obtenção dos Assentamentos Rurais no Brasil de 1985 a 2009:** estudo dos assentamentos reconhecidos pelo INCRA no Estado de São Paulo. Relatório Parcial. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária da Universidade Estadual Paulista (NERA/FCT/UNESP). Presidente Prudente: 2010. Disponível em <http://www4.fct.unesp.br/nera/projetos/relatorio_rafaeldossantos_2011.pdf> Acesso em: 07 jun. 2011.

SILVA, Daniel Leite da. **O descumprimento da função sócio-ambiental como fundamento único da desapropriação para reforma agrária.** Jus Navigandi, Teresina, ano 12, n. 1632, 20 dez. 2007. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=10774>>. Acesso em: 01 dez. 2010.

SILVA, José Antonio Aleixo; NOBRE, Antonio Donato; MANZATTO, Celso Vainer; JOLY, Carlos Alfredo; RODRIGUES, Ricardo Ribeiro; SKORUPA, Ladislau Araújo; NOBRE, Carlos Afonso; AHRENS, Sérgio; MAY, Peter Herman; SÁ, Tatiana Deane de Abreu; CUNHA, Maria Manuela Ligeti Carneiro da; RECH FILHO, Elibio Leopoldo. **O Código Florestal e a Ciência: contribuições para o diálogo.** ISBN 978-85-86957-16-1, São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SBPC; Academia Brasileira de Ciências, ABC. 2011. 124 p.

SPAROVEK, Gerd; BARRETO, Alberto; KLUG, Israel; PAPP Leonardo; LINO, Jane. A Revisão do Código Florestal Brasileiro. **Revista Novos Estudos**, São Paulo, n. 89, p. 111-135, mar. 2011.

THÉRY, Hervé; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; GIRARDI, Eduardo Paulon; HATO, Julio. Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil. *In: Revista NERA.* Ano 13, nº 17, jul./dez. 2010. Presidente Prudente: NERA/Unesp, 2010. p. 7-28.

Lista de abreviaturas e siglas

APP: Área de Preservação Permanente
 CF: Constituição Federal da República Federativa do Brasil (1988)
 CFB: Código Florestal Brasileiro (Lei Federal nº. 4.771/1965)
 INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
 INCRA/MG: Superintendência Regional do estado de Minas Gerais do Inca
 MG: Estado de Minas Gerais
 MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
 RL: Área de Reserva Legal
 TRF: Tribunal Regional Federal
 STF: Supremo Tribunal Federal
 STJ: Superior Tribunal de Justiça

Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro¹

César Augusto Da Ros

Doutor em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo CPDA/UFRRJ (2006).
Professor Adjunto II do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
e-mail: da_rosgringo@yahoo.com.br

Marcos Botton Piccin

Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) da UFRRJ e doutorando do Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UNICAMP. Bolsista CNPq.
e-mail: marcospiccin@gmail.com

Resumo

Este artigo analisa qualitativamente as ações de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária executadas no âmbito do projeto Lumiar, tendo por base a experiência desenvolvida no estado do Rio de Janeiro (RJ). Esse projeto foi criado pelo governo Cardoso, em 1997, em um contexto de ascensão das lutas por terra protagonizadas pelos movimentos sociais do campo e de suas pressões sobre o Estado pela implantação de infraestrutura nos assentamentos criados, de programas de crédito mais compatíveis e pelo oferecimento de serviços de assistência técnica diferenciados às famílias assentadas. Além do seu caráter emergencial, o projeto Lumiar tinha como propósito promover a terceirização e descentralização dos serviços de assessoria técnica nos assentamentos rurais, de tal modo que as organizações dos agricultores assentados pudessem contratá-los junto às organizações públicas e privadas, credenciadas e reconhecidas oficialmente pelo INCRA. Na análise realizada ao longo deste artigo, procurou-se confrontar os objetivos, concepções e a estrutura organizacional presentes no documento oficial do Lumiar com as ações postas em prática nos assentamentos rurais.

Palavras-chave: assessoria técnica, assentamentos rurais, agricultores assentados, reforma agrária, projeto Lumiar.

Resumen

Los servicios de asesoramiento técnico y social a la reforma agraria: un análisis cualitativo de las acciones del proyecto Lumiar en el estado de Rio de Janeiro

Este trabajo analiza cualitativamente las acciones de asesoramiento técnico y social para la reforma agraria implementada en el marco del proyecto de Lumiar, en base a la experiencia desarrollada en el estado de Río de Janeiro (RJ). Este proyecto fue creado por el gobierno

¹ Artigo elaborado no âmbito do projeto de pesquisa: *As políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural no estado do Rio de Janeiro: uma análise das ações e resultados atingidos pelos programas PEATER e ATES (2004-2008)*, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

de Cardoso, em 1997, em o contexto do ascenso de la lucha por tierra llevadas a cabo por los movimientos sociales rurales y sus presiones sobre el Estado para el despliegue de la infraestructura en los asentamientos creados, los programas de crédito más compatibles y ofreciendo asistencia técnica específica a las familias que se establecieron. Además de su carácter de urgencia, el proyecto Lumiar tenía la intención de promover la descentralización y externalización de los servicios de asesoramiento técnico en los asentamientos rurales, de modo que las organizaciones de agricultores podían contratar estos junto a las organizaciones públicas y privadas, acreditadas y reconocidas oficialmente por el INCRA. En el análisis realizado en este artículo, hemos tratado de hacer frente a los objetivos, conceptos y estructuras de organización presentes en Lumiar oficial del documento con las acciones llevadas a cabo en los asentamientos rurales.

Palabras-clave: asesoramiento técnico, asentamientos rurales, agricultores asentados, reforma agraria, proyecto Lumiar.

Abstract

The technical advisory services and social assistance to agrarian reform: a qualitative analysis of project actions Lumiar in the state of Rio de Janeiro

This paper analyzes qualitatively the actions of technical assistance and social services to agrarian reform implemented under the project Lumiar, based on the experience developed in the state of Rio de Janeiro (RJ). This project was created by the Cardoso government in 1997, in the context of the rise of the main characters struggle for land by rural social movements and their pressures on the State for the deployment of infrastructure in the settlements created credit programs more compatible and by offering technical assistance to different families settled. In addition to its emergency nature, the project Lumiar was intended to promote decentralization and outsourcing of technical advisory services in rural settlements, so that farmers' organizations could hire them sitting next to the public and private organizations, accredited and officially recognized by INCRA. In the analysis performed throughout this article, we tried to confront the objectives, concepts and organizational structure present in the document's official Lumiar with the actions implemented in the rural settlements.

Keywords: technical assistance, rural settlements, settled farmers, agrarian reform, project Lumiar.

Introdução

No Brasil, as reivindicações pela ampliação da oferta dos serviços de assistência técnica e extensão rural (ATER) aos agricultores familiares e assentados foram incorporadas na agenda dos movimentos sociais e sindicais do campo (doravante referidos pela sigla MSC) em suas ações de pressão sobre as instâncias do Estado pela ampliação do acesso a terra, à infraestrutura e por políticas diferenciadas de crédito rural. Nas últimas três décadas, a retomada das ações de ocupações de terras passíveis de desapropriação pressionou o Estado brasileiro, por intermédio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a implantar uma política de criação de assentamentos rurais, a fim de equacionar pontualmente as situações de conflitos fundiários mais emergentes (HEREDIA, 2002).

A multiplicação dos assentamentos rurais pelo país afora gerou expectativas acerca da sua viabilização sócioeconômica, mediante o estímulo de atividades produtivas que garantissem a subsistência das famílias assentadas e a geração de excedentes para a comercialização nos mercados locais. Nesta direção, diversos estudos apontam para a

importância exercida pelos serviços de ATER na viabilização econômica e social dos agricultores familiares e dos assentados dos programas de reforma agrária (PEIXOTO, 2002; GUANZIROLI et al., 2003; BRUNO; DIAS, 2004; DIAS, 2004). Isto porque a presença destes serviços tem sido determinante na possibilidade desses públicos de agricultores acessarem os recursos financeiros oriundos dos programas oficiais de crédito rural.

No que se refere ao público beneficiário das políticas agrárias, constata-se que as reivindicações por um serviço específico às famílias assentadas já vinha sendo debatida desde a implantação do I Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), em 1985. Naquela época, a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) tomou a iniciativa de contratar profissionais para formar equipes especiais dentro dos escritórios das empresas estaduais de ATER (EMATER's) para o atendimento exclusivo dos assentamentos, estabelecendo objetivos, diretrizes de atuação e metodologias de trabalho distintas daquelas que vigoraram durante o período da modernização técnica da agricultura brasileira². A manutenção dessas equipes especiais teve curta duração, cujos trabalhos foram encerrados em face ao malogro das ações previstas no I PNRA e pela extinção da EMBRATER durante o governo Fernando Collor de Melo, em 1990 (CAPORAL, 1998; MUCHAGATA, 2003).

Na década de 1990, diante da multiplicação dos assentamentos rurais e da valorização econômica, social e política da categoria da agricultura familiar, intensificaram-se os debates em torno da necessidade de reconstrução dos serviços públicos ATER, em crise desde a extinção da EMBRATER. Neste contexto, a defesa pela criação de uma política de ATER específica aos assentamentos passou a ser justificada com base no seguinte diagnóstico: a) da falta de capacidade operacional do INCRA para dar conta da diversidade de tarefas que demandam o processo de assentamentos; b) da insuficiência ou a inadequação dos serviços oferecidos pelas empresas estaduais de extensão rural (EMATER e similares); c) da necessidade de um serviço de ATER específico para os assentados que desse suporte à execução dos projetos técnicos financiados pelos programas públicos de crédito rural; d) pela necessidade de conferir um maior poder decisório às associações e entidades de representação dos agricultores (DIAS, 2004, p. 514).

O primeiro projeto de ATER específico aos assentamentos de reforma agrária foi criado pelo INCRA, em 1997. Tratava-se do *projeto Lumiar* que tinha como propósito promover a terceirização e descentralização da assistência técnica nos assentamentos rurais, de tal modo que as organizações dos agricultores assentados pudessem contratar os serviços de ATER junto às organizações públicas e privadas, credenciadas para tal. A despeito das inovações institucionais, conceituais e metodológicas presentes no projeto e da rica experiência desenvolvida pelas suas equipes técnicas, o INCRA resolveu interrompê-lo no ano de 2000, abortando uma série de iniciativas que estavam sendo desenvolvidas pelo país afora.

Ao se consultar a literatura especializada, constata-se que existem poucos trabalhos dedicados à análise do seu funcionamento, bem como dos resultados atingidos nos estados em que foi implantado. Por essa razão, o objetivo do presente artigo será o de analisar qualitativamente as ações de assessoria técnica e social do projeto Lumiar, tendo por base a experiência desenvolvida no estado do Rio de Janeiro (RJ). Para tanto buscaremos, sempre que possível, confrontar os objetivos, concepções e estrutura organizacional presentes no documento oficial do Lumiar com as ações postas em prática pelas equipes locais e de supervisão nos assentamentos rurais, destacando a dinâmica de funcionamento observada durante a o período de vigência do projeto.

Nestas análises foram utilizadas como fontes principais: a literatura especializada sobre o tema, alguns documentos oficiais e as entrevistas realizadas pelos autores com gestores públicos e representantes (nacionais e estaduais) dos MSC. Este artigo foi dividido em cinco seções, incluindo esta introdução. Na segunda seção serão analisados os aspectos determinantes que influenciaram no processo de criação do projeto Lumiar. Na

² Entrevista de Mario Lúcio Machado Melo Jr. (INCRA/RJ).

terceira seção serão apresentadas a concepção, a estrutura e o modo de funcionamento do programa, destacando as suas especificidades e inovações. Na quarta seção apresentaremos um balanço qualitativo do processo de implantação do Lumiar no estado do Rio de Janeiro. Na última seção são sistematizadas as principais conclusões oriundas das reflexões realizadas ao longo do artigo.

Aspectos determinantes na criação do projeto Lumiar

O processo de criação do projeto Lumiar ocorreu em um contexto de ascensão das lutas por terra protagonizadas pelos MSC, a partir da segunda metade da década de 1990. Essas lutas contribuíram para recolocar o tema da reforma agrária na agenda política do governo federal, obrigando-o a tomar medidas que respondessem à pressão organizada dos trabalhadores rurais e suas organizações. Segundo Pereira (2004, p. 131-132), as lutas por reforma agrária foram impulsionadas a partir de uma conjunção de acontecimentos ocorridos no biênio de 1996 e 1997, entre os quais destaca: a) a repercussão nacional e internacional dos dois massacres de trabalhadores sem-terra nos municípios de Corumbiara (RO), em agosto de 1995 e, Eldorado dos Carajás (PA), em abril de 1996; b) o aumento exponencial das ocupações de terras; c) o aumento da tensão no pontal do Paranapanema, em São Paulo; d) a realização, pelo MST, da “Marcha Nacional por Emprego e Justiça”; e) a realização de protestos por entidades de apoio ao MST nas viagens do Presidente da República ao exterior.

Em resposta a forte repercussão dos massacres, o governo criou, em 1996, o Ministério Especial de Política Fundiária (MEPF), ligado diretamente ao gabinete da Presidência. Essa mudança sinalizava a intenção do governo em retomar a iniciativa política em relação às pressões desencadeadas pelos MSC naquela conjuntura política. A partir de 1997, o governo iniciou um conjunto de ações em quatro direções, as quais apresentavam como característica inicial o fato de serem relativamente dispersas, mas que com o passar do tempo foram ganhando coerência entre si, até serem reunidas e consolidadas no segundo mandato do governo Cardoso (MEDEIROS; LEITE, 2004, p. 365; PEREIRA: 2004a, p. 133).

Na primeira direção foi aprovado um pacote de medidas legais, destinadas a cumprir três objetivos básicos: a) reduzir parcialmente os preços finais pagos pelo Estado nas desapropriações; b) acelerar os processos de desapropriações; c) impedir os subterfúgios dos grandes proprietários em ter as suas terras desapropriadas. Na segunda direção, o governo baixou uma série de expedientes legais destinados a reprimir as ocupações de terras promovidas pelos movimentos sociais e sindicais do campo, com o objetivo de atingir especialmente o MST. Numa terceira direção, o MEPF tomou medidas no sentido de vincular a política agrária à reforma do Estado, através da descentralização institucional e administrativa. Tais medidas se contrapunham à plataforma dos MSC, que sempre defenderam a federalização da reforma agrária. Numa quarta direção, o governo deu início aos programas orientados pelo Modelo de Reforma Agrária de Mercado, tendo como ponta de lança o programa *Banco da Terra*³ (PEREIRA, 2004a, p. 136).

No âmbito das ações de desenvolvimento dos assentamentos recém implantados, uma das medidas mais importantes adotadas pelo governo Cardoso foi a criação do projeto Lumiar, em 1997⁴. A sua implantação ocorreu num contexto de ascensão das lutas dos MSC

³ O *Banco da Terra* foi criado, em 1998, por meio da Lei Complementar nº 93/98, constituindo-se num fundo de caráter nacional previsto pela Constituição para financiar a compra de terras por trabalhadores rurais (PEREIRA, 2004a, p. 148-149). Essa modalidade de política agrária constituiu-se em uma alternativa à intervenção do Estado baseada nas desapropriações das propriedades que não cumpriam com a sua função social.

⁴ Segundo o depoimento do Prof. Robson Amâncio (UFRRJ), que na época foi supervisor externo do projeto no estado de Minas Gerais, a escolha do nome “Lumiar” foi retirada de uma canção de autoria de Beto Guedes, cujo significado é *iluminar*.

e de suas pressões pela implantação de infraestrutura nas áreas desapropriadas, por programas de crédito mais compatíveis e pelo oferecimento de serviços de assistência técnica diferenciados. Ademais, a publicação dos dados do Censo da Reforma Agrária, finalizado em 1997, identificou a existência de 1.600 projetos de assentamentos, nos quais vivia um total de 320.000 famílias no país, o que aumentou as preocupações do governo Cardoso com a melhoria da eficácia e integração das políticas públicas (PEREIRA, 2004b, p. 102).

Como resultado dessas pressões, no segundo semestre de 1996 e no início de 1997, o governo Cardoso promoveu uma série de discussões sobre a proposta de um novo modelo de assistência técnica para os assentamentos rurais, que deveria subsidiar a formulação de um projeto governamental. Nessas discussões participaram de forma efetiva e permanente, os representantes do INCRA e do MST, professores universitários que integravam o Comitê Assessor do Grupo de Reforma Agrária (GTRA) do Conselho dos Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB), técnicos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), da *Food Agricultural Organization* (FAO), Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA), Federação dos Trabalhadores da Assistência Técnica e do Setor Público Agrícola do Brasil (FASER) e da Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste (ASSOCENE) (NETO, 2005, p. 87).

O desdobramento dessas discussões e negociações materializou-se na elaboração de várias versões preliminares do projeto, que após inúmeras polêmicas resultou no lançamento por parte do INCRA, no dia 03 de abril de 1997, de um documento oficial no qual se detalhava a concepção, as diretrizes, a estrutura operacional, a metodologia e o modo de funcionamento do projeto Lumiar⁵. A formulação desse documento foi resultado de um acordo negociado e não de um consenso⁶. Isto porque houve uma disputa política intensa entre o INCRA e os MSC em relação à concepção, aos objetivos e a metodologia a ser adotada no projeto.

Essas disputas relacionavam-se às diferentes interpretações acerca da centralidade conferida à reforma agrária nas estratégias de desenvolvimento do meio rural brasileiro. Para os MSC, em particular o MST, a reforma agrária era considerada uma política estrutural capaz de promover transformações profundas no campo brasileiro, reduzindo os níveis elevados de concentração da propriedade das terras, de desigualdade na distribuição da riqueza e da renda no campo, atuando como ponta de lança para a construção de um projeto de desenvolvimento rural alternativo, baseado em formas associativas e cooperadas de produção e no uso de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente. Para o governo Cardoso, o conceito de reforma agrária implícito em seu programa resumia-se a ações fundiárias mais agressivas, quando comparado com os governos passados, mas sem a menor pretensão de alteração estrutural, assumindo claramente um caráter de política social compensatória (CARVALHO FILHO, 2001, p. 201).

Por essa razão, desde a sua origem o projeto Lumiar incorporou uma ambiguidade constitutiva. Por um lado, foi planejado para operar como um mecanismo de inserção competitiva dos assentados nos mercados, tendo a melhoria da renda como critério de avaliação do desempenho dos serviços das suas equipes técnicas. Por outro, ao preconizar a autonomia dos assentados, estimulando os técnicos a utilizarem metodologias participativas, possibilitou a constituição de formas organizativas baseadas em parâmetros que extrapolavam a dimensão da racionalidade econômica. Esta ambiguidade criou um

⁵ Segundo Pimentel (2007, p. 63), o projeto Lumiar foi criado oficialmente por meio da Resolução n. 95 de 20 de novembro de 1996 do Conselho Diretor do INCRA. Ou seja, a criação oficial do programa ocorreu anteriormente à finalização dos debates em torno das diretrizes dos programas.

⁶ Conforme indica um dos parágrafos da apresentação do programa: “Esta versão resulta de um amplo e polêmico processo de discussão que se revelou mais complexo do que se previa inicialmente, principalmente em se tratando de um projeto que respondia uma antiga reivindicação dos trabalhadores com ênfase para a autonomia de decisão dos assentados e para a transparência de avaliações” (BRASIL, 1997).

espaço de tensão permanente entre os assentados e suas organizações e o INCRA, transformando o programa num verdadeiro *campo de lutas* (NETO, 2005, p. 339-340).

No documento oficial de lançamento do projeto Lumiar, o governo Cardoso justificava a sua criação a partir da afirmação de que um programa comprometido com a sustentabilidade e com a qualidade de vida das famílias assentadas deveria estar estruturado em três vetores complementares e interdependentes: a) o acesso a terra e à infraestrutura; b) o crédito; c) a assistência técnica. Nesta direção, argumentava que, isoladamente, nenhum destes vetores garantiria a consolidação da reforma agrária. O acesso a terra sem recursos condenaria os assentados à mesma situação de pobreza rural em que viviam mais de 50% dos agricultores familiares, naquele momento. O crédito sem uma orientação técnica que garantisse a sua aplicação racional, além de acarretar desperdício de recursos, inviabilizaria o resgate dos empréstimos e a sustentabilidade dos assentamentos (BRASIL, 1997, p. 02).

Segundo a interpretação do governo Cardoso, havia dois argumentos que corroboravam com a criação de um programa de ATER específico para os assentamentos. O primeiro deles baseava-se no diagnóstico de que no Brasil as políticas públicas não trataram com equilíbrio a questão do acesso a terra, crédito e assistência técnica, em particular no que se refere aos públicos da agricultura familiar e da reforma agrária. O segundo argumento era baseado na percepção de que a rede de serviços de ATER brasileira havia sido completamente desmantelada. Neste contexto, mesmo reconhecendo que não era atribuição do INCRA, a execução de programas de fomento e de assistência técnica, o MEPF determinou a formulação e implantação de um programa emergencial que suprisse a deficiência dos serviços de extensão rural, de modo a garantir condições básicas de apoio ao desenvolvimento dos assentamentos (BRASIL, 1997, p. 02-03).

Desse modo, a decisão do governo Cardoso em criar o projeto Lumiar sinalizou uma retomada das preocupações do Estado com a assistência técnica, porém, de forma pontual e sem estabilidade (SCHMITZ, 2001). A sua implantação coincidiu com a retomada das discussões sobre a reconstrução dos serviços públicos de ATER no país, ocorridas no *Seminário Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: uma nova extensão para a agricultura familiar*. O objetivo deste evento foi produzir consensos públicos em torno da construção de novos aparatos institucionais de ATER coerentes com a valorização da agricultura familiar ocorrida no âmbito das políticas agrícolas⁷.

Tais discussões ocorreram num momento em que o sistema brasileiro de ATER (criado e estruturado a partir da década de 1950) havia sido praticamente desmantelado, em função da crise vivida por essas instituições ao longo da década de 1980, que culminou na extinção da EMBRATER, em 1990⁸. Naquele momento, o país enfrentou uma conjuntura de crise econômica causada pelo seu endividamento externo, levando o governo federal a

⁷ Neste evento foram definidas as seguintes diretrizes orientadoras para a construção de um novo modelo de ATER no Brasil: 1) a definição dos agricultores familiares como o público exclusivo das ações de ATER; 2) a definição dos serviços de ATER como serviços públicos oferecidos por instituições estatais e não estatais; 3) a afirmação de um modelo institucional calcado nos princípios da descentralização, do pluralismo institucional, da autonomia e da gratuidade; 4) a defesa do desenvolvimento rural sustentável; 5) o controle social da gestão pelos próprios beneficiários; 6) a organização dos agentes em redes de ATER; 6) ênfase na participação dos agricultores e suas organizações na definição das prioridades de ação das instituições de ATER; 7) a adoção de novos métodos de trabalho baseados no diálogo e na troca de conhecimentos com os agricultores (ABRAMOVAY, 1998; PEIXOTO, 2008).

⁸ Segundo Caporal (1998, p. 297), a crise vivenciada pelas instituições de ATER se manifestou sob quatro formas distintas: 1) uma *crise financeira* determinada pela contínua redução dos recursos públicos destinados a estas atividades; 2) uma *crise de efetividade*, desencadeada pelo desconhecimento de que os programas tradicionais de extensão obtiveram poucos resultados na promoção de práticas ambientalmente desejáveis; 3) uma *crise de legitimação*, resultante das dúvidas dos agricultores acerca da relevância dos serviços prestados para o setor agrícola e dos resultados alcançados por eles; 4) uma *crise teórica ou programática*, desencadeada a partir da rejeição das concepções teóricas inspiradas no difusionismo.

adotar um programa de ajustamento estrutural, em conformidade às recomendações dos organismos financeiros internacionais, em especial o FMI. Paralelamente, propagou-se o diagnóstico de que os serviços públicos de ATER eram ineficientes e prescindíveis ao modelo de desenvolvimento rural implantado entre as décadas de 1960 e 1980. Tal diagnóstico serviu de justificativa para a realização de cortes no orçamento da EMBRATER, tornando-a vulnerável às pressões políticas em favor da sua extinção (CAPORAL, 1998).

Em resposta à crise, o Banco Mundial e a FAO passaram a recomendar a realização de reformas visando à constituição de sistemas pluralistas, baseados na descentralização, terceirização e privatização dos serviços de ATER, inserindo-se no contexto mais amplo das reformas de caráter liberal implementadas nos países centrais e periféricos, a partir da década de 1980. Tais reformas ocorreram em dois momentos: a) no primeiro, os governos procuram repassar integralmente a responsabilidade do financiamento e a oferta dos serviços de ATER para o setor privado; b) no segundo, os governos perceberam que os serviços de ATER não poderiam prescindir da presença do Estado, razão pela qual passaram a construir formatos institucionais que potencializassem a participação dos agentes privados e não-governamentais, aproximando-se do modelo preconizado pelos sistemas pluralistas (DIESEL, et al., 2008).

Sob este aspecto, pode-se dizer que o projeto Lumiar se constituiu na primeira e mais importante experiência de ATER implantada no país após a extinção da EMBRATER, em 1990. O seu formato descentralizado, o direcionamento dos serviços de assistência técnica às demandas dos assentados, a focalização dos investimentos públicos nas áreas de maior pressão política e a possibilidade de adequar as ações de forma mais flexível, segundo a oportunidade, tornavam o projeto um importante espaço de experimentação para se pensar a construção de outros modelos, para além da ATER estatal (SCHMITZ, 2001).

Só para se ter uma ideia da magnitude e abrangência assumidas pelo Lumiar, em nível nacional, verifica-se que, no ano de 1999, o projeto contava com um corpo de 1.267 técnicos, os quais eram responsáveis pelo atendimento de mais 100.000 famílias, das quais mais de 41.000 famílias pertenciam aos estados da região Nordeste. Contudo, neste mesmo ano, o projeto começou a sofrer algumas mudanças na sua concepção original, entre as quais merece destaque o desligamento das equipes de supervisão existentes nos estados. Esta mudança contribuiu para disseminar um clima de desconfiança e insegurança entre as equipes locais que passaram a enfrentar uma série de dificuldades para o desenvolvimento de suas atividades rotineiras (PEREIRA, s/d).

No mês de maio de 2000, o jornal *Folha de São Paulo* publicou uma série de denúncias sobre desvios de recursos ocorridos em alguns assentamentos no estado do Paraná, envolvendo técnicos do Lumiar e cooperativas dos assentados. De acordo com as matérias, as equipes locais estariam repassando 3% dos recursos dos projetos de crédito às cooperativas do MST, configurando uma situação de “pedágio financeiro”. O jornal responsabilizava o governo Cardoso por ter montado uma estrutura de desvio de recursos públicos, ao permitir que as associações e cooperativas indicassem os “seus próprios técnicos”⁹ (PIMENTEL, 2007, p. 74).

Diante dessas acusações, o governo Cardoso optou por desativar o projeto, justificando que este não estava funcionando de maneira satisfatória, pois atendia somente 25% dos assentados da reforma agrária (PIMENTEL, 2007, p. 74). Em que pese a gravidade dos fatos noticiados pela imprensa, é importante assinalar que estes por si só não eram suficientes para justificar a interrupção abrupta do projeto, tendo em vista que este já

⁹ Desde então, passaram a ser recorrentes, nos veículos da imprensa escrita e televisiva, a publicação de matérias questionando a transferência de recursos públicos aos MSC por meio de projetos e convênios, sob a alegação de que estes recursos estariam financiando as suas estruturas organizativas e ações políticas, não raro qualificadas como “subversivas”. Contudo, é importante assinalar, que estes mesmos veículos da imprensa nunca colocaram sob suspeita as transferências de recursos públicos direcionadas às entidades e organizações patronais do campo. A respeito do financiamento público das organizações do patronato brasileiro consultar Sauer; Tubino (2007).

previa mecanismos de desligamento das associações e cooperativas que praticassem qualquer tipo de irregularidade, conforme será analisado adiante.

A ausência de explicações claras e convincentes por parte do governo Cardoso para extinguir o Lumiar tornavam-se ainda mais flagrantes diante das avaliações positivas emitidas por pesquisas encomendadas pelo próprio INCRA. Estas pesquisas apontavam resultados promissores do projeto no estímulo à diversificação produtiva, na agregação de valor à produção, na busca de alternativas de comercialização e na construção de experiências autônomas de gestão da produção e da vida social por parte dos assentados. Neste caso, os limites e equívocos do projeto apontados nessas pesquisas eram passíveis de correção e não justificavam a sua desativação (NETO, 2005, p. 341).

É importante assinalar que a direção nacional do INCRA da época não desejava dar continuidade a um projeto que escapava do seu controle, tendo em vista que após efetuar o repasse dos recursos aos bancos, todas as ações de assessoria previstas no projeto ficavam a cargo das organizações dos assentados, das equipes técnicas e de supervisão. Neste contexto, a apropriação do projeto por parte dos movimentos sociais de luta por reforma agrária extrapolava os limites aceitos pela racionalidade estatal¹⁰.

Sob este aspecto, o Lumiar nunca chegou a ser completamente aceito na esfera governamental, quer seja no MEPF, quer seja no INCRA. A principal fragilidade do projeto Lumiar estava relacionada ao seu caráter emergencial e, também, ao fato deste ter sido concebido e elaborado em um contexto provisório de ascensão dos movimentos de luta por reforma agrária. Neste contexto, o governo Cardoso aceitou a implantação do projeto, não como uma opção estratégica de apoio à reforma agrária, mas visando atender, conjuntamente, parte das reivindicações feitas pelos MSC naquele momento. Assim que houve uma mudança na correlação de forças, o projeto foi extinto (NETO, 2005, p. 347).

Como resultado da interrupção do projeto Lumiar, em 2000, os assentamentos rurais ficaram completamente desassistidos pelo governo federal que não propôs alternativas para substituí-lo. Todas as ações de ATER posteriores ao término do Lumiar foram pontuais e passaram a ser executadas pelas mais diversas instituições credenciadas junto ao INCRA. Entre estas ações destacaram-se, principalmente: a) contratação de serviços para elaboração dos PDA's; b) o repasse da elaboração dos projetos de crédito para as EMATER's e empresas privadas de ATER tradicionais; c) a proposição da inserção de profissionais das ciências agrárias no interior dos assentamentos, na condição de "técnico assentado" (PEREIRA, s/d). Para as famílias assentadas a conjuntura do fim do LUMIAR significou a interrupção de um tipo de ATER que, apesar dos problemas e limitações, representava maiores possibilidades de participação e explicitação das suas demandas.

A interrupção dos trabalhos das equipes do LUMIAR teve um impacto direto na contratação dos recursos do PRONAF "A" no biênio de 2000/2001. Sem o trabalho das prestadoras de assistência técnica, os projetos não puderam ser aprovados pelos agentes financeiros e os recursos voltaram para o Tesouro Nacional (GUANRIZOLI et al., 2003). Desse modo, a retomada das discussões sobre a construção de uma política de ATER para os assentamentos, somente ocorreu no início do governo Lula, quando foi lançado, em 2004, o Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES).

Concepção, estrutura e modo de funcionamento do programa Lumiar

O projeto Lumiar foi lançado visando implantar um serviço descentralizado de apoio técnico às famílias assentadas no âmbito da política de reforma agrária do governo federal, através do MEPF, coordenado de maneira compartilhada pelo INCRA com outras instituições (BRASIL, 1997, p. 03). Nesta direção, previa-se a transferência da responsabilidade pela oferta dos serviços de ATER do Estado para o setor privado e não governamental, mediante um processo de terceirização, ao mesmo tempo em que afirmava

¹⁰ Entrevista de César Aldrighi (INCRA).

a necessidade da participação dos assentados na tomada das decisões (MOREIRA, 1997, p. 166).

Neste caso, a terceirização dos serviços de ATER, além de estar perfeita sintonia com as diretrizes de desenvolvimento rural preconizadas no segundo governo Cardoso, também se coadunava às recomendações das organizações de cooperação internacional, que defendiam a realização de reformas, visando a constituição de sistemas pluralistas (NEUMANN; FROELICH, 2004). Por essa razão, a implantação do Lumiar representava uma ruptura com a ideia de um sistema de ATER predominantemente estatal, que havia vigorado em diversos países desde a década de 1950, os quais funcionaram como braços operativos do processo de modernização técnica do campo (KAY, 2007).

A principal base de referência para a criação do Lumiar foi a experiência desenvolvida entre os anos de 1994 e 1995 nos estados do Ceará, Pernambuco e Bahia, no âmbito do projeto Conta Cooperativa de Capacitação (CONTACAP). Este projeto tinha como princípio a defesa da autonomia de decisão dos assentados na promoção de sua organização e dos seus projetos de desenvolvimento. Em sua concepção estava previsto que os custos dos serviços de ATER deveriam ser progressivamente repassados para os assentados, ao longo do tempo. Este projeto chegou a contar com 24 equipes de técnicos que atendiam, aproximadamente, 7.200 famílias (PEREIRA, 2004b, p. 103).

Desse modo, constata-se que o Lumiar adotou uma concepção similar ao CONTACAP, pois tinha um caráter emergencial, transitório e previa que, aos poucos, as associações e entidades dos assentados assumissem, inclusive, a responsabilidade financeira no custeio de tais serviços. Ou seja, no desenho deste programa estava previsto a sua desativação ou extinção, tão logo os assentamentos fossem considerados emancipados em relação ao INCRA (PIMENTEL, 2007, p. 64). Tal perspectiva estava prevista no documento oficial do Lumiar, no qual se destacava o caráter de “excepcionalidade” do projeto, concebido pelo INCRA como uma ação “emergencial e suplementar”, que extrapolava as funções da autarquia, para compensar a insuficiência do Estado no atendimento da demanda por serviços de ATER aos agricultores familiares e assentados (BRASIL, 1997, p. 05).

Segundo Neto (2005, p. 88), a definição do Lumiar como uma ação “emergencial” desde o início se configurou como a sua principal limitação, indicando que este seria mais um programa com um caráter transitório e não uma ação permanente do Estado. Sob este aspecto, havia uma sinalização de que uma vez passada a situação de “emergência”, o programa poderia ser desativado, gerando um sentimento de insegurança entre todos os atores envolvidos na sua implementação, inclusive por parte dos funcionários do INCRA, que já estavam acostumados com as constantes mudanças nos projetos, programas e políticas governamentais.

Outro aspecto destacado no documento oficial do Lumiar, diz respeito ao reconhecimento da inadequação institucional do INCRA para a execução de um projeto de ATER (BRASIL, 1997, p. 03). Este aspecto teve repercussões diretas na operacionalização do projeto Lumiar, verificadas na falta de infraestrutura para sustentar e apoiar as ações dos técnicos de campo, assim como, na forma de raciocínio presente no quadro funcional da autarquia (NETO, 2005). Isto porque os funcionários do INCRA estavam mais acostumados às rotinas burocráticas envolvidas nos processos de desapropriação de terras, mas pouco familiarizados às práticas educativas baseadas no estímulo à participação dos assentados. Nas palavras de Neto (2005, p. 89): “para este corpo técnico, os assentados eram vistos como ‘beneficiários’ da ação do INCRA, portanto, como ‘clientela’ que deveria se enquadrar nas normas ditadas pelo órgão, tido como tutor dos assentamentos”.

É importante ressaltar que a falta de estrutura operacional e de pessoal do INCRA para atender as demandas dos assentamentos era decorrente dos impactos produzidos pelas reformas liberalizantes realizadas ao longo da década de 1990, nas quais se priorizou a reforma do Estado, com a redução de pessoal e a extinção de órgãos públicos, cujos serviços foram transferidos ao domínio do setor privado. Apesar de o INCRA ter realizado um concurso público em 1987, visando à contratação de profissionais para atuarem junto ao I PNRA, os aprovados somente foram chamados 10 anos mais tarde, de tal modo que o

quadro funcional permaneceu praticamente inalterado. Diante deste contexto de redução da capacidade operativa do Estado, a estratégia adotada pelo governo federal foi investir na busca de parcerias com outros níveis de governo e com organizações da sociedade civil, a fim de implementar algumas das suas políticas públicas, especialmente as sociais¹¹ (PEIXOTO, 2002, p. 160).

A despeito dos limites apontados, o projeto Lumiar estabeleceu como objetivo geral: “[...] viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional”¹². Para cumprir com este objetivo, o projeto também previa o desenvolvimento de ações de assessoria técnica à gestão da organização, da produção e da comercialização nos assentamentos, orientando-se por um processo de aprendizagem coletiva em busca do desenvolvimento sustentável e da melhoria na qualidade de vida (BRASIL, 1997, p. 04).

A definição dos objetivos foi pensada dentro de uma concepção geral do programa, na qual os serviços de ATER pudessem ser contratados pelas associações e ou cooperativas dos próprios assentados. Nesta direção, o programa definiu um conjunto de orientações visando dar consistência e coerência às ações dos técnicos junto aos assentamentos. Entre essas orientações estavam: a) respeito à autonomia dos assentados para decidir todas as questões que afetassem os seus interesses; b) garantia da qualidade dos serviços, orientando-se para um modelo de gestão por resultados, com ênfase em indicadores pactuados entre técnicos e assentados; c) integração com os núcleos mais avançados das instituições universitárias e de pesquisa; d) implementação de uma sistemática transparente de informações; e) abertura à participação das organizações dos trabalhadores na gestão do projeto; f) garantia das prerrogativas governamentais na gestão do projeto; g) articulação com outros projetos e instituições governamentais e de outra natureza; h) estímulo à recuperação das instituições de extensão rural no país, de maneira a reduzir gradualmente a necessidade de ação do INCRA em funções típicas de política agrícola, como a assistência técnica (BRASIL, 1997, p. 06).

A análise dessas orientações possibilita perceber que, de um lado havia uma ênfase na participação e autonomia dos assentados na gestão do projeto e, de outro, preconizava-se uma gestão baseada em resultados mensurados por meio de indicadores quantitativos, o que acabou propiciando um confronto em torno das diferentes perspectivas e critérios de avaliação do andamento do Lumiar. Sob este aspecto, o processo de disputa permanente ocorrido entre os atores envolvidos em questões relacionadas aos recursos, poder e concepções tornou-se uma característica constitutiva do projeto (PIMENTEL, 2007, p. 66).

¹¹ Contudo, convém advertir que o desaparecimento do INCRA não está desconectado das opções estratégicas materializadas nas atuais políticas de desenvolvimento rural, nas quais a reforma agrária não figura como prioridade. Ademais, é preciso lembrar que o INCRA não foi um órgão estruturado para a realização da reforma agrária no Brasil e, sim, para a realização de projetos de colonização, o que contribuiu para criar uma cultura institucional pouco favorável ao atendimento das demandas dos movimentos sociais do campo (NOVICKI, 1998). No período recente, com o rebaixamento do *status* da política de reforma agrária à condição de “política social”, o INCRA passou a acumular responsabilidades que estão além das suas atribuições originais, prejudicando o seu funcionamento e contribuindo para perenizar a situação de precariedade estrutural, observada em muitos assentamentos rurais no Brasil. A falta de prioridade política à reforma agrária se reflete também, na redução do orçamento para a autarquia, contribuindo para restringir a amplitude e alcance das suas ações finalísticas.

¹² O projeto também continha um conjunto de objetivos específicos, entre os quais estavam: a) constituir equipes de assistência técnica e capacitação para orientar o desenvolvimento sustentado dos assentamentos; b) desenvolver metodologias e estratégias de ação com foco no desenvolvimento de uma assistência técnica adequada às necessidades dos assentamentos; c) introduzir tecnologias mais adequadas para o desenvolvimento da qualidade de vida dos assentamentos, dos processos produtivos e do acesso aos mercados; d) implantar e gerir sistemas de informações técnico-econômicas com mecanismos de comunicação adequados à cultura dos assentados; e) constituir um fundo de financiamento regular para os serviços de assistência técnica, capacitação e supervisão do desenvolvimento dos assentamentos (BRASIL, 1997, p. 04).

No que se refere à estrutura de funcionamento do projeto, estava previsto que a sua coordenação ficaria sob a responsabilidade do MEPF, através do INCRA e sua Divisão de Assentamentos, estabelecendo-se parcerias com o Ministério da Agricultura, com os Bancos do Brasil, Amazônia e Nordeste, as entidades representativas dos trabalhadores rurais e uma representação do governo estadual (Secretaria de Agricultura). Essa estrutura previa dois tipos de instância: a) de coordenação e decisão; b) coordenação técnica e execução. No primeiro caso, foram constituídas comissões, uma de abrangência nacional (Comissão Nacional PROCERA-LUMIAR) e uma em cada estado da federação (Comissões Estaduais), nas quais foram previstas o assento de representantes dos atores envolvidos na operacionalização do projeto, cujas atribuições eram distintas entre si (BRASIL, 1997, p. 07-08).

Como instâncias de coordenação técnica e executiva, estavam previstas: a) *equipes locais* de caráter interdisciplinar compostas por dois técnicos de nível superior, sendo que um deles deveria ser da área da agropecuária, e dois técnicos de nível médio, preferencialmente na área da agropecuária. O projeto previa um regime de trabalho em tempo integral e a residência no assentamento ou nas proximidades. Cada equipe local deveria atender cerca de 300 famílias, sendo que uma mesma equipe poderia atender em mais de um assentamento e composições especiais seriam definidas pelas comissões estaduais de acompanhamento do Lumiar; b) *equipes de especialistas* que poderiam ser contratadas para assessorar pontualmente as equipes locais em temáticas e assuntos considerados importantes para os assentamentos; c) e, *equipes de supervisão* que eram responsáveis por acompanhar, selecionar, treinar, dar parecer e apoio técnico e avaliação sistemática das equipes locais e dos especialistas. Cada equipe era formada por um supervisor interno ao INCRA e outro externo, cabendo a cada um deles o acompanhamento de duas equipes locais (BRASIL, 1997, p. 08-11).

A estruturação do programa ocorreu com base em cinco procedimentos fundamentais: 1) o credenciamento dos profissionais; 2) a contratação dos serviços de ATER; 3) a supervisão e apoio às Equipes Locais; 4) na gestão dos recursos; 5) na realização de avaliações sistemáticas. Na fase do credenciamento, ocorria a indicação de profissionais, tanto por parte do INCRA como das organizações dos trabalhadores, os quais deveriam ter perfil e interesse para compor as equipes locais. Em seguida estes eram encaminhados ao processo de seleção, mediante uma carta de recomendação, justificando a indicação. A seleção era realizada pela equipe de supervisão, mediante a análise da carta de recomendação, currículo, entrevista e desempenho satisfatório no treinamento de imersão. Os candidatos aprovados eram credenciados junto às Comissões Estaduais, sendo que o seu credenciamento poderia ser cancelado a qualquer momento por motivo justificado (BRASIL, 1997, p. 11-12).

A contratação dos serviços era feita pela organização dos assentados (associações ou cooperativas), tendo o INCRA como principal provedor de recursos financeiros e supervisor das ações. Os recursos eram oriundos do orçamento do INCRA, da dotação orçamentária do PROCERA e dos convênios do INCRA com os bancos oficiais, cujo repasse era feito mensalmente às instituições contratadas, com base na programação trimestral aprovada pelas Comissões Estaduais. Os profissionais contratados eram remunerados mensalmente pelas instituições contratadas, a partir de uma autorização escrita fornecida pelas associações de assentados beneficiadas por seus serviços¹³ (BRASIL, 1997, p. 12-14).

A contratação dos profissionais externos para constituírem as equipes de supervisão era feita através das pessoas jurídicas às quais estes pertenciam. Nestes casos, as organizações dos assentados garantiram o direito de indicação de currículos de

¹³ Pelo exposto, constata-se que os assentados e suas organizações possuíam um elevado grau de influência na definição dos perfis profissionais das equipes técnicas locais e de supervisão, do mesmo modo em que podiam controlar a autorização dos pagamentos dos técnicos, conforme o juízo que fizessem acerca da qualidade dos serviços prestados. Sob este formato, a atuação do INCRA restringia-se às funções de provimento de recursos e supervisão das atividades realizadas.

profissionais, levando-se em consideração o seu grau de envolvimento com a luta por reforma agrária (MOREIRA, 1997, p. 168). Os contratos das equipes locais e de supervisão continham cláusulas de renovação anual automática e poderiam ser denunciados a qualquer momento, no interesse da qualidade dos serviços, com direito a um aviso prévio de 30 dias¹⁴ (BRASIL, 1997, p. 13).

A supervisão e apoio às equipes locais se constituíam numa relação permanente destas com a equipe de supervisão, a fim de discutir as dificuldades encontradas, dar orientações, planejar ações e mobilizar apoios externos. Para tanto, foram definidas as seguintes orientações: a) realização de reuniões sistemáticas de acompanhamento, com regularidade de quinze dias; b) reuniões sistemáticas de avaliação do andamento dos trabalhos, com regularidade de três meses e com relatório à comissão estadual; c) disponibilidade permanente da equipe de supervisão no atendimento das demandas emergenciais das equipes locais; d) contratação de pesquisas e estudos para encontrar soluções para os problemas identificados nas reuniões de acompanhamento e para o aperfeiçoamento das técnicas de assessoramento; d) programação regular de formação e treinamento das equipes locais (BRASIL, 1997, p. 13-14).

No que se refere à avaliação dos serviços prestados, o programa previa duas modalidades distintas: a) uma avaliação quantitativa baseada na mensuração dos indicadores de desenvolvimento dos assentamentos, estabelecidos nas metas firmadas entre as comunidades, as equipes locais e de especialistas; b) uma avaliação qualitativa, na qual eram analisadas as variáveis do processo, tais como a organização dos assentados, as relações destes com as equipes locais, etc. Essas avaliações eram produzidas a partir de relatórios, elaborados nas reuniões quinzenais com as equipes locais e nas reuniões trimestrais com todos os assentados. Além desses instrumentos, o programa previa também a contratação de estudos de avaliação global dos resultados obtidos pelo Lumiar junto às universidades, IICA, PNUD e FAO (BRASIL, 1997, p. 15).

Por fim, no que se refere à metodologia adotada pelo programa Lumiar, constata-se que esta previa o desenvolvimento de ações de assessoria técnica dirigidas à gestão da organização, da produção e da comercialização nos assentamentos, considerando que o processo de aprendizagem das comunidades deveria ocorrer de forma coletiva, orientando-se pela busca do “desenvolvimento sustentado” a “melhoria da qualidade de vida” (BRASIL, 1997, p. 36). Nesta direção, o programa procurava se distinguir das formas tradicionais de extensão rural, destacando que estes se concentraram fundamentalmente nos aspectos técnico-produtivos da agricultura, enquanto que o Lumiar se constituiu a partir de uma visão mais ampla e integrada da assistência, compreendendo a complexidade dos assentamentos e atuando como facilitador de processos¹⁵.

Por essa razão, considerava-se que os métodos de trabalho do Lumiar deveriam se orientar visando: a) estabelecer processos dinâmicos que levassem à formulação coletiva de diagnósticos, planos e programas de ação, visando o desenvolvimento sustentável dos assentamentos e das organizações dos assentados, tanto no plano sócioeconômico, como nos planos ambiental, político e institucional; b) a análise crítica compartilhada e transparente, em todos os níveis, como o motor do processo dialético de desenvolvimento dos assentamentos, dos assentados e da própria assistência técnica; c) o entendimento de

¹⁴ A existência desta cláusula reforça a percepção de que a extinção do LUMIAR, em 2000, tendo por base as irregularidades cometidas por algumas organizações de assentados não se justificava, pois o programa já previa mecanismos de descredenciamento dessas equipes (PEREIRA, 2004b).

¹⁵ A demarcação desta distinção ainda hoje persiste, de tal modo que no Manual Operativo do programa ATER preferiu-se manter o termo “assessoria técnica”, enquanto que na PNATER a preferência recai para o uso da sigla “ATER”. Isto, porque, na percepção dos movimentos sociais e do próprio INCRA, o uso dos termos “assistência técnica” e “extensão rural” evocam a herança da revolução verde e dos métodos de comunicação rural difusionistas. Por essa razão, o uso do termo “assessoria técnica” visa demarcar uma distinção conceitual e metodológica, na qual o trabalho dos técnicos se referencia na integralidade e na presença constante nos assentamentos, diferindo-se, portando, das ações pontuais voltadas exclusivamente aos processos produtivos (Entrevista de César Aldrighi – INCRA).

que o processo de desenvolvimento se faz como uma espiral crescente, permitindo o aperfeiçoamento gradual da organização e da produção em cada ciclo da sistemática de atuação, pela aprendizagem coletiva, tanto dos próprios assentados como das equipes técnicas que os apoiam (BRASIL, 1997, p. 37).

A fim de manter a coerência em relação a esses princípios metodológicos, o programa recomendava aos técnicos a adoção de algumas posturas na sua relação com os assentados: 1) o compromisso com os resultados, medidos por indicadores de qualidade da organização, do nível de vida e da produtividade dos assentamentos; 2) o estabelecimento de uma relação de confiança com os assentados e suas organizações, que deveria ser resultado de uma postura pessoal de franqueza, dedicação, engajamento e compromisso com o trabalho; 3) atuar como um facilitador de processos, com ênfase para os processos pedagógicos de aprendizagem; 4) evitar criar uma relação de dependência dos assentados com o técnico, investindo na autogestão e na capacitação dos assentados; 5) manter uma postura de autodesenvolvimento, aberta à análise e à crítica do seu desempenho e do resultado de seu trabalho com a comunidade (BRASIL, 1997, p. 38).

O projeto Lumiar previa uma sistemática de atuação das equipes locais, de tal modo que os métodos de assistência técnica pudessem cobrir todas as fases e aspectos funcionais do desenvolvimento dos assentamentos. Esta sistemática previa os seguintes momentos: a) introdução das equipes na realidade local; b) realização de diagnósticos; c) formulação de planos e programas; d) acompanhamento e avaliação das ações (BRASIL, 1997, p. 39).

A inserção das equipes locais nos assentamentos era considerada um dos momentos mais importantes na execução das ações do projeto, tanto no que se refere à sua aceitação pelos assentados, quanto ao levantamento das primeiras informações sobre a realidade local. Para tanto, recomendava-se aos técnicos que “primassem pela cautela” (ouvir mais do que falar), organizando as informações de modo a contemplar a história do assentamento, seu ritmo, sua cultura, suas potencialidades e fragilidades (BRASIL, 1997, p; 39-40).

No segundo momento, estava previsto a realização de um diagnóstico do assentamento e do seu contexto econômico, recomendando-se aos técnicos que esta atividade assumisse “certo ritual”, capaz de marcar o início do trabalho da assistência técnica e da construção de uma linguagem comum entre assentados e a equipe local. Por essa razão, no documento do Lumiar advertia-se que independente dos métodos que fossem utilizados para a elaboração do diagnóstico, este deveria ser participativo no levantamento das informações, no processo de reflexão e nas análises que subsidiariam as decisões e encaminhamentos práticos. Neste caso, reservava-se aos assentados o papel central na elaboração dos diagnósticos, enquanto que os técnicos atuavam apenas na sistematização do processo e como facilitadores no levantamento, na reflexão e na análise das informações levantadas (BRASIL, 1997, p. 40).

Uma vez realizado o diagnóstico, o próximo passo seria estabelecer procedimentos para planejar estrategicamente o assentamento, a fim de prever as decisões mais determinantes para o seu futuro e das famílias assentadas. Neste caso, as definições estratégicas compreendiam as decisões sobre o que produzir, quanto produzir, qual o destino da produção, que recursos seriam mobilizados para a produção e comercialização, e qual a forma de organização adotada para a produção e comercialização (individual, coletiva, mista). Na elaboração deste plano estratégico deveriam estar previstas as ações de curto, médio e longo prazo, fundamentadas num conjunto de informações levantadas no momento do diagnóstico, entre as quais estavam: a) o zoneamento agroecológico; b) os cenários econômicos e políticos; c) estudos dos sistemas agrários locais; d) estudos de mercado; e) estudos de viabilidade econômico-financeira (BRASIL, 1997, p. 40-41).

Após a realização do diagnóstico e a definição das diretrizes estratégicas, a equipe local deveria elaborar um Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA), cuja finalidade principal seria colocar em prática um conjunto de ações capazes de viabilizar o assentamento. Neste plano deveriam constar os objetivos e metas a serem atingidas, as ações previstas, os meios para a sua realização, um cronograma, os responsáveis pela

coordenação e execução, os indicadores de desempenho, as metas esperadas e os dispositivos de acompanhamento (BRASIL, 1997, p. 41). Uma vez concluído, o PDA serviria como um instrumento de apoio e referência para as equipes locais colocarem em prática as ações de desenvolvimento previstas para o assentamento. Além disso, o PDA passou a ser considerado pelo INCRA como um pré-requisito para a elaboração dos projetos produtivos e a liberação dos recursos de crédito do PRONAF (PEREIRA, 2004).

Por fim, o projeto Lumiar previa a montagem de um sistema de informações para realizar o acompanhamento das ações da assistência técnica. Este sistema deveria se basear na elaboração de registros sobre as atividades realizadas, contendo informações sobre a produção, comercialização, aspectos econômicos e financeiros, resultados físicos, direitos e deveres dos assentados e fatos relevantes. Estes registros serviriam de base para a realização de avaliações periódicas, dirigidas à revisão sistemática das informações contidas no diagnóstico inicial, permitindo a reestruturação da estratégia, das ações e dos projetos previstos. Ademais, esta avaliação serviria para revisar e aperfeiçoar o trabalho da assistência técnica, inclusive no que tange aos seus métodos (BRASIL, 1997, p. 42).

Pelo exposto, fica evidente que seria extremamente difícil encontrar profissionais formados nos cursos das ciências agrárias, com um perfil necessário à implantação da proposta metodológica preconizada no projeto Lumiar. Tal diagnóstico foi unânime entre os participantes de um encontro realizado, em março de 1997, para discutir as metodologias de trabalho do Lumiar (MOREIRA, 1997, p. 170). Segundo Neto (2005, p. 101), os profissionais da área agrônômica têm sido formados num modelo de ensino departamentalizado e sem a incorporação de metodologias de atuação que deem conta de pensar a assistência técnica como prática educativa, na qual saberes diferenciados possam dialogar e interagir. A base da formação destes profissionais tem sido voltada ao atendimento de demandas precisas e especializadas dos setores empresariais da agropecuária e, na maioria dos casos, estão despreparados para trabalhar em situações que requerem a capacidade de estimular e formular conjuntamente com os produtores, as suas demandas.

Por essa razão, no documento do Lumiar estava previsto que os técnicos das equipes locais deveriam receber uma “formação adequada” que lhes permitisse desempenhar as suas funções em conformidade às orientações do projeto. Essa formação deveria ter um caráter continuado e estar embasada num conjunto de temas capazes de ampliar a compreensão dos técnicos acerca da especificidade do trabalho da assistência técnica nos assentamentos rurais¹⁶. A formação continuada dos técnicos seria realizada mediante a contratação de entidades credenciadas pelo INCRA, cujas propostas de treinamento seriam selecionadas após a sua apresentação em um seminário com a presença de todos os atores envolvidos no projeto.

Segundo Moreira (1997, p. 170), a avaliação das propostas metodológicas foi feita em um seminário ocorrido em Brasília nos dias 26 e 27 de março de 1997. Na ocasião, discutiu-se a viabilidade da aplicação de algumas metodologias propostas por instituições parceiras no projeto. Entre essas metodologias estavam: a) as metodologias da UNIJUÍ e da ASSOCENE, que não tinham denominação específica; b) os métodos utilizados nos Projetos de Desenvolvimento dos Assentamentos pelo INCRA; c) a Organização do Negócio Agrícola da CONCRAB-MST; d) a Capacitação Imersa, do sistema ITOG de desenvolvimento empresarial; e) e a Análise-Diagnóstico de Sistemas Agrários da FAO, estas duas últimas já utilizadas em convênios anteriores ao INCRA¹⁷.

¹⁶ No documento do Lumiar estava previsto um conjunto de temas curriculares, tais como: a) o enfoque sistêmico de abordagem; b) a organização comunitária e formas de cooperação; c) crescimento individual e desempenho profissional da equipe técnica; d) agricultura familiar; e) reforma agrária no Brasil; f) o processo de desenvolvimento dos assentamentos; g) a gestão e organização do negócio agrícola; h) gerência participativa para o planejamento e acompanhamento do desenvolvimento dos assentamentos; i) métodos e processos organizacionais para as estratégias traçadas para os assentamentos; l) aprendizagem das práticas de cooperação e cooperativismo (BRASIL, 1997, p. 42-43).

¹⁷ Para uma análise qualitativa do conteúdo das metodologias em questão, consultar Moreira (1997).

Convém ressaltar que o uso de diversas metodologias não comprometeu a qualidade das ações do projeto, ao contrário, pois as diferentes realidades e experiências foram consideradas na formulação metodológica, de tal modo que não se criou uma “camisa de força” com a definição de uma padronização a ser aplicada em todo o país. Mantiveram-se apenas alguns princípios que foram utilizados nacionalmente, tais como, o caráter participativo, mobilizador e capacitador das metodologias, o que favoreceu a abordagem do meio rural como um processo dinâmico e em constante mutação (PEREIRA, 2004, p. 113).

O processo de implantação do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro

A implantação do projeto Lumiar nos estados produziu experiências bastante diversas e heterogêneas, no que se refere à composição das equipes de execução, às condições de infraestrutura de apoio e suporte, metodologias de trabalho e formatos tecnológicos preconizados. Esta heterogeneidade também foi influenciada pela existência de distintas realidades econômicas, ecológicas, culturais e organizativas no interior dos assentamentos rurais, o que interferiu diretamente na dinâmica de trabalho das equipes locais. Ademais, convém não minimizar a influência exercida pela heterogeneidade dos arranjos institucionais montados em cada estado para operacionalizar o projeto. Esse conjunto de aspectos determinantes é importante de serem considerados para situar as experiências estaduais em seus contextos específicos.

No que se refere ao caso do RJ, constata-se que este estado foi o último a implantar o programa Lumiar, cujo início das suas atividades somente ocorreu no final do ano de 1997 e início de 1998 (PIMENTEL, 2007, p. 69). Inicialmente havia a intenção por parte da Superintendência estadual do INCRA em estabelecer uma parceria com a EMATER-Rio para a implantação do Lumiar. Porém, a direção técnica da EMATER-Rio recusou a proposta do INCRA/RJ, argumentando que o programa não era de interesse da empresa, que os recursos eram insuficientes e o formato proposto era inviável. Posteriormente, quando o programa começou a ser operacionalizado sem a participação da EMATER, os seus dirigentes sentiram-se na iminência de perder os seus antigos públicos no campo. Com isso, estabeleceu-se um ambiente de disputa no interior dos assentamentos, entre os técnicos da EMATER e do Lumiar, mediante a desqualificação mútua das suas respectivas formas de atuação. Esse processo somente foi minimizado pelo INCRA mediante um trabalho de esclarecimento junto aos escritórios locais da EMATER-Rio, acerca dos motivos pelos quais a sua direção optou por não aderir ao Lumiar¹⁸.

Diante da negativa da EMATER-Rio em participar do Lumiar, a opção da Superintendência do INCRA/RJ foi a de contratar os serviços da Cooperativa Mista de Prestação de Serviços Ltda (MULTICOOP), que não tinha nenhuma experiência com a prestação de serviços de ATER. Porém, nesta época a MULTICOOP era a única entidade legalmente constituída que possuía cadastro junto ao INCRA, razão pela qual passou a incorporar técnicos ao seu quadro, constituindo-se na única prestadora de serviços de ATER para os assentamentos em atividade no estado do RJ até a extinção do Lumiar¹⁹.

Inicialmente foi montada uma Equipe de Supervisão mediante a indicação de dois professores (membros externos), um da Universidade Federal Fluminense (UFF) e outro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), por dois funcionários do INCRA (membros internos) e por um representante do MST. Esta equipe ficou responsável pela realização da seleção e pelo treinamento dos técnicos a serem contratados. O processo de

¹⁸ Entrevista de Sílvia Quito (INCRA/RJ).

¹⁹ Entrevista de Alexandre Gollo (CEDRO/RJ). De acordo com o depoimento deste entrevistado, o surgimento de divergências entre os técnicos que trabalhavam com o Lumiar e a direção da MULTICOOP resultou na criação de uma nova organização: a *Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável* (CEDRO/RJ). Esta cooperativa foi criada em 1999 e, desde então, vem se especializando na prestação de serviços de assessoria técnica aos assentamentos rurais e à agricultura familiar no estado do RJ.

seleção teve início a partir do recrutamento dos técnicos e do envio de seus currículos à equipe de supervisão, cuja divulgação foi feita pelo próprio INCRA. O processo seletivo foi baseado nos seguintes critérios: a) experiência anterior de convívio famílias assentadas, seja por meio de estágios ou em trabalhos de assessoria; b) afinidade com os temas da reforma agrária, agricultura familiar e agroecologia, demonstrada por meio de trabalhos e cursos realizados; c) envolvimento em trabalhos com movimentos sociais ou entidades da agricultura familiar; d) participação em entidades do movimento estudantil; e) comprovação de conhecimentos nas áreas de informática, educação popular, cooperativismo e associativismo, entre outros (PIMENTEL, 2007, p. 104).

Logo após a realização do processo seletivo, no segundo semestre de 1997, o INCRA realizou seminários para definir a metodologia de trabalho que seria utilizada no treinamento das equipes locais que atuariam no estado do RJ. Neste processo três entidades apresentaram as suas propostas de trabalho, sendo que a escolhida foi a Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). A razão desta escolha perpassava o fato de que tal entidade melhor se encaixava dentro dos requisitos preconizados pelo projeto, principalmente no que tange a defesa da agroecologia e da participação social (PIMENTEL, 2007, p. 104).

Na sequência foi realizado um treinamento de duas semanas com as equipes técnicas selecionadas, na qual se utilizou a metodologia do Diagnóstico Rápido e Participativo em Agroecossistemas (DRPA)²⁰. Em agosto de 1998, outras três equipes locais foram contratadas, totalizando dez equipes. Essas, por sua vez, tiveram o treinamento a partir da metodologia *Roteiro Mínimo Comum* para a elaboração de Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos, proposto pelo IICA²¹. A partir de então, esse roteiro foi utilizado como referência para todas as equipes e por técnicos da EMATER-Rio (PEIXOTO, 2002; PIMENTEL, 2007).

Desse modo, o projeto atuou no estado do RJ com 32 técnicos, sendo que cada equipe tinha, pelo menos, um agrônomo e um técnico agropecuário²². Dos 26 assentamentos sob responsabilidade do INCRA, 17 eram atendidos pelo Lumiar (PEIXOTO, 2002, p. 165), totalizando 2.531 famílias assistidas (PIMENTEL, 2007, p. 70). Na estrutura de funcionamento do projeto havia uma coordenação regional, composta por representantes do INCRA, do MST, da FETAG, do Instituto de Desenvolvimento e Ação Comunitária (IDACO), da UFRRJ e da prestadora. Ao longo dos anos, esta coordenação sofreu dificuldades de articulação, embora tenha sido fundamental no desencadeamento das discussões sobre a ATER para os assentamentos, assim como para a capacitação dos técnicos. Além disso, havia uma divisão de responsabilidades entre os integrantes da

²⁰ Segundo Amâncio et al. (2005): “O DRPA é uma derivação e adaptação do *Rapid Rural Appraisal* (RRA), um método trabalhado por técnicos das agências de desenvolvimento europeias que atuam no setor agropecuário em países asiáticos e africanos. Ele foi criado para sanar problemas graves nas áreas de pesquisa e de difusão de tecnologias agrícolas, onde desníveis sócio-culturais impossibilitavam uma relação adequada entre produção científica e saber-fazer dos agricultores. O DRPA caracteriza-se, principalmente por a) ser participativo, b) ter um enfoque sistêmico, c) ter rapidez e agilidade, d) ter baixo custo operacional, e) envolver atividades constantes”.

²¹ Este roteiro previa um levantamento detalhado, contendo informações sobre os seguintes aspectos: a) informações gerais sobre o assentamento; b) localização e acesso; c) histórico do assentamento; d) meio ambiente; e) análise dos potenciais e limites dos recursos naturais; f) população, organização social e renda; g) organização espacial; h) serviços de apoio à produção; i) patrimônio produtivo; j) sistemas produtivos; l) políticas públicas, infraestrutura e serviços sociais básicos. Além do diagnóstico o roteiro previa indicações para a elaboração dos PDA's e programação das ações. Tratava-se, portanto, de uma ferramenta bastante complexa para a qual a maioria dos técnicos das equipes locais e mesmo muitos supervisores não estavam capacitados para implantar. Por essa razão, em 2001, o INCRA elaborou um roteiro menos complexo, em face das dificuldades encontradas pelas equipes do Lumiar em cumprir a versão inicial (PEIXOTO, 2002, p. 161-163).

²² Destes 32 técnicos, 11 eram agrônomos, 3 economistas domésticas, 13 técnicos agrícolas, 3 assistentes sociais, 1 zootecnista e 1 licenciado em ciências agrícolas (PIMENTEL, 2007, p. 70).

coordenação que facilitava e conferia agilidade ao trabalho de campo, proporcionando à permanência dos técnicos “de segunda a sexta” junto aos assentamentos²³.

Inicialmente, a função prevista para as equipes locais era a elaboração dos PDA's e, posteriormente, a elaboração e acompanhamento dos projetos de financiamento. Para tanto, seriam realizados diagnósticos participativos nos assentamentos que serviriam de base para a elaboração de um programa de trabalho em conjunto à equipe de supervisão. Na prática, este trabalho ficou comprometido devido à falta de recursos e infraestrutura para dar suporte ao trabalho de acompanhamento por parte das equipes de supervisão (PIMENTEL, 2007, p. 109).

Segundo Peixoto (2002, p. 167), as 07 primeiras equipes enfrentaram problemas para a construção dos PDA's devido às características da metodologia empregada inicialmente. Os PDA's elaborados por estas equipes não continham o detalhamento exigido pelo Roteiro Mínimo do IICA, adotado a partir de agosto de 1998, e por isso não foram aceitos pelo INCRA. Assim, aquelas equipes tiveram que recomeçar o processo de planejamento e programar a realização de novos PDA's nos assentamentos em que o trabalho já havia começado. Para dar mais tempo às equipes locais, no ano de 1998, o INCRA autorizou a liberação dos recursos do PRONAF “A” mesmo sem a realização dos PDA's. De acordo com esse autor, em 1999, as equipes locais não deram prioridade à elaboração dos planos, mas à implantação de projetos de crédito aprovados e à elaboração dos projetos de crédito para o ano de 2000.

A interrupção do projeto Lumiar comprometeu ainda mais o processo de elaboração dos PDA's nos assentamentos do RJ, a ponto de não haver nenhum documento pronto até o final do ano de 2000 (PEIXOTO, 2002, p. 167). Em 2001, o INCRA contratou a Fundação de Apoio à Pesquisa da UFRRJ (FAPUR) para a realização de três PDA's, nos assentamentos Visconde, Sebastião Lan e Che Guevara. No entanto, devido ao baixo orçamento acordado, o contrato realizado com a FAPUR impossibilitava o pagamento de técnicos especializados e com experiência na elaboração de PDA's. Por essa razão, os trabalhos foram executados por alunos da graduação da UFRRJ, com a ajuda de técnicos da EMATER-RJ e das secretarias municipais de agricultura. Os PDA's foram concluídos em novembro de 2001, atendendo a maior parte da metodologia do IICA.

No que diz respeito à metodologia de trabalho adotada pelas equipes técnicas locais nos assentamentos, constata-se que houve uma preocupação em orientar as ações dos técnicos pelo princípio da participação, a despeito das distintas interpretações presentes no discurso e na prática dos atores envolvidos no Lumiar. Para tanto, a principal estratégia adotada pelas equipes foi a realização de *reuniões coletivas*, seja com as associações dos assentados ou com os agentes externos (prefeituras, ONG's, órgãos governamentais). Nestas reuniões buscava-se estimular a participação individual dos assentados, mediante a discussão dos projetos produtivos e dos problemas que entravavam o desenvolvimento dos assentamentos²⁴. Adicionalmente, eram realizadas *visitas individuais* nos lotes dos assentados, visando detectar as suas preferências no que tange as atividades produtivas (cultivos ou criações). A partir da identificação das preferências produtivas, as equipes locais estimularam a constituição de *grupos de afinidades*, nos quais fosse possível dirigir os trabalhos de assessoria em atendimento a interesses convergentes, tais como a elaboração de projetos técnicos, realização de cursos e oficinas de capacitação (PIMENTEL, 2007, p. 112-116).

Em relação à contribuição da equipe de supervisão, constata-se que no RJ o seu tempo de atuação foi muito breve, compreendendo o período de julho de 1997 a abril de 1998. Isto porque os professores da UFF e UFRRJ decidiram sair da equipe em função de problemas relacionados à falta de suporte do INCRA no oferecimento de infraestrutura de

²³ Entrevista de Alexandre Gollo (CEDRO/RJ).

²⁴ Entre as principais técnicas de estímulo à participação utilizadas pelas equipes locais merecem destaque as dinâmicas de grupo e as ferramentas do Diagnóstico Rural Rápido e Participativo (DRRP), tais como mapas, diagramas, entrevistas semi-estruturadas entre outras. Sobre as ferramentas do DRRP consultar Verdejo (2006).

apoio e recursos financeiros para o pagamento dos serviços de supervisão e dos deslocamentos para os assentamentos. Além disso, houve divergências em relação às diferentes compreensões acerca do conceito de participação social e das metodologias a serem utilizadas na elaboração dos projetos dos assentados. A existência desses problemas comprometeu seriamente o trabalho da equipe de supervisão, impossibilitando-a de realizar as reuniões de acompanhamento das equipes locais e as reuniões de avaliação, dentro dos prazos previstos no projeto. Como resultado, houve uma descontinuidade nas ações de planejamento do trabalho, gerando nos técnicos uma sensação de isolamento, principalmente no que tange às dúvidas relativas à metodologia de trabalho e aos desafios cotidianos que surgiam nos assentamentos (PIMENTEL, 2007, p. 123-124).

Pelo exposto, constata-se que a execução do projeto Lumiar no estado do RJ se deparou com uma série de problemas. Uma parte desses problemas advinha da dificuldade de diálogo existente entre os atores sociais e governamentais envolvidos na sua operacionalização, em razão destes ocuparem posições distintas no espaço social, sendo portadores de diferentes percepções acerca do diagnóstico dos problemas existentes nos assentamentos e das possíveis alternativas a serem postas em prática pelo trabalho das equipes locais. Ademais, a maior parte desses atores não tinha muita experiência com a realização de parcerias interinstitucionais e, tampouco, com o trabalho diário das equipes técnicas de campo, o que causou um grande descompasso na implementação do projeto²⁵ (PIMENTEL, 2007, p. 70-71).

Outro aspecto que interferiu decisivamente na implantação do projeto Lumiar no RJ era decorrente do não cumprimento das funções que competiam exclusivamente à Superintendência do INCRA, tais como: a demarcação e definição dos lotes, a realização dos trabalhos topográficos, a implantação de infraestrutura nos lotes (estradas, energia elétrica, água, etc.), a liberação dos recursos dos projetos de crédito no tempo adequado, entre outras. A morosidade ou o não cumprimento destas funções acarretou na descontinuidade do trabalho das equipes locais, comprometendo não apenas a elaboração dos PDA's, assim como o estabelecimento de ações mais planejadas para a assistência técnica no médio e longo prazo (PIMENTEL, 2007, p. 72). Estes mesmos problemas persistem na atualidade e continuam travando o desenvolvimento dos assentamentos e o trabalho dos técnicos que atuam no programa ATES.

É importante assinalar que o não cumprimento das funções que competem exclusivamente ao INCRA dentro de um intervalo de tempo compatível às demandas advindas das famílias assentadas e das equipes técnicas, demonstra que a sua estrutura operacional é lenta, pesada e altamente burocrática, sendo regida por uma legislação extremamente restritiva²⁶. Nesta estrutura, as Procuradorias Jurídicas das Superintendências Regionais, ao invés de atuarem no aperfeiçoamento dos projetos visando conferir celeridade às suas ações, acabam operando como “instâncias internas de veto”. Desse modo, os programas e ações desenvolvidos pelo INCRA são formulados com o objetivo de atender plenamente às exigências da Controladoria Geral da União (CGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU), prevalecendo uma lógica de determinação verticalizada das políticas públicas, na qual a burocracia do Estado define, *de cima para baixo*, os procedimentos operacionais das ações, sem se preocupar em realizar mudanças que facilitem o atendimento célere das demandas estruturais vindas *de baixo para cima*, ou seja, dos assentados e das equipes técnicas que os assistem.

Além disso, cabe registrar que a falta de prioridade conferida pelo INCRA ao tema da assistência técnica acabou se refletindo na ausência de recursos financeiros para alocação

²⁵ Essa falta de experiência na realização de parcerias interinstitucionais se refletiu na indefinição dos papéis relativos a cada agente envolvido no processo da assistência técnica, o que por vezes contribuiu para que os assentados considerassem que os técnicos do Lumiar tinham os mesmos papéis que os funcionários do INCRA. O mesmo ocorria com os funcionários do INCRA que solicitavam aos técnicos a realização de tarefas que não eram da sua responsabilidade, tais como preenchimento de formulários, levantamento de informações, etc. (PIMENTEL, 2007, p. 72).

²⁶ Entrevista de Sílvia Quito (INCRA/RJ).

em veículos e diárias para as equipes de supervisão, o que comprometeu o acompanhamento das equipes locais. Essa ausência de supervisão interferiu na falta de organização interna das equipes locais e no planejamento de suas ações (PIMENTEL, 2007, p. 74). Parte desses problemas é oriundo do fato do INCRA ter concentrado o seu foco de atuação no cumprimento de metas e de resultados quantitativos (número de famílias assentadas e hectares de terra arrecadados), em detrimento de uma maior preocupação com os aspectos qualitativos desse processo²⁷.

No que se refere à composição das equipes técnicas locais, constata-se que no RJ estas foram bastante heterogêneas, sendo majoritariamente integradas por profissionais recém-formados e com pouca experiência. Por essa razão, a qualidade dos serviços prestados foi bastante variável de um assentamento para outro. De um modo geral, a falta de experiência dos técnicos contribuiu para a baixa qualidade dos primeiros projetos técnicos elaborados (PEIXOTO, 2002, p. 167). Além disso, a baixa remuneração e a indefinição acerca da continuidade ou não do projeto, não estimulavam a permanência dos profissionais, cujo trabalho era visto como uma ocupação temporária (DIAS, 2004, p. 528; BRUNO; DIAS, 2004, p. 59). Em que pesem os problemas apontados, há um reconhecimento por parte dos MSC e por parte do INCRA que um dos maiores legados do projeto Lumiar foi ter oportunizado uma formação profissional diferenciada para os seus técnicos. Muitos desses profissionais constituíram cooperativas de trabalhos ou optaram por ingressar em ONG's, mantendo uma atuação voltada aos assentamentos e ao público da reforma agrária²⁸.

Sob este aspecto, os cursos de capacitação ocorridos no âmbito do projeto Lumiar tiveram um peso decisivo na formação dos técnicos das equipes locais, sensibilizando-os para a importância da participação dos assentados na discussão, decisão e implantação de alternativas ao padrão tecnológico moderno. Contudo, esses cursos não foram suficientes para garantir o aprofundamento da compreensão dos processos sociais e da realidade vivenciada pelos assentados. Outro aspecto problemático foi a falta de um direcionamento da capacitação para o atendimento das necessidades do trabalho rotineiro dos técnicos nos assentamentos. Ademais, a perspectiva de se estabelecer uma "formação continuada" dos técnicos, não se confirmou na prática, sendo que alguns técnicos sequer conseguiram assimilar o conteúdo das metodologias preconizadas (PIMENTEL, 2007, p. 71).

Em relação à implementação da metodologia de trabalho, constata-se que houve desencontros entre o que estava previsto nas diretrizes e princípios do projeto e o que foi implementado na prática. O primeiro desencontro diz respeito às distintas expectativas atribuídas ao papel da assistência técnica entre os atores envolvidos no projeto. Para os assentados, o técnico deveria ser o agente responsável por garantir os recursos necessários à viabilização das atividades agrícolas no lote, pela realização de visitas individualizadas visando prestar assistência em questões técnicas da produção, atuando, ao mesmo tempo, como um agente canalizador das suas demandas imediatas ao Estado²⁹. Para o INCRA, os técnicos além de serem responsáveis diretos pela elaboração e acompanhamento dos PDA's e dos projetos produtivos, deveriam colaborar com a autarquia no levantamento de informações sobre as famílias assentadas, no preenchimento de relatórios de avaliação, além de participar das reuniões com agentes externos voltadas à implantação da infraestrutura nos assentamentos (estradas, escolas, eletrificação, postos de saúde, etc.) (PIMENTEL, 2007, p. 108-112).

Ou seja, o INCRA nutria uma expectativa de que o trabalho das equipes pudesse complementar algumas das funções da autarquia que não eram cumpridas em razão das suas deficiências estruturais e do número insuficiente de funcionários. Sendo assim, as equipes técnicas atuaram premidas pela necessidade de responder às demandas

²⁷ Entrevista de Sílvia Quito (INCRA/RJ).

²⁸ Entrevista de Sílvia Quito (INCRA/RJ).

²⁹ Por essa razão, havia uma dificuldade por parte dos assentados em entender que as *reuniões coletivas* faziam parte do trabalho da assistência técnica, o qual somente era compreendido como tal, quando as equipes realizavam as visitas *in loco* (PIMENTEL, 2007, p. 111).

organizativas e técnico-produtivas dos assentamentos, assim como, pelas demandas institucionais e burocráticas previstas pelo INCRA, num contexto marcado por: a) fortes limitações estruturais do INCRA e falta de apoio institucional no suporte as ações de assistência técnica; b) pela pouca experiência dos profissionais que integravam as equipes locais; c) por distintos níveis de compreensão e apropriação dos princípios metodológicos por parte dos atores envolvidos no projeto.

Por fim, no que se refere à participação dos assentados e suas organizações na implantação das ações previstas pelo Lumiar, constata-se que a ênfase na realização de reuniões coletivas contribuiu para explicitar publicamente as diferenças de ideias e interesses existentes entre os assentados. Em alguns casos, a opção por esse método de discussão contribuiu para a emergência de um sentimento de repulsa às equipes técnicas, pois estas eram responsabilizadas pelos assentados por trazerem à tona conflitos antigos³⁰. Além disso, no RJ a participação das organizações representativas dos assentados somente se deu na assinatura da autorização para a liberação dos pagamentos dos salários dos técnicos. Esse instrumento, ora funcionou como uma forma para avaliar o trabalho das equipes locais, ora como uma forma de manipulação dos técnicos pelas entidades dos assentados, no atendimento de interesses dos seus líderes locais³¹ (PIMENTEL, 2007, p. 72).

Considerações Finais

Neste artigo realizou-se uma análise qualitativa das ações de assessoria técnica aos assentamentos de reforma agrária realizadas sob o projeto Lumiar, tendo por base a experiência desenvolvida no estado do RJ. O cruzamento das informações obtidas em diversas fontes (primárias e secundárias) possibilita concluir que o projeto Lumiar se constituiu na mais importante experiência de política de ATER, de abrangência nacional, implementada durante a década de 1990. A criação e implementação deste projeto ocorreu dentro de um contexto marcado pela ascensão das lutas por reforma agrária e da multiplicação dos assentamentos rurais, o que aumentou as pressões em favor da implantação de infraestrutura, da criação de programas de crédito rural e de projetos de assistência técnica adequados à realidade das famílias assentadas.

Neste caso, constata-se que as pressões políticas desencadeadas pelos MSC foram decisivas para a retomada das preocupações por parte do poder público em relação às políticas de ATER, porém de forma pontual e sem estabilidade. Isto porque a implementação de um projeto específico de assessoria técnica aos assentamentos ocorreu num momento em que o Estado brasileiro havia passado por reformas estruturais de caráter liberal, as quais restringiram fortemente a sua capacidade de intervenção, dificultando a implementação de políticas públicas de longo prazo.

Ademais, é importante destacar que naquele momento havia um relativo consenso entre as forças políticas hegemônicas de que o país deveria dar continuidade a essas reformas, visando o ajustar a economia brasileira às condições vigentes no plano internacional. Nesta perspectiva, a concepção de reforma agrária que vigorou no primeiro governo Cardoso resumia-se à adoção de ações fundiárias mais agressivas, quando comparadas aos governos anteriores, mas sem a menor pretensão de promover alterações estruturais no campo brasileiro.

³⁰ Este é um bom exemplo de como a ênfase na participação social precisa ocorrer embasada num diagnóstico prévio das relações sociais existentes na comunidade, além de exigir muita preparação e habilidade por parte das equipes técnicas na discussão de temas polêmicos, capazes de gerar conflitos de interesses entre os assentados.

³¹ Segundo Pimentel (2007, p. 113), vários técnicos e assentados apontavam o autoritarismo de algumas lideranças como o principal fator limitante da participação das famílias nas atividades do Lumiar.

Sendo assim, constata-se que o desenho institucional preconizado pelo projeto Lumiar, baseado na descentralização da gestão, na terceirização da contratação dos serviços, na redução das funções do Estado no provimento e supervisão das ações, foi gestado num contexto de restrições impostas pela redefinição do *status* da política de reforma agrária à condição de política social compensatória, pelo desmantelamento dos serviços públicos de ATER e pela afirmação de novos formatos institucionais para o oferecimento dos serviços de ATER, inspirados nos sistemas pluralistas.

Por esses motivos, o projeto Lumiar incorporou ambiguidades que o tornaram um espaço permanente de disputa em torno da sua concepção, diretrizes, estrutura operacional, metodologia de abordagem, modo de funcionamento, matriz tecnológica e formas de organização da produção. Isto porque, de um lado, o projeto manifestava a intenção de viabilizar economicamente os assentamentos de modo a inseri-los nos mercados, o que, em tese, promoveria a viabilização do projeto de reforma agrária no país. Por outro lado, esta intencionalidade se via sem condições de ser realizada, na medida em que a falta de uma opção decidida do governo Cardoso em favor da reforma agrária frustrou as expectativas abertas pelo Lumiar - em especial no que tange à construção de alternativas produtivas e organizativas nos assentamentos, visto que estas ampliavam sobremaneira a autonomia dos assentados em face ao Estado e ao INCRA.

A despeito de o projeto Lumiar ter produzido um conjunto diversificado de experiências pelo país afora, constata-se que existem poucos trabalhos acadêmicos dedicados à análise do seu funcionamento nos estados. Porém, em todas as pesquisas publicadas é possível identificar o apontamento de conjunto de limitações e fragilidades, em paralelo ao destaque conferido às suas potencialidades e aspectos inovadores, as quais foram abordadas neste artigo. Entre as principais dificuldades e limitações identificadas no processo de implantação e execução do projeto Lumiar merecem destaque:

1. O caráter emergencial e transitório do projeto, além de ter facilitado a sua desativação, em 2000, contribuiu para gerar um ambiente de insegurança e instabilidade entre os profissionais que compunham as equipes técnicas, uma vez que o Lumiar não se constituiu numa ação permanente do Estado no apoio aos assentamentos.

2. A inadequação institucional do INCRA, reconhecida pelo governo antes da sua implantação, repercutiu negativamente na falta de infraestrutura de sustentação e apoio das equipes de supervisão e dos técnicos de campo. No caso do RJ, o trabalho das equipes foi muito prejudicado pelo atraso ou não cumprimento de funções de atribuição exclusiva da Superintendência do INCRA (demarcação dos lotes, dotação de infraestrutura, liberação dos recursos de crédito, etc.). Ademais, a racionalidade burocrática dos funcionários da autarquia federal contrapunha-se à concepção da assistência técnica como processo educativo, baseada no estímulo da participação e da autonomia dos assentados.

3. A forma terceirizada de contratação das equipes locais, por não assegurar uma remuneração equiparável ao piso salarial das categorias profissionais, aliado à falta de perspectivas acerca da continuidade do projeto, atraiu, majoritariamente, profissionais recém-formados e com pouca experiência. Tais condições, além de afetarem a qualidade dos serviços prestados, não estimulavam a permanência dos técnicos nas equipes, cujo trabalho era visto como uma ocupação temporária.

4. A ausência de uma instância formal na estrutura operacional do Lumiar que contemplasse a participação dos assentados, na implantação, acompanhamento, avaliação e gestão do projeto. Em tese, tais funções eram exercidas pelas Comissões Estaduais PROCERA/LUMIAR, na qual a participação dos MSC era minoritária, sendo que o seu trabalho esgotava-se na análise dos projetos de financiamento e nos aspectos meramente formais e burocráticos do projeto (NETO, 2005, p. 348).

5. A imbricação das ações de ATER com o sistema financeiro para a liberação dos projetos de crédito do PRONAF, se constitui em uma das principais dificuldades do Lumiar. Isto porque, na prática, as equipes locais se subordinaram às regras e exigências dos bancos, em detrimento das preferências das prioridades discutidas pelos assentados no âmbito dos PDA's (GUANZIROLI, et al., 2003).

6. O descompasso entre o que estava preconizado nas diretrizes, princípios e na proposta metodológica do projeto com a atuação dos técnicos a campo, em função dos diferentes níveis de compreensão e apropriação dos conteúdos e práticas ministradas nos cursos de capacitação continuada.

7. A existência de desencontros entre as expectativas atribuídas ao trabalho da assistência técnica, bem como a falta de clareza quanto aos distintos papéis a serem exercidos pelos atores envolvidos na execução das ações do Lumiar.

Por outro lado, as ações desencadeadas pelo projeto Lumiar se diferiam substancialmente das experiências conduzidas pelo sistema público de ATER, sendo interpretadas pelos atores envolvidos como uma referência positiva no avanço do desenvolvimento e da qualificação dos assentamentos rurais. Entre as potencialidades e aspectos inovadores identificados, merecem destaque:

a) O projeto apresentou potencialidade de ser transformado numa ação estratégica para o desenvolvimento dos assentamentos, pois, nos estados onde atuou, estimulou diversos processos organizativos baseados na criação de associações e cooperativas, do mesmo modo que oportunizou a experimentação de alternativas de produção em bases agroecológicas.

b) A concepção do projeto e a sua estrutura de funcionamento permitiram que serviços de assessoria fossem oferecidos em bases mais democráticas, na qual se primou pelo envolvimento de diversos atores sociais e instituições, no processo de elaboração, implementação, de escolha das equipes (técnicas e de supervisão) e na execução das suas ações.

c) O fato da seleção dos profissionais das equipes locais ocorrer por indicação dos MSC e ser regida por critérios que levavam em conta as experiências anteriores em trabalhos com movimentos sociais, participação política e afinidade com os temas da reforma agrária, agricultura familiar e agroecologia, oportunizou a incorporação de profissionais mais dispostos a enfrentar os desafios presentes nos assentamentos rurais e mais identificados com as reivindicações políticas em favor da reforma agrária. Ironicamente, foi justamente esse processo seletivo que os MSC consideravam como a principal virtude do Lumiar, que mais tarde foi utilizado como argumento para a sua desativação.

d) A adoção do princípio da interdisciplinaridade na estruturação das equipes locais potencializou um olhar mais ampliado e sistêmico sobre as dificuldades enfrentadas pelas famílias assentadas, mediante a discussão coletiva dos problemas vivenciados no trabalho da assessoria técnica. Ademais, a preocupação em manter um contato direto e permanente com as famílias, residindo nos assentamentos ou, próximo a eles, aproximou os técnicos dos problemas práticos ligados aos processos produtivos, tais como, o crédito, a comercialização, a organização coletiva, as técnicas de produção, etc.

e) O fato de não ter sido adotada uma metodologia uniforme para todo o território nacional, possibilitou a experimentação de uma diversidade de enfoques, em adaptação às distintas realidades existentes em cada estado.

f) O fato de o projeto Lumiar prever processos de “capacitação continuada” para os técnicos das equipes locais oportunizou aos mesmos um aporte de conhecimentos e experiências diferenciadas que contribuiu decisivamente em suas formações profissionais. Não é sem razão, portanto, que muitos gestores do INCRA, integrantes dos MSC e técnicos das prestadoras consideram que este foi o principal legado do projeto, uma vez que oportunizou uma formação diferenciada para uma geração de profissionais ainda hoje mantém vínculos com o trabalho nas áreas de reforma agrária, atuando em cooperativas de técnicos, empresas de consultoria, universidades, organizações não-governamentais e órgãos públicos.

Referências Bibliográficas:

ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: Novos desafios para a extensão rural. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília: 1998, v.15, p. 137-157.

AMANCIO, C. G.; PEDINI, S.; AMANCIO, R.; AMANCIO, J. M. Diagnóstico Rápido Participativo como Instrumento Auxiliar na Gestão de Associações De Agricultores Familiares e Agências de Desenvolvimento. In: **XLIII CONGRESSO DA SOBER**. Ribeirão Preto: SP, 24 a 27 de Julho de 2005.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL – Ministério Especial de Política Fundiária. **Assistência Técnica nos Assentamentos – Projeto Lumiar**. Brasília, 1997.

BRUNO, R.; DIAS, M. M. **As políticas públicas de crédito para os assentamentos rurais**. Rio de Janeiro. Relatório de consultoria MDA, 2004.

CAPORAL, F. R. **La Extension agraria del sector publico ante los desafios del desarrollo sostenible: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. Tese (Doutorado). Córdoba, ES, UC/ISEC-ETSIAM, 1998.

CARVALHO FILHO, J. J. Política agrária do governo FHC: desenvolvimento rural e a nova reforma agrária. In: LEITE, S. (org.) **Políticas públicas e agricultura no Brasil**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

DIAS, M. M. Extensão Rural para Agricultores Assentados: uma análise das boas intenções propostas pelo “Serviço de ATEs”. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**. Brasília, v. 21, nº 3, set./dez. 2004, p. 499-543.

DIESEL, V. et al. Privatização dos serviços de extensão rural: uma discussão (des)necessária? **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Piracicaba, n. 46, p.155-1188, 2008.

GUANZIROLI, C E.; BRUNO, R; SOUZA, I. C.; DIAS, M. M. **Assistência Técnica para Assentamentos Rurais: análise a partir do Sistema de Gerenciamento da Reforma Agrária (SIGER)**. Rio de Janeiro. Relatório de Consultoria, 2003.

HEREDIA, B; MEDEIROS, L; PALMEIRA, M; CINTRÃO, R; LEITE, S. Análise dos impactos regionais da reforma agrária no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 18, p. 173-180, abril de 2002.

KAY, C. Algunas reflexiones sobre los estudios rurales en América Latina. **Iconos. Revista de Ciencias Sociales**. Quito, n. 29, pp. 31-50, 2007.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. P. Marchas e contramarchas na política agrária no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). In: INESC (org.). **A era FHC e o governo Lula: Transição?** Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos. Disponível em <www.inesc.org.br>. Acesso em: 25 de agosto de 2005.

MOREIRA, R. Metodologia da reforma agrária: o Censo e o projeto Lumiar. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro: CPDA, n. 8, abril de 1997, p. 163-177.

MUCHAGATA, M. **O perfil das instituições de ATER no Brasil - Relatório Nacional**. Brasília: NEAD, 2003.

NETO, G. I. **Assentamentos rurais e desenvolvimento**: em busca de sentido – O projeto Lumiar na Paraíba. Tese de Doutorado. UFPB - Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Paraíba: João Pessoa, 2005.

NEUMAN, P.; FROELICH, M. **Perfil dos serviços de ATER no Brasil**: Análise crítica de relatórios. Brasília: MDA/FAO/UFSM, 2004.

NOVICKI, V. **Política fundiária e cultura administrativa nos anos 80**: governos federal, fluminense e paulista. Campinas: Unicamp – Doutorado em Ciências Sociais, 1998 (Tese de Doutorado).

PEIXOTO, M. Extensão rural no Brasil – uma abordagem histórica da legislação. **Textos para discussão 48**. Consultoria Legislativa do Senado Federal – Coordenação de Estudos. Brasília, 2008.

PEIXOTO, M. O planejamento do desenvolvimento dos assentamentos rurais: experiências no Rio de Janeiro. **Revista da Universidade Rural – Série Ciências Humanas**. Seropédica: UFRRJ, vol. 24 (1-2), p. 159-172, 2002.

PEREIRA, E. Q.; DUQUÉ, G. **Assistência técnica em áreas de reforma agrária: experiências do Lumiar e perspectivas para uma outra assistência**. Brasília (mimeo), s/d.

PEREIRA, E. Q. **Assistência técnica e extensão rural ou assessoria técnica e social?** Visões opostas de apoio à agricultura familiar. Tese (Doutorado). Campina Grande: UFCG, 2004b.

PEREIRA, J. M. M. **O modelo de reforma agrária do Banco Mundial em questão**: o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados. Dissertação de Mestrado. Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004a.

PIMENTEL, V. C. **Assentamento é mais que um “projeto”**: a assistência técnica em assentamentos rurais. Dissertação (Mestrado). Rio de Janeiro: Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – UFRRJ, 2007.

SAUER, Sérgio; TUBINO, Nilton Luis Godoy. A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro. **Revista NERA**. São Paulo: Presidente Prudente, Ano 10, nº. 11 pp. 131-148, Jul-dez, 2007.

SCHMITZ, H. Projeto Lumiar: alternativa de assistência técnica frente à proposta do “Novo Mundo Rural”. In: GICO, V.; SPINELLI, A.; VICENTE, P. (Orgs.). **As ciências sociais: desafios do milênio**. Natal: EDUFRRN, 2001, p. 337-371.

VERDEJEO, M. E. **Diagnóstico rural participativo – Guia Prático DRP**. Brasília: MDA/SAF/DATER, 2006.

Entrevistas concedidas aos pesquisadores

Alexandre Magno Lopes Gollo – Cooperativa de Consultoria, Projetos e Serviços em Desenvolvimento Sustentável Ltda (CEDRO), concedida em 17/08/2009.

César Fernando Schiavon Aldrighi - Coordenador Nacional do Programa de ATES, concedida em 19/10/2009.

Mário Lúcio de Melo Machado Júnior – Superintendente do INCRA/RJ, concedida em 30/07/2009.

Sílvia Quito – Coordenadora dos projetos de Assistência Técnica e Extensão rural da Superintendência Regional do INCRA/RJ, concedida em 04/08/2010.

Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST¹

Nadir Lara Júnior

Professor Doutor do PPG em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
e-mail: nadirl@unisinis.br; nadirlj@hotmail.com

Resumo

O objetivo deste artigo é destacar que o MST para se constituir como movimento social se usou basicamente de conteúdos discursivos vindos da política, religiosidade popular e religião para convocar seus participantes a construir um laço social e assim delimitar fronteiras políticas necessárias para sua constituição, de modo a mostrar à sociedade como os brasileiros são capazes de construir seu campo da política de acordo com seus referenciais históricos, políticos, culturais e religiosos. Para isso, destacamos os elementos religiosos e políticos (Teologia da Libertação; Religiosidade Popular, Teologia Pentecostal e o Marxismo) que se apresentam no movimento de maneira sincrética no caso dos elementos religiosos, pois mesclam diferentes teologias em sua estruturação e no caso dos elementos políticos chamamos de marxismo do MST.

Palavras-chave: política, marxismo, religião, teologias, religiosidade popular.

Resumen

Análisis de las principales influencias ideológicas en la constitución del MST

El objetivo de este artículo es destacar que el MST para se constituir como un movimiento social se utilizó básicamente de los contenidos discursivos venidos de la política, religiosidad popular y religión para convocar sus participantes a construir lazo social y así delimitar las fronteras políticas necesarias para su constitución y así mostrar a la sociedad como los brasileños son capaces de construir su campo de la política de acuerdo con sus referenciales históricos, políticos, culturales y religiosos. Para eso, destacamos los elementos religiosos y políticos (teología de La liberación, religiosidad popular, teología Pentecostal y el marxismo) que se presentan en el movimiento de manera sincrética en el caso de los elementos religiosos, pues mezclan diferentes teologías en su estructuración y en el caso de los elementos políticos llamamos de marxismo del MST.

Palabras-clave: política, marxismo, religión, teologías, religiosidad popular.

Abstract

Analysis of the main ideological influences in the constitution of the MST

The aim of this article is to emphasize that the MST to constitute itself like social movement it used basically discursive contents arrived of the politics, popular religiosity and religion to convoke his participants to build social bond and so delimiting political frontiers necessary for his constitution and so to show to the society how the Brazilians are able to build his field of the politics in accordance with his historical, political, cultural and religious referential

¹ Esse artigo é parte da tese de Doutorado em Psicologia Social do autor. Na ocasião, o autor era bolsista CNPq.

systems. For that, we highlight the religious and political elements (Liberation Theology; Popular Religiosity, Theology Pentecostal and the Marxism) what show up in the movement like syncretism in case of the religious elements, since different theologies mix in his structuring and in case of the political elements we call of Marxism of the MST

Keywords: politic, marxism, religion, theologies, popular religiosity.

Introdução

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu no Rio Grande do Sul, em 1980, como uma forma que os trabalhadores rurais encontraram para enfrentar a grave crise agrária que historicamente se estabelecera no Brasil, especialmente, na época da Ditadura Militar, iniciada em 1964.

Nesse período, a crise no campo se agravava devido a uma política de defesa dos grandes latifúndios, pois esse governo entendia que o Brasil iria produzir se tivesse um aumento da tecnologia no campo e um maior apoio aos grandes produtores rurais (LARA JUNIOR, 2005).

Com isso, muitos meeiros não tinham emprego devido à mecanização das lavouras; os pequenos proprietários tiveram que vender suas propriedades ou perdiam-nas para os latifundiários (grilagem de terras); outros tinham que vendê-las para sanar suas dívidas com os bancos que financiavam as plantações. Consequentemente, esses trabalhadores foram obrigados a migrar para as grandes cidades em busca de emprego, ou ficar acampados em lonas de plástico, lançados à sorte, à beira das rodovias (FERNANDES, 1998). Tanto que nos dias atuais temos uma população urbana, segundo o CENSO de 2010, com 160.879.708 milhões de pessoas e a população rural de apenas 29.852.986 milhões (IBGE, 2001/2010).

Nas décadas de 1960 e 1970, a Igreja Católica e as igrejas protestantes históricas (luteranos, metodistas, batistas, anglicanos, presbiterianos) perceberam a grave crise que havia no campo e o aumento de trabalhadores à beira das rodovias. Resolveram, então, criar em 1975 a Comissão Pastoral da Terra (CPT) para atender a demanda dos trabalhadores desempregados na área rural.

A CPT estava fundamentada na Teologia da Libertação, o que direcionava seu trabalho para uma relação intrínseca entre os elementos ideológicos do cristianismo e do marxismo. Foi a CPT que começou a organizar os trabalhadores rurais sem terra acampados em várias partes do Brasil.

Assim sendo, no bojo da CPT desponta o MST que, ao longo dos anos começa a trilhar seu próprio caminho, no entanto, leva como herança uma forte influência dessa Pastoral no modo de se organizar, como nos lembra Stédile (1997, p. 87), que nos diz:

Sempre tivemos vinculações com a CPT e com outros setores progressistas das chamadas igrejas cristãs históricas. A CPT teve um papel importante na fundação do movimento e foi ela que fez o primeiro trabalho de conscientização dos camponeses. De certa forma, o MST é um filhote da CPT. Dificilmente os camponeses teriam adquirido consciência se a CPT não tivesse feito aquele trabalho. A CPT, lá nos primórdios de 1975 a 1984, ia para o interior fazer o trabalho de base e diziam assim: 'Deus só ajuda a quem se organiza, não pensem que Deus vai ajudar vocês se ficarem só rezando...'. Isso motivou que os camponeses comessem a se organizar, seja no sindicato, seja no partido Político seja no MST. No início a CPT tinha uma participação mais ativa nas ocupações de terra, porque os lavradores não tinham ainda suas organizações. A partir de 1984, surgiram outros movimentos também resultantes desse trabalho.

Sabemos que no Rio Grande do Sul, tanto a Igreja Católica quanto as igrejas protestantes históricas, estavam muito presentes na vida daquele povo, devido à influência dos imigrantes europeus, tais como: alemães, italianos, poloneses etc. Outro elemento histórico a se considerar naquela época é que o ecumenismo estava começando entre essas igrejas cristãs e essa idéia ecumênica estava muito apoiada nos escritos do Concílio Vaticano II e na Teologia da Libertação, o que proporcionou um diálogo mais próximo e iniciativas conjuntas nas ações pastorais. Uma dessas iniciativas foi a CPT (LARA JUNIOR; PRADO, 2004; LARA JUNIOR, 2005).

Portanto, especificamente no norte do Rio Grande Sul, a CPT tinha um trabalho iniciado com os trabalhadores rurais acampados ao longo das rodovias. O trabalho consistia em celebração de missas e cultos, assim como celebrações ecumênicas. Também através das mensagens cristãs iniciaram um processo de politização, entendido fundamentalmente dentro de uma concepção marxista, como um processo de tomada de consciência da realidade em que estavam inseridos e tomada de posição diante da opressão.

Como decorrência desse trabalho da CPT:

No dia 7 de setembro de 1979 um grupo de 185 famílias Sem Terra ocupou as granjas Macali (1.630 hectares) e Brilhante (1.433 hectares), duas fatias de um imenso latifúndio, a Fazenda Sarandi, no Norte gaúcho. (...) Essa foi a primeira ocupação dos trabalhadores rurais bem sucedida durante o período da ditadura militar. (MST, 2007).

Essa movimentação dos trabalhadores no norte do Estado gaúcho, logo chama a atenção dos militares que, em 1981, destacam para Encruzilhada Natalino - município de Ronda Alta - o Coronel Sebastião Rodrigues de Moura, que tinha o apelido de Curió para dissipar aquele grupo de trabalhadores que começava a se organizar naquela região.

Depois de várias tentativas do “Coronel Curió” para dissipar os trabalhadores, esses por sua vez, resistem bravamente às investidas dos militares. Para os autores Fernandes (1998; 1999; 2001), Medeiros e Leite (1999) e Lara Junior (2005) esse fato de resistir aos militares e ocupar a primeira fazenda marca o início da organização social e política daqueles trabalhadores que viria a se chamar MST em 1984.

Desde 1981, os Trabalhadores Rurais Sem Terra foram se organizando e reunindo-se no Brasil todo para ocupar as terras improdutivas. Porém, foi somente em 1984, em Cascavel (Paraná), que os trabalhadores rurais conseguiram seu primeiro Encontro Nacional, quando oficializaram o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e, logo depois, no ano de 1985, em Curitiba realizaram o I Congresso Nacional do MST. (LARA JUNIOR, 2005, p. 57).

No entanto, vale destacar que desde antes das investidas do Coronel Curió contra o MST, a violência no campo sempre ganhou destaque nos capítulos de nossa história, através da violência contra os índios, os negros ou os mestiços². Salientamos, que nos últimos anos a violência no campo continua acontecendo como nos mostram os dados fornecidos pelo MST: “De 1985 a 2011, 1.616 pessoas foram vítimas de assassinato no campo. Dos 1.220 casos apenas 92 foram julgados. Sendo 21 mandantes e 74 executores condenados e 7 mandantes e 51 executores absolvidos”. (PACHECO, 2012).

Desde os primeiros trabalhos iniciados pela CPT com os trabalhadores rurais do norte gaúcho, constatamos que os elementos celebrativos estavam presentes na organização daquele povo, como mostramos em Lara Junior; Prado (2004), quando entrevistamos as pessoas que participaram desse momento histórico para o MST.

² Desenvolvemos os principais combates históricos no campo em nossa dissertação de mestrado. Cf. LARA JUNIOR, 2005.

Também em outras pesquisas realizadas (LARA JUNIOR; PRADO, 2004; LARA JUNIOR, 2005; LARA JUNIOR, 2007) constatamos que os elementos formulados pela Teologia da Libertação, marxismo e religiosidade popular estavam presentes na constituição do movimento. No entanto, nos últimos anos se faz notar também a influência da Teologia Pentecostal, por meio das igrejas evangélicas (Congregação Cristã no Brasil, Universal do Reino de Deus, Deus é Amor, Renascer em Cristo, Assembléia de Deus entre outras). Portanto, propomos como objetivo destacar que o MST para se constituir como movimento social se usou basicamente de conteúdos discursivos vindos da política, religiosidade popular e religião para convocar seus participantes a construir um laço social e assim delimitar fronteiras políticas necessárias para sua constituição, e de tal forma, mostrar à sociedade como os brasileiros são capazes de construir seu campo da política de acordo com seus referenciais históricos, políticos, culturais e religiosos.

Para isso, veremos que esse cenário de violência e a tentativa de se constituir como um movimento social para enfrentar um estado capitalista marca a história do MST. E o mais peculiar desse movimento é como vai incorporando em sua organização elementos típicos da realidade brasileira, os quais destacamos: a presença de elementos religiosos (Teologia da Libertação, Pentecostal e religiosidade popular), assim como políticos (marxismo, interpretado pelos partidos políticos, sindicatos e outras organizações), como veremos com mais detalhes a seguir.

Teologia da Libertação (TdL)

Na década de 60, o contexto da América Latina era de pobreza e violência, principalmente praticadas pelos regimes militares impostos em vários países, tais como: Brasil, Paraguai, Argentina e Chile, etc. Essa dura realidade convoca ainda mais a população em busca de direitos e de libertação desse tipo de opressão.

Ainda nesse contexto, começa uma série de organizações populares que se mostravam descontentes com a dominação histórica das elites. Essas lutas populares encontraram uma fundamentação teológica que legitimava suas ações para se libertar da opressão que os esmagava durante séculos. Deus iria libertar o povo pobre da América Latina como fizera no Egito. Em Jesus viam o ideal de revolucionário, como nos diz Gebara (2006, p. 57), a saber:

Da mesma forma apresentava-se Jesus como um combatente por causas sociais, um comprometido com a libertação de seu povo do jugo romano. E mais uma vez se insistia na idéia de que quem trabalha na luta dos pobres, na sua libertação social está continuando o mesmo movimento libertário de Jesus e está, através de suas ações, tornando possível o reinado de Deus na história humana. As lutas populares encontravam assim uma fundamentação teórica que legitimava todos os esforços de criação de relações de justiça e solidariedade.

Ainda na década de 60, houve um movimento dos intelectuais brasileiros, influenciados principalmente pelo marxismo, que começou a repensar e reler toda a história da América Latina, especialmente a brasileira, não mais do ponto de vista do dominador, mas do dominado. Nessa busca de releitura da realidade latino-americana, surge o termo libertação com os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto. Para Libâneo e Murad (1996, p. 163), esses sociólogos:

[...] elaboraram a teoria da dependência e da libertação, em oposição à então vigente teoria do desenvolvimento. Surgiu, portanto, no cenário o termo Libertação no sentido restrito político-econômico. A Teologia da libertação pretende responder teologicamente à pergunta da libertação dos

povos em relação aos países centrais, das camadas dependentes diante das estreitas faixas das sociedades ricas e desenvolvidas.

Outro elemento que também contribui para o surgimento da TdL foram os religiosos (jesuítas, dominicanos, franciscanos, capuchinhos), religiosas (de várias ordens femininas) e o clero regular que estava sensível às questões sociais, pois estavam em contato com as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). Muitos desses religiosos eram missionários europeus (destaque aos espanhóis e franceses) e norte-americanos, que ajudaram a refletir e a construir a Teologia da Libertação (LÖWY, 1991; 2000).

Outros dados que marcam a origem da TdL são as propostas de mudanças internas na Igreja Católica, feitas no concílio Vaticano II (realizado de 1962 a 1965), os documentos dos Conselhos Episcopais Latino Americanos (CELAM), realizado em Medellín - Colômbia (1968) e em Puebla - México (1979), nos quais os bispos, já influenciados pela TdL assumem uma opção preferencial pelos pobres em suas ações pastorais. Essa opção, a princípio religiosa, também se torna uma opção claramente política, pois eles não se propõem mais a estar somente ao lado das elites.

Em 1971, um jesuíta peruano chamado Gustavo Gutierrez, sensível a toda essa movimentação dos intelectuais, da igreja católica e do povo, como também o contexto histórico da América Latina, sistematiza todas essas experiências em livro: “*Teologia da libertação – perspectivas*” que acaba se tornando um marco para o início da TdL (LÖWY, 1991).

A partir do conceito de libertação, os teólogos latino-americanos ganham mais força para refletir sobre as noções centrais do cristianismo como, por exemplo, a salvação. Esse elemento doutrinal foi compreendido à luz do contexto social da América Latina. Eles propõem não mais uma salvação etérea e desvinculada da realidade como a Igreja conservadora propunha até então, pelo contrário, a salvação acontece dentro da história, do cotidiano do povo que luta por sua libertação.

[...] passam a acentuar uma noção diferente de salvação a partir da qual ela passa a ser um processo intra-mundano, ou seja, algo que se dá a partir de nossas relações aqui e agora. É no aqui e agora que nos fechamos às necessidades uns dos outros, é no aqui e agora que construímos relações sociais, econômicas e políticas injustas capazes de manter nossos semelhantes em condições sub-humanas, é no aqui que somos capazes de tirar a vida uns dos outros pela manutenção do sistema de privilégios de classe, de raça ou de sexo. Estes tipos de comportamentos foram denominados de pecado. Por isso se falou muito nesse período dos pecados sociais, dos quais todas e todos somos mais ou menos cúmplices e, para sanar-nos deles, para libertar-nos de nossas próprias ações más, necessitamos criar processos sociais coletivos na linha da construção de relações de justiça nos diferentes níveis de nossa vida. A salvação passa a ser um processo de libertação vivido nos limites de nossa história. (GEBARA, 2006, p. 55).

Outra questão central que a TdL tratou foi a posição dos pobres como aqueles que deveriam ser atendidos preferencialmente, devido a sua situação de abandono e miséria. Eles deveriam lutar por sua libertação apoiados pelos cristãos, pois para essa Teologia, Jesus Cristo veio ao mundo para libertar os pobres e oprimidos do jugo da exploração social dos romanos, e os teólogos atualizavam essa lógica dizendo que os romanos eram as ditaduras militares, latifundiários etc. Nessa lógica, os pobres saem do papel de objeto da atenção caridosa e passam a ser protagonistas de sua própria história de libertação. A organização dos pobres deve provocar mudanças substanciais na sociedade, pois essa não deve favorecer as elites que historicamente governaram os países latino-americanos.

Para sustentar essa visão de classe social, os teólogos da libertação buscam no marxismo um instrumento sócio-analítico a fim de entender as contradições do capitalismo e propor uma luta de classe. Löwy (1991) alerta que essa relação entre cristãos e marxistas

revolucionários não estava mais dividida entre duas facções (crentes e não crentes), mas com a TdL estavam do mesmo lado, lutando pela emancipação do povo oprimido.

Apesar da TdL ter a influência dos documentos da Igreja e do marxismo, vale destacar que essa Teologia não estava presa aos domínios de Roma e de Moscou. Por isso Löwy (2000) irá chamar esse movimento provocado pela TdL de “igreja dos pobres”.

A TdL contava com o apoio dos teólogos e leigos da Igreja Católica, dos teólogos e leigos das igrejas protestantes históricas, intelectuais de esquerda, militantes de várias facções de esquerda e o povo latino-americano, que se puseram como aliados na sua luta pela libertação da opressão, tendo como referências os valores cristãos e marxistas. No entanto, Martins (1989) afirma que a referência seria muito mais cristã do que marxista, pois baseado nos documentos da Igreja brasileira diz que essa introduziu um marxismo “vulgar” em suas análises, pois a prevalência era estritamente das questões religiosas, vejamos com mais detalhes nas próprias palavras do autor:

Faço essa referência apenas para indicar uma das ciladas comuns na interpretação dos textos católicos brasileiros que tratam das questões sociais, levando a equívocos de interpretação tanto de bispos quanto de intelectuais comunistas, ainda que por razões opostas. Marxistas que conhecem mal o próprio marxismo, porque trabalham com ele numa perspectiva economicista e evolucionista ainda muito próxima do comunismo da Segunda Internacional, têm muita dificuldade para ler corretamente os textos católicos que trate de questões sociais. Exatamente porque deixam de lado a dimensão propriamente religiosa que perpassa tais textos, fazendo deles uma leitura materialista vulgar. Por razões opostas, o mesmo se pode dizer do católico que, sem conhecer o método de Marx e sem reconhecer no conhecimento que dele resulta um conhecimento científico, acaba fazendo uma leitura religiosa, e não científica, do materialismo. Frequentemente, encarando a análise materialista como análise ‘religiosa’ por ser, supostamente, uma análise ‘anti-religiosa’ materialista. (MARTINS, 1989, p. 30-31).

A TdL supõe que os ideais cristãos de libertação já estavam presentes na cultura do povo latino-americano e com a politização das relações sociais, por meio da Bíblia, ajudaria o povo a refletir sobre sua realidade social e política, assim como a se posicionar politicamente na sociedade. Essa ação política forneceu um suporte ideológico para que as classes populares estruturassem suas organizações políticas.

Para que essa mobilização popular ocorresse, criaram as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) como um ponto de referência para o povo pobre se organizar e refletir sobre sua realidade.

Com relação à igreja como estrutura institucional, a grande mudança que ocorreu a partir da década de 60 foi o surgimento das Comunidades Eclesiais de Base, as CEBs – sobretudo no Brasil, onde elas reúnem centenas de milhares (talvez milhões) de cristãos, e, em menor escala, em todo o continente. A comunidade de base é um pequeno grupo de vizinhos que pertencem à mesma comunidade, favela, aldeia ou zona rural popular e que se reúnem regularmente para rezar, contar, comemorar, ler a bíblia e discuti-la à luz de sua própria experiência de vida. É preciso enfatizar que as CEBs são muito mais convencionalmente religiosas do que se imagina geralmente: elas apreciam e praticam uma série de orações e ritos tradicionais (o rosário, vigílias noturnas, adoração e comemorações como procissões e peregrinações) que pertencem à religião popular. (LÖWY, 2000, p. 82-83).

As CEBs se organizam em pastorais que são trabalhos de organização popular e religiosa de acordo com áreas prioritárias da comunidade, por exemplo: saúde (pastoral da saúde); jovens (pastoral da juventude); criança (pastoral da criança), etc. Nessas pastorais,

as pessoas que querem realizar algum tipo de trabalho político-religioso irão se filiar para militar de acordo com cada necessidade.

A ação dessas pastorais das CEBs influenciou importantes organizações sociais no Brasil, a saber: o MST recebeu apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT); o Partido dos Trabalhadores (PT) da ação pastoral de várias pastorais da Igreja Católica; A Central Única dos Trabalhadores (CUT) da ação da Pastoral Operária.

No caso específico do MST, essa influência das CEBs se deu, obviamente, por meio da CPT que atuou diretamente na constituição do movimento. Mesmo depois que o movimento se tornou autônomo, certos elementos cristãos permaneceram em seu projeto político, como nos diz LÖWY (2008, p. 4):

A imensa maioria dos dirigentes ou ativistas do MST procede das CEBs ou da Pastoral da Terra: sua formação religiosa moral, social e, em certa forma, política, efetuiu-se nas filas da 'Igreja dos Pobres'. No entanto, desde sua origem, nos anos 70, o MST optou por ser um movimento leigo, secular e autônomo e independente com relação à Igreja. A doutrina (socialista) e a cultura do MST não fazem referência ao cristianismo; porém, podemos dizer que o estilo de militância, a fé na causa e a disposição ao sacrifício de seus membros, muitos tem sido vítimas de assassinatos e até matanças coletivas durante muitos anos, têm, provavelmente, fontes religiosas.

A TdL surgiu também no bojo de outras teorias e metodologias de trabalho e estudos pensados com e para a realidade da América Latina, tais como: a Pedagogia da Libertação, sistematizada por Paulo Freire; a Psicologia da Libertação, por Ignacio Martin-Baró e a Filosofia da Libertação, por Enrique Domingos Dussel.

Assim sendo, podemos dizer que a TdL com sua ideologia cristã-marxista, bastante peculiar como nos mostra Martins (1989), é um dos elementos que estão presentes na estruturação do MST. No entanto, destacamos que esse elemento ideológico não é o único, como veremos a seguir, e que sua relação com o movimento não foi sem conflitos, discussões e tensões. No entanto nossa proposta neste artigo é apontar para o fato que o MST para se constituir como movimento social se usou também desses conteúdos discursivos vindos da TdL com toda as suas contradições e idiosincrasias.

Religiosidade Popular

Para Martin-Baró (1998), o processo de dominação e exploração, principalmente dos portugueses e espanhóis na América Latina ocorreu, a partir, da combinação entre a cruz (símbolo da religião cristã) e a espada (símbolo dos dominadores europeus). Dessa maneira, tentavam colonizar os povos que aqui estavam por meio do confronto armado e também se usando da estratégia de imposição do Deus cristão aos outros povos considerados pagãos. Cientes de que os povos indígenas possuíam uma forte relação com os deuses, se usaram desse artifício para ampliar sua área de colonização.

Vale destacar, que por mais que essa dominação social e espiritual tenha se instalado nos países da América Latina, Martin-Baró (1998) insiste que os indígenas (depois os negros) nunca se submeteram totalmente aos domínios da Coroa Espanhola e Portuguesa e ao Deus cristão que traziam junto consigo. Dessa maneira, os povos latino-americanos ao preservarem os seus deuses (indígenas e africanos) resistiam politicamente ao processo de colonização.

Desta mescla de imposição e de rechaço surge a religiosidade popular, que se torna depósito de identidade social, independência cultural e rebeldia política. Nossa tese é que as sementes latentes na religiosidade popular tem alimentado uma surda, porém constante resistência a toda forma de

dominação cultural, e que, ao germinar organizativamente, tem animado movimentos de rebeldia e ainda de revolução. (MARTIN-BARÓ, 1998, p. 203-204).

Na lógica de Martin-Baró, na religiosidade popular essas sementes latentes podem ser entendidas como os discursos que estruturaram a cultura do povo Latino-americano que ainda não foram apropriados pelas instituições oficiais como Estado e igrejas. No entanto, a religiosidade popular mantém uma tensão dialética de manter as sementes latentes de resistência cultural e política e ao mesmo tempo ser tomada pela religião oficial e o Estado (cruz e espada).

A religiosidade popular no Brasil se estabeleceu, em grande parte, em paralelo aos sistemas oficiais pelo fato de a grande maioria da população formada por índios, negros e mestiços ter sido excluída pelo Estado das políticas públicas por considerá-los como cidadãos de segunda categoria destinados a viver no abandono e na pobreza.

Essa população também era excluída pela Igreja das práticas “religiosas oficiais”, pois ela não tinha padres o suficiente para atender todas as cidades e povoados do Brasil. Portanto, nessas localidades a religiosidade popular foi se estruturando a partir de elementos sincréticos existentes em cada comunidade.

Isso estimulou as crenças sincréticas desses grupos longínquos, pois não sofreram um controle tão rígido da Igreja, com isso, construíram novos ritos, novas crenças que ganham características regionais, de acordo com os grupos étnicos que formam o povoado ou arraial. Essa inovação nas práticas ritualísticas facilita o acolhimento das revelações místicas que se tornam, muitas vezes, parte do cotidiano das pessoas. Nesse contexto, surgem os sacerdotes e sacerdotisas populares para liderar os cultos e até mesmo para coordenar os povoados. Esses, por sua vez, não dispunham da formação teológica dos membros da hierarquia, apenas possuíam a vivência dentro de uma determinada cultura impregnada de símbolos e ritos provindos dos vários povos que compunham os povoados e arraiais. (LARA JUNIOR, 2005, p. 39).

Nesse sentido, Martin-Baró (1998) nos diz que historicamente a Igreja Católica estava envolvida e apoiava o processo de colonização na América Latina. Com isso, se torna cúmplice das elites e dos governos que exploraram e mataram muitas pessoas, exterminaram várias nações indígenas, escravizaram índios e negros. Dessa forma, também são responsáveis pelo processo de opressão e miséria instaurada nesse continente. Esse autor nos mostra ainda que a religiosidade popular não faz alianças com o poder instituído, pelo contrário, essa serve como uma forma de questionamento do poder que reproduz a lógica de opressão construída historicamente.

No entanto, com o advento da Teologia da Libertação há um reposicionamento da Igreja Católica em relação a esse processo histórico de opressão, como vimos no item anterior. Essa teologia fornece elementos para que os elementos da fé fossem redimensionados também para as questões políticas, nesse sentido foi de grande valia para ajudar a romper com o fatalismo que constitui também a religiosidade popular.

O impacto mais significativo da nova orientação religiosa (TdL) constituiu a ruptura da consciência fatalista das grandes massas populares, em particular os camponeses. O fatalismo constitui um elemento incorporado à religiosidade popular, pela necessidade de dar sentido a uma situação historicamente imóvel: o universo simbólico dos camponeses salvadorense assumia que a ordem estabelecida era uma ordem natural e, por conseguinte, querida por Deus. O descobrimento através da pregação religiosa que os homens e não Deus eram os únicos responsáveis da situação de injustiça e opressão existentes no país e de que inclusive aos olhos de Deus essa era uma ordem social má, pecaminosa, contrária a sua

vontade salvífica, constituiu um verdadeiro efeito de coincidências. (MARTIN-BARÓ, 1998, p. 211).

Nesse sentido, o fatalismo trata a opressão como algo natural e a dimensão religiosa vem para sedimentar um processo histórico de exploração dessas pessoas por meio da escravidão, miséria e abandono do Estado e da própria Igreja como vimos até aqui. Vale destacar que a “semente latente de rebeldia” está na cultura do latino-americana, há, portanto, algo em nossa cultura que nos possibilita resistir. Isso demonstra que a força deste povo não está na Igreja e tampouco no Estado, mas na autonomia desses povos. Dessa forma, quanto mais autônomos e independentes, maiores são as condições para essa semente germinar. Isso nos faz entender porque tanto esforço da Igreja e do Estado em ocupar esse universo simbólico com seus valores e crenças.

Destacamos ainda, que a religiosidade popular também sofre influências do messianismo que foi o início de uma prática organizativa da população rural brasileira. O recurso de que dispunham para enfrentar a opressão era o uso do discurso mágico-religioso usado para solucionar suas próprias aflições. Muitos desses, como Canudos, Contestado, entre outros foram considerados como uma “patologia social” por alguns pesquisadores. Não cabe aqui nesse trabalho entrar no mérito dessa questão, mas, sim, salientar que o messianismo foi uma forma de organização do sujeito do campo e da cidade, historicamente datados.

No entanto, vale salientar que, à medida que esses movimentos prosperavam religiosamente e atraíam cada vez mais adeptos, eles prosperavam também financeiramente, como foi o caso de Canudos e, principalmente, o caso de Juazeiro. Isso causava problemas com a Igreja local, pois os fiéis davam mais crédito ao Messias do que ao padre. Tais movimentos provocavam problemas com as autoridades locais e com os fazendeiros, que perdiam a mão-de-obra barata para os povoados liderados pelos Messias. Em muitos casos, essas duas forças uniram-se para reprimir as organizações populares e mesmo acabar com elas, pois essas insistiam no rompimento dos vínculos de dependência social, política e religiosa.

Por isso, os movimentos sociais no campo, nestes últimos tempos, conservam forte caráter messiânico, que muitas vezes os camponeses escondem dos agentes políticos e dos agentes religiosos, portadores de uma mensagem política que desconhece e desqualifica a utopia e o messianismo em nome de um socialismo que é muito pouco além de iluminismo racionalista. (MARTINS, 1989, p. 21).

Portanto, a chamada “libertação”, pedida pelos pobres latino-americanos, é a libertação da opressão que se instituiu historicamente por meio da espada e da cruz. Eles exigem que possam gozar de seus direitos como cidadãos e como seres humanos. Por meio da libertação, buscam emergir como protagonistas de sua própria história.

O MST ao se constituir a partir dos trabalhadores rurais, esses por sua vez, trazem consigo elementos da religiosidade popular para o movimento, como a fé para alimentar a luta contra o capitalismo e a violência; a oração para ficarem mais corajosos para enfrentarem a violência instaurada no campo, como nos diz João Pedro Stédile, respondendo a uma pergunta de Bernardo Mançano Fernandes a respeito da relação do MST e a religiosidade:

É um aspecto interessante que deve chamar a atenção da sociedade. Como é que nós, que somos de esquerda, vamos sempre à missa? Para nós, não existe contradição nenhuma nisso. Ao contrário: a nossa base usa a fé religiosa que tem para alimentar a nossa luta, que é uma luta de esquerda, que é uma luta contra o Estado e contra o capital. (FERNANDES; STÉDILE, 2001, p. 131).

Portanto, a religiosidade popular está presente em práticas coletivas do MST, tais como: a mística, ocupações, debates, resistência política (ao não se submeter ao poder instituído) e também nas vezes que as pessoas são fatalistas diante da realidade.

Teologia Pentecostal

A “Teologia Pentecostal” como nos mostra Lima (1987) e Campos Junior (1995), surge nos EUA (a partir de 1900) a partir de uma série de desmembramentos e divisões das “Igrejas Protestantes Históricas”, especialmente presbiterianos, batistas e metodistas. Desse desmembramento decorrem novas igrejas e seitas, que se autodenominam pentecostais e que encontram espaço para se desenvolver junto às camadas dos negros pobres dos EUA que enfrentavam principalmente o problema do racismo.

A imprensa norte-americana acusava esse tipo de manifestação pentecostal (glossolalia - oração em línguas diferentes; oração em voz alta, cantos, danças, orações espontâneas, batismo no espírito santo etc.) de “africanização da cultura norte americana”, como nos diz Campos Junior (1995, p. 23), a saber: “No entanto, o fato ocorreu com pessoas pertencentes a um segmento da população marginalizada pela discriminação racial e social, e que encontraram na religião de cunho popular, uma maneira de enfrentar essas dificuldades”.

A palavra pentecostal se refere a “pentecostes” – cinquenta dias depois da Páscoa dos cristãos em que os discípulos de Jesus recebem o Espírito Santo, fechando assim o ciclo da manifestação trinitária do Deus cristão na história da humanidade.

Os negros encontram nessa religiosidade uma forma de se manifestarem enquanto sujeitos que lutavam contra o preconceito, o racismo, a pobreza. No entanto, à medida que essa manifestação religiosa foi ganhando mais adeptos e se tornando importante junto à população negra norte-americana, que viu em seu líder, o Pastor Batista Martin Luther King uma referência de luta por direitos.

No entanto, a partir do assassinato de Martin Luther king, certamente a população negra e pobre perdeu uma importante referência política, acrescido ao fato da abertura do Estado para garantir alguns direitos aos negros, de certa forma, esses dois fatores contribuíram para que as manifestações religiosas tomassem outra tonalidade, bem menos contestatória.

Dessa maneira, podemos pensar que o pragmatismo e individualismo como estratégias ideológicas estadunidense fizeram com que o conteúdo contestatório dessa Teologia fosse se tornando intimista que, por sua vez, enfoca a relação da pessoa com Deus não precisando passar pela comunidade ou pela luta social. O Espírito Santo se torna a estratégia de distanciamento e desconexão com a realidade, pois é tratado nessa Teologia como o grande mensageiro dos dons e dos milagres, pois basta orar para os milagres acontecerem na vida dos sujeitos e na sociedade, inviabilizando assim as tentativas de mudanças sociais por meio da política.

Cada vez mais a ideologia capitalista, adentrava nessa Teologia. O dinheiro passa a ser valorizado e o enriquecimento não era entendido mais um pecado da usura, mas graça de Deus. Essa valorização do dinheiro faz com que as igrejas invistam em tecnologia de marketing e de mídia para garantir que seus fiéis sejam assistidos e enriqueçam para que o dízimo (10 % do salário) seja doado para a igreja regularmente.

Em um primeiro momento, as igrejas pentecostais começaram a se espalhar principalmente pela América Latina e pelo Brasil e vinham acompanhando, muitas vezes, os imigrantes europeus que já tinham influência das igrejas protestantes históricas e viviam essas divisões em seus países de origem.

Tanto a Congregação Cristã no Brasil, de origem norte-americana e que chegou ao Brasil em 1909, como a Assembléia de Deus, fundada por missionários suecos aqui chegados em 1910, só vieram a ocupar um

espaço significativo no espectro religioso a partir da década de 50. Já se dava nesse momento a implantação de novas denominações pentecostais, antecipando o boom evangélico do início da década de 80 (...). (PRANDI; SOUZA, 1996, p. 60).

Em um segundo momento, durante a Guerra Fria, as igrejas pentecostais, influenciadas em sua maioria não mais por referenciais contestatórios e sim pelas ideologias capitalistas, se tornaram estratégias do governo norte-americano para expandir a cultura capitalista liberal e apagar qualquer manifestação comunista.

Para isso, o governo estadunidense usa a “onda pentecostal” para garantir que os países latino-americanos não se tornassem comunistas. Nesse sentido, a Teologia da Libertação era uma ameaça, para esse governo que começava a incentivar a vinda de missionários das igrejas pentecostais que, junto com a proposta evangélica, traziam um modelo de sociedade liberal defendida através dos princípios religiosos (LIMA, 1987).

Na década de 50 a Igreja Católica começa a se organizar de maneira mais efetiva, pois via o crescimento dos pentecostais no Brasil. Nesse período, cria várias iniciativas como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a Juventude Universitária Católica (JUC) e outros movimentos.

No entanto, foi na década de 60 que impelida pelas idéias do Concílio Vaticano II a Igreja Católica começa a gestar em seu seio uma teologia de esquerda (TdL) e uma teologia de direita (Renovação Carismática Católica), ambas reivindicando serem “filhas” das ideias e concepções do Vaticano II (PRANDI; SOUZA, 1996).

Na década de 70, essa concepção de que a Teologia da Libertação era uma ameaça, foi também compartilhada pela Igreja Católica, que no pontificado de João Paulo II, intensificou a ofensiva para enfraquecer as CEBs e restabelecer a centralidade do poder na hierarquia e não mais nos leigos, esses por sua vez, se tornariam apenas colaboradores e não mais agentes.

A Teologia Conservadora³, entendida como a conservação dos poderes do Papa, dos dogmas e cânones para manter o poder sobre os cristãos, portanto podemos dizer que essa é a Teologia produzida pelos teólogos da hierarquia que defendem os dogmas e a ortodoxia da Igreja Católica. Sua relação com a realidade social e política é de retomada dos poderes da Igreja que foram perdidos ao longo dos tempos para que assim ela retome sua força ideológica de regulação dos sujeitos, ou seja, visa a retomada da hegemonia católica sem grandes preocupações com a realidade social, mas somente com a alma dos cristãos (MARTIN-BARÓ, 1998).

Na década de 80, a Teologia da Libertação foi perdendo seu espaço dentro da Igreja Católica à medida que o Papa João Paulo II conhecido como o “Papa do anti-comunismo”, ao iniciar seu Pontificado (1979), tratou logo de tomar algumas medidas em relação ao padres brasileiros, pois tinham uma clara opção religiosa-política pelos pobres e pela conseqüente organização dos trabalhadores. Essas opções foram consideradas pelo Vaticano como perigosas aos católicos, pois o novo papa temia uma “comunização” da igreja no maior país católico do mundo.

Um exemplo que podemos citar foi que Dom Paulo Evaristo Arns – Arcebispo da cidade de São Paulo de 1970 a 1998 (maior arquidiocese católica do Brasil) – e seus bispos auxiliares tinham um trabalho de luta contra a ditadura militar e de auxílio na organização dos trabalhadores das fábricas em São Paulo e no ABC⁴. Sabendo dessa força que os bispos, clero e leigos tinham junto a população mais empobrecida e o claro enfrentamento ao regime militar, fizeram o Vaticano tomar algumas medidas para desmobilizar a arquidiocese de São Paulo, como transferir os bispos que auxiliavam Dom Paulo Evaristo

³ Teologia oficial da Igreja Católica Apostólica Romana.

⁴ Santo André, São Bernardo e São Caetano, cidades ligadas a Grande São Paulo.

para pequenas dioceses do interior do Brasil em que o conservadorismo das práticas imperava e assim suas vozes poderiam ser caladas.

Assim, houve alterações nos regimentos dos órgãos diretivos (da Igreja Católica), de modo a torná-los mais centralizados, somou-se a transferência de bispos e padres, algumas expulsões de diocese, uma ou outra suspensão de ordem, até chegar às nomeações de Dom José Cardoso Sobrinho, OCarm, para a Arquidiocese de Olinda e Recife (PE) em 1985, e Dom Lucas Neves, OP, para a de Salvador, em 1987 (este depois de uma longa e bem-sucedida carreira em Roma), bem como a divisão da Arquidiocese de São Paulo, em 1989, numa óbvia manobra para reduzir a atuação do também Cardeal Dom Paulo Evaristo Arns, OFM. (COSTA, 2007, p. 33).

Outra decisão do Vaticano era de não mais ordenar bispos da Teologia Libertação para que esses não tivessem mais influências sobre os seminários e assim não formassem mais padres dessa Teologia, concentrando assim o poder nas mãos de bispos conservadores ligados direta ou indiretamente a Teologia Pentecostal.

Outra medida tomada pelo Vaticano era de perseguir os teólogos da Teologia da Libertação para que recuassem em suas produções e defendessem os interesses da igreja oficial. Um caso emblemático nesse caso foi do então, Frei franciscano Leonardo Boff que publicou a obra: “Igreja Carisma e Poder” questionando o autoritarismo da igreja católica em suas diversas formas de relação, a saber:

Em 1981, Leonardo Boff publica o livro ‘Igreja, Carisma e Poder’ uma reviravolta na história da Teologia da Libertação: por primeira vez desde a reforma protestante, um sacerdote católico coloca em xeque, de maneira direta, a autoridade hierárquica da Igreja, seu estilo de poder romano - imperial, sua tradição de intolerância e dogmatismo – simbolizada durante vários séculos pela Inquisição, pela repressão de toda crítica vinda de baixo e o rechaço da liberdade de pensamento. Denúncia também a pretensão de infalibilidade da Igreja e o poder pessoal excessivo dos papas, que compara, não sem ironia, com o poder do secretário geral do Partido Comunista soviético. (LÖWY, 2008, p. 2).

Diante dessa investida do Vaticano contra a Teologia da Libertação e os evangélicos, a Renovação Carismática Católica (RCC) surge como uma possibilidade importante de reagrupar os católicos em função das diretrizes do Vaticano, pois a RCC nascia na Igreja Católica pouco crítica e conservadora dos poderes hierárquicos. Também já surgia influenciada pela Teologia Pentecostal pós-influência da ideologia capitalista.

Na Década de 90, a igreja católica ao perceber que as igrejas pentecostais prosperavam no Brasil, pois em 1991 os evangélicos (seguidores da Teologia Pentecostal não católicos) eram 9,0%⁵ e continuava a crescer. Ainda viam um aumento das Comunidades Eclesiais de Base. Diante dessa realidade a Igreja Católica reage incentivando a ampla divulgação da Renovação Carismática Católica (que se apóia também na Teologia Pentecostal) para garantir seus fiéis; também sancionam os bispos, padres, religiosos e religiosas da TdL, fazendo com que essa enfraquecesse.

Essas medidas começaram a atrapalhar os passos da igreja popular. Seminários vigiados, teólogos desautorizados, livros censurados, troca de bispos, divisão de grandes e progressistas dioceses e paróquias. Muitos foram os fatores que convergiram para o enfraquecimento da igreja popular, um deles, sem dúvida, o próprio processo de desmobilização da sociedade

⁵ Segundo o IBGE 2001/2010, a população de evangélicos chegou em 2010 a 22,2%.

brasileira que coincide com a transição democrática, que implicou uma nova ordem político-partidária. (PRANDI; SOUZA, 1996, p. 62).

Quando chegaram ao Brasil, os carismáticos como são conhecidos os seguidores da RCC, encontraram muitos problemas para penetrar nas igrejas católicas, pois justamente traziam consigo a Teologia Pentecostal em toda a sua complexidade que se parecia muito com as igrejas evangélicas.

Por um lado, os padres da Teologia da Libertação consideravam a RCC um movimento alienante, porque ignora a realidade social e política do povo brasileiro, pois se concentrava apenas nas dimensões espirituais. Por outro lado, a RCC era vista pelos teólogos conservadores como sendo pouco ortodoxa, pois trazia para a Igreja práticas relegadas como glossalalia, oração em voz alta, batismo no Espírito Santo entre outras.

No entanto, de movimento relegado na sua chegada ao Brasil, a RCC recebe um grande impulso do Papa João Paulo II para que defendessem os interesses da hierarquia da Igreja e das elites nacionais.

Na mão contrária (a da TdL), vinha a RCC com todo o apoio do Vaticano. O incentivo político de Roma e financeiro das associações internacionais facilitavam o caminho. Na mesma época, em um de seus discursos, o papa insistia que na América Latina era preciso optar por uma Igreja despolitizada (...). O Papa, de fato, se mostrava bastante alinhado às tendências carismáticas e bem distante da opção pelos pobres da Teologia da Libertação. Ainda que muitos bispos, padres e teólogos se tenham mostrado opostos à Renovação, não há como negar que a Igreja Oficial tinha sim abraçado um grande projeto de mudança. (PRANDI; SOUZA, 1996, p. 63).

Além de ser uma opção para aglutinar os cristãos em trânsito, a Igreja Católica acabou privilegiando uma teologia que serve como um suporte para o capitalismo em que o individualismo e a negação do sofrimento se tornam estratégias de dominação por meio dos bens de consumo, criando a ilusão de plenitude e de gozo, distanciando os sujeitos de sua realidade social, política e econômica.

Com o Movimento da Renovação carismática (RCC), o catolicismo conseguiu frear, de certa forma, a fuga de fiéis para outras religiões pentecostais e aglutinou católicos em trânsito. O Brasil adquiriu um novo rosto religioso, um rosto pentecostal e diversificado. (...) O conteúdo de sua doutrina é intimista e pessoal. (...) Dentre as muitas semelhanças entre a RCC e as igrejas neo-pentecostais, Renascer em Cristo e Universal do Reino de Deus, por exemplo, encontramos o combate ao demônio, o apelo emocional, o pensar positivo (energia para mudar as circunstâncias), cultos mais animados acompanhados de cantos e uso exaustivo da mídia. O pano de fundo (seduzir o sujeito) da nova religiosidade coincide com o capitalismo vigente no qual existe uma procura por soluções rápidas e superficiais. Nega-se o sofrimento. (AMARAL, 2004, p.16).

Devido ao evidente enfraquecimento da Teologia da Libertação e a eminente formação de um clero conservador, o aumento no número de evangélicos favoreceu que Teologia Pentecostal se aproximasse da população mais empobrecida e assim disseminasse suas doutrinas. Pelo fato do MST trabalhar com essa classe social é evidente que o número de evangélicos pentecostais aumentou também no movimento, principalmente nos últimos anos, como pudemos perceber em pesquisa realizada (LARA JUNIOR, 2007).

Nessa pesquisa, constatamos que uma das lideranças do Assentamento Zumbi dos Palmares, no município paulista de Iaras, era também uma liderança de uma igreja evangélica. Destacamos que havia a presença de pastores que realizavam cultos entre os

assentados e também entre os acampados que estavam perto do assentamento de Iaras – SP. As lideranças do MST tinham que negociar com os pastores alguns atos políticos que iriam realizar para que não houvesse proibições que impedissem as ações coletivas. No entanto, percebemos que durante as místicas os membros do movimento participavam, independentes da religião.

Destacamos ainda que, naquele momento em que visitamos o assentamento, pudemos perceber o surgimento de grupos religiosos (evangélicos e católicos) que se reuniam não mais somente para rezar, mas também para organizar os trabalhadores em torno do plantio, colheita e distribuição dos produtos. O MST tinha dificuldades para reuni-los em torno de seus objetivos.

O Marxismo do MST

Na concepção chamada por Löwy de marxismo cristão, a Igreja não é somente um templo religioso, mas passa a ser também um centro comunitário de discussão de assuntos sociais, políticos, econômicos e religiosos. Um dos locais para se realizar esses encontros dos marxistas cristãos são as CEB's.

Mas é preciso deixar claro que as comunidades de base ajudaram a criar uma nova cultura política no Brasil, 'a democracia das bases', em oposição não só ao autoritarismo militar, como também às três tradições políticas principais do país: o clientelismo – praticado tradicionalmente nas áreas rurais pelos proprietários de terra e nos centros urbanos por políticos profissionais que distribuem favores (empregos, dinheiro); populismo que, sob Vargas e seus seguidores, permitiu que o governo criasse 'de cima' o movimento sindical e popular; e o verticalismo, muitas vezes utilizado pelas forças principais da 'velha' Esquerda, seguindo o exemplo soviético ou chinês. Graças a essa nova cultura, os militantes das CEBs, com o apoio de teólogos e bispos radicais, contribuíram para construir o movimento trabalhista de massas maior e mais radical de toda a história do Brasil. (LÖWY, 2000, p. 148).

Vale destacar ainda que no período de ditadura militar (1964 a 1988) havia muitos movimentos se organizando no Brasil, principalmente apoiados pelas CEBs. Nesse sentido, temos no campo o MST (1980) que começava a se organizar e nesse mesmo período tivemos nas grandes cidades a CUT e o PT (Partido dos Trabalhadores).

As lutas populares que se desenvolveram nesse período contribuíram muito nas mudanças das estruturas tradicionais das organizações políticas, especialmente da Igreja Católica, do novo sindicalismo representado pela CUT e na construção do partido dos trabalhadores (PT). Estas instituições foram, no transcorrer do tempo, as principais matrizes político-culturais do movimento de trabalhadores rurais que emergia (FERNANDES, 1999, p. 67).

A proximidade ideológica entre o PT e o MST era inegável pelo movimento que, em muitos lugares do Brasil, acabou fundando o partido (PT) e tentam intervir na política, principalmente dos municípios. No entanto, o movimento faz questão de ser autônomo das decisões do PT, assim como das igrejas, pois, apesar da proximidade, o MST deveria ter sua própria perspectiva ideológica. Essa decisão de se tornar um movimento independente foi assumida no primeiro encontro realizado em Cascavel – PR (de 21 a 24 de janeiro de 1984).

Após três dias de intenso debate, estabeleceram-se os princípios do novo movimento: ser conduzido pelos próprios trabalhadores sem terra,

independente da igreja, dos sindicatos e dos partidos políticos; ser aberto a toda família; ser um movimento de massa. E foram definidos quatro objetivos: Lutar pela reforma agrária; lutar por uma sociedade justa, fraternal e pelo fim do capitalismo; incluir todos os trabalhadores rurais, arrendatários, meeiros e pequenos agricultores na categoria de trabalhadores sem terra; e garantir que a terra seja de quem nela trabalha e dela viva. (BRANDFORT; ROCHA, 2004, p. 42).

Para Stédile, em resposta a uma pergunta feita por Fernandes (2001), a perspectiva ideológica do MST se estrutura a partir de dois elementos básicos: o primeiro é a preocupação com a realidade, ou seja, não cair em abstrações que não respondam às necessidades imediatas do movimento, levando em consideração às condições sociais em que vivem os acampados e assentados. O segundo elemento é a Teologia da Libertação que se vincula à ideologia marxista e conseqüentemente os elementos de cunho político são concebidos, inicialmente no MST a partir desse referencial.

O segundo fator que nos influenciou veio, digamos, da Teologia da Libertação. A maioria dos militantes mais preparados do movimento teve uma formação progressista nos seminários da Igreja. Essa base cristã não veio por um viés do catolicismo ou da fraternidade. A contribuição que a Teologia da libertação trouxe foi a de ter abertura para várias idéias. Se tu fizeres uma análise crítica da Teologia da Libertação, ela é uma espécie de simbiose de várias correntes doutrinárias. Ela mistura o cristianismo com o marxismo e com o latino-americanismo. Não é por acaso que ela nasceu na América Latina. Em suma, incorporamos dela a disposição de estar abertos a todas as verdades e não somente a uma, porque esta única pode não ser a verdadeira. Todos os que se abasteciam na Teologia da libertação – o pessoal da CPT, os católicos, os luteranos – nos ensinaram a prática de estar abertos a todas as doutrinas em favor do povo. Essa concepção de ver o mundo é que nos deu abertura suficiente para perceber quem poderia nos ajudar. (FERNANDES; STÉDILE, 2001, p. 59).

Esse processo de abertura e percepção das pessoas e ideologias que poderiam ajudá-los, estimulado pela Teologia Libertação é decorrente de certo ecletismo marxista que estrutura a teologia da libertação (LÖWY, 2000; MARTINS, 1989), junto com o sincretismo religioso não foi difícil para os militantes entrarem em contato com os textos clássicos do marxismo, e formular uma proposta ideológica também eclética, como nos diz Stédile em entrevista a Fernandes (2001), a saber:

A partir dessa concepção, fomos buscar nos pensadores clássicos de várias matrizes que pudesse contribuir com nossa luta. Lemos Lenin, Marx, Engels, Mao Tsé-Tung, Rosa Luxemburgo. De forma ou de outra, captamos alguma coisa de todos eles. Sempre tivemos uma luta ideológica e pedagógica dentro do movimento de combater rótulos. Se Lenin descobriu uma coisa que pode ser universalizada na luta de classes, vamos aproveitá-la; se Mao Tsé-Tung, naquela experiência de organizar uma revolução camponesa, descobriu coisas que podem ser universalizadas ou aproveitadas, vamos assimilar. Isso não quer dizer que vamos copiar tudo o que foi feito na China, o que seria um absurdo, uma ignorância. Aliás, o PC do B já tentou isso no passado e não deu certo. (FERNANDES; STÉDILE, 2001, p. 59-60).

E para exemplificar mais essa ideia da influência marxista eclética na estruturação ideológica do movimento, Stédile encerra sua fala mencionando o Evangelho como sendo outro elemento que influencia “a mística” do movimento, como se essa fosse uma espécie de arcabouço ideológico que os permitisse “ver diferente”. “*O próprio Evangelho, não como uma religião, mas como uma doutrina, também tem uma influência sobre nossos valores,*

nossa cultura, na forma de ver a mística, na forma de ver diferente”... (FERNANDES; STÉDILE, 2001, p. 60 – grifo nosso).

Também a estratégia usada para ampliar essa formação marxista eclética foi o uso da teoria e método de alfabetização elaborado por Paulo Freire (2000) que auxiliava os militantes a ler e escrever não só as letras como a própria história.

Nessa perspectiva, o processo libertador pressupõe muito mais que a alfabetização, é um processo de formação da consciência crítica. Na Educação Libertadora, não há dicotomia – nós x eles, educador x educando, escola x mundo, etc., pois a educação é construída dialeticamente.

A perspectiva epistemológica de Paulo Freire está baseada no humanismo e no marxismo-cristão que valoriza a história de vida e o conhecimento que todas as pessoas possuem. Por isso que, para Freire, o amor, a humildade, a esperança, a liberdade e a utopia são elementos do humano permeando as relações com o conhecimento.

Também o contato do MST com os partidos políticos, intelectuais de esquerda, militantes de várias correntes que passaram por experiências de organização social e política no Brasil e também em Cuba, Nicarágua, Uruguai e outros países. Nessas relações de troca de conhecimentos e experiências os elementos ideológicos marxistas foram sendo trazidos para o MST. Nesse sentido, quando questionado por Fernandes (2001) sobre os pensadores que são referências para o movimento, Stédile cita: Josué de Castro, Manuel Correia de Andrade, Celso Furtado, Florestan Fernandes, Paulo Freire, Darcy Ribeiro, Leonardo Boff, Clodovis Boff, Dom Tomás Balduino, Pedro Casaldáliga, Luis Carlos Prestes. Na América Latina cita: Ernesto Che Guevara, José Martí, Fidel Castro, Sandino, Emiliano Zapata. Ele cita também Nelson Mandela, Samora Machel, Amílcar Cabral, Patrice Lumumba, Agostinho Neto, Martin Luther King, entre outros.

Podemos verificar que a lista de pessoas que servem de referência ideológica para o MST é bastante significativa e eclética. Pensamos que com essas várias influências ideológicas, o movimento foi construindo sua própria maneira de conceber o marxismo.

Dessa maneira, foi estruturando por si mesmo a formação política do seu quadro de militantes, especialmente nos cursos e congressos, onde os intelectuais simpatizantes à causa do movimento foram transmitindo e sistematizando essa experiência política do movimento. Hoje, o MST têm parcerias com importantes universidades, tais como: Universidade de Campinas – SP (UNICAMP); vários campus da Universidade Estadual de São Paulo (UNESP) – Destaque para o campus de Presidente Prudente onde trabalha o professor Bernardo Mançano Fernandes, um dos principais estudiosos do MST no Brasil -, Universidades Federais, dentre outras.

Essas instituições, em parceria com o movimento, montam cursos de formação profissional e política para os militantes. O MST também fundou a escola Florestan Fernandes, no município paulista de Guararema, visando prover uma formação técnica e política aos seus quadros, pois o estudo se torna uma forma de conceber as próprias ideias.

O estudo é outro princípio que aprendemos e procuramos aplicá-lo da melhor forma possível. Se tu não aprenderes, não basta a luta ser justa. Se não estudares, conseqüentemente nem tu nem a organização irão longe. O estudo nos ajuda a combater o voluntarismo, esse negócio de ‘deixa que eu chuto’. Isso não resolve. O jogador de futebol, por mais craque que seja, tem que treinar pênalti todos os dias depois do treino tático. Senão vai errar. Na luta social é a mesma coisa: tem que estudar. Isso nos disseram todos os líderes com quem conversamos e que possuem uma experiência histórica de lutas. (FERNANDES; STÉDILE, 2001, p. 42).

Sabedores da importância de estudar e se apropriar do conhecimento, não só acadêmico, como também das experiências das outras organizações camponesas e políticas que antecederam o MST, faz com que esse movimento construa sua própria maneira de fazer política e de elaborar suas ideologias.

Considerações finais

Nesse artigo verificamos que essa maneira sincrética de pensar o mundo e as relações caracteriza-se como uma forma peculiar do latino americano construir seu cotidiano e que nesse artigo chamamos a atenção para a peculiaridade de como o brasileiro constrói suas práticas políticas, pois está permeada pelos elementos das teologias, religiosidade popular e marxismo que os faz únicos na forma de construir as relações políticas no cotidiano.

No Brasil, há um povo que se usa da dança, canto, poesia para se expressar diante de exploração instalada historicamente no Brasil. Essa expressão de cada sujeito, muitas vezes convoca o corpo e os sentidos como uma forma de construção de laço social, ou seja, a forma que o brasileiro se relaciona com os demais e com a própria política caracteriza-se como uma peculiaridade de um povo constituído por uma mescla de culturas e povos. Vimos nessa apresentação que o MST parece uma materialização de uma possível síntese política, especificamente brasileira.

(...) a cultura popular deste país constitui um arquivo multicolorido, retalhos da história do povo, de canções que celebram o amor e a festa e, frequentemente, dissimulam a guerra e o luto. Memória de um povo que, ao contrário da pequena-burguesia intelectualizada, não separa a festa e a luta, porque sem festa a luta não tem sentido. A canção e a poesia prefiguram a apoteose do ser em relação ao ter. (MARTINS, 1989, p. 12).

Portanto, abandonamos categorias nas quais rapidamente rotulam qualquer manifestação religiosa como alienação e as manifestações políticas como não-alienadas. Dessa maneira, buscamos demonstrar que o MST para se constituir como movimento se usa de conteúdos discursivos vindos da política, religiosidade popular e teologias para convocar seus participantes a construir laço social e assim se constituem como um movimento social e mostram como os brasileiros são capazes de construir seu campo político de acordo com seus referenciais históricos, políticos, culturais e religiosos com todos os dilemas que isso possa causar.

Essas ideologias políticas do MST são permeadas pelo sincretismo religioso e o ecletismo marxista. Isso demonstra que o MST não é um movimento social exclusivamente marxista de uma corrente ideológica definida, ou uma extensão da Teologia da Libertação. Ele é um movimento que possui sua própria característica ideológica que compõe o pensamento de esquerda no Brasil.

Nesse sentido, sabemos que historicamente a proximidade entre religião e política é sempre muito tensa. Nesse artigo, não tentamos não apaga-la, ao contrário, deixamo-la evidente para não privilegiar uma ideologia em detrimento da outra para que assim o pensamento político do MST continue ocupando os espaços políticos que foram conquistados ao longo desses anos.

Referências bibliográficas

AMARAL, Stella Guimarães F. do. **O futuro de uma ilusão capitalista: Padre Marcelo Rossi e a Renovação Carismática Católica**. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2004.

BRANDFORT, Sue; ROCHA, Jan. **Rompendo a cerca: a história do MST**. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

CAMPOS JUNIOR, Luis de Castro. **Pentecostalismo**. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Iraneidson S. **Que papo é esse?:** Intelectuais religiosos e classes exploradas no Brasil (1974-1985). Tese (Doutorado em História) - Programa de Estudos Pós Graduados em História, Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2007.

FERNANDES, Bernardo Mançano. A gênese e desenvolvimento do MST. **Caderno de formação n. 30 - setembro**. Publicação do Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra, 1998.

_____. **MST formação e territorialização**. 2 ed., São Paulo: Hucitec, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano; STÉDILE, João Pedro. **Brava gente:** A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 31ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

GEBARA, Ivone. **O que é Teologia da Libertação**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

HELLER, Agnes. **Sociología de la vida cotidiana**. 3ª ed. Barcelona: Península, 1991.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censos Demográficos 2001/2010**. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/primeiros_dados_divulgados/index.php?uf=00> Acessado em: 13 de setembro de 2012.

LARA JUNIOR, Nadir; PRADO, M. A. M. A Mística e a Construção da Identidade Política entre os Participantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil: um enfoque psicossociológico. **Revista Electrónica de Psicología Política**, San Luis, v. 1, n. 4, dez., 2003. Disponível em: http://www.psicopol.unsl.edu.ar/dic03_notas1.htm. Acessado em: 26 de junho de 2004.

LARA JUNIOR, Nadir. **A Mística no cotidiano do MST:** a interface entre a Religiosidade popular e a Política. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

_____. Análise Psicossocial da Religião como um dos Fundamentos Políticos das Ações Coletivas no Brasil: A mística do MST. **Revista Eletrônica Último Andar**, n. 15, p.49-74, dez., 2006. Disponível em: <www.pucsp.br/ultimoandar/download/Ultimo_Aandar_15.pdf>. Acessado em: 12 de dezembro de 2006.

_____. Análise Psicopolítica da Mística do MST: A Formação da Ideologia Político-Religiosa. **Revista Psicologia Política**, v. 7, n. 13, jan/jun, 2007. Disponível em: <<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/seer/ojs/viewarticle.php?id=40&layout=html&mode=preview>> Acessado em: 15 de janeiro de 2007.

LIBANIO, J. B.; MURAD, Afonso. **Introdução à teologia** - perfil, enfoques, tarefas. São Paulo: Loyola, 1996.

LIMA, Delcio de M. **Os demônios descem do Norte**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Editora Francisco Alves, 1987.

LÖWY, Michael. **Marxismo e Teologia da Libertação**. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. **A Guerra dos Deuses: Religião e Política na América Latina.** Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. A teologia da Libertação: Leonardo Boff e Frei Betto. **ADITAL** – Agência de Informação Frei Tito para a América Latina (23/08/2008). Disponível em: <<http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=35648>> Acessado em 27 de outubro de 2008.

MARTIN-BARÓ, Ignacio. **Psicología de la Liberación.** Madrid: Trotta, 1998.

MARTINS, José de S. **Caminhada no Chão da Noite: emancipação política e Libertação nos Movimentos Sociais do Campo.** São Paulo, Hucitec, 1989.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: Processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre/Rio de Janeiro: Editora da Universidade, 1999.

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra. **Documentário registra a história da primeira ocupação de terra do RS.** 2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=3892>> Acessado em: 13 out. 2008.

PACHECO, Íris. Conflitos por terra dão salto e ocupações de terra batem recorde. **MST**, 2012. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/content/conflitos-por-terra-d%C3%A3o-salto-e-viol%C3%A2ncia-contra-trabalhadores-rurais-bate-recorde>> Acesso em: 13 de Nov. de 2012.

PRANDI, Reginaldo; SOUZA, André Ricardo de. A carismática despolitização da Igreja Católica. In: PIERUCCI, Antônio Flávio e PRANDI, Reginaldo. **A realidade Social das Religiões no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1996.

STÉDILE, João Pedro. **A reforma agrária e a luta do MST.** Petrópolis: Vozes, 1997.

Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS*

Anderson Luiz Machado dos Santos

Professor Temporário de Ensino de Geografia da Universidade Federal do Pampa
Membro do Grupo de Pesquisa em Educação e Território
e-mail: andersonlm.santos@gmail.com

Cesar De David

Professor Adjunto do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria - Coordenador do Grupo de Pesquisa em Educação e Território
e-mail: cdedavid2009@gmail.com

Resumo

A luta pela terra constitui um dos processos intrínsecos às contradições vigentes na questão agrária brasileira, frente às desigualdades oriundas do desenvolvimento capitalista. Desta forma, o presente trabalho objetiva revelar como esta luta configura-se como um agente capaz de realizar transformações espaciais através das disputas territoriais, sobretudo, mediante o protagonismo de movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para tal, se estabelece, como recorte espaço-temporal, o processo de formação, no período de 2003 a 2009 do assentamento Conquista do Caiboaté no município de São Gabriel, localizado no Rio Grande do Sul. Adotam-se, como premissas teórico-metodológicas, a visão científica e filosófica de que tudo está em movimento, em unidade e contradição, em processo de transformação e, com a utilização de procedimentos distintos e complementares, busca-se apreender alguns elementos que compõem a essência das múltiplas dimensões existentes no processo de reconstrução dos territórios rurais a partir da luta pela terra, cujas expressões fazem-se presentes, sobretudo, através da reterritorialização dos agentes sociais, processo que tem proporcionado a reconstrução econômico-social, político-ideológica e simbólico-cultural do território em questão.

Palavras-chave: espaço, território, questão agrária, luta pela terra.

Resumen

Lucha por la tierra y las disputas territoriales en la región de la campaña gaúcha: el proceso de formación de lo asentamiento Conquista do Caiboaté en São Gabriel – RS

La lucha por la tierra es uno de los procesos intrínsecos a las contradicciones existentes en la cuestión agraria, frente a las desigualdades que surgen del desarrollo capitalista. Por lo tanto, el presente estudio pretende mostrar cómo esta lucha se configura como un agente capaz de realizar transformaciones espaciales a través de las disputas territoriales, especialmente a través del papel de los movimientos sociales como el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST). Con este fin, se prevé, como recorte espacio-tiempo, el proceso de formación, en el período 2003 a 2009, el asentamiento Conquista de

* Artigo referente à pesquisa de Conclusão de Curso de licenciatura em Geografia, defendido em janeiro de 2010 na Universidade Federal de Santa Maria, sob a orientação do Professor Doutor Cesar De David.

Caiboaté en el municipio de São Gabriel, ubicada en Río Grande do Sul. Se adoptan como supuestos teóricos y metodológicos, la vista científico y filosófico de que todo se está moviendo en la unidad y contradicción en el proceso de transformación, así como con el uso de procedimientos complementarios y distintos, trata de comprender algunos de los elementos que componen la esencia de las múltiples dimensiones que existen en el proceso de reconstrucción de las zonas rurales de la lucha por la tierra, cuyas expresiones se hacen presentes, principalmente a través de la reterritorialización de los agentes sociales, un proceso que ha facilitado la reconstrucción económica y social, política e ideológica simbólico-cultural territorio.

Palabras-clave: espacio, territorio, cuestión agraria, lucha por la tierra.

Abstract

Struggle for land and territorial disputes in the region of the campanha gaúcha: the process of formation of the settlement Conquista do Caiboaté in São Gabriel – RS

The struggle for land is one of the processes inherent to the contradictions existing in the Brazilian agrarian matter, front of the inequalities arising from the capitalist development. Thus, this study aims to reveal how this struggle it is configured as an agent that can perform spatial transformations through of the territorial disputes, especially through the leadership of social movements like the Movement of Landless Workers (MST). It has therefore established as space – time the formation process of the settlement Conquista do Caiboaté in the municipality of São Gabriel, located in Rio Grande do Sul, in the period of 2003 to 2009. Adopts as theoretic-methodological assumptions the scientific and philosophical vision of all is in motion, in unity and contradiction, in transformation process, and with the use of distinct and additional procedures attempts to learn some elements that make up the essence of the multiple dimensions that exist in the process of reconstruction of rural areas from the struggle for land. Whose expressions are present mainly through repossession of the social agents, a process that has provided the economic-social, politic-ideological and symbolic-cultural reconstruction of the territory.

Keywords: space, territory, agrarian matter, struggle for land.

Introdução

A formação espacial brasileira tem como marca de sua gênese e desenvolvimento a produção de inúmeras desigualdades econômico-sociais, políticas e culturais. Neste contexto, um dos pontos nevrálgicos, que estruturam essas desigualdades, reside na questão agrária caracterizada pela produção de uma estrutura agrária injusta no país, cujas origens remetem ao processo colonial e que sobrevive e se reconfigura frente aos estágios mais avançados do desenvolvimento capitalista.

Entretanto, como produto dessa estrutura agrária, erigiu-se a resistência histórica dos povos, das classes sociais exploradas. Processo que também integra a emblemática questão agrária brasileira. A partir do último quartel do século XX, esta luta culminou na formação de novas organizações sociais que passaram a protagonizar um novo período na luta contra as injustiças constituídas no interior da formação espacial brasileira. A estas formas de resistência, a teoria social atribui a denominação de luta pela terra e às novas formas de organização das ações coletivas protagonizadas pelas classes e grupos sociais, a categoria movimentos sociais, dentre os quais se encontra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Não obstante, a luta pela terra deve ser encarada como questão inerente ao movimento e às contradições vigentes na sociedade brasileira, que tem o espaço geográfico como meio, condição e processo para sua manifestação. O que pressupõe a concepção de que o espaço geográfico não é um dado *a priori*, mas o *locus* da reprodução da vida em sociedade, que reproduz suas contradições fundamentais (LEFEBVRE, 1973). Portanto, ao se desenvolver, essa luta também se tornou capaz de produzir múltiplas transformações na formação espacial em questão.

Ao tomar esses elementos como premissa, o presente trabalho objetiva desvelar como a espacialização da luta pela terra constitui-se em um instrumento de reconstrução dos territórios rurais, que impacta as diversas dimensões da produção do espaço e da organização da vida em sociedade, processo marcante na formação dos assentamentos rurais, originários da luta do MST. Para tal, adotou-se, como recorte espaço-temporal, a formação do assentamento Conquista do Caiboaté, localizado no município de São Gabriel, no Rio Grande do Sul, onde a questão agrária corresponde a uma das contradições fundamentais de sua formação espacial, em que a luta do MST, no período de 2003 a 2009, conseguiu gerar uma crise de hegemonia do domínio latifundista e conquistar novos territórios para o avanço da reforma agrária na formação espacial brasileira.

Como horizonte teórico-metodológico, buscou-se trabalhar sob as premissas de que tudo está em movimento, em unidade e em contradição, em processo de transformação, com vistas a desvelar a instabilidade do real vivido no contexto da luta pela terra. Assim, os instrumentos metodológicos, que compõem esta pesquisa, procuram articular a reflexão teórica à leitura do fato empírico, mediante a discussão acerca da questão agrária brasileira nos marcos do desenvolvimento capitalista e a sua manifestação na formação espacial de São Gabriel, através do levantamento de dados em fontes secundárias e saídas de campo. Considerando-se que as saídas de campo abrangem a observação espacial e a apreensão da visão de mundo dos agentes sociais, que são objeto da pesquisa, recorreu-se à metodologia da história oral, através de relatos de histórias de vida de membros do MST, bem como da participação em espaços de socialização política do MST de São Gabriel, como o Encontro Regional do Movimento realizado em dezembro de 2009. Estes procedimentos visam à compreensão do processo de disputa territorial em curso na região da Campanha Gaúcha, frente à formação do assentamento Conquista do Caiboaté.

Considerações sobre a transição capitalista e a manutenção da questão agrária brasileira

O projeto colonial lusitano caracterizou-se pelo espólio do território brasileiro sob diferentes formas ao longo de distintos períodos históricos. Este trabalho não ousa resgatar este processo em sua totalidade, limita-se a enfatizar que, através do mesmo, inicialmente mediante o regime das capitanias hereditárias, *a posteriori*, com a doação de sesmarias e a fundação do latifúndio escravista, criaram-se as bases da questão agrária brasileira, cuja “gênese é a desigual apropriação da terra” (SUZUKI, 2006, p. 221) e o aspecto elementar, conforme a visão de Graziano da Silva (1990), reside no fato da propriedade fundiária constituir-se no elemento fundamental que separa os trabalhadores dos meios de produção na agricultura brasileira. Tal concepção implica inúmeras consequências econômico-sociais e políticas para as diferentes classes e grupos sociais que atuam em torno da questão.

A tendência ao monopólio da propriedade de terras, dentre suas decorrências, viabilizou a formação de uma classe latifundiária, que detém “uma força maior do que o poderio econômico, uma outra espécie de poder que freqüentemente supera e sobrevive àquele - o poder extra-econômico” (GUIMARÃES, 1981, p. 35).

O impacto desta dominação política na formação social e espacial brasileira, além da exploração do trabalho escravo, resultou em um processo em que:

[...] a maioria da população perdeu a liberdade, na forma mais ampla possível, tornando-se objeto, mercadoria, e onde a concentração fundiária,

lavada a extremo, impedia que pobres livres tivessem acesso à terra para cultivá-la, mesmo visando à produção dos próprios alimentos. (ANDRADE, 1987, p. 7).

Esta estrutura agrária arcaica ainda “mantém uma parte considerável da população – refletindo-se daí, mais ou menos acentuadamente, no conjunto da nação - em miseráveis condições de vida, materiais, culturais, e sócio-humanas em suma”. (PRADO JR, 1981, p. 13). Assim, ao contrário do que se realizou nos países centrais do capitalismo, a transição capitalista, no espaço rural brasileiro, manteve os traços elementares da questão agrária, uma vez que o processo de desigualdade continuou no cerne da transição capitalista que começa a ser gestada no Brasil frente a proibição do tráfico de escravos pela Inglaterra e que apresenta um de seus marcos pós-1850 através da lei de terras. Lei que, de acordo com Stédile (2005), proporcionou o fundamento jurídico à transformação da terra em mercadoria, em objeto de negócio, normatizando, dessa forma, a propriedade privada da terra e o modelo da grande propriedade.

Porém, este é apenas um dos aspectos da transição capitalista, visto que o capitalismo é, aqui, concebido, segundo a perspectiva de Marx (1985, p. 104), como “um modo de produção específico, e não apenas tecnologicamente, que transforma totalmente a natureza real do processo de trabalho e suas condições reais”. Neste modo de produção, entra em cena a subsunção real do trabalho no capital, que altera a relação entre capitalistas e trabalhadores livres, tornando central, no processo produtivo, a extração da mais-valia relativa através da exploração da força de trabalho alheio (MARX, 1985).

Logo, a transição capitalista atravessa a crise de Estado produzida entre 1888 com a abolição da escravidão e 1891 com a promulgação da carta constitucional, em que “a luta de classes no país levou a formação de um Estado burguês no Brasil” (SAES, 1990, p. 345). Neste processo, no que tange à abolição, em conformidade com Moura (1988), conservou-se a estrutura latifundiária-oligárquica e, com isso, ficou descartada a possibilidade de integração social, econômica e cultural daquelas grandes parcelas de força de trabalho liberadas que constituíram a massa de marginalizados, saída das senzalas.

Contudo, do ponto de vista superestrutural, as mudanças político-jurídicas sintetizadas na Constituição de 1891 foram fundamentais para o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, sobretudo, no espaço rural, visto que “o direito burguês passou a entrar em contradição com as relações de produção pré-capitalistas vigentes na agricultura”. (SAES, 1990, p. 349).

Após este período, é possível identificar uma intensificação na transição capitalista com a mudança do modelo agroexportador para o modelo urbano industrial na década de 1930. Mudança que, do ponto de vista da questão agrária, conforme Stédile (2005), se caracteriza pela subordinação econômica e política da agricultura à indústria que vai assumindo o comando da acumulação de capital.

Frente a este estágio mais avançado do capitalismo no Brasil, outros movimentos incidem diretamente no regime de acumulação de capital através da exploração da propriedade de terras que, além, de “funcionar como um mecanismo de reserva de valor, como forma de entesouramento da burguesia agrária brasileira” (GORENDER, 1994, p. 38), modernizou-se através do desenvolvimento dos complexos agroindustriais.

Sobretudo, é mister compreender esta transição capitalista como eminentemente contraditória, pois “o capital não expandiu de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica, por todo o canto e lugar, destruindo de forma total e absoluta o trabalho familiar-camponês” (OLIVEIRA, 1994, p. 48.). Tal ponderação corrobora a tese de Gorender (1994, p. 34) ao compreender que, “na perspectiva capitalista, o desenvolvimento econômico do campo brasileiro, apresentará duas vias: a do latifúndio e a da exploração de caráter familiar-camponesa”.

Cabe salientar que o próprio latifúndio, conforme destacou Ianni (1979, p. 89), “combina diferentes modalidades de trabalhadores e organização social do trabalho”, conformando-se em um estabelecimento em que pode coexistir tanto a subsunção formal quanto real do trabalho ao capital. Nesta ótica, a subsunção formal significa “um domínio do

capital sem alteração ponderável de tecnologia precedente" (GORENDER, 1994, p. 38), ou seja, o aumento notório da quantidade de trabalhadores assalariados que, pela exploração de sua força de trabalho, permite a extração de mais-valia absoluta ao proprietário dos meios de produção.

Já a subsunção real significa o "processo de assentamento do capital agrário sobre uma técnica que lhe é adequada e lhe permite extrair do trabalhador somente a mais-valia relativa, forma de mais-valia que especificamente caracteriza o capitalismo." (GORENDER, 1994, p. 38). Porém, mesmo que, segundo Oliveira (1994), nos estabelecimentos agrícolas com mais de mil hectares encontra-se quase que o predomínio absoluto do trabalho assalariado, o latifúndio ainda pode incorporar formas pré-capitalistas de exploração da força de trabalho humana.

Também é importante salientar que, neste processo contraditório do desenvolvimento capitalista, operam outros movimentos para além da concentração da propriedade pela classe latifundiária, como fonte de acumulação de capital, o que se dá, principalmente após a incidência do capital monopolista no espaço rural brasileiro que, de acordo com Oliveira (1998), ora controla a circulação dos produtos agropecuários, subordinando sua produção, ora se instala na produção, subordinando a circulação. Desse modo, um processo engendra o outro e, assim, desencadeiam a territorialização do capital monopolista e monopolização do território pelo capital monopolista.

No primeiro processo, por conta da industrialização da agricultura, o capitalista tornou-se também proprietário de terras, portanto latifundiário. Assim, "capitalista industrial, proprietário de terras e capitalista da agricultura têm um só nome, são uma só pessoa ou uma mesma empresa" (OLIVEIRA, 1998, p. 478). E, para produzir, utilizam o trabalho assalariado, assim sendo, o capital monopolista territorializa-se, dominando a produção. "Um exemplo desse processo de desenvolvimento ocorre com as usinas ou destilarias de açúcar e álcool, onde atualmente indústria e agricultura são parte ou etapas de um mesmo processo" (OLIVEIRA, 1998, p. 478).

No segundo caso, o mecanismo pelo qual o capital monopolista estabelece seu processo de acumulação e reprodução é a monopolização dos territórios, como é o caso dos territórios dos modos de vida camponês. "O próprio capital cria as condições pra que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizem o consumo dos produtos industriais no campo (ração na avicultura, e na suinocultura, por exemplo)". (OLIVEIRA, 1998, p. 479).

Desta vez, capitalistas e proprietários de terras, são personagens distintas. Porém, "nessas condições, o capital sujeita a renda da terra produzida pelos camponeses à sua lógica, realizando a metamorfose da renda da terra em capital". (OLIVEIRA, 1998, p. 479).

Assim, verifica-se que na medida em que o modo de produção capitalista assume a hegemonia através das relações de poder que impõe ao espaço rural brasileiro, a supremacia do latifúndio foi capaz de subordinar às demais formas de apropriação da terra, mantendo atual a questão agrária brasileira que, dentre suas conseqüências econômicas e sociais vem, por um lado, promovendo a acumulação de riquezas a partir da articulação entre renda territorial e extração de mais-valia, cujas expressões maiores são o latifúndio e o agronegócio. Por outro lado, aprofunda a expropriação dos trabalhadores rurais, sua proletarianização no campo ou na cidade, a subordinação de formas de propriedade baseadas no trabalho camponês ao capital monopolista, a expansão da pobreza e da miséria em suma.

Estes elementos demonstram a importância de compreender que a transição capitalista na formação espacial brasileira não foi capaz de superar a questão agrária. O que possibilita afirmar que a mesma é um problema estrutural deste modo de produção,

[...] é criado pela lógica da reprodução ampliada do capital, que provoca o desenvolvimento desigual, por meio da concentração do poder expresso em diferentes formas, por exemplo: propriedade da terra, dinheiro e tecnologia. Esta lógica produz a concentração do poder criando um poder de concentrar, reproduzindo-se infinitamente. (FERNANDES, 2008, p. 43).

Além disso, evidencia a importância de refletir sobre esta temática do ponto de vista do bloco histórico, ou seja, a busca pelo “conjunto complexo e contraditório entre estrutura e superestruturas” (GRAMSCI, 1987, p. 52) para, desse modo, revelar as contradições vigentes na transição do capitalismo como modo de produção hegemônico no Brasil.

Ademais, esta articulação entre estrutura e superestrutura em torno da questão agrária e da transição capitalista possibilitou que se forjasse um bloco de poder¹ sobre o Estado brasileiro, composto pelas alianças entre grandes proprietários de terras (latifundiários) e capitalistas, fazendo-o em nível nacional e internacional, que ora se distinguem, ora se personificam como uma única classe. E, de forma antagônica, como produto de suas próprias injustiças, propiciou a emergência de diversas formas de resistência e luta por parte da multiplicidade de sujeitos que compõem a classe trabalhadora no meio rural e urbano.

A outra face da questão agrária: a luta pela terra e seus vínculos com o território

As diversas formas de luta social e política empreendidas pelos trabalhadores rurais no Brasil podem ser sintetizadas na expressão luta pela terra. Estas lutas, ao longo do processo histórico da formação espacial brasileira, sofreram uma transformação, passando da luta pela propriedade em si à luta pela reforma agrária e pela transformação da sociedade capitalista.

Porém, apesar destas mudanças em sua forma de manifestação e seu projeto político, uma das características elementares da luta pela terra diz respeito ao seu papel como agente capaz de produzir novas dinâmicas territoriais. Esta condição fez-se presente desde a luta dos povos indígenas e dos escravos no período colonial, passando pelas lutas camponesas, como Canudos, o Contestado e o banditismo social no início da transição capitalista do final do período imperial ao nascimento da república oligárquico-burguesa, persistindo com as ligas camponesas e, *a posteriori*, com o sindicalismo rural durante a fase de subordinação da agricultura à indústria, permanecendo central na luta protagonizada pelo MST frente às contradições do capitalismo monopolista no espaço rural brasileiro.

Sobretudo, para compreender tal condição, é fundamental conceituar as premissas que norteiam a visão acerca do território. Dentre elas, são significativas duas contribuições oriundas do materialismo histórico-dialético. Como destaca Dematteis (2007), a primeira contribuição diz respeito a crítica da economia política que permite a extensão do conceito de fetichismo da mercadoria ao território. Para este geógrafo,

[...] este é o ponto de vista que nos impediu de tratar o território como um simples objeto material e, ao mesmo tempo, nos condiciona a compreender, como as relações sociais de produção, as interações sociais se estabelecem em diferentes escalas. (DEMATTEIS, 2007, p. 8).

Dessa forma, compreende-se que “o território, assim, resulte como conteúdo, meio e processo de relações sociais. Essas relações sociais que são, ao mesmo tempo, materiais, substantivam o território”. (DEMATTEIS, 2007, p. 8).

A segunda contribuição importante introduzida pela teoria marxista, a ser, aqui, enfatizada, é a noção de conflito social: “para quem raciocina como Marx, isso está implícito e é inerente ao conflito de classe, no qual o território é mediador das relações sociais de

¹Bloco de poder: diz respeito ao bloco social, ao conjunto de classes sociais que articulados exercem sua dominação sobre os Aparelhos de Estado e sua hegemonia na sociedade civil. Assim, o bloco de poder se forma no interior do bloco histórico, logo, estes dois conceitos estão articulados. De acordo com Macciocchi (1980, p.149) “Gramsci aplicou concretamente estes conceitos ao analisar na história italiana o processo de revolução burguesa, onde procurou definir o bloco constituído pelos industriais do norte e os proprietários de terra no sul para melhor compreender em estrutura do bloco de poder da burguesia”.

produção”. (DEMATTEIS, 2007, p. 9). Corroborando tais premissas, Oliveira (2004, p. 40) aborda o território como o “efeito material da luta de classes travada pela sociedade na produção de sua existência”.

Além destas ponderações, outro aspecto elementar refere-se à centralidade do poder na definição do território, visto que as relações sociais que substantivam o território são relações de poder. Assim sendo, “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). Logo, é possível compreender que “ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator territorializa o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143).

Alicerçado nestas considerações, é significativo relacioná-las com o movimento através do qual sociedade e espaço reproduzem-se para, assim, identificar como os diferentes agentes sociais se desterritorializam e reterritorializam. A desterritorialização expressa “o movimento pelo qual se abandona o território, é a operação da linha de fuga, e a reterritorialização é o movimento de construção dos territórios”. (HAESBAERT, 2006, p. 127). Não obstante, frente os estágios mais avançados do capitalismo, o que muitos teóricos compreendem como desterritorialização é, segundo Haesbaert (2006),

a intensificação da territorialização no sentido de uma multiterritorialidade, um processo concomitante de destruição e construção de territórios mesclando diferentes modalidades territoriais [...], em múltiplas escalas e novas formas de articulação territorial. (p. 32).

Ao trazer esta reflexão para o campo da luta protagonizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), as disputas territoriais nas quais tal movimento se insere, são produto da instabilidade do real vivido na organização e na mobilização deste movimento social, ao confrontar-se com o poder² exercido pelas classes sociais que detêm o latifúndio, assim como de suas relações com os aparelhos de Estado.

Um poder que é, pois, tanto econômico e político, tendo em vista que é assegurado pelas relações econômico-sociais que permitem as classes sociais, que exploram esta forma de propriedade, incidir sobre os aparelhos de Estado, “sendo o Estado, neste contexto, o centro do exercício do poder político” (POULANTZAS, 1977, p. 111), da mesma forma, tal poder, que emana da propriedade do latifúndio, também o é simbólico, visto que,

[...] as diferentes classes e frações de classe estão envolvidas em uma luta simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posição ideológicas reproduzindo em forma transfigurada o campo das posições sociais. (BOURDIEU, 1998, p. 11).

Além disso, tal poder também é exercido através das relações culturais que viabilizam a hegemonia de determinadas classes sociais na sociedade civil, sendo que suas múltiplas dimensões determinam o conteúdo da produção do espaço.

Diante deste campo de poder, uma das expressões das dinâmicas territoriais produzidas através da luta pela terra, no contexto do MST, é encontrada nos assentamentos rurais, pois, como concebe Fernandes (1996), o assentamento é uma fração de território conquistada na espacialização da luta pela terra.

Assim posto, com esta conquista, “inicia-se uma nova luta, agora pela consolidação da posse da terra, pela obtenção de condições econômicas e sociais mais favoráveis ao estabelecimento destes trabalhadores rurais enquanto produtores agrícolas” (BERGAMASCO; NORDER, 1996, p. 10). Este novo período possibilita transformações nos

² O conceito de poder é empregado no sentido trabalhado por Poulantzas (1977), para quem o poder é inerente as relações entre as classes sociais, relações que são marcadas pelo conflito e que levam a dominação e subordinação. Onde o poder é concebido como “a capacidade de uma classe social de realizar seus interesses objetivos específicos” (POULANTZAS, 1977, p. 100).

territórios rurais dominados pelo poder dos agentes sociais de outrora, inserindo novas dinâmicas, reconstruindo os territórios sob novas bases.

Terra e poder: os fundamentos da questão agrária na formação espacial de São Gabriel-RS

São Gabriel aparenta ser um pacato município localizado na área central da Mesorregião Geográfica do Sudoeste do Rio Grande do Sul - Campanha Gaúcha, possuindo uma área total de 5.019, 646 Km² e uma população de 60.425 mil habitantes (IBGE, 2010). Sua emancipação política ocorreu somente na segunda metade do século XIX, porém a busca pela história de sua formação espacial deve ser compreendida nos processos de conflitos e articulações entre as frentes de expansão colonial lusitana e hispânica para o sul do território brasileiro durante o século XVIII.

Nesta perspectiva, é possível identificar que um dos processos que marcaram o seu desenvolvimento foi à desestruturação das missões jesuíticas na porção centro-noroeste do atual território gaúcho, sobretudo no que diz respeito às guerras guaraníticas, visto que foi sob espaços, que, hoje, fazem parte de seu território, nas coxilhas do Caiboaté, localizadas nas proximidades do rio Vacacaí, que se desencadeou uma das batalhas mais marcantes da histórica resistência dos povos indígenas, no Rio Grande dos Sul, no contexto das diversas lutas que empreenderam contra a sua expulsão das missões jesuítas frente o Tratado de Madri, assinado pelos impérios lusitano e hispânico em 1750.

A denominada, conforme a historiografia, Batalha do Caiboaté de 1756 integra o auge das Guerras Guaraníticas e, em consonância com Kuhn (2003, p. 46), “foi travada logo após a morte de uma das principais lideranças indígenas, Sepé Tiaraju, e nela morreram cerca de 1.500 de índios”, que lutavam na defesa de uma fração do território, onde haviam construído suas raízes.

Tais elementos possibilitam levantar a tese de que, ao contrário do que sua aparência denota, a lógica de produção espacial em São Gabriel traz, na sua essência, inúmeras contradições, sendo a questão agrária uma das expressões fundamentais desse processo contraditório que se manifesta através das lutas sociais e políticas desenvolvidas pelos diferentes agentes sociais ao longo do movimento histórico.

Portanto, é necessário entender que a eclosão de novas lutas sociais e políticas, como as desencadeadas através da intervenção do MST, a partir de 2003, não representam um elemento estranho, mas um novo período viabilizado pelo desenvolvimento ulterior das próprias contradições vigentes na produção do espaço de São Gabriel, sobretudo no que tange ao processo de desigual apropriação de terras no seu espaço rural.

Neste contexto, o domínio da propriedade da terra engendra relações de poder, elementos que fundamentam a questão agrária na formação espacial de São Gabriel, em que o latifúndio consolidou-se como um território, a partir do qual se construiu uma territorialidade³ hegemônica capaz de incidir não só na dinâmica do espaço rural, mas sobre toda a dinâmica espacial do município em pauta.

Esta hegemonia do latifúndio que lhe dá o sentido de território remonta as raízes históricas da formação do espaço rural da região da Campanha Gaúcha em que São Gabriel está inserido, posto que

[..] é na campanha gaúcha que se configura a maior concentração fundiária do estado, tornando-se efetivamente território do espaço latifundiário gaúcho, emergido a partir da doação de sesmarias para luso-brasileiros, objetivando a efetiva ocupação e preservação das fronteiras do Brasil meridional. (CHELOTTI, 2009, p. 84).

³ A territorialidade é aqui empregada no sentido proposto por Raffestin (1993) enquanto multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade presente nas relações que estabelecem entre si e com a exterioridade.

Ainda que seja necessário considerar a existência de outras formas de apropriação desse espaço, como as pequenas propriedades de caráter camponês, como os dados a seguir revelam (figura 1).

FIGURA 1 – Tabela da Estrutura Fundiária da Região da Campanha Gaúcha

Estratos de área (há)	Campanha Ocidental		Campanha Central		Campanha Meridional	
	Total de Imóveis	Área Total (há)	Total de Imóveis	Área Total (há)	Total de Imóveis	Área Total (há)
< de 1	75	43,8	45	24,8	47	27,9
1 a < de 2	178	251,0	163	224,0	95	136,0
2 a < de 5	1.317	4.347,0	709	2.393,3	600	1.999,6
5 a < de 10	1.568	11.437,2	971	7.054,1	736	5.451,1
10 a < de 25	2.916	51.088,7	1.779	30.123,6	1.205	23.939,3
25 < de 50	2.290	84.754,6	1.305	47.790,0	1.432	39.088,0
50 a < de 100	2.065	161.052,2	1.170	94.536,5	904	65.628,6
100 a < de 200	1.462	211.445,5	818	119.311,0	673	96.057,9
200 a < de 500	1.457	474.834,5	746	224.203,2	676	222.238,0
500 a < de 1000	651	463.830,6	356	256.809,2	339	247.66,4
1000 a < de 2000	259	387.663,7	147	205.486,6	141	199.308,7
2000 a < de 5000	109	334.616,3	49	142.100,8	63	107.138,6
5000 a < de 100000	16	111.6333,9	11	725.111,00	2	10.237,9
10000 a < de 200000	0	0	1	13.438,2	0	0

Fonte: INCRA, (2003). **Org.:** AUTOR, 2009.

Verifica-se assim, que mais de 60% das propriedades rurais da região da Campanha são constituídas de pequenas unidades de produção. Entretanto, estas ocupam menos de 15% do espaço regional. A presença de pequenos proprietários na região da Campanha, não é algo recente, consoante Chelotti (2009), reportando-se aos diversos processos sociais, tanto no período colonial como nos séculos XIX e XX, que possibilitaram a presença desses pequenos proprietários situados no entorno do espaço latifundiário. Alguns surgiram pela divisão das estâncias em função de heranças, outros eram agregados. Contudo, não chegaram a se constituir em um estrato social com uma identidade cultural distinta, dado que ocorre, por exemplo, no processo de colonização do norte do estado.

Sob tal perspectiva, ao abordar-se a produção deste espaço rural do ponto de vista do bloco histórico, pode-se revelar como o latifúndio, pelas relações de poder que lhe dão sentido, constitui-se em um território através do qual a classe latifundiária produz uma territorialidade hegemônica, exercida tanto pelo sistema de produção, quanto pelas superestruturas político-ideológicas e culturais mediante as relações de poder.

Tomando esta questão como premissa, identifica-se que uma distinção nesta forma de exploração da terra associa-se à incorporação da atividade pecuária, assim o latifúndio, na região da Campanha, guarda o poder da atividade pastoril. Desse modo, é possível compreender que

[...] a estância, propriedade latifundiária típica da chamada metade sul do Estado do Rio Grande do Sul encerra em si dois momentos essenciais: mais do que uma unidade de produção que produz bens econômicos – o gado de corte criado extensivamente – constitui também um concepção de mundo que perpassa as demais classes sociais. (FONSECA, 1994, p. 6).

Seguindo a concepção gramsciana do conceito de hegemonia, Fonseca (1994) pondera que, para além da dominação econômica, a classe latifundiária impõe-se pelo

consenso que obtém das demais classes sociais, não só quanto ao seu sistema de produção, mas quanto a sua ideologia, a sua visão de mundo.

Por conseguinte, no processo de luta pela hegemonia, ocorre a formação de uma superestrutura, isto é, “da ideologia do latifundiário e de suas variadas formas de difusão, que é reproduzida acriticamente pelas classes subalternas ou auxiliares” (FONSECA, 1994, p14). Daí o poder que esta classe concentra, pois a sua concepção do mundo permeia toda sociedade e, portanto, incide diretamente na produção do espaço, que é seu *locus* de reprodução. Sendo assim, como afirma Fonseca (1994, p. 93), “ser pecuarista é condição que mesmo elementos ligados a atividades urbanas desejam, sejam bancários, comerciantes, prestadores de serviços ou profissionais liberais”.

Este poder do latifundiário regional na sociedade civil, que é tanto econômico quanto ideológico, pode ser compreendido como poder simbólico, ou seja,

[...] o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, [...] poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica). (BOURDIEU, 1998, p. 14).

E, assim concebido, dá sustentação ao seu poder político intrínseco na disputa pela dominação sobre os aparelhos de Estado.

No que tange a esta dimensão do poder, suas origens foram constituídas a partir do século XIX, no seio do sistema político coronelista que, para Axt (2007), consiste na formação de oligarquias regionais que preservam esquemas informais de poder, encharcados de patrimonialismo e mandatismo. Já, frente à transição capitalista, a articulação entre burguesia e latifundiários formou um bloco de poder que permite a classe latifundiária continuar exercendo grande influência sobre os aparelhos de Estado.

Esta articulação entre o poder econômico, político e simbólico, que produz a territorialidade do latifúndio, busca novas estratégias para a reprodução de sua hegemonia frente aos estágios mais avançados do capitalismo. Neste contexto, segundo Chelotti (2009), com a modernização da agricultura no Rio Grande do Sul, emergem novos atores sociais, os empresários rurais, não necessariamente proprietários de terra, mas que vislumbram, nela, uma fonte de produção de riqueza, espaço de geração de lucros e acumulação.

Ocorre, como corolário, a expansão da lavoura empresarial, principalmente do arroz irrigado, e, em menor escala, de soja e de trigo para região da Campanha, através da exploração de terras vinculadas historicamente à pecuária tradicional, mediante o mecanismo do arrendamento capitalista. Assim,

[...] a Campanha Gaúcha, que historicamente possuía sua base econômica na atividade latifundiária pastoril, inseriu-se em um novo padrão de exploração do solo, ou seja, a agricultura capitalista, sustentada basicamente pela orizicultura. Mas, é importante deixar bem claro que esta nova reestruturação econômica não foi capaz de desestruturar o espaço latifundiário, pelo contrário, o pecuarista usufruiu sua condição de proprietário para arrendá-la. (CHELOTTI, 2009, p. 96).

Este processo revela o mecanismo do arrendamento capitalista como uma estratégia de reprodução da territorialidade latifundiária, com vistas à manutenção de seu poder, reconstruída em novas bases, visto que ocorre a associação da pecuária de corte à lavoura capitalista e estas atividades produtivas começam a dividir espaços compondo uma nova forma de exploração da terra. No entanto, esta nova dinâmica não alterou a estrutura fundiária da região, que se mantém no quadro da antiga estrutura de grandes propriedades, mantendo o poder dos latifundiários.

Cabe ainda salientar que o capitalismo, sobretudo a partir de sua fase monopolista, viabilizou outras formas de reprodução da territorialidade do latifúndio, fazendo-o pela

aquisição de terras por grupos empresariais de outras regiões ou até mesmo estrangeiros. O que reflete como os instrumentos de acumulação de capital, neste período em que “a concorrência, cede inevitavelmente lugar ao monopólio via a concentração e centralização do capital” (SWEEZY, 1977, p. 47) manifestam-se na produção do espaço rural da região.

Por tais motivos, argumenta Chelotti (2009), muitas propriedades rurais estão nas mãos de pessoas que não residem na região, apenas desenvolvem atividades produtivas diversas como é o caso da criação de cavalos crioulos, gado de leite, assim como da plantação de uvas finas e da silvicultura.

Tais contradições estão presentes na formação espacial de São Gabriel, na medida em que seu desenvolvimento está relacionado ao convívio entre a atividade pecuária e a lavoura capitalizada. A tradição destas atividades é registrada pela presença de aproximadamente 580 mil cabeças entre os rebanhos bovinos de corte e leite, além de aves, suínos, caprinos e equinos. Dentre a produção agrícola, destacam-se as lavouras de soja ocupando 40 mil hectares, arroz com 30 mil hectares e milho com dois mil hectares. (IBGE, 2010).

Frente aos novos mecanismos estabelecidos para reprodução da territorialidade do latifúndio, como a especulação financeira e os projetos dos grupos multinacionais para a região da Campanha Gaúcha, a inserção, em São Gabriel, também é visível, sobretudo com a compra de grandes áreas destinadas à produção de celulose, como foi possível observar através dos trabalhos de campo no desenvolvimento desta pesquisa.

Diante destes processos, os marcos da questão agrária, em São Gabriel, expressam-se em uma estrutura fundiária altamente concentrada, uma desigual distribuição de renda, que resultam em uma taxa de incidência de pobreza de cerca de 30% de acordo com o IBGE (2010). Neste contexto, formou-se, em seu território, um dos maiores latifúndios da região da Campanha Gaúcha, cuja área total, compreendendo diversas estâncias, era de aproximadamente 13.400 hectares segundo o levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em 2003, e que pertencia à Família Southall. A referida área, para os fins deste estudo, foi denominada Latifúndio Southall, tanto pela sua extensão, quanto pela sua improdutividade conforme a vistoria realizada pelo INCRA.

Do latifúndio ao novo território: o processo de formação do Assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel- RS

Diante desta configuração da questão agrária em São Gabriel, a partir de 2003, o MST passou a protagonizar a luta pela desapropriação do Latifúndio Southall e, após um longo processo, conseguiu tensionar o aparelho de Estado e a sociedade civil para a discussão em torno do tema. Esse fato gerou uma crise de hegemonia⁴ no bloco de poder em São Gabriel e um acúmulo de forças que culminou na formação do assentamento rural Conquista do Caiboaté sobre a parcela de terras desapropriadas do Latifúndio Southall.

Não obstante, esta metamorfose no território foi possibilitada por uma série de elementos que circunscrevem o campo de poder, no qual se desenvolveu a luta pela terra

⁴ Crise de hegemonia: corresponde ao processo que Gramsci (1968, p. 55) denomina de “crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou por que a classe dirigente faliu em determinado empreendimento político pelo qual pediu ou impôs pela força o consentimento das grandes massas, ou porque amplas massas passaram de repente da passividade política a certa atividade e assim apresentaram reivindicações”. Salienta-se ainda, que Gramsci analisou este processo no âmbito global da formação econômico-social italiana, entretanto considera-se que também é possível desenvolver a concepção a cerca da crise de hegemonia em processos que ocorrem no interior das diferentes formações econômico-sociais, como no caso em questão. Também, como afirma Coutinho (1992, p. 93-94) “o critério central para a decisão da crise é a iniciativa dos sujeitos políticos coletivos, a capacidade de fazer política, e de envolver as grandes massas na solução de seus problemas, de lutar cotidianamente pela conquista de espaços e posições”.

em torno da questão agrária de São Gabriel. Por isso, é mister compreender que, na implementação de assentamentos rurais,

[...] operam de maneira decisiva, as estratégias políticas adotadas pelas várias agências de mediação, envolvidas neste *campo de lutas* configurado pela reforma agrária, tais como: o MST, os órgãos dos governos federal, estadual e municipal (MDA, INCRA, Cera's, secretarias estaduais e municipais etc.). (DA ROS, 2002, p. 39).

Assim posto, é significativo considerar a atuação dos diversos agentes sociais envolvidos na dinâmica disputa territorial pela manutenção/transformação da fração de território que representa o latifúndio Southall.

Outro aspecto relevante vincula-se à compreensão de que a luta pela terra empreendida pelo MST, segundo a perspectiva de Fernandes (1996), desenvolve-se pela construção de um espaço de socialização política que é multidimensional, ou seja, um espaço que é comunicativo, interativo e de luta e resistência. Nesta construção, o Movimento espacializa-se pela sua práxis social, sendo que, através desta espacialização da luta pela terra, “os trabalhadores organizados no MST conquistam a fração do território, e dessa forma, desenvolvem o processo de territorialização do MST”. (FERNANDES, 1996, p. 136).

O primeiro aspecto que se ressaltou no processo em questão, diz respeito à conjuntura política nacional do período, pois, em 2003, com a ascensão do Governo de Lula, a questão agrária ganhou novos contornos, sobretudo, pela formulação de um novo Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), o segundo da história do país, que previa, dentre outras políticas, o assentamento de um milhão e oitocentas mil famílias sem terra.

Porém, o Governo Lula, por guardar múltiplas contradições, ao mesmo tempo em que sinalizou avanços no que tange à reforma agrária no país, manteve alianças com setores conservadores. Fernandes (2004) registra esta contradição ao apontar que “[...] os ruralistas participaram das indicações de nomes para o Ministério da Agricultura, garantindo dessa forma a continuidade do modelo de desenvolvimento da agropecuária implementado pelos governos militares”. (p. 287).

Diante das tensões proporcionadas pela política formulada pelo INCRA, MDA e movimentos sociais, cuja síntese foi o novo PNRA, o INCRA realizou uma vistoria no Latifúndio Southall e, após, a sistematização de seus resultados considerou-o improdutivo. Assim, Governo Federal publicou, em maio de 2003, no Diário Oficial da União, o decreto que declarava o interesse social para a Reforma Agrária dos 13.400 hectares do Latifúndio Southall, dando condições para o INCRA ajuizar a ação de desapropriação das terras.

Porém, este processo necessitou percorrer um longo caminho para a sua efetivação. Um dos passos para sua concretização relacionava-se à aprovação pelo Supremo Tribunal Federal (STF). E foi no momento em que se iniciavam as discussões para o julgamento do caso Southall no STF, o MST intensificou suas ações e decidiu organizar a Marcha Sepé Tiarajú em direção a São Gabriel. De acordo com Görgen (2004), essa marcha seria uma forma de dialogar com a população e demonstrar à sociedade, aos governos e ao Poder Judiciário a necessidade da Reforma Agrária e a “aberração” que se constituía o latifúndio. A marcha teve seu início no dia 10 junho de 2003, no município de Pântano Grande, reunindo acampamentos do MST de Arroio dos Ratos, Pântano Grande, Capão do Leão, Santana do Livramento e Julio de Castilhos, que totalizavam aproximadamente oitocentas famílias que, lentamente, deslocaram-se pela BR- 290 rumo a cidade de São Gabriel. O nome Sepé Tiarajú foi atribuído pela simbologia que o herói guarani, assassinado em 1756, nas terras que, hoje, fazem parte do município de São Gabriel, adquiriu no contexto da luta pela terra.

Paralelamente, acontecia a reação. Grandes proprietários organizaram uma Contra-Marcha em defesa da propriedade, que tinha por objetivo impedir a chegada do MST na cidade, destacando-se, neste movimento, segundo Görgen (2004), a atuação do poder

executivo de São Gabriel, além da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) e diversos sindicatos rurais patronais como o Sindicato Rural de São Gabriel.

Apesar das tensões para o fim da Marcha do MST, Görgen (2004) demonstra como ela ganhou cada vez mais força. Outros movimentos sociais, sindicais e instituições que defendem a reforma agrária passaram a acompanhá-la. Dentre estes é possível citar a Coordenação dos Movimentos Sociais (CMS), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul (CPERS), a Comissão Pastoral da Terra (CPT), dentre outros. E, nas cidades por onde passou, a marcha desenvolveu várias ações, desde manifestações públicas até o diálogo no cotidiano das comunidades, incluindo escolas e bairros das periferias, buscando demonstrar os objetivos de sua luta.

Porém, mesmo com a pressão da sociedade civil, o Supremo Tribunal Federal foi contrário à vistoria realizada pelo INCRA que considerou as terras do Latifúndio Southall improdutivas e de interesse social para reforma agrária, alegando problemas no que concerne à notificação do processo de vistoria realizada pelo órgão.

Mesmo assim, o MST conseguiu levar adiante a marcha e chegar até as proximidades de São Gabriel, onde encontrou abrigo em uma pequena propriedade cedida por uma família residente no município. Neste local, foi formado o primeiro acampamento nas proximidades de São Gabriel, denominado Sepé Tiarajú, com o objetivo de continuar a luta pela desapropriação da fazenda Southall e levar ao conjunto da sociedade a necessidade da reforma agrária.

Segundo os relatos de história de vida dos sujeitos entrevistados nesta pesquisa, este acampamento permaneceu no local por aproximadamente três meses e, logo depois, deslocou-se para a rodovia RS - 630, na localidade de Bar da Lagoa, onde se manteve por mais três meses. Após este período de resistência, os acampados de São Gabriel foram contribuir em outra luta que estava ocorrendo em Santana do Livramento, município que também compõe a região da Campanha Gaúcha.

A questão permaneceu latente para o MST, mas somente, no ano de 2006, o movimento conseguiu retomar efetivamente a luta em São Gabriel. Naquele momento, a luta desenvolveu-se em uma conjuntura marcada pela expansão das compras de terras pelos grupos multinacionais na região da Campanha Gaúcha e, em São Gabriel, para a produção de celulose, com vistas a viabilizar os projetos de florestamento, destinados ao setor da indústria papeleira. O que revela a disputa de territórios, entre diferentes modelos de desenvolvimento que circunscrevem a questão agrária.

Neste contexto, a Marcha Sepé Tiarajú foi reorganizada, partindo de Santana do Livramento em direção a São Gabriel. O MST, na ocasião, conseguiu entrar no município e reorganizar o Acampamento Sepé Tiarajú, situado na localidade de Chácara das Flores, no interior do município, em uma propriedade de um posseiro, nas margens da antiga Rede Ferroviária Federal (RFF), pertencente a América Latina Logística S. A. (ALL).

Com o acampamento reorganizado, o movimento espacializou sua luta sobre São Gabriel, realizou visitas nas comunidades e espaços públicos, diálogos com a população, buscou contrapor os possíveis impactos de dois projetos de desenvolvimento distintos: o projeto representado pelas empresas multinacionais para o município e região *versus* a possibilidade da reforma agrária como alternativa a este modelo de desenvolvimento.

No início de 2007, o MST protagonizou outra ação estratégica para o processo de desapropriação do Latifúndio Southall, com a organização da marcha em direção a Coqueiros do Sul, município da metade norte do Rio Grande do Sul, onde está localizada a Fazenda Guerra, buscando pressionar o poder público pela desapropriação de duas grandes propriedades, que eram as fazendas Southall e Guerra.

A importância deste processo de luta reside fundamentalmente no compromisso firmado entre o Ministério Público Federal e Estadual, o INCRA e o MST, através da assinatura de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC), que previa o assentamento de duas mil famílias até o início de 2008.

Porém, frente à morosidade no cumprimento do Termo de Ajuste de Conduta, já em meados de 2008, o MST realizou a primeira ocupação do Latifúndio Southall. Após a ocupação e muitos momentos de tensão, o governo (representado pelo INCRA) propôs um

acordo que previa o cumprimento do TAC, efetivada a desocupação da área e o deslocamento das famílias para a localidade de São Gabriel, denominada Suspiro, onde se encontrava outra grande propriedade que compõe os territórios do latifúndio em São Gabriel, a Fazenda São Paulo II.

Assim, alguns militantes do MST retornaram para o acampamento base, e outros partiram em direção ao referido latifúndio que foi ocupado por mais de sessenta dias. Entre os meses de julho e agosto de 2008, ocorreu a desapropriação, dando origem ao assentamento União pela Terra que atualmente, abriga 25 famílias assentadas. Este foi o marco da primeira transformação no território do latifúndio em São Gabriel. A partir de então, o processo de desapropriação da fazenda Southall será retomado pelo INCRA.

Naquele momento, o proprietário das terras encontrava-se profundamente endividado com a União e com setores privados, sendo que, segundo os registros de Görgen (2004), estas dívidas ultrapassam a casa dos 37 milhões de reais. Também suas terras encontram-se parcialmente arrendadas, como estratégia para não serem mais consideradas improdutivas pelo INCRA. Acrescente-se ainda que, diante da expansão das compras de terras pelos grupos multinacionais em São Gabriel, o Latifúndio Southall era uma das áreas disputadas por este projeto de desenvolvimento.

Este fator, aliado ao acúmulo de forças possibilitado pela espacialização da luta protagonizada pelo MST, constituem os elementos da crise de hegemonia que a classe latifundiária e seus aliados passaram a enfrentar em São Gabriel.

Diante deste cenário, o INCRA retomou sua intervenção no processo. As classes dominantes frente à crise de hegemonia não possuíram força suficiente para resistir às mudanças no território e, após muitas negociações, parte do Latifúndio Southall foi desapropriado, mediante a eliminação das dívidas do proprietário com a União e o pagamento na forma de indenização para que suas terras fossem destinadas à reforma agrária.

A área desapropriada compreende uma de suas antigas estâncias, a Estância do Céu, localizada a aproximadamente 15 km do perímetro urbano de São Gabriel, com cerca de quatro mil hectares. As famílias acampadas novamente se deslocaram-se para a sede da Estância do Céu e lá permaneceram até a entrega da área para a formação do novo assentamento. A área foi entregue em 18 de dezembro de 2008, em conjunto com outras terras desapropriadas na região.

Assim, a antiga Estância do Céu, latifúndio improdutivo, aos poucos vai se reconstruindo em território do assentamento denominado pelo MST de Conquista do Caiboaté, onde, atualmente, se encontram 225 famílias assentadas que ocupam lotes de aproximadamente 12 a 15 hectares.

Expressões de um processo em curso

No processo de formação do Assentamento Conquista do Caiboaté, é possível identificar as expressões das múltiplas dimensões que permitem a reconstrução do território sob novas bases. Tal preceito dá-se, de forma especial, ao se compreender que “o significado dos assentamentos para os trabalhadores sem terra, é a reterritorialização” (BUTH, 2006, p. 161), ou seja, o assentamento rural possibilita aos agentes sociais, que foram desterritorializados pela exploração capitalista, o retorno ao campo para uns, ou a descoberta para outros e, neste contexto, será produzida uma nova territorialidade.

Portanto, na medida em que as relações de poder oriundas do latifúndio são desterritorializadas, emergem novas relações sociais, marcadas pela organização coletiva, pela solidariedade, pelo enfrentamento com a exterioridade, elementos que expressam a construção desta nova territorialidade. Nesta ótica, no assentamento Conquista do Caiboaté, suas expressões são encontradas na organização do assentamento, que está dividido em três comunidades, que formam treze núcleos de base do MST. Cada comunidade possui uma coordenação, composta pelos coordenadores dos núcleos e setores (produção, educação, finanças e segurança) do assentamento. As coordenações das três

comunidades formam a Coordenação Geral do assentamento que se reúne uma vez por mês para discutir as questões estratégicas do mesmo.

Neste cenário, espaços que, anteriormente, se encontravam abandonados, adquirem novas funções, como é o caso da antiga sede da Estância do Céu, que passou a ser utilizada como espaço de socialização política dos assentamentos e do MST, onde são realizadas reuniões e encontros pelos membros desta coletividade.

Estas novas relações sociais que, em última instância, significam novas relações de poder, proporcionam uma nova forma de apropriação do espaço também na dimensão produtiva, visto que, organizados em pequenos lotes, os assentados começam a formar grupos de produção e, mesmo com grandes dificuldades, como a ausência de políticas públicas, os debates acerca das linhas estratégicas de desenvolvimento no assentamento, como a produção de sementes, a produção de hortaliças e fruticultura, a produção de leite e o cultivo do arroz orgânico, já estão em prática em alguns lotes.

Outro aspecto relevante neste processo vincula-se à dimensão simbólico-cultural presente na reterritorialização dos sujeitos. Neste ponto, para além da identidade de sem terra, forjada no contexto da luta, o MST buscou resgatar a luta dos povos oprimidos contra a exploração vigente no território brasileiro, como foi o caso dos povos guaranis na resistência imposta ao domínio dos impérios português e espanhol, durante o século XVIII no Rio Grande do Sul. Como decorrência desta percepção, atribuiu-se ao assentamento em questão o nome Conquista do Caiboaté, no sentido de rememorar a batalha nas coxilhas do Caiboaté no período das Guerras Guaraníticas. Tal denominação demonstra mais uma das múltiplas dimensões da luta pela terra, como a busca pela auto-determinação dos povos e o resgate dos símbolos constituídos na sua trajetória.

Articulada a esta visão de mundo, os assentados também passam a construir de maneira mais contundente a sua identidade e a cultura camponesa, viabilizada pelas relações sociais estabelecidas entre eles, pelas relações de produção que começam a desenvolver, arraigada nos vínculos familiares e menos individualizada, tanto quanto pelas relações simbólicas e culturais que constroem junto ao ambiente onde foram reterritorializados, o campo, quanto pela organização política que desenvolvem para enfrentar as contradições do modo de produção capitalista. Dessa maneira, a formação do assentamento Conquista do Caiboaté reterritorializa também os seus saberes, a sua cultura e a sua identidade.

Considerações Finais

As diversas formas de apropriação do espaço através das relações de poder possibilitam a identificação de distintos territórios. Contudo, tais territórios não podem ser concebidos como elementos estáveis e estáticos, pois se fundamentam no movimento contraditório de produção e reprodução da vida em sociedade, no contexto do modo de produção capitalista.

Assim, a ação dos movimentos sociais como o MST, se insere em uma dinâmica na qual a luta pela terra, constitui uma das expressões da disputa territorial em que se circunscreve a questão agrária brasileira. No curso dessas disputas, na medida em que os agentes desse movimento social se apropriam de espaços que outrora foram dominados por outros grupos e classes sociais, suas dinâmicas propiciam transformações territoriais nos espaços onde atuam. Uma das expressões desse processo encontra-se na formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel-RS.

Porém, ainda é necessário aprofundar as investigações no sentido de desvelar, como no curso das dinâmicas territoriais vigentes São Gabriel, a formação deste assentamento e as diversas formas de manifestação construídas pelo MST, enquanto um dos agentes sociais produtores do espaço, impactam e transformam a dinâmica global da produção do espaço no município.

Referências bibliográficas

ANDRADE, M. C. **Abolição e Reforma Agrária**. São Paulo: Ática, 1987.

AXT, G. Coronelismo Indomável: O sistema de Relações de Poder. In: REKZIEGEL, A. L.; AXT, G. **História Geral do Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: Méritos, 2007.

BERGAMASCO; S. M.; NORDER, L. A. C. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BOURDIEU. P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BUTH, F. A reconstrução dos territórios a partir dos assentamentos rurais: o caso do assentamento Ramada – RS. **Campo – Território: revista de geografia agrária**. v. 1, n. 2, p. 152-172, 2006.

CHELOTTI, M. C. **A instância metamorfoseou-se: (re)configurações territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na Campanha Gaúcha (1990-2007)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia: 2009.

CORRÊA, R. L. Espaço, um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA. R. L. **Geografia Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

DA ROS, C. A. O MST, os assentamentos e a construção de novas dinâmicas sociais no campo. **CPDA Ruralidades**. n. 4, 2002.

DEMATTEIS, G. O território: uma oportunidade para repensar a geografia. In: SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FERNANDES, B. M. **MST: Formação e Territorialização**. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. Vinte anos de MST e a perspectiva de reforma agrária no Governo Lula. In: OLIVEIRA, A. U.; MARQUES, M. I. M. **O campo no século XXI: território de vida, luta social e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

_____. Educação do campo e território camponês no Brasil. In: SANTOS, C. A. dos. (org.). **Por uma educação do campo**. Brasília: INCRA; MDA, 2008.

FONSECA, V. P. S. **A hegemonia do latifúndio pastoril e sua relação com a pequena propriedade na fronteira oeste do Rio Grande do Sul: A contradição do camponês fronteiriço e sua concepção de mundo estancieira**. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural), Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 1994.

GORENDER, J. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. In: STÉDILE, J.P. (org.) et al. **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

GÖRGEN, S. A. **Marcha ao coração do latifúndio**. Petrópolis: Vozes, 2004.

GRAMSCI. A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

GRAZIANO DA SILVA, J. G. **O que é questão agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

GUIMARÃES, A. P. **Quatro séculos de latifúndio**. São Paulo: Paz e Terra, 1981.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

IANNI, O. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. Petrópolis: Vozes, 1979.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>.

_____. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat>.

INCRA. INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais: Estrutura fundiária da Região da Campanha Gaúcha**. Brasília, 2003.

KUHN, F. **Breve História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

LEFEBVRE, H. **A reprodução das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

MACCIOCHI, M. A. **A favor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

MARX, K. **Capítulo VI Inédito de O Capital: Resultados do Processo de Produção Imediata**. São Paulo: Editora Moraes, 1985. P. 87-108.

_____. Prefácio a Crítica da economia política. In: MARX, K. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Victor Civita, 1982.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

OLIVEIRA, A. U. de. O campo brasileiro no final dos anos 80. In: STÉDILE, J. P. (org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1994.

_____. Agricultura Brasileira: transformações recentes. In: ROSS, J. L. S (org.) et al. **Geografia do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1998.

_____. Geografia Agrária: perspectivas no início do século XXI. In. OLIVEIRA, A. U. de.; MARQUES, M. I. M (org.). **O campo no século XXI: território de vida, luta social e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004.

PRADO JR, C. **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

POULANTZAS, N. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo, Ática: 1993.

SAES, D. **A Formação do Estado Burguês no Brasil (1888-1891)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

STÉDILE, J. P. Introdução. In: STÉDILE, J. P. (org.) **A Questão Agrária no Brasil: o debate tradicional - 1500-1960**. São Paulo. Editora Expressão Popular: 2005.

SUZUKI, J. Questão Agrária na América Latina: renda capitalizada como instrumento de leitura da dinâmica sócio-espacial. In: ARROYO, M.; LEMOS, A. I. G.; SILVEIRA, M. L. (org.) **América Latina: cidade, campo e turismo**. São Paulo: Clacso, 2006.

SWEEZY, P. M. **Capitalismo Moderno**. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul

Viviane Capoane

Geógrafa e Mestre em Ciência do Solo pela Universidade Federal de Santa Maria,
Doutoranda em Geografia na Universidade Federal do Paraná.
e-mail: capoane@gmail.com

Danilo Rheinheimer dos Santos

Professor Associado II do Departamento de Solos da Universidade Federal de Santa Maria,
Diretor-Presidente da Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio
Grande do Sul (FEPAGRO).
e-mail: danilo.nesaf@gmail.com

Resumo

A implantação de projetos de reforma agrária em locais historicamente explorados e com certo grau de fragilidade ambiental pode propiciar o surgimento de conflitos sociais, econômicos e ambientais. Este trabalho teve como objetivo fazer uma análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, RS, a partir de mapas temáticos de dois períodos distintos: anterior à implantação do assentamento e 12 anos após. Os mapas temáticos de uso da terra foram gerados em ambiente do sistema de informação geográfica, utilizando ferramentas do sensoriamento remoto. Para a confecção do mapa temático do período anterior a implantação do assentamento foi utilizada uma imagem do satélite Landsat-TM (1993), do período posterior, uma imagem pancromática do satélite *QuickBird* (2008). Trabalhos de campo foram realizados de forma investigativa no intuito de subsidiar a análise dos mapas temáticos obtidos em laboratório. As principais alterações observadas referem-se à alteração demográfica e a conversão de áreas de campo nativo em áreas agrícolas. As práticas de uso e manejo do solo utilizadas, na maioria das propriedades, são inadequadas e tem intensificado o surgimento de processos erosivos, assoreamento dos canais de drenagem, perda de qualidade da água e da diversidade das espécies florestais.

Palavras-chave: reforma agrária, assentamentos rurais, agricultura familiar, erosão, degradação ambiental.

Resumen

Análisis cualitativo del uso y ocupación del suelo en el asentamiento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul

La ejecución de proyectos de reforma agraria en local y operado históricamente con cierto grado de fragilidad ambiental puede favorecer la aparición de conflictos sociales, económicos y ambientales. Este trabajo tuvo como objetivo realizar un análisis cualitativo del uso y ocupación del suelo en el asentamiento Alvorada, RS, a partir de mapas temáticos de dos períodos distintos, antes de la ejecución del asentamiento y después de 12 años. Los mapas temáticos de uso de la tierra se han generado en el entorno del sistema de información geográfica utilizando herramientas de sensores remotos. Para el generación del mapa temático de período antes de la implementación del asentamiento se utilizó una imagen de Landsat-TM (1993), de período posterior, una imagen pancromática de satélite *QuickBird* (2008). Los estudios de campo se llevaron a cabo con el fin de subsidiar el análisis de investigación de los mapas temáticos obtenidos en el laboratorio. Las

modificaciones principales se refieren a los cambios demográficos y la conversión de las zonas de pastos nativos en el área agrícola. Las prácticas y la gestión de suelo utilizado en la mayoría de las propiedades, son insuficientes y han impulsado la aparición de la erosión, la sedimentación de los canales de drenaje, la pérdida calidad del agua y la diversidad de especies forestales.

Palabras-clave: reforma agraria, los asentamientos rurales, la agricultura familiar, la erosión, la degradación del medio ambiente.

Abstract

Qualitative analysis of the use and occupation of land in the Alvorada settlement, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul

The implementation of agrarian reform projects in areas which have been farmed historically and which have suffered environmental damage can give cause to social, economic and environmental conflict. This work makes a qualitative analysis of the use and occupation of land in the Alvorada settlement located in the municipality of Júlio de Castilhos in Rio Grande do Sul State. Thematic maps of two separate periods, one before the introduction of the reform settlement and the other twelve just afterwards were generated using a Geographic Information System and remote sensing tools based on an image from the Landsat-TM satellite (1993) and a panchromatic image from the QuickBird satellite (2008), respectively. Field trips were carried out to aid in the analysis of the satellite images. The main corrections were due to demographic change and conversion of native fields to agriculture lands. The use and care of the soil used for most properties was found to inadequate, causing increases in erosive processes, blockage of drainage canals, decrease in water quality and of the diversity of forest species.

Keywords: agrarian reform, rural settlements, family agriculture, erosion, environmental damage.

Introdução

A realidade dos projetos de assentamentos de reforma agrária no país é bastante heterogênea, porém em sua grande maioria, as condições naturais das propriedades que foram desapropriadas para este fim são desfavoráveis. Elas são constituídas basicamente de pastagens, extensas áreas de monoculturas abandonadas e áreas de vegetação nativa degradadas, devido à má gestão dos antigos proprietários, que motivados por maximizarem lucros e produção, negligenciaram a proteção dos recursos naturais (MACIEL et al., 2002; MEDEIROS, 2003).

Diante desse quadro, ao se consolidar um projeto de assentamento, os trabalhadores encontram inúmeras dificuldades e estas vão além das condições naturais desfavoráveis, como a falta de financiamento para projetos de recuperação, falta de acompanhamento técnico, burocracia para recebimento de crédito rural, serviços de saúde e educação precárias, inexistência ou precariedade das vias de acesso, dentre outros (ROCHA et al., 2008). Isto força os agricultores a intensificar o uso das terras agrícolas e, como muitos dos assentados desconhecem técnicas conservacionistas de uso e manejo do solo, o utilizam de forma predatória.

No estado do Rio Grande do Sul, assim como nas demais áreas de assentamento rurais do país, a fragmentação de propriedades que já apresentavam algum tipo de degradação ambiental, resultou na intensificação do problema pré-existente. Aliado a isso, na maioria dos projetos de assentamentos, não houve a preocupação com o manejo e conservação dos recursos naturais, assim, é comum em muitos deles a presença de

processos erosivos acelerados, perda de fertilidade do solo, assoreamento de rios e reservatórios, contaminação dos corpos d'água, redução da produtividade agrícola, dentre outros, quadro este observado no assentamento Alvorada.

Problemas desta natureza podem ser minimizados se ferramentas gerenciais de apoio como o sensoriamento remoto forem incorporadas na análise de uso da terra de assentamentos, pois estas podem dar grande contribuição para a detecção de alterações ambientais ocorridas no espaço geográfico. A integração dos Sistemas de Informação Geográfica (SIGs) às técnicas de sensoriamento remoto tem sido utilizada no planejamento do espaço territorial em que se integram dados espaciais aos de uso da terra (MARTINS et al., 2007). Por meio dessas técnicas é possível produzir mapas de classificação da paisagem numa determinada área, em séries temporais, para avaliar espacialmente a dinâmica do uso e cobertura da terra. No caso dos projetos de assentamentos rurais, tal análise temporal é de extrema importância, pois permite a compreensão da organização do espaço e das mudanças ocorridas, já que estas áreas estão em constante transformação, devido, principalmente, à pressão das atividades antrópicas como a agricultura de subsistência e pecuária leiteira.

Diante do exposto, o presente trabalho objetivou fazer uma análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, RS, através de mapas temáticos de dois períodos distintos, anterior a sua implantação e 12 anos após, buscando identificar as principais alterações no quadro físico decorrentes da fragmentação de um latifúndio em 72 unidades familiares.

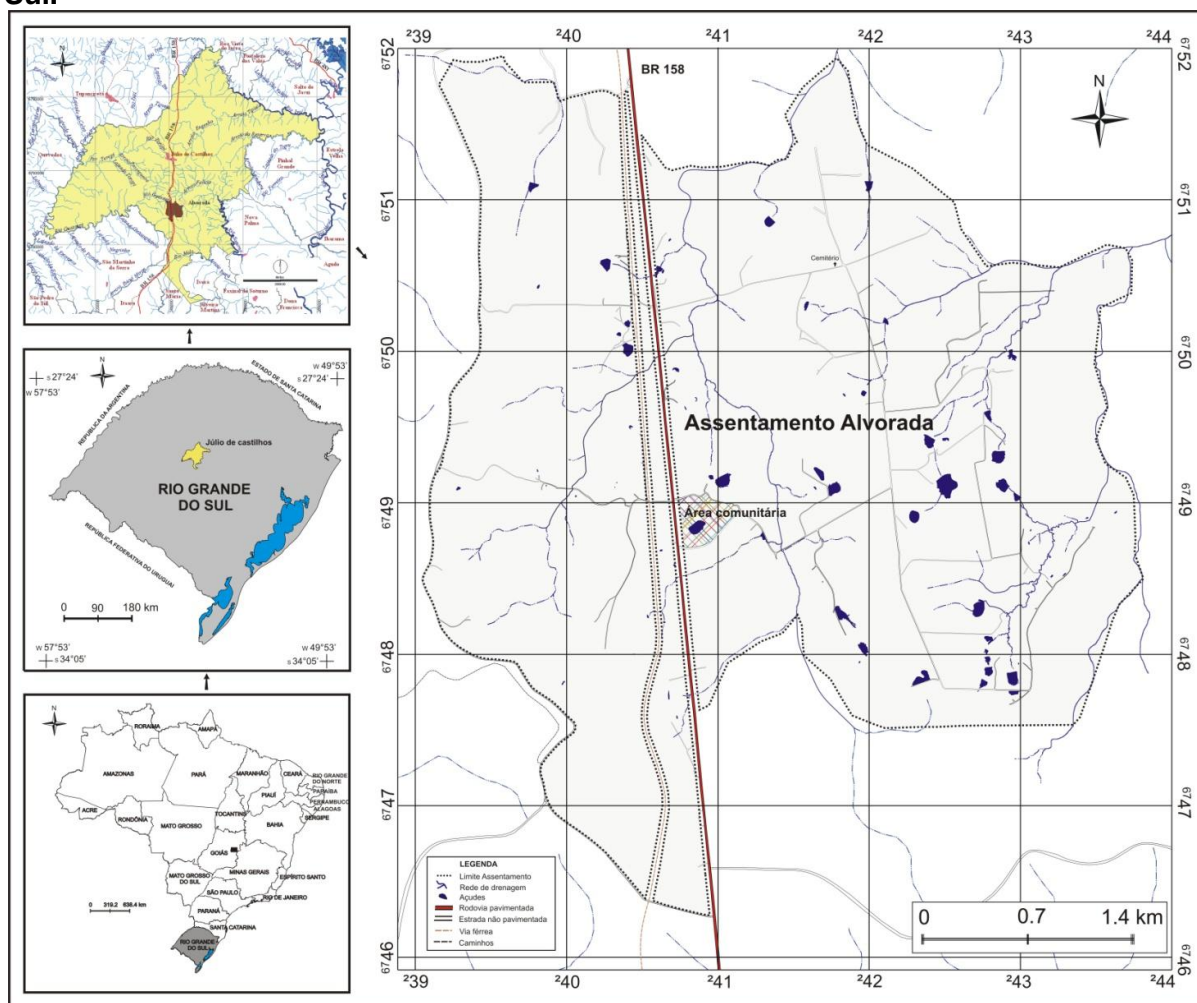
Localização e caracterização da área de estudo

O assentamento Alvorada foi implantado no ano de 1996 no município de Júlio de Castilhos, região central do estado do Rio Grande do Sul, na então fazenda Alvorada. Possui uma área total de 1.569 ha, sendo cortado pela rodovia BR 158 e por via férrea. Seus limites encontram-se entre as coordenadas UTM 239000 a 244000 E e 6746000 a 6752000 S, sistema SAD 69 (figura 1).

Conforme Rossato (2011), o clima da região corresponde ao subtropical II: medianamente úmido, com variação longitudinal das temperaturas médias. A temperatura média anual varia entre 17-20°C. A temperatura média do mês mais frio oscila entre 11-14°C e a temperatura média do mês mais quente varia entre 23-26°C. A precipitação fica entre 1500-1700 mm ao ano em 90-110 dias de chuva.

A geologia é composta por duas Formações distintas: Formação Serra Geral e Formação Tupanciretã. A Formação Serra Geral (Grupo São Bento), datada do Jurássico pode ser encontrada entremeada aos depósitos mais recentes. A sequência básica é constituída predominantemente por rochas efusivas, as quais são reunidas em três grandes grupos: basaltos, andesitos e basaltos vítreos. As efusivas ácidas normalmente encontradas são agrupadas em quatro grandes tipos petrográficos: basaltos pórfiros, dacitos e riocacitos felsíticos, riolitos felsíticos e fenobasaltos vítreos (FRASCÁ; SARTORI, 1998). A Formação Tupanciretã é composta por um conjunto litológico bastante heterogêneo em que predominam conglomerados, arenitos e intercalações de delgadas camadas de argila. Os solos derivados da Formação Tupanciretã são bastante arenosos e altamente susceptíveis aos processos erosivos. A classe de solo predominante no assentamento é Argissolo e, em menores proporções encontram-se Neossolos, Cambissolos e Gleissolos.

Figura 1: Localização do assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos, Rio Grande do Sul.



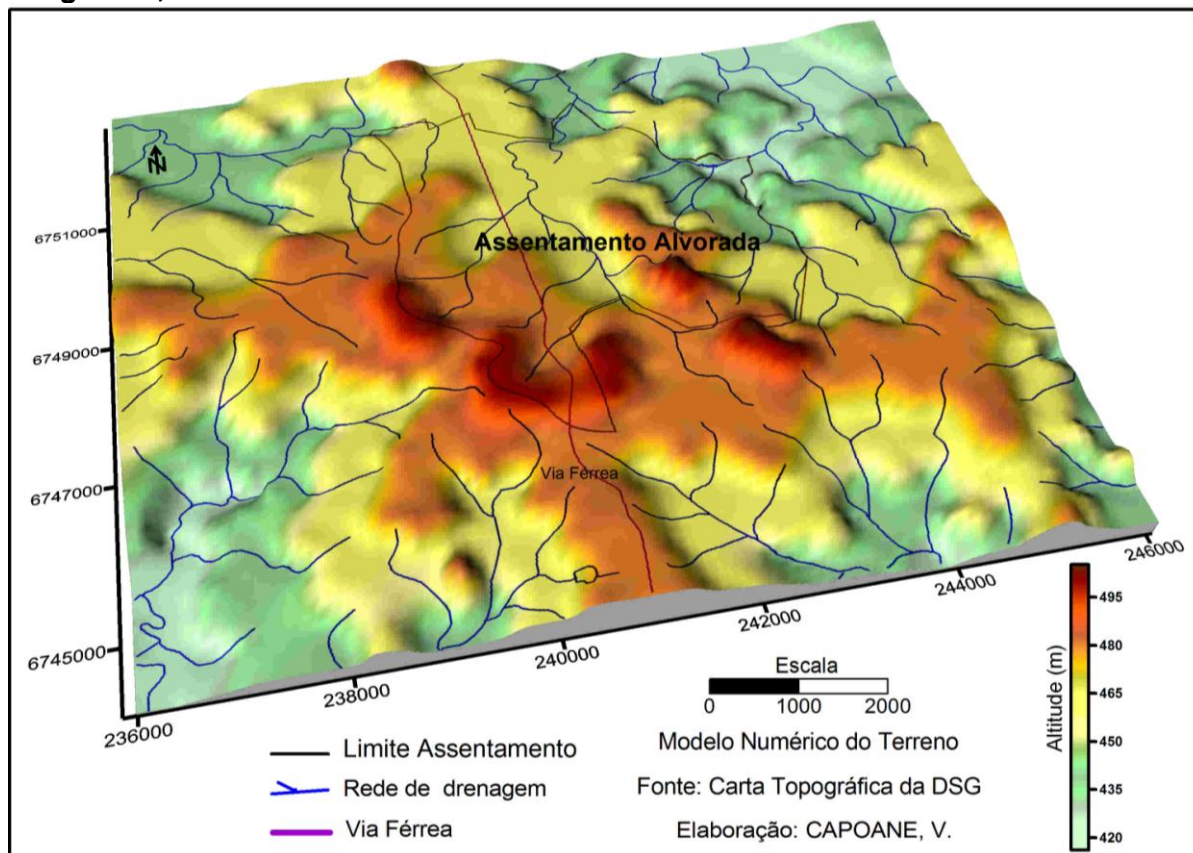
Elaboração: CAPOANE, V.

As características do relevo em si estão inteiramente relacionadas à litologia do local, de modo geral, constituído por colinas suaves, bem arredondadas, regionalmente conhecidas por coxilhas. Os topos são planos as vertentes suaves com baixas declividades, o que propicia diversos usos (figura 2). A área de estudo está inserida na Região Geomorfológica Planalto das Missões, sobre a Unidade Geomorfológica do Planalto de Santo Ângelo (IBGE, 1986).

A rede de drenagem integra a bacia hidrográfica do Alto Jacuí, sendo formada por pequenos cursos d'água. As nascentes têm comportamento intermitente, sujeitas a influência de períodos de estiagem e frequentemente ficam secas. Nas áreas de topografia mais baixa e plana, os arroios assumem um comportamento mais perene. Além da rede de drenagem natural, existem ainda vários espelhos d'água artificiais (açudes), geralmente usados para a dessedentação animal e, em alguns casos, para a piscicultura.

No que tange a cobertura vegetal, os remanescentes florestais estão sob domínio da Floresta Estacional Decidual, os quais se encontram atualmente muito fragmentados, associados à Vegetação Secundária e Atividades Agrárias, observa-se também o contato desta tipologia florestal com formações estépcas (IBGE, 2004).

Figura 2: Representação das formas do relevo da área correspondente ao assentamento Alvorada (Júlio de Castilhos, RS), elaborada a partir de Modelo Numérico do Terreno, com base na carta topográfica da Diretoria de Serviço Geográfico, na escala 1:50.000



Quanto aos aspectos socioeconômicos, após a efetivação do assentamento, surgiu uma nova configuração no espaço agrário castilhense, espaço este, até então dominado pela pecuária extensiva e a lavoura agroexportadora de soja. Além do crescimento populacional que alterou a dinâmica demográfica, houve à inserção da agricultura familiar que vem colaborando com a economia local, pois são 72 famílias que movimentam recursos financeiros ajudando a dinamizar a economia do município de Júlio de Castilhos (MOREIRA, 2008).

Material e Métodos

A primeira etapa do trabalho consistiu na criação de uma base de dados em ambiente do SIG utilizando o software SPRING 5.0.5, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. O plano de informação com o limite do assentamento foi obtido na Superintendência Regional do Rio Grande do Sul - INCRA/POA, no Núcleo de Meio Ambiente e Recursos Naturais.

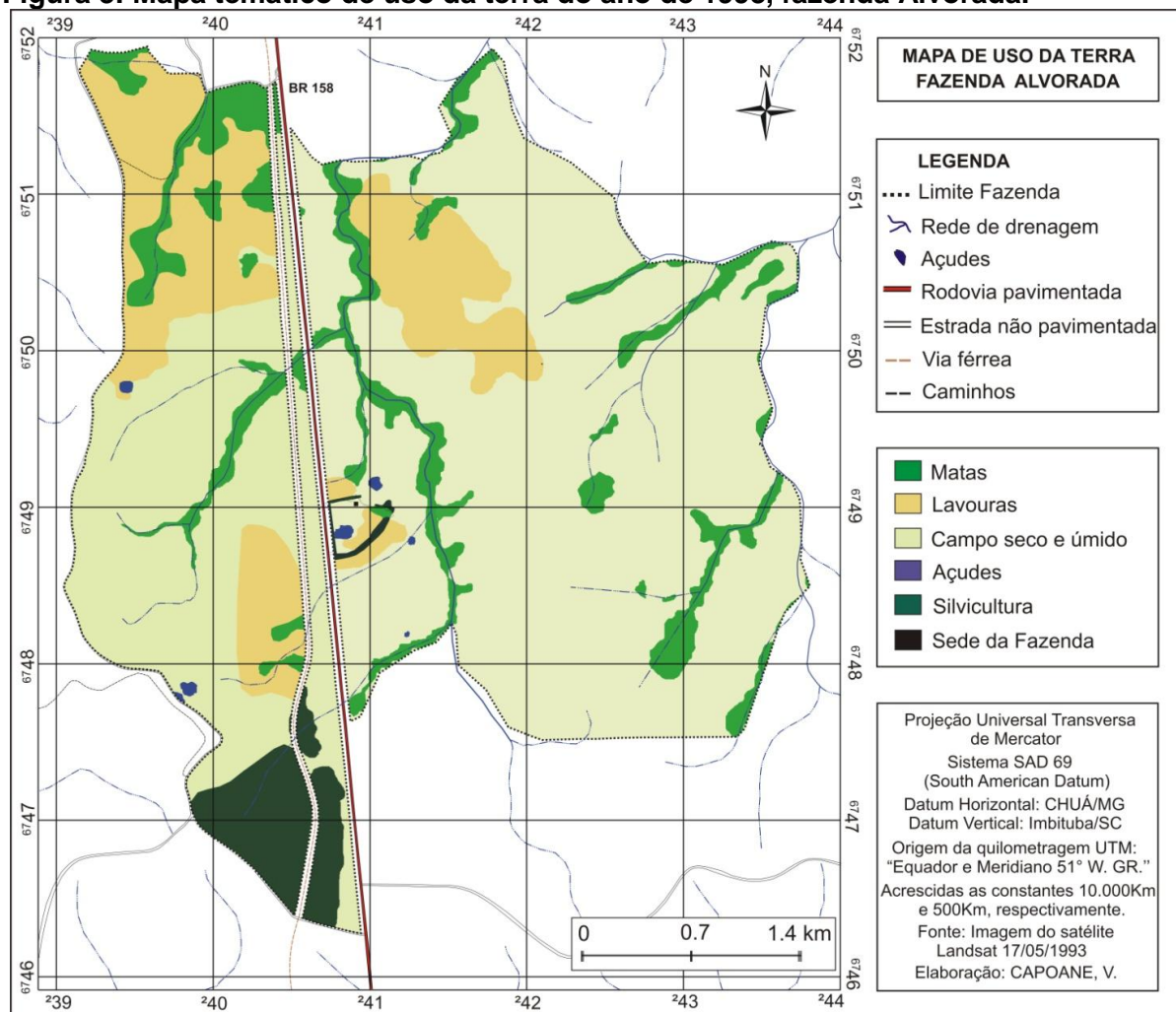
A metodologia utilizada para a elaboração do mapa temático do período anterior à implantação do assentamento foi à classificação supervisionada de uma imagem do satélite Landsat-TM, bandas TM 3, 4 e 5, órbita ponto 222/082 de 17/05/1993. Para o período posterior a implantação foi feita uma classificação visual de uma imagem pancromática do satélite *QuickBird* de 22/02/2008. Os mapas temáticos de uso da terra foram analisados qualitativamente em função das diferentes resoluções espectrais e espaciais (Landsat-TM, baixa resolução; *QuickBird*, alta resolução). Para a edição final dos mapas foi utilizado o programa gráfico Corel DRAW 12.

Inúmeros trabalhos de campo foram realizados em 2010/2011 e tinham cunho investigativo. Nas propriedades, além de conversas informais com os assentados, buscava-se a identificação das principais práticas de uso e manejo do solo, no intuito de subsidiar a análise qualitativa dos mapas temáticos gerados em laboratório.

Resultados e Discussão

Analisando os mapas temáticos de uso e cobertura da terra do período anterior e posterior à implantação do assentamento Alvorada (figuras 3 e 4), verifica-se que ocorreram alterações significativas na paisagem. A alteração principal refere-se à demografia, pois no local onde moravam apenas dois empregados, passou a configurar o universo de 72 unidades familiares sócio-produtivas. Essa alteração pode ser considerada comum, já que a maioria dos assentamentos rurais do país é resultante da desapropriação de latifúndios. O que difere de um assentamento para outro é a condição do quadro físico precedente a implantação e as práticas de uso e manejo do solo que serão adotadas pelos agricultores.

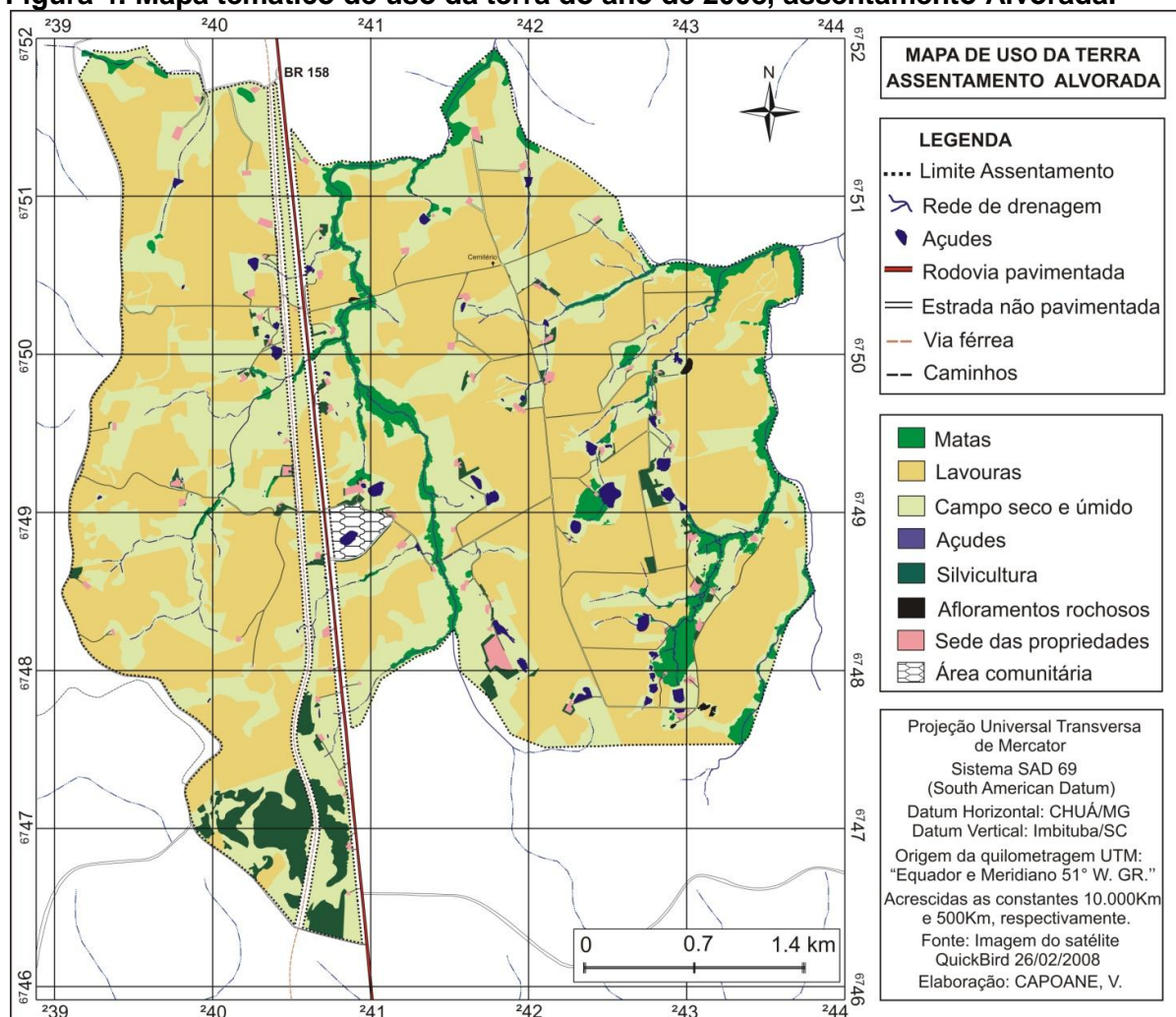
Figura 3: Mapa temático de uso da terra do ano de 1993, fazenda Alvorada.



Na figura 3, observa-se que o uso da terra predominante no ano de 1993 eram campos nativos utilizados para o pastoreio do gado de corte. Pequenas áreas de lavouras, muito provavelmente para alimentação do gado, encontravam-se próximas a sede e ao norte da propriedade. As matas nativas remanescentes restringiam-se a pequenas áreas próximas a cursos d'água. No setor sudoeste da fazenda havia uma plantação de

eucaliptos, esta plantação, conforme relato de assentados, foi derrubada antes da efetivação do assentamento, quando o mesmo foi implantado em 1996, a vegetação do local era composta por rebrote de eucaliptos.

Figura 4: Mapa temático de uso da terra do ano de 2008, assentamento Alvorada.



Na ocupação da área, praticamente todo o campo nativo existente foi convertido em área agrícola, pois as famílias precisavam de uma fonte de renda para sobrevivência no campo. Contudo, devido à falta de planejamento para utilização dos recursos naturais, problemas de degradação do solo, água e perda da biodiversidade florestal começaram a surgir ou foram intensificados. Em algumas propriedades foram mantidas pequenas áreas de campo nativo para a alimentação do gado leiteiro. No geral, as áreas de campo nativo remanescentes encontram-se altamente degradadas, pois não comportam o número de animais que são introduzidos diariamente.

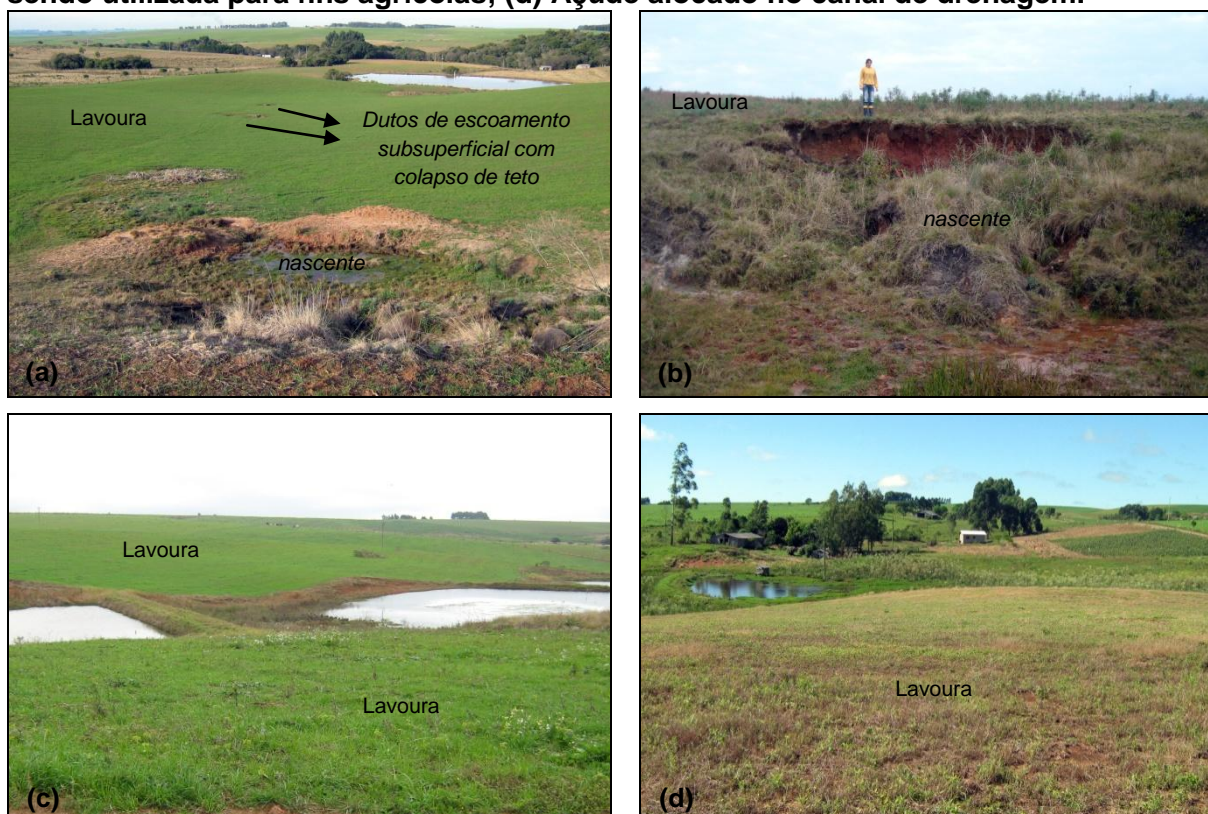
Nos trabalhos de campo constatou-se que a conversão do campo nativo em lavouras foi feita sem adotar práticas mínimas da Ciência do Solo. Há sinais claros de lavouras com baixas produtividades e muito mal manejadas. Em quase todas as propriedades ainda é usado o sistema convencional de plantio, utilizando lavrações e gradagens, como nas décadas de 70-90 ou adotando-se a semeadura após dessecação da vegetação espontânea com baixíssima cobertura do solo. Alguns denominam plantio direto, mas nada mais é do que plantar sem lavar. Independente da denominação que se dê, não há cobertura do solo suficiente para amenizar a energia cinética da chuva, não há obras físicas de contenção da enxurrada e as operações de semeadura e aplicação de agrotóxicos são feitas no sentido do declive. Em pontos críticos, há presença de erosão laminar forte e erosão em sulcos que

poderão evoluir para voçorocas. Todas essas operações são tremendamente impactantes, pois os solos são naturalmente frágeis devido ao substrato litológico (Formação Tupanciretã). É visível a transferência de sedimentos e, certamente de agrotóxicos e nutrientes, para os cursos d'água e açudes durante os eventos pluviais. Também é fácil a observação de assoreamento dos açudes e o desmoronamento das margens dos cursos de água pelo pisoteio do gado (figuras 5 e 6).

No projeto original de divisão da fazenda em lotes pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), as estradas internas estariam, em sua maioria, localizadas na divisa dos lotes. Por isso, na implantação do assentamento muitas estradas foram alocadas no sentido do declive, e transformaram-se em fontes de sedimento que tem contribuído para o assoreamento dos canais de drenagem e açudes. Além disso, em alguns casos as estradas são inexistentes, pois as divisas situam-se em áreas de banhado e seriam necessários gastos imensos para construção de pontes para transpô-las.

A superfície ocupada por lâmina d'água aumentou significativamente devido à construção de açudes para dessedentação dos animais e, em alguns casos, para piscicultura. Alguns destes açudes localizam-se na média vertente em barramentos de cursos d'água ou, no próprio olho d'água. O entorno desses reservatórios apresentam total ausência de vegetação e são usados tanto para o pastoreio do gado, quanto para produção de grãos (figuras 4 e 5).

Figura 5: (a) Imagem ilustrando a inexistência de área de preservação permanente no entorno da nascente e pontos com colapso de teto nos dutos de escoamento subsuperficial; (b) Desbarrancamento da nascente causado pelo tráfego do maquinário agrícola; (c) Barramento no curso e áreas de preservação permanente sendo utilizada para fins agrícolas; (d) Açude alocado no canal de drenagem.



Fotos: CAPOANE, V. - Julho de 2011.

Os canais de drenagem de 1ª e 2ª ordem estão altamente degradados. Não há matas ciliares e em campo foi constatado conflitos no uso da terra. Locais que por lei deveriam estar sendo preservados foram convertidos em áreas agrícolas ou estão sendo utilizados para o pastoreio do gado (figuras 5 e 6).

A classe sede da propriedade compreende benfeitorias como edificações, instalações agropecuárias, instalações de abastecimento d'água, hortas e pomares. Percebe-se que há uma grande variação de tamanho da área entre as propriedades, refletindo as diferenças culturais existentes entre os assentados e o histórico precedente de cada família. Outro fato observado é sua localização, na maioria próxima aos cursos d'água, o que acaba por torná-las fontes pontuais de poluição. Considerando o tamanho dos lotes e a alta fragilidade do ecossistema natural, eles são muito pequenos, o que gera pressão sobre os recursos naturais e compromete a viabilidade econômica da Política de Reforma Agrária.

Comparando a classe Silvicultura (Eucalipto e Pinus) mapeada no ano de 1993 com a classe Silvicultura (Eucalipto, Pinus e Acácia) mapeada no ano de 2008, percebe-se que houve uma redução nas áreas mapeadas em 1993 e um acréscimo distribuído em focos por todo o assentamento no ano de 2008. Estes focos no geral encontram-se próximos às sedes das propriedades e tem a função de quebra-vento além de fonte de lenha para consumo doméstico.

No que diz respeito às áreas com matas nativas, a partir da imagem de satélite do ano de 1993, é possível afirmar que a maior destruição (desmatamento predatório), ocorreu antes da desapropriação da fazenda Alvorada, observa-se que nas áreas de nascentes a vegetação é inexistente e a pouca área com mata nativa remanescente encontra-se próxima a cursos d'água de comportamento perene. Entretanto, atualmente há forte pressão sobre as matas ciliares. Em campo, constatou-se que a totalidade da mata nativa remanescente encontra-se em poteiros e a circulação do gado está comprometendo a capacidade regenerativa das áreas florestais, contribuindo para a perda de biodiversidade da região e da qualidade das florestas (figura 6).

Figura 6: (a) Áreas de preservação permanente no entorno de cursos d'água sendo utilizadas para pastoreio do gado; (b) Deposição de sedimento nas margens após evento pluvial.



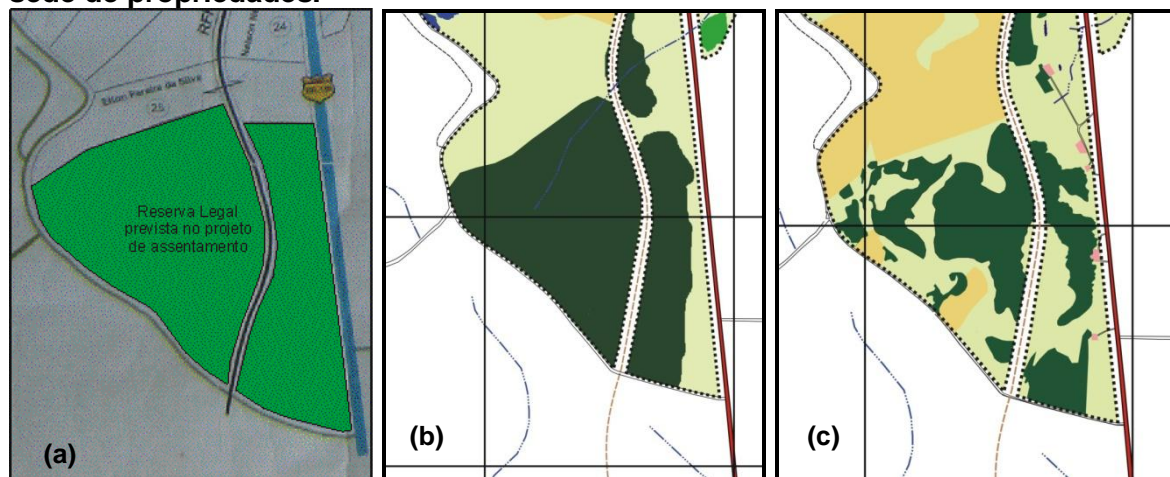
Fotos: CAPOANE, V. - Janeiro de 2010.

Embora os assentados tenham recebido áreas com apenas resquícios de matas nativas, estas poderiam estar em melhores condições se, no processo de elaboração do projeto de assentamento, os técnicos do INCRA tivessem delimitado e cercado as áreas de preservação permanente deixando-as fora do rateio dos lotes, como isso não aconteceu atualmente a forte pressão nessas áreas, principalmente devido a livre circulação do gado leiteiro.

Um fato constatado em campo é que o assentamento não possui área de Reserva Legal (RL). Na região sul do país, a RL deve representar um mínimo de 20% da área total da propriedade e deve ser alocada preferencialmente em parcela única e com cobertura arbórea representativa da região. Em assentamentos rurais, a RL pode ser demarcada separadamente, por lote ou, quando há uma área florestada é possível estabelecer uma RL coletiva na fase de execução do projeto.

No projeto de assentamento Alvorada havia uma área destinada para RL, porção sudoeste do assentamento, a qual era coberta por uma plantação de eucalipto com 69,45 ha (figura 7). Conforme o inciso III do artigo 1º do Código Florestal (Lei nº 4.771/1965 com redação dada pela MP 2.166-67/2001), a Reserva Legal é definida como o espaço localizado no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à manutenção da biodiversidade, protegendo a fauna e a flora nativas. Então, a área que havia sido destinada para a RL coletiva não cumpre a função ambiental de uma floresta nativa. Além disso, na elaboração do projeto não foi respeitado os 20 % de RL, pois a área total do assentamento é de 1.569 ha e os 20% correspondem a 313,8 ha, ou seja, faltariam 244,35 ha para completar o exigido por lei. Isso evidencia o descaso dos técnicos do INCRA quanto ao cumprimento da legislação ambiental.

Figura 7: (a) Delimitação da área de Reserva Legal que consta no projeto do assentamento Alvorada (INCRA); (b) uso da terra no ano de 1993 – eucalipto e campo antrópico; (c) uso da terra do ano de 2008 – eucalipto, campo antrópico, lavouras e sede de propriedades.



Em campo foram comprovados inúmeros erros estruturais do projeto de assentamento Alvorada como; estradas mal alocadas, ausência de Reserva Legal, acompanhamento técnico raro, dentre outros. Aliado a isso, as atividades agropecuárias que vem sendo desenvolvidas pelos agricultores tem causado não só prejuízos econômicos, mas também ambientais. Há inúmeros focos de erosão espalhados pelo assentamento, esses focos, decorrem, no geral, da utilização de práticas agrícolas inadequadas como a utilização de áreas de preservação permanente para agricultura e pecuária, drenagem de áreas úmidas que compromete a dinâmica hidráulica, plantio no sentido do declive que favorece o acumulo de fluxo superficial e conseqüente erosão em sulcos, ausência de cobertura no solo por longos períodos do ano, dentre outros.

De acordo com Medeiros e Leite (1999) os diferentes governos envolvidos no processo de reforma agrária, de modo a apaziguar os movimentos sociais, têm desapropriado terras ecologicamente frágeis. A instalação de assentamentos em áreas caracterizadas por algum tipo de estresse ambiental reflete tanto a ausência de uma preocupação efetiva em relação às condições físicas do ambiente, como a falta de sensibilidade com as dificuldades que serão enfrentadas pelos agricultores para o desenvolvimento das atividades agrícolas (HADDAD; PEDLOWSKI, 2010). Esta quase omissão do Estado e sua atuação apenas sob pressão, no sentido de resolver o problema agrário, deve-se aos interesses numéricos por ele representados. Para Gonçalves Neto (1997), sendo o Estado o “guardião da ordem dominante”, seus interesses serão os interesses da classe dominante, não da sociedade como um todo.

Diversos trabalhos têm demonstrado haver dificuldades na operacionalização dos instrumentos legais que visam à sustentabilidade ambiental e sócioeconômica nos assentamentos rurais. Araújo (2006) expõe que, apesar de a variável ambiental estar presente nas leis agrárias, desde as mais antigas, na maioria das vezes os formuladores e executores das políticas de reforma agrária negligenciaram esta questão. Em um estudo realizado em diversos assentamentos, a autora concluiu que a inserção da variável ambiental nas ações de reforma agrária é muito incipiente e tem habitado muito mais o campo do discurso do que da prática. Shimbo (2006) aponta que 95% dos projetos de assentamentos cadastrados no Sistema Informatizado de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA) do INCRA não finalizaram os procedimentos, estudos e documentação necessários para viabilizar o licenciamento ambiental e, desses, apenas 1.824 projetos de assentamento possuem seus Planos de Desenvolvimento concluídos e aprovados.

Tendo em vista este cenário, Travalini (2009) diz que, para que a reforma agrária cumpra sua função social é necessário que o planejamento ambiental dos projetos de assentamento ocorra sob uma visão integrada, ou seja, atendendo os anseios e necessidades dos pequenos trabalhadores rurais e suas famílias, no que tange ao acesso a condições sustentáveis de produção e comercialização de seus produtos, à saúde, à moradia, e a uma educação de qualidade.

Conclusões

A análise qualitativa dos mapas temáticos de uso e ocupação da terra no assentamento, juntamente com as informações obtidas nos trabalhos de campo, possibilitou melhor visualização e compreensão das mudanças ocorridas no espaço geográfico em função da divisão de um latifúndio em 72 unidades familiares. As principais alterações no quadro físico observadas referem-se à demografia e a conversão de áreas anteriormente utilizadas com pastagens e/ou campo nativo por cultura anual e pecuária leiteira extensiva.

As práticas agropecuárias utilizadas, na maioria das propriedades, são inadequadas e tem intensificado o surgimento de processos erosivos, assoreamento dos canais de drenagem, perda da qualidade da água e da diversidade das espécies florestais.

Considerações Finais

O assentamento Alvorada foi implantado em um ecossistema bastante vulnerável e como desde a sua implantação não houve a preocupação com o manejo dos recursos naturais, orientação técnica, tampouco fiscalização por parte do órgão responsável, principalmente no que se refere à conservação das matas nativas remanescentes e conversão dos campos nativos em áreas agrícolas, a pressão antrópica está causando a degradação do solo e a perda da biodiversidade dos ecossistemas florestais e aquáticos.

Nas lavouras, devido o uso e manejo inadequados, há inúmeros focos de erosão acelerada, esses focos contribuem para o assoreamento dos canais de drenagem e açudes, perda da qualidade do solo, diminuição da produtividade das lavouras além da degradação do ecossistema fluvial pelo aporte de insumos agrícolas, agrotóxicos e patógenos oriundos das dejeções humana e animal. Por isso, práticas conservacionistas de uso e manejo do solo, objetivando tanto o combate à erosão quanto a melhoria das suas características físicas, químicas e biológicas, devem ser postas em prática.

As áreas de preservação permanente apresentam alto grau de degradação e, medidas de manejo das zonas ciliares no entorno de açudes, nascentes e rede de drenagem são necessárias, pois estas áreas são de extrema importância para reduzir a carga de poluentes que eventualmente é introduzida nos corpos d'água através do deflúvio superficial. Nos trechos onde a mata foi totalmente suprimida, deve ser feita a recomposição ou simplesmente cercamento para que haja a regeneração natural.

As áreas com matas remanescentes devem ser mantidas e o acesso do gado deve ser restringido. Também, deve se restringir o acesso dos animais aos cursos d'água e nascentes para minimizar o impacto gerado pelo tráfego desses animais. Se não houver outro acesso à água para dessedentação, deixar somente um corredor de acesso para o arroio ou açude para que o gado não entre na mata e impeça o processo de regeneração ou mesmo intensifique os processos de erosão lateral dos canais ou ainda, o desbarrancamento nos açudes. O corredor deve ser cascalhado e compactado, para que em caso de chuvas, não se transforme em um lamaçal dificultando à locomoção dos animais e o acesso à água.

Esse processo de recuperação das áreas degradadas e inserção de práticas conservacionistas de uso e manejo do solo deve ter acompanhamento técnico especializado. Aliado a isso, ações de educação ambiental que envolva adultos e crianças do assentamento deve ser desenvolvida concomitantemente. Essas ações se postas em prática, além de melhorar a qualidade do ambiente se refletirá na qualidade de vida dos moradores.

Um fato importante que deve ser revisto pelos técnicos do INCRA na implantação de futuros projetos de assentamentos, é a delimitação e cercamento das áreas de preservação permanente antes da efetivação dos mesmos, assim haveria a possibilidade de manutenção das matas nativas existentes e a regeneração natural nas áreas onde a vegetação foi suprimida. Ressalta-se que, as áreas de preservação permanente não devem, de forma alguma, entrar no rateio dos lotes.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, F. C. **Reforma agrária e gestão ambiental: encontros e desencontros.** 2006. 242 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília.

BRASIL. **Lei nº 4.771**, de 15 de setembro de 1965. Institui o Novo Código Florestal.

BRASIL. **Medida Provisória nº 2.166-67**, de 24 de agosto de 2001. Altera os arts. 1º, 4º, 14º, 16º e 44º, e acresce dispositivos à Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei no 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR.

FRASCÁ, M. H. B. O.; SARTORI, P. L. P. Minerais e rochas. In: OLIVEIRA, A. M. S. dos; BRITO, S. N. A. de. (ed.). **Geologia de engenharia.** São Paulo: Associação brasileira de geologia de engenharia, 1998. 586 p.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980.** São Paulo: HUCITEC, 1997. 245 p.

HADDAD, L. N.; PEDLOWSKI, M. A. Planejamento socioambiental na efetivação de assentamentos rurais do Norte- Fluminense-RJ. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 2010, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre, 2009. p. 1-10.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Levantamento de recursos naturais do projeto Radam Brasil.** Folha SH.22. Porto Alegre e parte das folhas SH. 21 Uruguaiiana e Sl. 22 Lagoa Mirim. Rio de Janeiro, 1986. 796 p.

INCRA/RS. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Relatório ambiental do Projeto de Assentamento Alvorada.** Porto Alegre. 2008. 113 p. (Relatório Técnico).

MACIEL, L. R.; BOAS, F. L. V.; MARTINS, L. C.; MOLINA, M. C.; LEMOS, G. N.; PEREIRA, M. F. C. S.; PEREIRA, E. N.; DUTERVIL, C. Viveiros Florestais Comunitários em Assentamentos de Reforma Agrária. In: IV ENCONTRO NACIONAL SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA AGRICULTURA, 2002, Campinas. **Anais...** Campinas, 2002. p. 1-8.

MARTINS, I. C. M.; BRITO, C. F. P.; MARTINS, A. K. E.; VIANA, R. H. O. Análise temporal da dinâmica do uso e cobertura da terra nas Fazendas Lago Verde e Barreirinhas, localizadas no município de Lagoa da Confusão - TO. In: XIII SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2007. p. 2833-2839.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. **Formação dos assentados rurais no Brasil processos sociais e políticas públicas.** 2ª ed. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade Federal do Rio grande do Sul, 1999. 286 p.

MEDEIROS, L. S. **Reforma agrária no Brasil:** história e atualidade da luta pela terra. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. 104 p.

MOREIRA, S. V. **Territorialidades rurais em Júlio de Castilhos-RS:** da pecuária extensiva à agricultura familiar. 2008. 132 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria.

ROCHA, J. G.; OLIVEIRA, A. G.; SILVA NETO, C. F.; ROLIM, K. A.; LIMA, E. R. V. Análise da Degradação Ambiental no Assentamento Rural de Santa Helena/PB com auxílio de técnicas e Ferramentas de Sensoriamento Remoto e Geoprocessamento. In: IV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM AMBIENTE E SOCIEDADE, Brasília. 2008. **Anais...** Brasília, 2008. p. 1-13.

ROSSATO, M. S. **Os climas do Rio Grande do Sul:** variabilidade, tendências e tipologia. 2011. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2011.

SHIMBO, J. Z. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso:** assentamento rural Pirituba II (SP). 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em Geociências e Meio Ambiente) - Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro.

TRAVALINI, V. A importância dos estudos ambientais como contribuição a projetos de Reforma Agrária. In: IV SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA / V SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 2009, Niterói. **Anais...** Niterói, 2009. p. 1-13.

RESENHA: O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.

Camila Ferracini Origuéla

Mestranda em Geografia – FCT/UNESP – Campus de Presidente Prudente

e-mail: ferracinicamila@yahoo.com.br

RESENHA DE: CASTILHO, Alceu Luís. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro.** São Paulo: Contexto, 2012, 238p.

Alceu Luís Castilho é formado em Jornalismo desde 1994 pela Universidade de São Paulo (USP). Foi repórter do jornal *O Estado de São Paulo* (1994-2001), fundador e diretor-executivo da Agência Repórter Social (2003-2010). Ao longo de sua carreira jornalística recebeu diversos prêmios: Fiat Allis de Jornalismo Econômico (1999), Vladimir Herzog (2004), Direitos Humanos de Jornalismo (2004), Andifes (2007). Recebeu em 2007 o título de jornalista Amigo da Criança, pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância e foi, neste mesmo ano, finalista do Prêmio Esso com a reportagem *Câmara Bilionária*. Atualmente, além da carreira como jornalista, cursa graduação em Geografia pela USP.

Comprometido com um jornalismo em defesa dos direitos humanos e sociais, Alceu Luís Castilho lançou recentemente o livro *O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro*, no qual expõe de maneira didática quem são os políticos eleitos nos anos de 2008 e 2010 (ou 2006 no caso de 27 senadores e 54 suplentes) proprietários de terras no Brasil e como estes detêm uma parcela do território nacional. Para isto, o autor reuniu, comparou e analisou mais de 13 mil declarações de bens apresentadas pelos candidatos ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE). São senadores, deputados federais, deputados estaduais, governadores, vice-governadores, vice-presidente da República, prefeitos e vice-prefeitos que juntos possuem pelo menos 2,03 milhões de hectares declarados à Justiça Eleitoral. Desta forma, o autor revela um Brasil agrário dominado por alguns poucos homens públicos.

O livro é composto por 5 capítulos, além de uma breve apresentação. No primeiro capítulo, “O território”, o autor revela a dimensão da posse da terra por políticos eleitos em 2008 e 2010. São aproximadamente 1,2% do território nacional ou 4,4 milhões de hectares controlados por estes políticos, sendo que 2,3 milhões de hectares foram declarados pelos próprios proprietários à Justiça Eleitoral. Acontece que, estes 2,3 milhões de hectares apresentados equivalem a apenas R\$ 1,37 bilhões dos R\$ 2,16 bilhões declarados em imóveis rurais, os R\$ 785 milhões restantes, seguindo a mesma lógica, corresponderia a 1,3 milhões de hectares não informados somados a 1,1 milhão de hectares de empresas controladas por estes políticos. Os dados apresentados pelo autor, ainda que exorbitantes, expõem apenas uma parte desta realidade. Estas propriedades têm se multiplicado não só nas Unidades da Federação em que estes políticos foram eleitos, mas, sobretudo, fora delas, corroborando na migração das posses para áreas de fronteira agrícola, sobretudo, para as regiões Centro-Oeste, Norte e Nordeste.

No segundo capítulo, “O dinheiro”, o autor dispõe acerca dos preços das terras declaradas pelos políticos à Justiça Eleitoral. Estes valores em alguns casos são extremamente pequenos, pois a Justiça considera como válido os valores históricos dos imóveis. A evolução patrimonial destes políticos também é discutida. Além da aquisição de propriedades rurais, estes políticos atuam em diferentes atividades agropecuárias, como: usinas de cana-de-açúcar, frigoríficos, indústrias de alimentos, mineradoras, madeireiras, entre outras. Um exemplo claro disto é o caso do deputado mais rico do Brasil, o alagoano João Lyra (PTB), que declarou em 2010 a Usina Lagina Agroindustrial S/A, de açúcar e álcool no valor de R\$ 213 milhões. Estes homens públicos controlam parte significativa do

território nacional e, ainda, empresas no ramo do agronegócio. Estes elementos explicam a existência no país de políticos que dominam a produção de soja e gado, por exemplo, além da mineração.

No terceiro capítulo, “A política”, há detalhes a respeito dos partidos políticos que concentram o maior número de proprietários de terras, com destaque para o PMDB, seguido do PSDB, PR e PP. O autor também retrata neste capítulo a lógica de atuação da bancada ruralista no Congresso Nacional, que possui grande capacidade de organização e articulação em assuntos que lhes são de interesse como, por exemplo, o novo Código Florestal Brasileiro. A maior parte destes políticos proprietários de terras representam poderes e interesses regionais ou locais e se perpetuam no poder por meio da transmissão familiar de cargos públicos, conformando uma espécie de coronelismo, segundo o autor. Grande parte destes políticos, principalmente governadores, deputados federais, estaduais e senadores receberam para a campanha política de 2010 mais de R\$ 50 milhões de grupos ligados ao agronegócio como, por exemplo, o Grupo Friboi (JBS) que doou mais de R\$ 30 milhões, a Cosan R\$ 3,8 milhões, Bunge Fertilizantes R\$2,72 milhões, Cutrale R\$ 1,89 milhão e Marfrig Frigoríficos R\$ 1,2 milhão. Dentre as empresas financiadoras de campanhas, algumas já foram acusadas de cometer irregularidades ambientais e, até mesmo, trabalho escravo.

No quarto capítulo, “O ambiente”, há informações sobre 69 madeiras e serrarias que estão entre os bens dos políticos eleitos, e os estados do Amazonas, Rondônia, Pará e Mato Grosso são alvos deste tipo de atividade. O autor cruzou os dados referentes ao “arco do desmatamento”, lista dos municípios que mais desmataram no país segundo o IBAMA, com as informações a respeito dos políticos com propriedades rurais nestes municípios, que equivale a 95 mil hectares. Deste modo, o arco do desmatamento no Brasil coincide com os arcos do trabalho escravo, assassinatos de camponeses e posse de latifúndios por políticos eleitos.

No último e quinto capítulo, “Excluídos”, o autor apresenta, primeiramente, casos de políticos eleitos envolvidos em denúncias de trabalho escravo, segundo, em assassinatos e, por fim, em ameaças de morte, relatando o quão violento é o campo brasileiro e a participação de políticos nesta barbárie social. O autor apresenta alguns dos casos mais emblemáticos da história recente do Brasil no que diz respeito a mortes no campo como: o assassinato da missionária Dorothy Stang em 2005, os massacres de Corumbiara e Eldorado dos Carajás em 1995 e 1996 e a execução de líderes camponeses na Paraíba. Evidenciando que o acesso a terra no Brasil é repleto de conflitos.

Alceu Luís Castilho conclui afirmando que embora o livro seja uma espécie de reportagem, levanta a tese de que não existe apenas uma bancada ruralista no Brasil, mas, sim, um sistema político ruralista que controla parte do território nacional, formado por clãs familiares e financiado pelo agronegócio.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados.** Ano 1, n. 1 p. 45 – 58, 1998.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50, 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos.** Ano 1, n. 2 p. 51 – 73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária.** Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas.** Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5 – 19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42 – 49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do “rural”:** breve abordagem. Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1 – 12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana.** Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos “movimentos” pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero.** Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56 – 62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63 – 72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso.** Ano 7, n. 5 p. 73 – 85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. **“Marching as to war”:** a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR.** Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional.** Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92 – 117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista.** Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra.** Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx.** Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão.** Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais.** Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso.** Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economía política clásica: David Ricardo.** Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídas do território das fabriquetas de queijo.** Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje.** Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica.** Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano.** Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST)**. Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II**. Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação**. Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses**. Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais**. Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária**. Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. **“Grilos” jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários**. Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena**. Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España**. Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP)**. Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo**. Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro**. Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar**. Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista**. Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital.** Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária.** Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária.** Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, T.J. **Overtime in China: law, practice and social exclusion.** Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos.** Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato.** Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais.** Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable.** Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão.** Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST.** Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia una Geografía útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

VANDEN, Harry E.. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07– 21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas**. Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de “vidas inundadas”**. Ano 12, n. 15 p. 34– 65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual**. Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense: Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vítor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. **Urbanização e Ruralidade. Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social**. Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. **“Boom” agrícola e persistência da pobreza na América Latina: algumas considerações**. Ano 13, n. 16 p. 7- 21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar**. Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual**. Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio**. Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe. **¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre.** Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A “territorialização” do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas.** Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itinerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **“Campesinato como ordem moral”: (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.